

**FÁBIO LUIZ RIGUEIRA SIMÃO**

**SER MULHER, “UMA MISSÃO”: A ESCOLA SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, DOMESTICIDADE, DISCURSO E  
REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO (1948-1992)**

**Juiz de Fora**

**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SER MULHER, “UMA MISSÃO”: A ESCOLA SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, DOMESTICIDADE, DISCURSO E  
REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO (1948-1992)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História por Fábio Luiz Rigueira Simão.

Orientadora: Professora Dra. Valéria Marques Lobo.

**Juiz de Fora**

**2016**

## AGRADECIMENTOS

Numa tarde comum de um dia comum do ano de 2004, numa pequena solenidade de inauguração do LAMPEH, Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, quando eu cursava graduação em História, foi apresentado um acanhado vídeo institucional sobre o *Mês Feminino*, um evento que acontecia anualmente durante a década de 1930, quando a UFV ainda era Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), com o intuito de oferecer cursos técnicos nas áreas de puericultura, nutrição, limpeza, vestuário, mobiliário e outras tarefas domésticas. As imagens chamaram a minha atenção especialmente devido ao fato de exibirem mulheres (as professoras) ensinando outras (as participantes do evento) a arrumarem a casa, cuidarem de crianças, dobrarem e passarem roupas, com racionalidade e precisão!

Em 2006, depois de terminar a graduação, entrei para o curso de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e defendi minha dissertação sobre ordenamento urbano e policiamento, em 2008. Em 2011, assumi a disciplina de Antropologia da *Escola de Estudos Superiores de Viçosa*. Nessa ocasião tive contato com uma literatura especializada sobre história das mulheres e o conceito de gênero. Minha esposa, vendo minhas inclinações, presenteou-me com *História do Amor no Brasil* de Mary Del Priori. Eu, em seguida, a apresentei com *Três Ensaios sobre uma teoria da sexualidade* de Freud, e acabei lendo antes dela.

Os estudos sobre as mulheres me fizeram lembrar *aquelas* professoras e alunas que havia visto no vídeo de 2004 e no “projeto de mulher” que o *Mês Feminino* enunciava. Reingressei no *Programa de Pós-Graduação em História* da UFJF, em 2012, agora para cursar Doutorado. O projeto aprovado renderia o texto que ora apresento como tese.

Uma tese é fruto de muito trabalho e a imensidão de atividades que ela reúne é qualquer coisa de faraônico. Por isso mesmo corremos todos os riscos de deixar de fora pessoas que fizeram parte de sua composição. Na verdade tratou-se de um trabalho solitário, como é típico dos historiadores, mas, porque as pessoas estão em nós, nossos trabalhos refletem necessariamente a beleza dos seus olhares e a energia das suas vibrações. Assim devo dirigir essas palavras a quem está em todos os passos importantes que tenho dado. Primeiramente aos meus amores: Marcela, Lucas e Henrique. Depois aos outros amores que são meus pais, meus amigos e minha família. Agradeço carinhosamente à professora Valéria

Marques Lobo, minha orientadora e conselheira; às professoras Bel Kovalski e Maria de Fátima Lopes que acenderam as primeiras luzes teóricas do meu caminho por este tema espetacular; às professoras Monica Zoppi, Marilda Ionta e Junia Marise Souza; ao professor Anderson Ferrari; e, por fim, às professoras que gentilmente concederam-me as valiosas entrevistas cujo material rendeu-me parte fundamental e conclusiva desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Nunca se discutiu tanto o lugar da mulher na sociedade contemporânea. As novas configurações sociais colocam à prova os modelos culturais, os estigmas e os discursos sobre a mulher que deram sustentação à sua exclusão com relação ao universo público. Esses modelos excludentes que hoje agonizam diante das transformações sociais apresentam-se como desafios aos paradigmas da cultura ocidental, os quais se debatem com mitos ainda usuais como o da maternidade, da castidade, da temperança e da domesticidade. Neste trabalho, debruçamo-nos sobre o problema da *domesticidade* e sua relação com o *espaço público acadêmico* que a mulher moderna espreitara e conquistou. Estudamos essas duas dicotomias reunidas numa circunstância histórico-social formidável: a criação de uma *Escola Superior de Ciências Domésticas* (ESCD) para mulheres no Brasil em 1948. Seguimos os caminhos de rupturas e permanências da ESCD até o início dos anos 1990 quando sua expansão geraria paradoxalmente o seu colapso. Na trilha de sua saga, pudemos notar que a trajetória das ciências domésticas representou um campo largo de possibilidades para experiências importantes – e, a princípio, improváveis – vividas por mulheres concretas cujas trajetórias estão repletas do que elas mesmas entendem como verdadeiras conquistas.

**Resumo:** Neste trabalho, estudamos a criação e a trajetória da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) e da construção de um ideal de mulher e de domesticidade difundido por propostas oficiais da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais nos anos 1940. O curso foi criado a partir da cooperação internancional com os EUA sob o objetivo de formar economistas domésticas com habilidades para levar as comunidades rurais do Estado de Minas Gerais um conjunto de hábitos e valores que organizassem a vida intra e interfamiliar. Os programas analíticos das disciplinas, jornais, revistas, periódicos estudantis, anais da Semana Feminina, evento que precede a própria criação da ESCD, entre outras fontes compõem a base documental a partir da qual estudamos os discursos e as representações construídas a propósito do curso e da mulher. Cruzamos fontes oficiais com revistas, juízos filosóficos e entrevistas para compreender como as personagens que assimilaram aqueles valores, agora a partir da esfera acadêmica (espaço antes reservado aos homens exclusivamente) conquistaram um espaço a princípio inóspito a sua presença e como a própria Escola se transformou no movimento de sua expansão e da consolidação do campo acadêmico que peretrava. Esse paradoxo nos permite compreender melhor a complexa dimensão de projeto e de processo em torno do qual a história do curso de economia doméstica insere-se, percebendo o papel das estudantes, cuja ação construiu identidades e subjetividades muito próprias.

**Palavras-chave:** Gênero, Ciências Domésticas, Domesticidade, Discurso.

**Abstract:** In this work, we study the creation and the trajectory of Superior School of Domestic Science (SSDS) and the construction of an ideal of woman and of domesticity spread by official proposals from Minas Gerais State University in the 1940s. SSDS was created by international cooperation between Brazil and the US in order to instruct women to be home economists with skills to influence and change the life of the families in the state. The course was created with the support of the cooperative program between Brazil and the U.S. The analytical programs of the lessons, student news, periodicals from the Female Month composed the representations about the women that we have studied. We have crossed official sources with magazines, diaries, pictures and interviews to comprehend how those women spread values that kept them in a submission social status, but from an academic sphere, a public space, which was before reserved to men exclusively. This paradox makes us realize the complex dimension of the project and process around which the history of the domestic science course is involved, as well as comprehend the role of the domestic sciences' students whose action constructed identities and subjectivities.

**Keywords:** Gender, Domestic Science, Domesticity, Discourse.

## **SIGLAS**

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AHEA – American Home Economics Association

AIA – American International Association

DED – Departamento de Economia Doméstica

ED – Economia Doméstica

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ESCD – Escola Superior de Ciências Domésticas

*FAO – Food and Agricultural Organization*

IIAC – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE 1	
OBSERVAR EM PERSPECTIVA: GÊNERO, MULHER E RELAÇÕES DE PODER, REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER NA CULTURA OCIDENTAL E ORIGENS E PRESSUPOSTOS DA <i>HOME ECONOMICS</i> .....	23
CAPÍTULO 1	
GÊNERO, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS .....	24
Gênero: categoria das ciências sociais.....	27
Relações sociais: chave da dinâmica da história e das construções idetntitárias.....	40
CAPÍTULO 2	
A MULHER E AS CATEGORIAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO, A POLÍTICA E OS UNIVERSOS PÚBLICO E PRIVADO NA HISTÓRIA .....	46
A mulher na Antiguidade e Idade Média.....	50
Era Moderna: continuidades .....	53
O século XIX: a mulher vislumbrada .....	61
Novos tempos: rupturas (?)......	69
CAPÍTULO 3	
HOME ECONOMICS: ORIGENS, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PROBLEMA DA DOMESTICIDADE.....	79
Beecher e a alvorada das Ciências Domésticas .....	80
Richards e a institucionalização das Ciências Domésticas.....	90
Home Economics, gênero e domesticidade: relações de força.....	96
PARTE 2	
OBSERVAR DE PERTO: CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS NO BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO CAMPO ACADÊMICO <i>POR</i> E <i>PARA</i> MULHERES E TRAJETÓRIA DAS “MULHERES ACADÊMICAS” DA ANTIGA ESCD.....	105



## CAPÍTULO 4

A CRIAÇÃO DA ESCD E SUA RELAÇÃO COM OS PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS DA ESAV.....	110
Dos <i>land-grant college</i> à fundação da ESAV.....	111
Da ESAV à ESCD.....	117
ESCD: uma escola para e por mulheres(?).....	124
Precedentes de criação da ESCD.....	130
O material simbólico da criação da ESCD e a assimilação da mulher pelo universo masculino.....	139

## CAPÍTULO 5

MULHERES PROJETADAS: SÍMBOLOS, DISCURSOS E JUÍZOS NA IMPLANTAÇÃO DA ESCD E ATIVIDADE DAS PRIMEIRAS MULHERES.....	146
A recepção da mulher: signos em movimento e rearranjo de forças.....	149
Mulheres de campo: a construção de um ideal missionário e civilizador.....	175

## CAPÍTULO 6

MULHERES PROJETIVAS: TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO FEMININO E IMPRESSÕES DAS PROFESSORAS.....	191
Nas páginas dos periódicos, nas mesas e nos anais de congressos: “mulheres institucionais” e a formação de um novo <i>universo acadêmico</i> .....	194
Entre memórias e juízos: as mulheres-acadêmicas da ESCD por elas mesmas, subjetivação e profissionalização.....	225
CONCLUSÃO.....	249
BIBLIOGRAFIA.....	261
FONTES.....	267

## INTRODUÇÃO

*Este curso objetiva formar um profissional generalista, com sólida formação multidisciplinar, humanista e crítica. O profissional em Economia Doméstica poderá desenvolver atividades que objetivem o bem-estar físico e social do indivíduo, família e comunidade, no que diz respeito à alimentação e nutrição, à economia e administração familiar, à família e desenvolvimento humano, à habitação e planejamento de interiores, e ao vestuário e têxteis.<sup>1</sup>*

Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia Doméstica,  
Curso Superior de Economia Doméstica

Em 1956, quando a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) entregaria à sociedade mineira a primeira turma de bacharéis em Ciências Domésticas do Brasil, o professor da cadeira de metodologia científica da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD), Padre Antônio Mendes, um dos seus idealizadores e cofundador, proferiu às jovens alunas e ao público que o assistia as seguintes palavras:

(...) essas moças vão trabalhar nas tarefas mais importantes e imperiosas do momento, como a elevação dos níveis de vida do campo. Para tratar a terra o agrônomo cursa uma faculdade superior. Para tratar a casa, o homem e a família, cursa a mulher uma escola superior. (...) Aqui está a exigência efetiva de nível para a ESCD: formar o homem, orientar a família, humanizar os campos (...).<sup>2</sup>

O curso foi criado em parceria com a Universidade de Purdue, EUA, com o objetivo de promover, junto ao governo do Estado, a extensão e o desenvolvimento rurais em matéria de vida familiar e gestão do espaço doméstico. Sua concepção original, enquanto conjunto de expedientes disciplinares técnico-científicos voltados à mulher e à sua atuação no ambiente

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.ufv.br/ded](http://www.ufv.br/ded). Acesso em: 18/05/2015.

<sup>2</sup> “Discurso de Pe. Mendes na ESCD, 1956”. *Arquivo Histórico Professor Padre Mendes*, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV).

doméstico rural, remonta à sua matriz americana, a *Home Economics*, e o projeto dos *land-grant college* dos tempos da expansão para o oeste.<sup>3</sup> De certa maneira a criação do curso no Brasil, bem como a sua origem estadunidense, implicavam a presença de elementos que, em conjunto, pretendiam estabelecer um *ideal* de mulher que se cumprisse a partir de uma *missão* pátria e um desígnio social, uma fortaleza simbólica, como veremos.

Para enaltecer a nobre (e necessária) tarefa daquelas jovens que haveriam de trazer a ciência para o seio da vida doméstica no Brasil, Padre Mendes as envolvia em uma aura de verdadeiras missionárias, cujo ofício demandava ainda mais profundidade e atenção do que a produção e a venda de medicamentos, ou os cuidados com a terra, por exemplo. Caberia às formandas o estabelecimento dos elos práticos entre a linguagem e o tratamento dado ao mundo pelas ciências naturais e a realidade do cotidiano familiar, privado e doméstico da população comum. Assim ele continua a mesma preleção que ouvimos antes:

Tenho eu a impressão de que as obrigações [domésticas] envolvem situações bem mais variadas, responsabilidades bem mais sérias; preparo mais profundo do que [a manipulação de drogas]. [Basta lembrar que o curso de ciências domésticas envolve] desde simples noções de gosto estético, de culinária, de vestuário, até os conhecimentos de higiene, puericultura, fisiologia, anatomia, psicologia, sem falar nas ciências naturais [ele se refere à química e à física principalmente], indispensáveis a qualquer curso (grifos nossos).

Além de combinar conhecimentos de ciências naturais, médicas e sociais à “missão civilizadora” para a qual as mulheres seriam chamadas, o curso deveria abarcar o desenvolvimento da família, da comunidade e das tarefas domésticas, como limpeza, higiene corpórea, puericultura, preparo de alimentos, vestuário e nutrição, sendo estas, ao menos princípio, ligadas ao campo.

A trajetória de um curso desse tipo atrai nossa atenção de modo particular porque se trata de uma proposta exemplar de construção de uma ciência *para* mulheres nascida em meio ao discurso de modernização da agricultura do Estado de Minas Gerais e da construção de um

---

<sup>3</sup> A ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária –, depois tornada UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – fora criada segundo uma lógica de ensino pragmático e moral, típico da formação oferecida pelos *Land Grant Colleges* nos Estados Unidos. Essas faculdades foram criadas nos tempos da marcha para o oeste para fomentar a colonização das novas terras. Uma marca importante é o regime de *coeducation* que consiste no ensino elementar para homens e mulheres ao mesmo tempo, os homens para o desenvolvimento das ciências agrárias, as mulheres para o desenvolvimento das ciências domésticas. Segundo Magalhães (2006, p. 66, grifos nossos), “como o Presidente Arthur Bernardes esperava, Rolf’s (primeiro diretor estrangeiro da Escola) trouxe para Viçosa a filosofia (...) alicerçada na trilogia do ensino, pesquisa e extensão, que fora de extraordinária influência no desenvolvimento da agricultura norte-americana”. Voltaremos a esse tema no capítulo 4.

*ideal* de moral e família endereçado a um certo *desígnio* pátrio e social da mulher. O curso e sua história representam um desses liames formidáveis entre uma imagética eternizada no discurso moderno acerca do lugar da mulher na sociedade e a possibilidade franca de ela impetrar o universo público exatamente segundo a semântica de sua exclusão, isto é, o discurso que evoca a mística histórica de sua reclusão ao universo doméstico.

Nesse trabalho estudamos a criação e a trajetória da ESCD (Escola Superior de Ciências Domésticas) e das mulheres que por lá passaram, primeiramente como alunas do curso de bacharelado em ciências domésticas, posteriormente chamado Economia Doméstica (ED), depois como professoras, extensionistas e pesquisadoras. Essa realidade implicou a construção de um *ideal* de mulher veiculado por um conjunto de práticas e propostas oficiais do governo de Minas Gerais, e, mais precisamente, da UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais), entre 1948, quando da criação da ESCD, e 1992, quando uma onda de diversificação das profissionais das ciências domésticas levaria, paradoxalmente, ao esvaziamento da proposta original e ao colapso do curso.

Propusemo-nos o desafio de notá-lo enquanto *projeto* e enquanto *processo*. Isso consiste em observar, a um só tempo, os protocolos e discursos de criação da ESCD, seus conteúdos e significados, bem como sua trajetória no tempo, rupturas e permanências de um projeto que, para além de ser uma ideia de escola, uma concepção e um propósito de ensino, foi também um ambiente de construção, assimilação e difusão de um modo de vida e de concepções e construções de gênero e de poder no interior de sociabilidades que envolveram noções de família, mulher, homem, compromissos, profissão, trabalho.

Nossas balizas cronológicas explicam-se antes pela imensidão da proposta. Pretendíamos, à primeira vista, apenas situar a criação do curso no âmbito das relações internacionais Brasil-EUA, ficando, pois, adstritos às décadas de 1940 e 1950 e à perspectiva de *projeto* que evolvera a concepção da ESCD e suas primeiras intervenções. Porém, diante da documentação e do desafio de perseguir discussões mais amplas as quais o material teórico nos impelia, resolvemos alargar a proposta a fim de chegar à dinâmica de *processo* do curso e dos atores históricos aí envolvidos. Assim, precisávamos de uma baliza mais larga e maleável.

O ano de 1992 pareceu-nos razoável neste sentido porque encerra um período de amplas inflexões para o curso o que determinaria uma mudança no seu ritmo interno. As duas décadas imediatamente anteriores, 1970 e 1980, foram de expansão e consolidação do curso no âmbito acadêmico. Isso devido à criação do Mestrado em Economia Familiar e da consolidação da Revista Brasileira de Economia Doméstica, *Oikos*. O período de aparente

ascensão do curso iniciou, porém, anos de crise e conflitos internos que levariam à decisão pelo encerramento de suas atividades, razão pela qual consiste em nosso marco final.

Iniciamos a problematização do tema, ainda em vias de projeto, com a ideia que estudaríamos um curso feminino com mulheres doutrinadas, que por vezes poderiam ter resistido ao modelo social que se lhes queria impor. Uma típica história de “mulheres ativas” que, mesmo sendo doutrinadas com teorias que lhes reservassem lugares sociais de submissão e domesticidade, na pior conotação que o termo pudesse evocar, combateram e reinventaram suas condições, descrevendo trajetórias distintas, e muito mais livres do que pudéssemos supor. Em verdade, é claro que essa é uma dimensão observável no todo do processo, mas as ciências domésticas não doutrinavam mulheres a serem “donas de casa” como se isso oprimisse e demandasse resistência.

Percebemos, ainda, que não estudávamos *a* “mulher” das ciências domésticas (como se ela preexistisse como um tipo ideal) ou *um* “fazer feminino” (como se o curso reclamasse esse estatuto e essa fronteira em relação ao universo masculino então hegemônico na universidade). Nosso objeto era um conjunto de discursos, ações e reações que envolveram a criação do curso e da Escola e sua trajetória num determinado período de tempo. Os discursos que se construíram acerca da “mulher” e da “ciência feminina” no contexto de criação e consolidação da ESCD envolviam pressupostos ancorados em naturalizações do “ser mulher” e do “fazer doméstico”, como veremos. As personagens daquela trajetória eram mulheres que construíram um campo acadêmico num espaço tradicionalmente masculino, porém algumas vezes em harmonia com o estado de coisas que encontravam, apesar dos desafios que tiveram de enfrentar.

Nossa análise dispõe-se em três frentes principais, delas derivando outras questões. Primeiramente, focamos a ESCD e todo o material simbólico, burocrático e de cooperação internacional que implica a sua criação. Os capítulos 3 e 4 ocupam-se dessa questão. Posteriormente, focamos a intrincada recepção da ESCD pela ESAV, ou, mais precisamente, das alunas pelos alunos. Disso se ocupa o capítulo 5 tomando por referência os capítulos 1 e 2 que fornecem cabedal teórico sobre “gênero”, “relações sociais”, “mulher” e “domesticidade” na história da cultura ocidental. Neste momento do trabalho analisamos também os *discursos* oficiais que procuraram dar legitimidade ao curso nos anos 1950 e 1960. Por último, focamos a consolidação das ciências domésticas e de um ambiente acadêmico marcado pelas mulheres da ESCD. Disso ocupam-se os capítulos 5 e 6, mais este do que aquele. Em verdade, o período, décadas de 1970 e 1980, quando esse processo se observa com

mais nitidez coincide com mudanças institucionais importantes, como a federalização da UREMG, que tornava-se UFV (Universidade Federal de Viçosa) em 1969, e a fragmentação da antiga ESCD, que dava origem, entre 1970 e 1975, aos departamentos de Economia Doméstica (DED), Letras, Educação e Nutrição. Nos anos 1980, como veremos, o DED expande-se e junto com ele o curso de Economia Doméstica, como passa a se chamar. As docentes do curso, bem como técnicas de nível superior e alunas, expandem seu campo de ação e ganham espaços significativos, respaldo e reconhecimento nacional. É bem aí que encontramos as personagens que tivemos a oportunidade de ouvir. Depois de uma relativamente longa pesquisa documental, cuja síntese apresentamos na primeira parte do capítulo 6, colocamos nosso estudo à prova a partir da memória das próprias economistas domésticas, cujas trajetórias acadêmicas remontam de alguma forma aos anos 1980, seja como alunas seja ou como professoras. Veremos que essas mulheres trilharam caminhos muito diversos inscritas a uma realidade que se modificava junto com suas demandas, vivências, escolhas e estratégias pessoais e profissionais.

Estávamos, pois, diante de personagens reais numa trama que envolvia discursos igualmente reais, e não podíamos supor que aquela realidade seria fruto de processos previsíveis e conflituosos tão-somente. Nossa tarefa era problematizar os juízos e as representações<sup>4</sup> sobre os papéis sociais pautados nas diferenças sexuais ali dispostos e combiná-los com a ação das mulheres que se construíram enquanto pessoas e profissionais inscritas àquele universo em movimento. E como tratávamos de mulheres e homens numa relação que dava muitas vezes propósito e sentido à própria ESCD e aos seus expedientes, chegamos ao conceito de gênero, suas implicações, seu uso e sua operacionalidade.

Nos domínios da história e das ciências sociais, o conceito produziu uma ampliação teórica e epistemológica dos estudos sobre a mulher, o que parece ter permitido escapar em parte a certas limitações do feminismo acadêmico anterior aos anos 1980. Joan Scott (1984, p. 14) salienta que a história das mulheres dos anos 1970 apresentava limitações claras especialmente no que toca o tratamento do objeto. Elegendo a mulher como elemento central (e, por vezes, paralelo, se não único) da trama, esses trabalhos acabaram por considerá-la isoladamente, relegando-a, ao cabo, lugar marginal em relação aos temas masculinos tidos como universais. Com maior sobriedade, os anos 1990 haveriam de se expandir com os trabalhos de Michelle Perrot (1993; 1995), traduzidos no Brasil e publicados em língua

---

<sup>4</sup> Trabalhamos o conceito de representação conforme o sentido que lhe atribui Roger Chartier. Voltaremos a esse ponto com maiores detalhes no capítulo 1.

portuguesa a partir dali.<sup>5</sup> Segundo Joana Maria Pedro (2003, p. 1), para o leitor brasileiro “(...) Michelle Perrot é a grande mestra da História das Mulheres (...) [notabilizando-se] certamente [depois] que organizou, juntamente com Georges Duby, (...) *L’Histoire des femmes en Occident de l’Antiquité à nos jours*”.

Andrea Lisly Gonçalves (2006) lembra que, com o triunfo da história social dos anos 1990, as historiografias brasileira e internacional não poderiam mais estudar a mulher desvinculando-a das noções de raça, classe e etnia, categorias que, segundo a autora, faltavam à produção de períodos anteriores. Assim, a representação da mulher enquanto uma noção analítica universal, tratada como abstrato teórico pelas feministas de décadas anteriores, passa a ser no mínimo comprometedora, antes porque essencialista e, portanto, frágil quando o fito principal passava a ser entender as demandas pessoais e tantas vezes isoladas de mulheres reais em circunstâncias bem particulares.

Neste sentido, o conceito de gênero permitiria um olhar holístico e relacional capaz de admitir a articulação dessas outras categorias sociais onde estão envolvidos processos de dominação e desigualdade. Pioneiramente, Joan Scott, supracitada, passa a preferir a noção de gênero em detrimento de uma *história da mulher*, considerando, a um só tempo, a construção histórica do sujeito (masculino e feminino), bem como as relações de conflito entre os atores sociais concretos e ativos, deixando ver nelas exatamente o elemento nevrálgico dos *papéis sociais*, ideológica, imagética e discursivamente construídos (SIQUEIRA, 2008).

Esses novos olhares dão maior visibilidade à mulher, não havendo necessidade, relativamente tradicional entre as feministas clássicas, de tomá-la como vítima. Nessa nova perspectiva historiográfica, consideramos importantes os estudos de casos relativamente localizados a fim de melhor compreender as diversas nuances históricas de construção da feminilidade (e também da masculinidade) dentro de contextos específicos onde se colocam elementos reais e simbólicos gerais. Cumpriria encontrar a mulher na sua dimensão concreta, livre de rótulos e aproximações forçadas e universalistas que porventura pretendessem a mesma condição (feminina) para francesas, estadunidenses e brasileiras, em

---

<sup>5</sup> A partir dos anos 1990 são diversos os trabalhos publicados acerca do tema da mulher, especialmente alguns versam sobre temas transversais em que a mulher aparece ora como central ora como coadjuvante. Exemplos marcantes são os estudos: *a*) sobre o gênero feminino e as representações difundidas acerca de sua condição social na contemporaneidade (sobre esse assunto veja-se: MATOS; LOPES, 2008; SOUZA; KNIJNIK, 2007; SWAIN, 2000 e 2001; WOLLF, 1992; SANTOS, T. C., 1986 In: FIGUEIRA, S. (org.), 1986; SARTI, C.; MORAES, M. Q., 1980 In: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F, 1980; BASSANEZI, 1996; WIDHOLZER, 2005 entre outros, vide bibliografia proposta); *b*) corpo e identidade feminina pela história e na sociedade contemporânea (veja-se: RODRIGUES, 1993 e 1999; QUEIROZ e OTTA, 2000.); e *c*) mulher, família e ideal de mulher-mãe (veja-se: BADINTER, 1985; GOLDANI, 2002).

tempos e espaços distintos. É tentador e analiticamente confortável fazê-lo, mas perigoso e muitas vezes anacrônico.

Enquanto categoria de formação sócio-histórica e relacional à qual se ligam elementos vinculados ao sexo e à sexualidade, em suas diversas dimensões (conforme se definiu nas páginas anteriores), o gênero pode nos auxiliar, enquanto categoria analítica, na tessitura dos fios dessa rede intrincada de relações sociais concretas que ora nos propomos a reviver em perspectiva temporal, considerando-lhe a historicidade e duração. Para efeito prático, no âmbito da nossa pesquisa especificamente, o conceito nos auxilia numa análise que procura afastar a ideia de mulheres e homens em degladeio. Veremos que, no curso da história da ESCD, os preconceitos contra as alunas vão desaparecendo gradativamente e, mesmo no momento em que foram mais visíveis, as alunas souberam contrapor-lhes retóricas de resistência combatendo amiúde a sua justaposição acrítica.

Nos anos 1970 e 1980, conforme apontamos, o curso ganha renome e respaldo e as profissionais do DED passam a lidar internamente com estigmas sobre elas mesmas, uma vez que certas decisões departamentais, como veremos especialmente na fala das professoras ao final do capítulo 6, colocam ter conflitos de interesse e divergências de objetivos entre as docentes. Nos anos 1970, a UFV já tinha diversos cursos superiores com alunos e alunas convivendo. A ED havia aberto as portas para a mulher naquele *campus* mas o estigma da domesticidade acompanhava negativamente sua imagem e seu exercício junto a comunidade acadêmica da época. Passando pela produção midiática daquela década, como fazemos no capítulo 2, e recuperamos nos capítulos 5 e 6, principalmente a partir dos trabalhos de Mary Del Priori e Carla Bassanezi, vemos mudanças significativas nas concepções sociais sobre a mulher, seus desejos e comportamentos, suas decisões e posturas. Saliente-se que a mulher ganhava espaço especialmente em ambientes tipicamente frequentados pelas classes médias.<sup>6</sup>

A própria documentação que utilizamos nos capítulos finais da tese – nomeadamente informativos acadêmicos, anais de eventos e entrevistas com as professoras – nos desviam dos conflitos de gênero, por assim dizer, levando-nos mais precisamente à discussão sobre a ciência doméstica, sua identidade, a definição de seu objeto, seu lugar social e acadêmico enfim.

---

<sup>6</sup> Quando falamos em “classe média”, nós o pressupomos mesmo sem dados que o comprovem. A ideia ao evocar a expressão é simplesmente definir um grupo de pessoas que, tendo acesso ao ensino superior, teriam acesso às produções culturais que consideramos a partir dos trabalhos de Bassanezi e Del Priori: novelas, filmes, literatura e magazines femininas.



Em uma palavra, e para efeito no trabalho como um todo, nosso fito, portanto, é compreender como rótulos universais sobre a “mulher” e a “domesticidade” podem ter informado comportamentos pontuais, histórica e culturalmente localizados. Não é nosso objetivo perseguir a crítica feminista mesmo em sua versão teórica e mais puramente acadêmica, para chegar a um pretense “cotidiano de luta” das “moças da ESCD”. Como falamos acima, apesar de isso ter ventilado nosso juízo no início da pesquisa, não queremos admitir algum pressuposto de opressão daquelas mulheres, apesar, é óbvio, de ela poder ser observada em certo grau e circunstância. A questão não é rechaçá-la, ou antes, negar a sua existência, mas não torná-la pressuposto analítico, razão central e determinante do comportamento das mulheres, como se elas estivessem no mundo para contraporem-se à tirania que se lhes impõem os homens e as suas instituições.

Aproximar-se daquela realidade sem o olhar que pressupõe o que vai encontrar pode ser enriquecedor. Todavia, partimos de uma ideia central que nos orienta na interpretação e conclusão de nosso objeto. A “mulher”, assim como o “escravo” (localizado em um tempo específico), o “operário”, o “vadio”, o “bárbaro”, o “selvagem”, o “judeu”, o “homem” enfim – assumidos enquanto categorias construídas socialmente – são juízos compartilhados enquanto cultura imaterial de um grupo que comunica seu sentido geral. Como categorias representacionais, juízos, discursos, antes que pessoas concretas com demandas e realidades objetivas, eles comportam símbolos e signos que se movimentam historicamente, servindo como ensina Foucault, ao controle e à homeostase social.

Os discursos – legitimados por legislações, tratados médicos e filosóficos, ideias religiosas, disciplinas e práticas escolares e mesmo criação familiar – servem, pois, como elementos de equilíbrio social, cujos objetos são notáveis na realidade com efeito prático no comportamento das pessoas, seja de internalização e reprodução ou de resistência e reestruturação de seus sentidos mesmos.

As personagens dessa história não serão notadas como essencialidades sexuadas – *mulheres* – no tom universalista que se lhe possa pretender fixar os discursos sociais construídos a seu propósito. Nós as assumimos como idiossincrasias, particularidades, subjetividades dinâmicas, mutáveis, capazes de navegar socialmente em meio a discursos inóspitos à sua presença no campo acadêmico. Nossa intenção é vê-las como pessoas antes que corpos sexuados, cujos estigmas podem pressupor condições e experiências afins. Tomá-las em um mundo de elementos vários; mundos que as construíram e que foram por elas construídos. Apesar de a nossa ribalta ser repleta das “moças da ESCD”, como eram

conhecidas, perseguimos com igual amplitude questões institucionais que nos remetem, como falamos, a discussões sobre a ciência, a universidade, a cooperação internacional Brasil/EUA, o ensino, a institucionalização de saberes, seus efeitos enquanto discurso e sua apropriação entre valores e representações femininas e masculinas.

A tese compõe-se de duas partes, contendo cada uma três capítulos. Na primeira parte, os capítulos 1, 2 e 3 procuram os universos teóricos que nos orientam no todo da reflexão. No capítulo 1, procuramos construir o aparato teórico que deverá nos orientar na discussão sobre as representações de gênero e de mulher, identidades e relações sociais. Passando por teóricos da psicanálise, da filosofia, da antropologia, da sociologia e da história, analisamos de modo quase exaustivo os diversos processos de construção de nexos e sentidos das categorias sociais de sexo, gênero, homem e mulher a fim de preparar o terreno analítico para receber as mais diversas representações e juízos veiculados acerca da mulher e dos papéis sociais que se lhe atribuem expectativas histórica e socialmente localizadas. As batalhas simbólicas que se vão travar no seio dos expedientes do curso e da vida acadêmica de estudantes, professores e gestores nos ocupam em especial na segunda parte do trabalho.

No capítulo 2 debruçamo-nos sobre as referidas representações construídas no interior da cultura ocidental agora focando especificamente a “mulher” e o “universo feminino”. Nosso objetivo central é perceber certos padrões simbólicos e conceituais, por assim dizer, reservados à mulher e à feminilidade por filósofos, religiosos, cientistas, jornalistas, feminista, mídias escritas e audiovisuais. Trilhamos um caminho cronológico a fim de sugerirmos o movimento dos signos veiculados pelos discursos e juízos veiculados, observando aí rupturas e continuidades. Nossa intenção é levantar um conjunto teórico capaz de nos nortear nas discussões que engendramos nos capítulos subsequentes a partir do contato com a documentação sobre o curso e a ESCD.

No capítulo 3 analisamos a trajetória histórica das ciências domésticas nos Estados Unidos. Nosso objetivo é identificar os pressupostos e propostas sobre os quais assentaram a sua ação e o seu reconhecimento em meio a circunstâncias tantas vezes inóspitas. A literatura estadunidense acerca do período (bem como textos originais de entidades e expoentes da *American Home Economics*) compõe o material de formidável monta e valia para uma aproximação necessária com os preceitos da matriz estrangeira que originou a ESCD no Brasil dos anos 1940/50. Entendemos que o nosso trabalho necessita estabelecer uma re ligação com a concepção estadunidense, ao menos na origem do curso porque é justo aí onde começaram os processos de transposição das concepções da *American Home Economics*

para uma experiência concreta no Brasil. Além disso, era também necessário reaproximar as ideias e as práticas das “missionárias” extensionistas com os discursos posteriores de identidade e consolidação dos saberes domésticos no âmbito acadêmico propriamente, pois, como veremos, a primeira mentora da extensão rural da ESCD será Miss Anita Dickson, profissional das ciências domésticas da Universidade de Purdue, Lafayette, Estado de Indiana.

Na segunda parte do trabalho, reunimos nosso material empírico e o analisamos a luz de nossas principais questões. No capítulo 4 buscamos compreender como a *home economics* estadunidense chega até Viçosa pelas mãos da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e das autoridades da ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária), então tornada UREMG. Nosso objetivo é estudar os programas que tornaram possível a construção do curso em um contexto de intercâmbios e cooperação internacional; depois, os trâmites burocráticos e burocrático-acadêmicos que o colocaram em funcionamento; e, por fim, pelos primeiros anos do curso o que nos permite percebê-lo enquanto *projeto* daqueles e daquelas que o idealizaram em primeira mão. Seguiremos em parte a trilha documental de Maria de Fátima Lopes (1995) que primeiro – e talvez até então exclusivamente – trabalhou os discursos que se construíram a propósito da criação e primeiros passos do curso. Procuramos evidenciar os nexos que podem observar-se entre a criação da ESCD, em 1948, e da própria ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa), em 1929.

No capítulo 5 perseguimos uma perspectiva de *processo* do curso de Ciências Domésticas. Seguimos os passos da própria documentação. Entre relatórios, discursos de formatura, estatutos, editoriais de publicações, artigos de jornais acadêmicos e da imprensa universitária oficial, bem como decretos e outros protocolos, buscamos compreender como o curso desenvolveu-se na prática de suas pioneiras e na consolidação acadêmico-institucional de suas veteranas. A difícil garimpagem pelos arquivos históricos da UFV fez-nos entrar em contato com uma documentação que, apesar de relativamente pouca, guarda adereços significativos. Os arquivos do Instituto de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Viçosa, bem como os fundos da própria instituição como um todo, são lacunares apesar de estarem razoavelmente organizados. A documentação da qual nos valem é diversa e heterogênea, compondo-se desde publicações oficiais até jornaizinhos editados e publicados sob a completa responsabilidade dos alunos. No capítulo 5, analisamos o material simbólico que guardam os principais discursos de criação do curso e suas interpretações junto aos próprios alunos dos cursos agrários masculinos já então estabelecidos. Os discursos sobre a economia doméstica são em sua maioria construtos informados por representações e juízos

construídos historicamente e eternizadas por homens e mulheres no seio de suas relações sociais. Cumpre notar que essas construções teóricas, embora informem ações também, são essencialmente retóricas, razão pela qual não podemos, a partir tão-somente delas, inferir que as mulheres foram apenas o que se disse delas. Os juízos aqui avaliados, independentemente de virem de uma voz feminina ou masculina, tendem a reafirmar estigmas culturais presentes até os dias atuais entre muitas sociedades, dentro e fora do ambiente acadêmico. Porém não podemos com isso furtar ao curso de Ciências Domésticas da UFV a sua autonomia, sua história e suas conquistas. Muito do que fora desenvolvido lá se deu por esforços muito particulares e internos, e a trajetória das mulheres que fizeram parte desse processo pode nos servir de trilha para aprofundarmos ainda mais a avaliação a que nos propomos aqui.

Assim, enquanto no capítulo 5 focamos, mais precisamente, a base institucional do curso e seus primeiros passos práticos a partir das mulheres que iam a campo levar o seu conhecimento para a família camponesa mineira, no capítulo 6 nosso objetivo central volta-se à percepção sobre como as economistas domésticas da UFV experimentaram os desafios de consolidar a ciência que aprendiam e veiculavam no próprio espaço acadêmico. Nesse propósito, deixamos que falassem as próprias mulheres que seguiram carreiras acadêmicas e que atualmente são docentes do DED-UFV (Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa). Abordando elementos como o *objetivo do curso*, as *disciplinas*, a *atuação do profissional*, o *mercado de trabalho*, a *relação com docentes e discentes do DED* e de outros departamentos, bem como a *família*, a *mulher*, o *casamento* e a *maternidade*, por exemplo, elas deram mostras de suas dificuldades e triunfos em meio a discursos, práticas e representações sociais que circundaram a realidade que vivenciaram. Com apenas um gravador e algumas poucas perguntas direcionadas deixamos que as entrevistadas falassem livremente. Os depoimentos acomodavam-se à suas falas espontaneamente, deixando a memória e algumas de nossas poucas intervenções dialogarem com reflexões valiosas que ouvimos. Assim, tivemos a oportunidade de observar depoimentos de mulheres que sofreram diversos tipos de sanções (simbólicas e concretas) do grupo ao qual pertenciam – no espaço da universidade – a partir de juízos e valores que procuravam demarcar lugares do masculino e feminino no espaço acadêmico.

Nosso campo de pesquisa torna-se profícuo para uma análise ligada às relações sócio-históricas de gênero e de poder na exata medida de sua riqueza simbólica. Mas é também um excelente propósito para notar elementos de uma história da ciência doméstica e de sua pretensa “natureza feminina”. Trata-se da trajetória de um *fazer* científico precisamente

localizado e adstrito, à primeira vista, a uma realidade pontual, mas com articulações nacionais e internacionais, tanto no sentido institucional quanto filosófico e de identidade. Assim, ao tratar os sentidos analíticos da família, da puerícia, do vestuário, da limpeza, da decoração, dos cuidados domésticos em geral, da ciência e da própria educação enfim, os discursos acadêmicos por nós estudados deixam ver concepções de mulher (e de homem) bem como sobre os seus papéis sociais tantas vezes pressupostos e ancorados em nexos e juízos no mínimo suspeitos.

Navegar pela história do curso de Economia Doméstica da então Universidade Federal de Viçosa fez-nos antes revisitar um problema recorrente das relações sociais de poder e de gênero na história: o da domesticidade e da suposta inferioridade e inadequação da mulher para experimentar espaços e certos fazeres. Embora se trate de uma análise sobre um ramo da ciência e sua aplicação e funcionalidade em uma realidade institucional específica, nosso trabalho é maior e tem transversalidades por onde passam outros problemas.

Transpostos para o Brasil duas décadas mais tarde, esses ideais chegam a Viçosa com todas as suas ambivalências. É bem aí onde encontramos os primeiros passos da ESCD e os trabalhos de extensão de suas pioneiras. Nos discursos da época, vemos tanto por parte dos idealizadores do curso, com Padre Mendes, supracitado, como por parte de reitores e professores de campo, como Joaquim F. Braga e Miss Anitta Dickson, como veremos no capítulo 5. Neste momento, tivemos a oportunidade de analisar duas fontes admiráveis: os jornaizinhos estudantis dos alunos e das alunas dos cursos de Agricultura e Ciências Domésticas, *O Bonde* e *A Paineira*. Nestes zines universitários, os alunos digladiam juízos ofensivos e defensivos que deixam ver concepções sobre a mulher e o seu lugar esperado por homens de seu tempo, bem com as repostas das meninas e esse tipo de ataque verbal. Chegamos, enfim, ao interesse de conhecer as histórias particulares vividas pelas “moças da ESCD”, como eram conhecidas na origem. Mas como juntar todas essas peças? Nossa tarefa, então, tornou-se densa e, por diversas vezes, o objetivo central do trabalho pareceu escapar-nos.

Desta forma, buscando compreender a lucidez da proposta, acreditamos poder sugerir de modo razoável o objetivo final de nosso trabalho: estudar uma realidade particular, vinculada, porém, a discursos e propostas imensas, envolvendo governos, intelectuais, diplomatas, professores e alunos. Desenvolvê-lo implicou especialmente paciência e fôlego para relacionar elementos diversos que têm sentido apenas se fitados a partir das relações entre juízos simbólicos e de poder. Esse o nosso elemento propulsor. Pensamos ter

conseguido chegar à intimidade do curso e de parte de sua trajetória. Com isso, flertamos, também, com experiências pessoais das nossas entrevistadas: “mulheres projetivas”, como as notamos no capítulo 6. Compreendemos a essência do discurso e das propostas da *Home Economics* americana e de sua correspondente brasileira mais fidedigna e original, a ESCD. Talvez, nessa medida, seja a própria Escola a personagem principal desta tese. Discutimos a sua realidade regional, sem perder de vista a amplitude e a complexidade que implicava sua construção e movimento no tempo.

## PARTE 1

### **OBSERVAR EM PERSPECTIVA: GÊNERO, MULHER E RELAÇÕES DE PODER, REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER NA CULTURA OCIDENTAL E ORIGENS E PRESSUPOSTOS DA *HOME ECONOMICS***

Nesta primeira parte do nosso trabalho, procuramos apresentar as matrizes teóricas que nos orientarão na análise empírica do *corpus* documental que nos propomos nos capítulos 5 e 6 mais especialmente. No capítulo 1 apresentamos brevemente um quadro teórico sobre gênero e relações sociais de poder na história, a fim de mostrar o olhar metodológico e analítico com o qual perseguiremos o nosso objeto na segunda parte da tese. Os conceitos de gênero, poder e relações sociais nos orientam centralmente nesta primeira investida.

No capítulo 2 analisamos diversos juízos retóricos provenientes das mais distintas fontes da cultura ocidental acerca da mulher. A ideia é perseguir uma genealogia dos estigmas e representações criados a propósito da mulher e que muitas vezes reservaram-lhe lugares sociais de submissão e inferioridade. No capítulo 3 procuramos compreender as origens da economia doméstica de matriz norte-americana já que é a partir dela que se cria a ESCD no Brasil em 1948. A partir de fontes secundárias da literatura teórica estadunidense, procuramos compreender o lugar histórico das *ciências domésticas*, também conhecidas como *artes domésticas* e, por fim, consolidada enquanto campo acadêmico como *economia doméstica* na Conferência de *Lake Placid*, de 1899, como veremos. Ainda neste capítulo procuramos relacionar gênero, domesticidade e ciência doméstica, botando à prova estigmas históricos de exclusão da mulher dos ambientes públicos e de sua reclusão e pretensa inferiorização ao ambiente doméstico, trabalhados no capítulo 2.

Os capítulos 1 e 2 se comunicam mais diretamente e o capítulo 3 representa uma espécie de interface deles com a segunda parte do trabalho. Temas como domesticidade e ciência, mulher, espaço público e privado, universidade e progresso, cruzam-se e preparam o terreno de nossas reflexões para a análise do material empírico do segundo momento de nossa pesquisa, como se poderá observar.

## CAPÍTULO 1

### GÊNERO, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS

*Quase tudo que se queira dizer sobre sexo já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder.*

Thomas Laqueur

*O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.*

Michel Foucault

Pretender alcançar a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas de grupos e indivíduos concretos que fazem e vivem a história é tarefa instigante e complicada. Estudar as relações sociais em uma perspectiva histórica, dando-lhe o tempero e a medida do tempo, buscando ver nelas alguma inteligibilidade parece ser o desafio do historiador contemporâneo. Em diversas áreas do fazer historiográfico, tem sido enfrentado esse desafio. Desde os estudos clássicos dos *Annales*, passando pela história social do trabalho e da cultura dos ingleses e estadunidenses, e chegando à microhistória italiana e francesa, podemos observar, não sem rupturas e variantes, a intenção teórica e empírica de encontrar os atores sócio-históricos e suas inteligibilidades, tanto na relação com o grupo, quanto com o Estado, o poder, as instituições, o direito. Essa espécie de inflexão no estudo da história legou aos historiadores atuais uma gama inesgotável de possibilidades de pesquisa, forçando o encontro do fazer historiográfico com matrizes intelectuais de outras áreas do conhecimento como a psicologia, a antropologia, a sociologia e a economia.

Os estudos sobre a mulher e sua relação com a construção de relações sociais e sociabilidades, bem como discursos e construções simbólicas acerca da sexualidade feminina constituem campos de profícuas análises no contexto dessa nova historiografia em contato estreito com outros campos das ciências sociais. Trabalhos consagrados como o de Simone de



Beauvoir abriram caminho para diversas pesquisas cujas análises despertaram discussões mais ou menos próximas de sua linha de pensamento. Os olhares das primeiras feministas voltavam-se para um mundo de realidades históricas dinâmicas e peculiares em que figuravam mulheres a quem se havia tantas vezes reservado o silêncio.

Muitos trabalhos e as problemáticas que envolviam em matéria de funções, práticas e papéis sociais, bem com a trajetória de dominação masculina sobre o universo feminino, desenvolveram-se a partir principalmente dos anos 1950 e 1960, exatamente no ápice dos feminismo(s) moderno(s). Segundo Joana Maria Pedro (2005, p.85-86, grifos nossos), no campo da chamada “História das Mulheres”,

muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado. Assim, destacam-se no plano internacional da historiografia, os nomes de Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hanner, Natalie Zemon Davis, para citar as estrangeiras, e de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Sâmara, Leila Algranti, Paula Figueiredo, Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, e eu mesma, para citar algumas das brasileiras.

Andreia Lisly Gonçalves (2006) afirma que é com *O Segundo Sexo* (1949) da referida Simone de Beauvoir e *A segunda etapa* (1963) de Betty Friedan que se podem balizar as primeiras inflexões dos estudos sobre a mulher numa perspectiva de consonância com o movimento feminista ocidental. De acordo com a autora é nesse intervalo que se concebem inclusive os primeiros estudos sobre a “condição feminina”, dando-lhe historicidade e polêmica. Essa modernidade das discussões está ligada em parte às novas configurações sociais e teórico-acadêmicas dos anos 1950/60 e 70, em diversas áreas, indo das ciências sociais e a filosofia às ciências médicas e a psicologia. Observa-se a partir desse período uma inflexão simbólica, científica e epistemológica que permitiu novas concepções sociais sobre a mulher, sua condição, sua sociabilidade.

Ao que podemos observar a segunda metade do século XX, especialmente no que toca as transformações culturais experimentadas já às décadas de 1960 e 1970, conheceu mudanças profundas de posicionamento social diante do sexo e da sexualidade. Passou-se a ver o corpo e suas propriedades morfofisiológicas de maneira mais precisa e desmistificada; elementos psíquicos que envolvem a vida sexual e identitária, tanto na sua dimensão pessoal quanto social passam de patologias ou excrescências sociológicas a matéria de análise e objeto de

digno de interpretação e estudo aprofundado. A psicanálise dos anos 1970, revisitando as obras de Freud, especialmente *A Interpretação dos Sonhos* (1900) e *Três Ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (1905), deu mostras sensíveis de sua preocupação em ampliar a experiência clínica freudiana do início do século para perpetrar uma ciência da *formação social* (e mesmo *histórica*) da sexualidade.

Klein (1976), Liechtenstein (1977) e Ross (1979) buscaram aproximar as contribuições teóricas e empíricas de Freud à formação da personalidade e da identidade de homens e mulheres de seu tempo (PERSON, 2005). Temas como sensualidade e prazer, desejo e fantasia passam a figurar como estruturas centrais de análise do comportamento humano.

Enquanto aparato teórico e mesmo filosófico, a teoria psicanalítica de Freud (e suas variantes francesa e norte-americana) oferece-nos terreno profícuo de reflexão sobre as formações psíquicas e psicossociais das representações ligadas ao sexo e à sexualidade. Não se trata tão somente de inserir novos temas que envolvem a vida sexual, mas de uma nova postura teórica diante da importância desta dimensão na construção do ser como um todo, bem como das relações que estabelece com o mundo a sua volta.

Freud o havia feito pioneiramente, embora seus trabalhos sobre o inconsciente terem legado uma discussão mais intrapsíquica do que psicossocial. É a partir da segunda metade de o século XX (já nos 1950) que a psicanálise parece também despertar para esse âmbito relacional da formação psíquica. O que tornou importante de ser mostrado e interpretado era como o sujeito constitui-se enquanto estrutura psíquica autônoma, mas a partir de suas ligações com símbolos e concepções compartilhados socialmente. Daí a psicogênese da sexualidade encontrar o seu correlato sociogênico, isto é, os construtos sociais deixados à disposição da compreensão individual que se pretende enquanto personalidade. É exatamente a partir desse tipo de discussão que se ampliam a utilização e a operacionalidade do gênero.

Segundo Person (2005),<sup>7</sup> gênero pode ser entendido como categoria analítica de constituição da sexualidade, mas não só dela, expandindo-se a fim de compreender elementos relacionados ao comportamento individual diante de representações socialmente construídas. A autora afirma que a segunda metade do século XX foi de suma importância para a psicanálise porque, a partir daí, passou-se a entender gênero como auto-identificação distinta,

---

<sup>7</sup> Ethel S. Person é professora de clínica psiquiátrica em Columbia University. Sobre a obra da autora veja-se ainda: *Dreams of Love and Fateful Encounters: The Power of Romantic Love*; *By Force of Fantasy: How We Live Our Lives*. (disponível em: [http://www.harpercollins.com/authors/7612/Ethel\\_S\\_Person/index.aspx](http://www.harpercollins.com/authors/7612/Ethel_S_Person/index.aspx); acesso em: 23/12/2011).

ou seja, como categoria analítica “(...) em si própria e separada [da] auto-identificação [tão-somente] sexual” (PERSON, 2005, p. 33). Citando Stimpson e Herdt, Person define melhor:

(...) gênero é uma “categoria master” (sic), uma maneira abrangente de *organizar a realidade* (...) não [funcionando] isoladamente. Liga-se [ainda] a *outras estruturas sociais* e fontes de *identidade*. Em suma, os seres humanos são *limitados* pelo gênero (STIMPSON e HERDT, em fase de publicação, p. 1 *apud* PERSON, 2005, p. 33, grifos nossos).

Foi com Robert Stoller (1979) que o conceito chegou à psicanálise. Stoller cunhou o termo “identidade nuclear de gênero”, desenvolvido no âmbito da sexologia médica, a fim de tornar ainda mais arguta a distinção entre masculino e feminino (sexo), e masculinidade e feminilidade (gênero). Para o autor, a “identidade nuclear de gênero” é uma categoria psíquica de auto-identificação manifestada em cada indivíduo ao se entender *originalmente* mulher ou homem. O gênero, para Stoller, desempenharia um papel *organizador* da estrutura psíquica, estreitando-se com outras categorias de cognição como tempo e espaço, relações de causalidade e diferenciação entre o *eu* e o ambiente, ou ainda, o *self* e o objeto.<sup>8</sup>

### 1.1 Gênero: categoria das ciências sociais

É a partir dos anos 1950 e 1960 que o conceito de gênero chega com maior vulto à *práxis* social e acadêmica. Segundo Joana Maria Pedro (2005) isso se deu junto ao movimento feminista de “segunda onda”, como se costuma referir aos eventos concernentes à luta política das mulheres por ampliação de seus direitos e igualdade civil em relação aos homens depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Conforme explica a autora, o movimento feminista de “segunda onda” passou “(...) a ganhar visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos (...) [tendo] como liderança o trabalho de Betty Friedan, “A Mística Feminina”, publicado em 1963, e a organização, em 1966, da NOW – *National Organization of Women*” (PEDRO, 2005, p. 79). Na França, a força do movimento está relacionada à ação

---

<sup>8</sup> A teoria self-objeto foi inicialmente desenvolvida por Freud em seus ensaios sobre a formação da *psique* humana, identidade e sexualidade. Fundamenta-se na ideia de que o *eu* comunica-se com o ambiente à sua volta a partir de uma referência que implica, de um lado, *a*) a busca de prazer (libido) ou a tendência à repetição de um ato (ou contato) que tenha promovido prazer e, de outro, *b*) a própria formação da personalidade (ou identidade) sexual do sujeito. Assim, a figura do pai seria o objeto masculino a partir do qual o menino ou a menina referenciarão o que é masculinidade, enquanto a mãe exerceria o papel do oposto feminino.

das seguidoras de Simone de Beauvoir que publicou sua mais importante contribuição sobre o assunto em “O Segundo Sexo”, de 1949, como notamos anteriormente com Lisly (2006).

Tratava-se na verdade de uma nova inflexão do movimento feminista, um reviver de sua luta e reivindicação. Naturalmente, porém, as causas eram outras. Os eventos feministas de “primeira onda” estavam ligados aos primeiros momentos de chegada da mulher ao meio público no final século XIX, quando a tônica central da luta era a conquista de direitos trabalhistas e políticos básicos – como os de trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança, sufrágio. O feminismo dito de “segunda onda”, por sua vez, surgido no pós-45, priorizou o direito à liberdade corpórea, ao prazer, e à independência em relação ao patriarcado jurídico e pessoal – entendido em sentido lato como o poder que os homens exerciam historicamente sobre as mulheres, não só esposas, mas também filhas, irmãs e outras que porventura estivessem inscritas em seu domínio (veja-se PEDRO, 2005; DELPHY, 2000 *in* HIRATA *et. al.*, 2000). Nos movimentos de “segunda onda” uma das principais palavras de ordem era: “o privado é político”. Com isso as mulheres queriam dizer que

(...) as relações que se estabelecem na intimidade dos lares eram relações de poder e deveriam ser levadas para o espaço público para serem legisladas. Veja-se o caso da contracepção, do aborto, da violência doméstica que exigem legislação (PEDRO, 2005, p. 95).

Nos primeiros anos de sua alvorada, porém, o feminismo de segunda onda não conhecia ainda o termo “gênero”; em verdade, este haveria de esperar uma ou duas décadas até que fosse reclamado pelas intelectuais feministas de fins dos anos 1970. A categoria léxica que embalara as bandeiras daquelas militantes dos anos 50 e 60 era “mulher”. Segundo Pedro (2005, p. 80, grifos nossos),

(...) era como “Mulher” que elas reafirmavam uma identidade, separada da de “Homem”. E era em nome desta identidade que nesta “Segunda Onda” constituiu-se a prática de realizar grupos de reflexão compostos somente por mulheres. O argumento para que estes grupos fossem assim – exclusivamente formados por elas –, foi muito bem explicado por Françoise Collin. Ela dizia que a presença dos homens nas reuniões freava as palavras e as iniciativas das mulheres; por isso, era para escapar a estes freios que os movimentos feministas não aceitavam reuniões mistas.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Por ocasião de uma viagem aos Estados Unidos no início dos anos 1970, Françoise Collin, feminista francesa fundou, em 1973, *Les Cahiers du Grif*, primeira revista feminista de língua francesa em uma sociedade onde o pensamento, especialmente a reflexão filosófica acadêmica é um universo masculino, onde a palavra de uma

Assim, talvez mais austero do que o de “primeira onda”, o feminismo de “segunda onda” se queria eminentemente feminino mesmo, as mulheres queriam se *pensar* mulheres, se *ver* mulheres e até se *construir* mulheres (numa perspectiva beauvoiriana). E elas o queriam em um ambiente exclusivamente feminino, entre mulheres apenas, portanto. É flagrante o fato de elas exigirem um universo feminino em contraponto ao masculino. Uma espécie de descoberta (ou redescoberta, senão *invenção*) de um mundo que, eminentemente feminino, houvesse, por direito e força maior, de excluir o masculino, o qual lhe havia outrora imposto o silêncio.

Essa primeira fase da “segunda onda” feminista mostra-se radical, como podemos ver. Nas reuniões, as mulheres narravam sua trajetória de vida, relatavam como tinham sido criadas, quais os elementos moldaram sua concepção de mundo e sua percepção sobre sua condição de mulher e seu papel diante de uma sociedade masculinizada. Relatavam, por exemplo, como tinham vivenciado seu corpo e seus comportamentos impostos diferentemente dos meninos; como sua infância e sua adolescência se ligam a esse contraponto e, obviamente, dos preconceitos e das violências que sofreram ao longo da vida. Nestas reuniões, enfim, as mulheres se davam conta de que as vivências foram várias, mas semelhantes e “(...) concluía[m] que – como tinha dito Simone de Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa autoestima” (PEDRO, 2005, p. 81).

Essa conduta rendeu ao feminismo uma cisão interna. Dois grupos se formaram: de um lado aquelas mulheres cujo objetivo central era a “feminilização” do mundo em contraponto à sua “masculinização” original. Elas compunham o grupo das “diferencialistas”. De outro lado, as mulheres que, discordantes dessa postura isolacionista, formavam o grupo das “igualitaristas”, ou “existencialistas”, em referência à obra de Simone de Beauvoir, de quem eram seguidoras. Elas imputaram às suas rivais a pejora “essencialistas” acusando-as de pretenderem forjar o mesmo caráter universal antes reclamado ao masculino, agora para o universo feminino. Esse grupo, mais politizado, defendia a participação de mulheres em *igualdade de condições* com os homens junto à esfera pública.

---

mulher não é aceitável senão como marginal (Veja-se COLLIN, Françoise. *Nuevo Feminismo*. Nueva sociedad o el advenimiento de otra. Boletim Nosotras, Grupo Latinoamericano de Mujeres, ano II, n.21/22, sept-oct., p.9-12). Como Collin enfatizou mais de uma vez era preciso escapar aos freios da opinião e da visão masculinas, que pareciam ainda, além de reprimir, inibir as mulheres em suas colocações, daí não aceitarem as reuniões mistas.

Foi nos Estados Unidos dos anos 1960 que o feminismo, misturando-se a outras lutas, como a dos afrodescendentes e demais minorias raciais e dos trabalhadores pobres e desvalidos da lei, ganhou maior vulto. Mulheres – negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras – direta ou indiretamente ligadas ao movimento feminista de militância – passaram a reivindicar a “diferença dentro da diferença”, isto é, além de serem mulheres o que as diferenciavam naturalmente dos homens (fato que para elas não era suficiente para definir suas reais demandas enquanto pessoas), elas eram discriminadas no trabalho e recebiam baixos salários, por causa de sua cor, de sua origem, sua fragilidade educacional e até mesmo sua procedência de bairro ou de família. Tratava-se, pois, de algo mais amplo e mais complexo do que simplesmente o fato de ter nascido com um corpo sexuado feminino. Essas mulheres não consideravam, por exemplo, que trabalhar fora de casa, seguir uma carreira tipicamente reservada aos homens, seria uma espécie de “libertação” da sua reclusa subordinativa, como queriam alguns feminismos “igualitaristas”. As mulheres pobres dos subúrbios de Nova Iorque, Princeton, Boston, Chicago, Detroit e Búfalo já há muito haviam “conquistado” postos de trabalho fora do lar, mas isso não passava de uma fadiga a mais. Além do mais, conforme muitas argumentavam, o trabalho “mal remunerado” reivindicado por diversas mulheres brancas de classe média e/ou pobre (talvez como forma de afirmação de sua “identidade feminina”) poderia muito bem ser a ocupação que faltava a seus filhos, pais e maridos.

Como conclui Pedro (2005, p. 82, grifos nossos), todo esse debate acerca do aparecimento dos feminismos de “segunda onda” e as contradições preliminares entre ‘diferencialistas’, seguidoras de Luce Irigaray e Helène Cixouse e ‘igualitaristas’, seguidoras de Simone de Beauvoir

(...) fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais *diversas* “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das *múltiplas diferenças* que se observavam dentro da diferença.

De qualquer maneira uma questão ainda ficaria premente e sem resposta definitiva: porque nas mais diversas culturas as mulheres apresentavam um caráter de fragilidade diante

da autoridade masculina? No seio dessa questão residiria, pois, um pressuposto: independente do que uma ou outra cultura reservasse à mulher enquanto papel social este sempre a desqualificaria em relação ao homem. Segundo Pedro (2005, p. 82-83),

(...) a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos.

Foi nesse esteio que a “história das mulheres” preocupada em tirá-las do silêncio alcançou outra categoria – a de gênero – a fim de emancipar-se das contradições teóricas e conceituais que poderiam advir do debate referido, por um lado, e dar conta dos conflitos, das diferentes circunstâncias e das contradições concretas que envolviam as relações entre homens e mulheres, por outro. Buscava-se reforçar a ideia de que as diferenças nos comportamentos de homens e mulheres não estavam necessária nem determinadamente atreladas ao “sexo” biológico, sendo, ao contrário, definidos pelo *gênero*, isto é, pelos referenciais culturais que envolviam as concepções de *homem* e de *mulher* e os seus *papeis sociais* nos seio das *relações* que estabeleciam entre si.

Consideramos que as relações sociais constituem realidade fundante de qualquer formação histórica, na medida em que a partir delas envolvem-se poderes, representações de força, estratégias de compensação, trocas e intercâmbios culturais, variantes simbólicos e materiais, reconhecimento, papéis culturalmente referenciados, subordinação, justaposição, estratégias e conflitos. Por isso, inserir a complexa relação entre os gêneros nesse universo teórico e prático é importante para tornar mais elucidativo o conceito de gênero e sua operacionalização.

A noção de gênero utilizada em ciências sociais na sua conotação moderna e no seio dos estudos sobre a feminilidade (e a masculinidade que lhe impõe contraponto) é tipicamente anglo-saxônica. Foi com Joan W. Scott (1989; 1994) que ganhou amplitude entre os intelectuais norte-americanos e europeus a partir dos anos 1990. Scott trabalha o conceito de gênero considerando-o elemento central nas relações sociais de poder fundadas nas diferenças entre os sexos. Segundo ela,

a palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (...) Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995, p. 73, grifos nossos).

Observe-se que a definição de Scott reencontra a perspicácia teórica originalmente sustentada por Robert Stoller: o distanciamento necessário entre o sexo biológico e o gênero (sua face sociocultural).<sup>10</sup> Para Stoller, o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem”, ou seja, a “identidade de gênero” era mais importante do que as características anatômicas. Neste caso, o “gênero” não coincidia com o “sexo”, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens, assim como o contrário.

A definição de Scott vai ainda além. A autora articula a noção de gênero às relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres, e, mais precisamente, às relações de poder aí colocadas. Isso nos faz crer que a intenção da autora não é tão somente enfatizar a existência de uma dimensão cultural dos papéis sociais e identitários através do sexo, mas de fazer ver as relações que se tecem em meio à transversalidade de diversas outras categorias, como dominação e desigualdade, raça, etnia e classe.

Diante dessa definição feita por Scott, Pedro (2005, p. 86) salienta que da proposta de Stoller, isto é, gênero é o sexo social/cultural e sexo é composição biológica, “para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder”.

O conceito de gênero torna-se também mais operacional do que as expressões “mulher” e “homem” porque permite escapar da abstração universalista referente aos sexos, bem como do isolamento entre os mesmos, o que incidiria em modelos teóricos frágeis; em contrapartida, o gênero contempla a relação não só entre homens e mulheres, mas entre os semelhantes entre si. Como salienta uma vez mais Pedro (2005, p. 87):

o uso da categoria de análise ‘gênero’ na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações

---

<sup>10</sup> Robert Stoller cunhou o termo gênero (cultural) para estabelecer uma baliza teórica importante que o distinguia do sexo (biológico). Scott, Nicholson e Laqueur haveriam de superá-lo aproximando os dois conceitos o tomando-os, ambos, como dimensões socioculturais. Como aponta Pedro (2005, p. 79) o autor “(...) tratava de intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital (considerada por ele como sexo) com sua identidade sexual escolhida (considerada como gênero)”.



entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero.

Gabrielle Houbre (*in* SALOMON, 2004, p. 136, grifos nossos) <sup>11</sup> afirmou certa vez:

(...) o termo gênero me parece ser mais interessante na medida em que permite *integrar outros estudos*, como aqueles relacionados à masculinidade, o que não era possível quando se falava em história das mulheres. Para mim, o conceito gênero trata da construção social e cultural dos sexos, das identidades sexuais, tema com o qual venho trabalhando bastante. Por exemplo, no meu livro sobre a disciplina do amor, procurei mostrar como a aprendizagem amorosa era completamente diferente em função do sexo. *As modalidades de acesso à aprendizagem amorosa não são as mesmas para meninos e meninas.* <sup>12</sup>

Levando-se em consideração tudo o que até agora avaliamos em termos analíticos, havemos de notar que o estudo que se propõe amparar-se na categoria gênero não pode pretender apenas a mulher, e sim as relações que se estabelecem entre homens e mulheres, e deles entre si, numa perspectiva suficientemente ampliada para deixar ver a face conflituosa, os poderes que se impõem e se negociam no seio das relações sociais. A própria Scott afirma que a noção de gênero deve ser observada por duas faces distintas, porém correlatas: “um *elemento constitutivo de relações sociais* fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) e um primeiro modo de dar *significado às relações de poder*” (SCOTT, 1995, p. 73, grifos nossos).

Assim pensar o gênero implica duas operações analíticas, a saber: i) desvinculá-lo do sexo, que, a rigor, refere-se à identidade biológica de uma pessoa, uma vez que gênero “(...) é [uma] *construção social* do sujeito masculino ou feminino” (SCOTT, 1995, p. 73, grifos nossos); e, por conseguinte, ii) notá-lo (o gênero) como resultado de conflitos e relações de poder, *material e simbólico*. A fim de contemplá-lo, Scott procura explicar a subordinação da mulher e a dominação masculina como uma *primeira forma de manifestar poder* a partir de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva.

<sup>11</sup> Entrevista concedida a Marlon Salomon da UFSC, quando a historiadora francesa passava pelo Brasil, por ocasião do V Encontro Internacional Fazendo Gênero realizado em Florianópolis no ano de 2002.

<sup>12</sup> A autora refere-se à obra *La discipline de l'amour. L'éducation sentimentale des filles et des garçons à l'âge du romantisme*, publicada em 1997 em Paris pela editora Plon no âmbito da coleção *Civilisations et Mentalités*.

A dimensão simbólica contempla as representações múltiplas e contraditórias, a exemplo de Maria como símbolo de pureza e bondade, e Eva como de pecado e perversidade. A dimensão normativa define-se a partir de interpretações acerca dos usos e dos significados dos símbolos vistos sob a sua capacidade de criar metáforas tão fortes quanto eles, e, a partir daí, orientar comportamentos. O encontramos, segundo a autora, em dogmáticas religiosas, ou plataformas educativas, científicas, políticas e jurídicas que polarizam as relações entre masculino e feminino. A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais como mecanismos que aprofundam essas assimetrias entre os gêneros. A dimensão subjetiva circunscreve os modos como as identidades de gênero são edificadas, relacionadas e situadas social e historicamente, enquanto representações culturais (SCOTT, 1995).

Visto sob o espectro dessas quatro dimensões interligadas, o gênero reforça o estudo da história social, por evidenciar que as relações sociais, sexuais, amorosas e afetivas, por exemplo, não se constituem em realidades naturais, ou ontológicas, e que elas se relacionam com o mundo de forma ampla, especialmente no que toca os papéis sociais (e aí, o mundo do trabalho e da ciência), bem como as relações de poder fundadas nas diferenças sexuais.

A pesquisa que apresentamos nesta tese vincula-se a noções e representações de sentido expressas em discursos e juízos. Por isso aproximamos nossa análise às noções discursivas e categorias culturais muitas vezes veiculados por homens, ou, se por mulheres, à luz da diferença e relação entre os sexos. Por discurso entendemos com Foucault

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...)” (FOUCAULT, 1960, p. 135-136).

Consideramos que quando se criam imagens acerca da mulher e se as veiculam e sedimentam-se no seio de uma cultura, tornando-as representações capazes de informar ações, criam-se também *estratégias discursivas*. Isso equivale a dizer que quando se consolida uma imagem sobre a mulher ligada ao âmbito doméstico, por exemplo, ou à castidade, ao compromisso maternal e matrimonial, há sempre por detrás uma estrutura ou estratégia de poder que constrói um juízo e legitima-se a partir dele. Assim os discursos envolvem

regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1960, p. 43).

Como veremos adiante, na segunda parte deste trabalho, concepções sobre a mulher informariam diversos discursos de legitimação para a criação de um curso de ciências domésticas em que a mulher devesse assumir posição de cuidadora e gestora dos lares e da família. Trata-se de uma construção fundada em imagéticas e retóricas que envolvem uma estratégia de poder e organização social sexista. Como explica Foucault,

(...) a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das *táticas* e *estratégias de poder*. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica (FOUCAULT, 2007, p. 93, grifos nossos).

Para Foucault essas estratégias de poder as quais formam imagens e referências culturais “(...) se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder” (FOUCAULT, 2007), ou seja, nas relações que se estabelecem dentro, mas também (e especialmente) fora do âmbito do Estado. Tratando das noções de obediência e disciplina que se estabeleceram historicamente nas sociedades ocidentais, o autor destaca a primazia de micro-poderes sobre os sistemas prisionais, mostrando por exemplo que a vigilância “(...) desenvolveu-se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habituadas a obedecer: a mulher a seu marido, a criança à sua família” (FOUCAULT, 2007).

O discurso constrói lugares comuns, antes retóricos e, portanto, simbólicos e imagéticos, mas seu enunciado informa intenções e ações pelas quais manifestam relações de poder. Sua composição desdobra-se em saberes de modo que, conforme salienta Foucault, “(...) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 180).

Joan Scott associa saber e gênero “(...) com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres” (SCOTT, 1990, p. 12). Para a autora esses saberes acerca da mulher ou mesmo do homem, e, mais precisamente, os saberes sobre a *diferença* entre os sexos, atribuem sentidos à realidade e podem ser gerados e/ou legitimar estruturas de poder. O gênero significa, nesta linha, “o saber a respeito das diferenças sexuais”, e este saber, seguindo uma perspectiva

foucaultiana, é relativo, histórico, estratégico e relacional, ou seja, “(...) é produzido de maneira complexa [tendo] uma história autônoma [pois] seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas” (SCOTT, 1994, p. 11-27). Scott conclui que “gênero é a organização social da diferença sexual”. Por outro lado, ela lembrava que o conceito não refletia ou programava diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas “um saber *que estabelece significados para as diferenças corporais*” (SCOTT, 1994, p. 13, grifos nossos).

Numa linha mais propriamente filosófica, porém ligada à influência foucaultiana de Scott, talvez a mais citada e corroborada teoria acerca das relações de gênero nas ciências sociais, Judith Butler propõe uma noção de “performatividade do gênero”. Sua teoria consiste fundamentalmente em inverter a noção formativa que parte da distinção entre gênero e sexo, tomando este último como um dado natural a partir do qual se desenvolveria a sua variante cultural. Butler entende gênero enquanto construto cultural e, mais precisamente, discursivo, sendo o sexo um *efeito* do gênero. Isso equivale dizer que o sexo também tem uma forte intervenção cultural enquanto concepção sócio-histórica, assim como o gênero construído em relações sociais de poder. Para formular a “teoria performática”, Judith Butler se pergunta: “O que é o sexo? (...) Teria o sexo uma história? Haveria uma história como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?” (BUTLER, 2003, p. 25).

Questiona-se a existência do sexo enquanto dado biológico puro, isto é, uma fonte de determinação ontológica de onde derivariam as demais estruturas de definição de um indivíduo, algo *formativo*, portanto. A autora salienta que o sexo não pode ser tomado como essa espécie de “pré-discurso”, base a partir da qual se desenvolveram as representações acerca dos papéis culturais de gênero, chegando aí ao ponto de vista scottiano. Para Butler, não se trata de ver o gênero como componente da cultura, restando ao sexo o estatuto de seu correspondente original na biologia; daí uma vez mais refutar o pretense caráter atemporal e ontológico da categoria *sexo* em relação ao *gênero*. Nas palavras da autora:

se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p. 25).

Para Judith Butler não é possível que alguém reclame uma sexualidade pressuposta porque esta em princípio não há, não existe por si só. Assim indivíduo algum é (ou tem) certa sexualidade, ele, na verdade performatiza um conjunto de formas de ser ancoradas enquanto sentido em discursos sociais identitários. Desta forma, pela repetição, pela imitação e pelo uso, enfim, de certas maneiras de se atuar em meio às relações sociais, um indivíduo constitui uma identidade, mutável porém. Daí a forma exímia de a autora (homossexual) explicar sua teoria: Butler, de si própria, diz, “desde os dezesseis anos *sendo* uma lésbica é o que eu tenho sido” (*being a lesbian is what I’ve been*). De modo que não se trata de *ser* algo, mas de praticá-lo enquanto performance social, isto é, modo de se apresentar ao outro segundo maneiras consagradamente masculinas, femininas ou qualquer variação neste sentido.

Thomas Laqueur, em obra anterior à de Butler, já sinalizava nessa direção. Estudando as concepções sobre os sexos desde os gregos antigos até a divulgação das teses de Freud no século XX, o autor inverte decididamente a questão e afirma que o gênero gera o sexo, e não o contrário (!). Segundo Laqueur, foi só a partir do século XVIII que a ciência médica começou a definir a existência formal de dois sexos. A mulher, enquanto categoria biológica, não existia no seio da cultura científica ocidental até as primeiras décadas dos Setecentos, sendo meramente considerada como um “macho incompleto” (LAQUEUR, 1994; veja-se ainda PEDRO, 2005; e NICHOLSON, 2000).

Sendo assim, o sexo biológico também teria se construído a partir de referenciais culturais ligados ao monismo original masculino, o que legaria caráter conflituoso à concepção posterior da existência de dois sexos, levando na essência por fazer ver uma vez mais relações e estratégias de poder. Como aponta Laqueur (1994, p. 23).

(...) quase tudo que se queira dizer sobre sexo já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder.

Linda Nicholson (2000), estudando a mesma relação sexo/gênero, salienta que dividir as duas categorias, antepondo a primeira à segunda e fixando-lhe caráter de ponto de partida para posterior elaboração, constitui um subterfúgio teórico que tenta escapar do determinismo biológico e acaba por perpetrar um igualmente problemático *fundacionalismo biológico*. O fundacionalismo configura-se, segundo a autora, como uma forma de considerar a construção masculino/feminino com uma parcela de construcionismo social, admitindo, a partir disso,

que existam diferenças entre mulheres em distintas sociedades. Porém isso aconteceria de maneira limitada, na medida em que ainda se conferia ao sexo certas características imutáveis.

Nicholson procura mostrar que os feminismos deram mostras sensíveis de sua fragilidade ao pretender o conceito de gênero apenas como aparato formal, responsável por construções culturais ligadas ao comportamento e às noções de masculino e feminino. Ela utiliza o que chama “noção porta-casaco” da identidade para ilustrar sua ideia de que o corpo (biologicamente concebido) pode rotular o gênero, uma vez que se lhe imprime estatuto de fonte geradora dessas condições sociais imutáveis de que falamos. Ao cabo, essa concepção, cara ao movimento feminista de “segunda onda”, advoga mais uma vez o problema do essencialismo.

Na metáfora do cabide, “o corpo era visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento”. O porta-casaco, como sugere o próprio nome, define-se por sustentar casacos e não outras peças. Porém, pode-se experimentar investir-lhes suéteres, camisas ou outros tipos de roupas, causando estranheza; se o vemos, por outro lado, cheio de sobretudos e cachecóis não haveria réplica afinal ele *é feito* exatamente para tal. Nas palavras da autora:

Quando se pensa o corpo como um ‘cabide’ no qual são ‘jogados’ certos aspectos de personalidade e comportamento, pode-se pensar no relacionamento entre os dados do ‘cabide’ e aquilo que nele é jogado como algo mais fraco do que determinista, porém mais forte do que acidental. Não se é obrigado a jogar sobretudos e cachecóis num porta-casacos (...) Mas se sempre [o] vemos cheio de sobretudos e cachecóis, não exigimos muita explicação (NICHOLSON, 2000, p. 12).

Não se trata de mero determinismo biológico. Conforme conclui Nicholson (2000, p. 56), “rotulo essa noção do relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento de ‘fundacionalismo biológico’, a fim de indicar suas diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico”.

Nicholson escreve que o gênero nos anos 1970 “não era visto como substituto para ‘sexo’, mas como modo de minar as pretensões de abrangência do ‘sexo’”. Essa posição das feministas explica-se por uma operação mental bastante interessante: por julgar o sexo como um dado natural e fatalístico, e por ver nele uma fronteira irreprochável (porque natural) de distinção entre homem e mulher, as militantes preferiam o conceito de gênero distinto do de sexo justamente a fim de afastá-lo desse caráter ontológico – e indiscutível, resalte-se (!) –

tornando possível emancipar-se em relação ao universo masculino que lhe teria reservado historicamente um lugar de submissão. Linda Nicholson (2000, p. 9) então conclui que

por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de 'sexo' colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança.

A esta altura de nossa discussão, havemos de reorganizar as ideias a partir de três instâncias de reflexão: gênero, poder e saber. Conforme expusemos até aqui, o gênero não é uma categoria de definição sexual em seu sentido biológico. Ao contrário, trata-se de dar significado ao sexo, ou antes, às relações que se estabelecem nesse âmbito, sendo, assim, a um só tempo, significante e significado. Demais, gênero e sexo podem ser considerados categorias históricas e, portanto, culturalmente construídas e referenciadas. Diante dessa definição observam-se a presença de estruturas de poder, legitimadas e legitimadoras das diferenças sexuais e da eventual dominação e subordinação que um exerça sobre o outro, ou ainda que os semelhantes exerçam entre si.<sup>13</sup> Essas estruturas de poder são forjadas no seio de uma complexa rede de relações sociais, em cuja trama não se envolve apenas as relações de gênero, mas diversas outras que ora convergem ora divergem mutuamente.

Persiste, todavia, a questão antes referida: o que é ser mulher? E, por conseguinte, o que é ser homem? Acreditamos poder ensaiar uma resposta: a mulher, bem como o próprio homem, enfim as identidades humanas referenciadas a partir do sexo, não nascem definidas, elas constroem-se e transformam-se, superam-se, engendram rupturas e continuidades históricas a partir de um conjunto complexo de fatores psíquicos, sociais, culturais, educacionais, econômicos e políticos que se combinam, podendo traçar trajetórias distintas e mudanças de curso.

No âmbito dos *discursos* e dos *saberes* sedimentados e autorizados socialmente como *poderes*, o que se faz comumente é juntar *sujeitos a predicados*. Por isso, propomos aqui a

---

<sup>13</sup> Como salienta Pedro (2005, p.88), “O uso da categoria de análise ‘gênero’ na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. Foi desta maneira que Cleci Eulália Favaro, falando das famílias italianas que migraram para o Rio Grande do Sul, mostrou o estabelecimento de hierarquias no significado do que era ser feminina entre sogras e noras. Ou seja, o que Cleci focalizou foi a relação de gênero entre mulheres. Neste caso, a sogra, na relação de poder com a nora, mostrava-lhe quanto ela era ‘muito mais mulher’ do que a nora”.

ideia de “ser mulher, uma missão”. Na verdade, “ser mulher” é uma construção forte porque carrega uma série de sentidos em si mesma. Mas quando qualificada com a noção de missão ela transmuta-se em discurso e em saber a um só tempo. É com esse olhar que nos voltamos à trajetória da instituição que protagoniza nossa pesquisa. Veremos adiante que muitos dos discursos e referenciais culturais acerca do que se deveria *esperar* de uma mulher em matéria de comportamento, desejos e papéis sociais num contexto em que o doméstico encontra a ciência, e o universo público encontra o privado, tornaram-se inermes diante de práticas e estratégias pessoais de mulheres reais cuja trajetória será marcada de ações e conquistas que desafiam modelos sociais sexistas e reducionistas numa realidade que envolve sujeitos históricos e valores impossíveis de serem notados a partir de olhares meramente maniqueístas.

### **1.2 Relações sociais: chave da dinâmica histórica e das construções identitárias**

As categorias de gênero, fundadas ou não no referencial natural de corpos sexuados, estão sujeitas a dinâmicas sociais específicas que atribuem sentido à sua construção. Dinâmicas essas que não são anteriores à ação e à relação também. Em suas análises das dinâmicas sociais e da construção da sociedade pelo o indivíduo e deste por aquela, Norbert Elias propõe as noções teóricas de sociogênese e psicogênese. Para Elias trata-se fundamentalmente de se considerar, a um só tempo, a ação do indivíduo enquanto agente de construção e transformação de hábitos, comportamentos e valores sociais e a composição de sua estrutura psíquica e cognitiva de controle dos instintos e emoções necessárias de serem aplacadas para a convivência suportável dentro de padrões e concepções de organização social historicamente referenciados. O autor, a fim de afastar o conceito de sistema, o qual remete a um caráter pretensamente estático e mecânico das formações sociais, preconiza a noção de configuração. Elias salienta que o conceito de configuração substitui o de sistema que “(...) é prejudicado pela ideia correlata de imutabilidade” (ELIAS, 1994, p. 249). Elias sustenta que seria mais apropriado pensar a sociedade como uma imagem de diversas pessoas interdependentes formando configurações, ou ainda, grupos de tipificações diferenciadas, que se constroem e se reconstroem continuamente, isto é, se configuraram e (re) configuram. Assim o conceito de configuração define a sociedade e as relações sociais ativas, não como uma abstração “(...) de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um



‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada” (ELIAS, 1994, p. 249).

Elias também utiliza o conceito de “habitus” depois trabalhado por Bourdieu. O conceito foi utilizado com função descritiva por Durkheim, Mauss, Thorstein Veblen, naturalmente segundo pontos de vista distintos. Segundo Wacquant (2000, p. 2) a noção de *habitus* “(...) ressurgiu na fenomenologia, de forma mais proeminente nos escritos de Edmund Husserl, que designava por *habitus* a conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras”. Com Norbert Elias, o conceito ganhou um sentido analítico sócio-cultural e aumentou a sua operacionalidade neste campo. Estudioso de Hursel, Elias compreende o “habitus”, ou “segunda natureza”, como estruturas psíquicas individuais construídas e amoldadas por atitudes tipicamente sociais. O autor está preocupado com as mudanças históricas e culturais sentidas no âmbito dos padrões europeus pós-medievais de violência, sexo, funções e comportamentos corporais, etiqueta à mesa e formas de discurso. Segundo Elias, construiu-se ao longo da história europeia da transição do período medieval para a era moderna um conjunto conciso de hábitos e comportamentos novos capazes de gerarem estruturas psíquicas de autocontrole, gradualmente transformado em resposta às vergonhas e ao nojo, à repulsa a certas atitudes diante dos olhos alheios e ao asco a certos elementos constituintes da própria condição orgânica dos seres humanos.

Esse tipo de abordagem é importante principalmente porque, de um lado, dá maior visibilidade à ação humana na história, seja no seu âmbito coletivo ou individual, mais geral ou mais pontual, e, de outro, por tornar cada vez mais notável que em sistemas de dominação, ou relações de produção em contraste, onde concorrem interesses de proprietários e destituídos, não vale apenas o movimento das estruturas produtivas, políticas e ideológicas, mas a ação de pessoas que constroem essas relações ativamente, muitas vezes informadas por referenciais culturais que fogem à ação comumente fictícia do mercado.

Seguindo esta orientação teórica notamos em certa medida que a mulher se constrói em contato com outras mulheres também, mulheres que se cercam de demandas as quais elas podem compartilhar ou não, como teremos oportunidade de observar na segunda parte desta tese, quando analisarmos as falas das mulheres da ESCD. Um ideal de mulher ou de um grupo de mulheres circunscritas a uma realidade específica é forjado diante das situações que experimentam juntas, e as representações que lhe servem como elementos identitários constroem-se na relação com o *outro* referenciado: o homem ou outras mulheres de grupos diferentes. Neste sentido, o “ser mulher” também influencia a construção do “ser homem”, ou,

se melhor, a masculinidade constrói-se na sua relação e tradução mais fidedigna exatamente no encontro com o seu oposto.

A masculinidade não é um estatuto; assim como a feminilidade, é um comportamento, uma construção sócio-histórica ligada aos processos complexos de identificação coletiva, por um lado, e de subjetivação, por outro. Sua dinâmica imprime às relações sociais, seu ambiente de composição, a marca constituinte do seu oposto, social e biológico, culturalmente referenciados, de sorte que um “comportamento feminino” só pode ser notado a partir de um correlato (senão antitético) “comportamento masculino”, e este a partir daquele. É assim que vamos notar as relações que se estabelecem entre os atores históricos e os referenciais simbólicos que envolveram a criação e a trajetória do curso de ciências domésticas da Universidade Federal de Viçosa, nosso objeto de estudo neste trabalho.

Estudando a dominação simbólica em sua dimensão sexual ou a propósito do sexo, isto é, a partir das relações entre o homem e a mulher, ou, ainda, o masculino e o feminino, observamos que ambos constroem esquemas cognitivos (generativos) e se valem deles na constituição de sua identidade coletiva, desenvolvendo comportamentos cuja lógica sustenta e conduz as fronteiras simbólicas que definem os diversos campos sociais. Os conceitos de “habitus” e “campo” são nevrálgicos neste sentido. Por “habitus”, Bourdieu compreende um conjunto organizado de esquemas capazes de definir maneiras de agir determinadas segundo as experiências sociais de um indivíduo, dado o seu meio e a sua posição. O *habitus* traduz, assim, certos estilos de vida, juízos políticos, morais, éticos e estéticos que imprimem-se ao comportamento.

Sendo tudo isso, o *habitus* é, ainda, uma matriz de *percepção* do real que torna o indivíduo capaz de agir no mundo de modo criativo, desenvolvendo estratégias específicas de ação e reação à realidade de seu entorno. É a externalização do internalizado e a internalização do externalizado. Ele pode comportar valores compartilhados o que o faz instrumento de atuação conjunta com relação ao real, podendo, pois, serem coletivas as estratégias de ação referidas. O acúmulo de bens simbólicos, e outros referenciais culturais de reconhecimento do mundo engendrados ao longo da trajetória social e íntima dos indivíduos, inscrevem-se no *habitus*. Como aponta Maria Drosila Vasconcelos (2002, p. 81)

é através deles [bens simbólicos] que os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social [a qual] não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles.

Segundo definição do próprio Bourdieu (1990, p. 56), o *habitus*

é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta autonomia é a do passado, ordenado e atuante, que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e assim assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo.

O *habitus* manifesta-se também em características do comportamento dos indivíduos e na sua concepção corpórea, sendo observável em diversos domínios da prática social concreta, o que, segundo Wacquant (2000, p. 3), “explica a coerência que se verifica (...) entre vários domínios de consumo – na música, desporto, alimentação (...) nas escolhas políticas e matrimoniais (...) e entre indivíduos da mesma classe [fundamentando] estilos de vida”. Neste ponto chegamos à noção de mundos sociais particulares, ou “campos” em que circulam ideais e pessoas de *habitus* similares.

O conceito de campo. Segundo Bourdieu “uma análise completa da prática requer uma tripla elucidação da gênese e estrutura sociais do *habitus* e do campo e das dinâmicas da sua confrontação dialética” (Bourdieu 2000). O campo é, por excelência, o espaço no interior do qual os indivíduos atuam de maneira mais direta e concreta, construindo um jogo de relações de poder e imposição de regras as quais organizam este espaço. O *habitus* neste sentido pode ser notado com um construto e construtor, a um só tempo, do jogo e de suas regras. As regras do jogo e ele próprio são construídos no contato entre os indivíduos que compõem um campo qualquer: assim tem-se o campo médico, com regras próprias estabelecidas, reforçadas ou abnegadas no calor das relações e práticas sociais concretas dos médicos; o campo dos juristas, dos psicanalistas e dos assistentes sociais.

Competências, poderes, influência são parte do capital simbólico cujo efeito pode ser observado e sentido no plano concreto das ações; esse baluarte é negociado entre os membros de um campo, sendo parte integrante das regras do jogo ali estabelecido. Desta forma, as maneiras de conceituar a mulher e o homem relacionam-se com a formação de um todo específico – essencialmente relacional, portanto não precedente ao próprio encontro e vivência das circunstâncias sociais concretas – e em cujas bases estão fixados processos complexos de construção de sentidos sobre os sexos.

É nesse ambiente – o das relações sociais, entre o *habitus* e o *campo*, as estratégias e práticas sociais e individuais – que se forjam, projetam e operacionalizam representações capazes de sedimentar ideais e informar comportamentos. Mas é também aí que os indivíduos colocam suas vontades e seus valores à prova e criam estratégias diversas para se colocarem no mundo. No campo acadêmico – ou científico – do universo específico da UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais) – depois UFV (Universidade Federal de Viçosa), *lócus* do nosso estudo, a “dominação masculina” haveria de conviver com a presença de mulheres para as quais a ciência *do* lar (ou *para o* lar) paradoxalmente as colocava em contato estreito com o meio público dando-lhes estatutos que apenas os homens antes reclamavam e julgavam legítimos de sua monta. Segundo Bourdieu (1983, p. 122-123), a luta pelo monopólio da competência científica no interior do campo científico, “(...) enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Mas o que estaria em jogo? Talvez o monopólio da autoridade do saber, uma capacidade técnica que corresponde a um poder social, por vezes econômico e até político; “(...) ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 1983, p. 122-123). A autoridade no campo científico da UREMG, uma escola rural, voltada exclusivamente para homens que recebiam as primeiras mulheres reclamando o estatuto científico à sua matéria e atividade (algo que, a rigor, os igualava ao menos neste campo – o da ciência) parece ser algo que vai muito além do conhecimento e do reconhecimento de méritos acadêmicos. Como veremos, questões ligadas ao gênero e à domesticidade tornariam essa relação muito mais complexa.

O caráter simbólico das relações de força, subordinação e poder não deixam de admitir a realidade contraditória e conflituosa como ela é. A ESCD foi projetada, mas as vidas que a experimentaram não necessariamente se fizeram no esteio dessa projeção. Diríamos mais decididamente que a formação da consciência das mulheres que por lá passaram dependeu da forma como elas experimentaram uma realidade em construção. Aliás, como em diversas circunstâncias, a todo tempo a concretude das ações e decisões contingenciais conflitam-se com os projetos que se lhe pretendem deitar controle e operacionalidade ideais.

Os indivíduos, e os grupos, as trajetórias particulares vividas em um contexto social e culturalmente referenciado – a universidade – podem muito nos dizer sobre o funcionamento dessa relação de forças. Nos capítulos seguintes haveremos de passar por questões como as

representações sobre a “mulher-mãe”, a “mulher-esposa”, os “ideais de família”,<sup>14</sup> os cuidados com os filhos, os “papeis sociais da mulher” e, por conseguinte, do próprio “homem”; a construção do gênero, enfim, não obstante, a construção imagética mesma da masculinidade e da feminilidade, que engendra, no bojo das relações sociais às quais circunscrevem a concepção, a trajetória, o desenvolvimento e os percalços por que passou o instituto de Ciências Domésticas da UFV.

---

<sup>14</sup> Dando ênfase à família rural que as alunas do curso de ciências domésticas teriam como seu objeto de intervenção nas origens do curso e de suas atividades como veremos adiante.

## CAPÍTULO 2

### A MULHER E AS CATEGORIAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO, A POLÍTICA E OS UNIVERSOS PÚBLICO E PRIVADO NA HISTÓRIA

*O risco de investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal está sempre presente. Conforme mostram os exemplos práticos de escrita supostamente 'própria' às mulheres, o essencial é deslocar a atenção, para apoiá-la nos usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos.*

Roger Chartier

*com uma palavra emocionalmente tão carregada quanto 'mulher', da qual tantas coisas dependem se considerarmos o modo como seu sentido é articulado, qualquer proposta de articulação de sentido deve ser vista como intervenção política.*

Linda Nicholson

Como notamos no capítulo anterior, autores de diversas áreas das ciências sociais compartilham o lugar comum da não existência de um conceito prévio de mulher, ou uma “natureza feminina” que possa abarcar todas as circunstâncias sociais e históricas experimentadas por mulheres (e homens) em diferentes lugares e contextos. Sendo assim, negras, brancas, pobres, católicas, islâmicas, judias, ateias, transexuais, ricas, letradas e analfabetas não podem ser notadas e definidas, se assim o desejarmos, a partir do corpo sexuado por que se apresentam ou do qual são biologicamente feitas. Acreditamos que o fato de a mulher experimentar ciclos menstruais, gravidez, maternidade, oscilações hormonais e puberdade específicas, diferentes com relação ao homem, não define em última instância sua opressão. Isso não significa que não exista (e tenha existido) dominação sobre a sua condição em diversas circunstâncias históricas e sociais. Tanto diacrônica quanto sincronicamente podem notar-se discursos de práticas opressoras orientando relações sociais referenciadas no sexo (ou no gênero), e, muitas vezes, elas têm a ver com pressupostos biológicos referentes ao

corpo feminino e à sua lógica interna, o que acaba por impor lugares de submissão e desfavor à mulher. Mas disso inferir que são as condições fisiológicas, corpóreas e sexuais femininas os elementos que definem mulheres concretas cujas vidas estão inscritas a diversas variáveis em última instância (social e culturalmente) há distância significativa.

Por causa disso, vemos ser mais razoável uma análise que não pressuponha uma definição de mulher em si, já que dessa maneira incorreríamos uma vez mais no equívoco essencialista das feministas dos anos 50 e 60, ou, no máximo, em um fundacionalismo biológico estéril e impreciso reclamado entre as intelectuais dos anos 70, como mostrado por Linda Nicholson (veja-se capítulo 1). Nossa análise compreende nesta tese as construções de sentidos e juízos sociais e as relações de poder que delas emergem ou que nelas estão imbricadas. Desta maneira acreditamos aproximarmo-nos de modo mais conciso das formações sócio-históricas e circunstanciais específicas em que se envolvem homens e mulheres, atores sociais enfim e não corpos biologicamente determinados por suas funções orgânicas senão por suas dinâmicas sociais. Essa perspectiva será desenvolvida na segunda parte do nosso trabalho quando encontraremos as personagens reais da ESCD. Nunca perderemos, porém, o foco na dimensão retórica, já que a documentação sobre a qual nos debruçamos é tipicamente repleta de discursos e representações intimamente atreladas às práticas que pretendem informar. Veremos que os discursos e as práticas que se definem a partir de um argumento sobre a natureza culturalmente referenciada no sexo e na sexualidade são capazes de perpetrar papéis e funções, segundo um ideal-modelo difundido enquanto um valor e tornado prática, enquanto um requisito de organização.

Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, ou ainda as construções discursivas que os engendram e reforçam em um contexto social constituem um campo de análise privilegiado porque deixam ver as relações de poder construídas no seu interior. Como apontou Chartier (1995, p. 42),

o essencial não é opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’ a divisão social (...) dos papéis e das funções.

O referencial teórico trazido por Chartier tem origens na sociologia e na antropologia francesas, especialmente no conceito de representação trabalhado por Durkheim e Mauss. Chartier, porém, manifesta preocupação com o perigo de o conceito ser admitido como

aparato idealista dos fenômenos e das relações sociais concretas. Para o autor o conceito de representação não pode tornar-se uma noção analítica sem a flexibilidade que exigem as relações sociais em movimento. Em seus estudos de história cultural, Chartier lembra a estreita relação existente entre prática e representação sendo esta um conjunto de ideias sedimentadas e difundidas como instrumentos funcionais cujo característico mais importante é o seu poder de informar ações. Citando Mauss, Chartier salienta que “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Pierre Bourdieu atribui importância ao material simbólico também implicado nessas relações, trazendo à análise dos diversos campos (escola, igreja, família, universidade), o capital invisível que alimenta circuitos sociais de consagração cujo sentido é compartilhado e disputado pelos atores em movimento. Segundo o autor, o poder simbólico, mais e mais compreendido e internalizado, tantas vezes tácito, contribui determinantemente para a preservação de certos comportamentos sociais capazes de sugerir um lugar de submissão à mulher. Ele salienta que processos simbólicos profundos podem criar retóricas, hábitos e ações tão arraigados socialmente que des-historicizam ou eternizam estruturas de divisão sexual e seus princípios, dando caráter de natureza ontológica a diferenças de gênero cujos verdadeiros fundamentos são arbitrários produzidos no seio da cultura e da relação (BOURDIEU, 2011).<sup>15</sup> Essa mesma discussão é trazida por Joan Scott caminhando, todavia, por caminhos diferentes. Segundo a autora “descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna” é fundamental para se pensar as relações entre homens e mulheres, social, cultural e subjetivamente falando (SCOTT, 1990, p. 15).

O que Scott quer dizer é que existem imagens e juízos sociais criados e sedimentados historicamente no interior da cultura ocidental, e, no caso da mulher, essas imagens veem carregadas de valores capazes de legitimar certas relações de dominação exercidas pelos homens. O fato é que não são todos os homens que articulam esse processo, nem são todas as mulheres que o recebem total ou parcialmente, tampouco da mesma maneira. De modo que os processos sociais de dominação e poder podem ser sempre notados enquanto estratégias de vida social, o que permite concluir que não há uma base unívoca de representações sobre a mulher ou sobre o homem, a masculinidade ou a feminilidade; o que há é uma série talvez infindável de possibilidades discursivas que servem para criar ou apenas subsidiar estratégias

---

<sup>15</sup> Prefácio à edição alemã. In BOURDIEU, 2011.



sociais concretas de ação que podem ser tanto de homens como de mulheres. Assim ouviremos falas como “isso é coisa de mulher” para legitimar comportamentos praticados por sujeitos do sexo feminino, ou “essa casa não tem mulher?” para referir-se ao pretenso descuido doméstico de um lar que caberia à mulher, ou ainda “esse sujeito não tem mãe?” para justificar uma ação condenável cuja verdadeira razão seria a ausência de uma educação materna capaz de evitá-la.

Quando analisarmos a *home economics* estadunidense no capítulo seguinte, encontraremos propósito para confrontá-la em caráter mais particular com as noções gerais aqui arroladas. Nosso objetivo é analisar as representações culturais que transpuseram o tempo e as transformações históricas das sociedades ocidentais a fim de perceber suas adequações ou acomodações no seio das concepções específicas de criação e desenvolvimento das ciências domésticas, em geral, e de sua aplicação a uma realidade específica e brasileira, em particular. Mas antes será preciso perpassar por ideias que relacionaram mulher, feminilidade, política e universos público e privado para então encontrar a realidade histórica que perpetraramos aqui centralmente.

Neste capítulo apresentamos um esforço teórico de síntese das principais representações sobre a mulher a fim de perceber alguns padrões simbólicos e conceituais a ela reservados no seio da cultura ocidental. Os juízos que apresentaremos a seguir, nós os tomamos por construções teóricas intrincadas que sedimentaram em alguma medida maneiras de pensar o objeto de sua construção. No caso de juízos sobre a mulher tratam-se de esquemas cujas definições pretendem apontar um modo de ser feminino, um *soi-disant* que se configura numa espécie de “naturalização do ser mulher”, uma universalização do conceito pretensamente capaz de abarcar todas as mulheres, antes pessoas, subjetividades que corpos sexuados, adequando-as a padrões universais criados em um jogo retórico e simbólico, sem necessária correspondência com a realidade. Poderemos observar que a tentativa ontológica de diferenciar os sexos segundo conotações naturais (ou antes, *naturalizadas*) será uma constante entre os autores.

Procuramos seguir uma trajetória cronológica apenas a fim de darmos conta das ideias como elas se desenvolveram no tempo, observadas entre rupturas e permanências. Nosso propósito, como no capítulo 1, é preparar um campo teórico capaz de orientar-nos na análise do corpus documental a que nos propomos na segunda parte deste trabalho.

## 2.1 A mulher na Antiguidade e Idade Média

No imaginário grego, a mulher tinha um lugar especial: como sabemos, politicamente se lhe reservava o silêncio, economicamente a insuficiência e socialmente a reclusão. Aristóteles, ao falar das mulheres médias da Atenas de seu tempo, ressaltava a constituição mesma da sua natureza. A inferioridade da mulher em relação ao homem a colocava em uma esfera natural distinta. Nas palavras do autor, lê-se: “(...) o princípio do movimento, isto é, o macho, é para os seres que nascem o que há de melhor e de mais divino (...) macho é o agente que fornece a alma sensível”.<sup>16</sup>

Essa dualidade sexual no pensamento “científico” grego refere-se a uma cosmologia ligada a Empédocles ou à zoologia de Aristóteles. De qualquer forma o que se estabelece é a diferenciação entre os sexos comungando um discurso ligado diretamente à natureza constituinte e original das coisas. Segundo Ana Isabel de Sá Saraiva (2011, p. 332)

a ideia de que as mulheres constituem uma “espécie” distinta dos homens é um tema recorrente no pensamento grego (...) A distinção entre feminino e masculino traduz, pois, um distanciamento filogenético que ultrapassa a simples constatação da existência de dois sexos existentes numa mesma espécie.

Desde Hesíodo até os textos aristotélicos passando por autores menores como Semónides de Amorgo (de *Sátira contra as Mulheres*), a tônica dos discursos é fundamentalmente a mesma: “como coexistir no interior de uma mesma espécie juntamente com outra raça, o *génos gynaikôn*, a ‘raça (maldita) das mulheres’?” (SARAIVA, 2011, p. 333). O *génos gynaikôn* exposta em Hesíodo na sua *Teogonia* como em *Trabalhos e Dias* projeta o mito de Pandora a fim de consolidar uma representação da mulher amaldiçoada, ou melhor, do homem castigado pela convivência necessária com a “raça feminina”. A figura ominosa da mulher apresenta-se como castigo na medida em que, sendo uma composição naturalmente inferior, condenaria o homem – essência fundante, autônoma e absoluta de sua espécie – à cópula necessária cujo fim é simplesmente a progenitura e perpetuação. Segundo a narrativa do próprio Hesíodo, quando Prometeu furta a Zeus o fogo da sabedoria dos deuses e o oferece aos homens, sua punição fora a prisão no rochedo. Aos homens, por seu turno, Zeus oferecerá uma bela e sedutora criatura, capaz de torná-los vulneráveis a seus encantos. Essa

<sup>16</sup> Aristóteles, *Geração dos Animais*, II, 1, 732a (LOUIS, 2002, p. 49 *apud* SARAIVA, 2011, p. 338).

criatura é Pandora, a primeira mulher. Assim, “(...) se até aí apenas existia a “raça dos *andres*” (machos), doravante os humanos (*anthrôpoi*) passarão a ter de dividir a existência com o *gênos gynaikôn*, a *raça das mulheres* inaugurada por Pandora” (SARAIVA, 2011, p. 333).

Para Aristóteles as mulheres são frias e úmidas e os homens, ao contrário, são quentes e secos. Essa relação estabelece outras faculdades e idiossincrasias dos dois sexos. Ao homem fica reservada a dádiva de transformar a matéria alimentar em semente (esperma), fonte essencial e potência primeira da vida. A mulher, em contrapartida, sendo ela própria matéria, portanto não um ser essencial, nem capaz de dar essencialidade a nada, não poderia mais que gerar uma versão inferior do esperma masculino, i.e., o leite, alimento que condiciona a manifestação material do sublime masculino.

No livro de Gênesis, a parábola da criação projeta também uma das mais poderosas representações a propósito dos sexos masculino e feminino e da superioridade e primazia do homem sobre a mulher. Primeiro Deus cria o homem à sua própria imagem: a rigor, cria antes o másculo e com a costela que se lhe havia tirado “(...) fez uma mulher e a levou até ele” (Genesis 2:22). E, sobre Seu feito, enunciou, dizendo: “Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada (...). Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne” (Genesis 2:23-24). No Jardim do Éden, Eva come do fruto da árvore proibida. Ao ser autuada por seu pecado, ela disse ter sido ludibriada pela serpente. “Ora, a serpente era o mais astuto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. E ela perguntou à mulher: ‘Foi isto mesmo que Deus disse: Não comam de nenhum fruto das árvores do jardim?’” (Gênesis 3:8). E a mulher, considerando as virtudes que poderia adquirir segundo o discernimento proporcionado pela maçã, desobedeceu ao Criador levando ao mesmo feito o seu marido. O homem então é ludibriado pela astúcia da mulher. Ao ser igualmente inquirido por Deus, respondera de pronto ao Pai: “Foi a mulher que me deste por companheira que me deu do fruto da árvore, e eu comi” (Gênesis 3:13). Deus então esbraveja sua sentença: “Visto que você deu ouvidos à sua mulher e comeu do fruto da árvore da qual ordenei a você que não comesse, maldita é a terra por sua causa; com sofrimento você se alimentará dela todos os dias da sua vida” (Gênesis 3:17).

O nascimento de Cristo revelaria, porém, a mulher bendita entre as demais – Maria. Isaias (35:2) profetizara ainda no velho testamento: “a terra germinará, exultará”. O filho seria, pois, concebido no ventre da mulher pura para a qual o sofrimento não seria pena ou remissão durante a gestação. Os próprios escritos bíblicos poéticos e sapienciais veiculam

uma imagem da mulher virtuosa, e, senão todas, ao menos a maioria das representações construídas a este propósito corroboram a tônica da submissão. Em Provérbios 31, a “mulher exemplar” é uma ‘esposa exemplar’: feliz quem a encontrar! É muito mais valiosa que os rubis. Seu marido tem plena confiança nela e nunca lhe falta coisa alguma”.

Em Efésios 5:21-33, livro do Novo Testamento, encontramos imperativos sobre a relação matrimonial e marital. No versículo 22 a palavra manda às esposas que “sujeite[m]-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador” (Efésios 5:22). A alusão à ordem divina da obediência à sua altura e sublimidade fortalece a posição subserviente da esposa ao marido na exata medida em que sugere uma correspondência do poder de Deus sobre a humanidade ao poder do homem sobre a mulher. “Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos” (Efésios 5:24). Timóteo (2:9-15) escreveria: “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio”.

Assim, enquanto estão para os seus maridos e filhos, as características da “mulher virtuosa” tornam-se visíveis (e louváveis) em função dos *compromissos* que assumem diante de um sistema simbólico de poderes e convenções maiores que sua própria subjetividade. Esse processo de objetivação da mulher atrela a causa ao efeito, ou antes, o inverso. A palavra enquanto pressuposto da ação é a sua causa propulsora, mas é justo a ação – o efeito portanto – que pode sedimentar o discurso. Assim, quando a mulher atende às expectativas que se lhe reservam os juízos, o seu comportamento *justifica e realiza* o que há no plano retórico e das representações. Talvez seja esta a chave da “internalização da dominação” de que fala Bourdieu (veja-se capítulo 1).

Ostracizada dos ambientes em que figuram a palavra e a liderança, o governo, o poder e a autoridade, a mulher ficaria reclusa ao espaço doméstico. Difundir conhecimentos e saberes também é tarefa de homens porque isso pertence à esfera pública. Mas as mulheres poderiam ocupar um lugar de “dignidade virtuosa” desde que o fizessem dentro dos padrões construídos no seio do discurso que as concebera: mais uma vez, a maternidade, o casamento, a obediência. Aquelas que, porventura, não o seguissem, porém, estariam sujeitas a outros juízos ligados à sua demonização e satanização.

Carlo Ginzburg, perseguindo os indícios originais do sabá na cultura das feiticeiras e dos ritos pagãos pré-cristãos durante o período medieval, conclui com K. Thomas que “por

intermédio do simbolismo do sabá, [aquela] sociedade formulava em negativo os próprios valores; a explosão da sexualidade feminina nas orgias diabólicas [era] uma exortação à castidade” (GUINZBURG, 1991, p. 15). Citando Herbert Haag, Sicuteri afirma que as supostas orgias e perversidades das quais as mulheres eram acusadas e sobre as quais eram inquiridas davam aos padres durante os inquéritos certa “satisfação compensatória” para uma sexualidade que lhes era interdita (SICUTERI, 1985, p. 133 *apud* CUSTÓDIO, 2012, p. 28). Assim quanto mais os padres se valiam desses discursos de demonização para incriminar as “bruxas medievais”, mais eles valorizavam e legitimavam a sua própria castidade num contexto de conotações libidinosas.

Durante a Idade Média, “Satã aparece como símbolo tanto do apetite intelectual quanto sexual, sedutor (belo) ou perseguidor (feio e aterrador), sendo comum sua aparição como uma bela jovem ou um belo rapaz (súcubo e íncubo)” (LE GOFF, 1994, v. 1, p. 201-202 *apud* CUSTÓDIO, 2012, p. 28-29); a mulher, neste particular seria a discípula maior de Satã, perfazendo-se, assim, nos processos inquisitoriais, da “pior encarnação do Mal nas formas de tentação diabólica” (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 42).

A influência da cultura cristã católica tornou-se central na composição das representações sobre a mulher no mundo ocidental moderno. A estratégia dos discursos parece perpassar dois pressupostos, a saber: a) a mulher é autora do pecado original e, portanto, precisa auferir remissão sob a égide e controle do homem, primeiramente o pai e depois o marido; b) a mulher pode ser virtuosa e exaltada na sua particularidade se cumprir sua *missão* de esposa e mãe com a seriedade que se lhe impõe o discurso androcêntrico. A larga e densa construção cultural que se verifica nos escritos bíblicos e epistolares, e, adiante, nos patrísticos e escolásticos perdurariam em textos modernos, ajudando a sedimentar muitas das representações sobre a mulher vistas até aqui.

## **2.2 Era moderna: continuidades**

Na entrada dos tempos modernos, bem no início do século XVI, quando já se anunciavam as reformas protestantes nos escritos de Savonarola, Hus, Valdo e Wicliff, Lutero declarou: “não há maior defeito numa mulher que o *desejar ser inteligente*”. Ainda imbuído das parábolas das sagradas escrituras e influenciado pela escolástica, o monge agostiniano

reproduz com certa precisão representações de seus predecessores. O renascimento cultural e o cartesianismo também colocariam o seu humanismo e racionalismo afinados à questão da organização social e não deixariam de sustentar juízos semelhantes acerca da mulher.

Assim, representações androcêntricas continuariam a ser veiculadas por textos importantes dos tempos modernos. É claro que elas veem envoltas a novas roupagens, afinal trata-se de outras configurações sociais. Os juízos então são outros, mas vistos de perto são readaptações de uma imagética que dialoga com juízos alojados nos nichos do interdiscurso, “(...) processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos *pré*-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento (...)” (MAINGUENEAU, 1989, p. 113 *apud* SWAIN, 2001, p. 69, grifo nosso). Tratam-se de imagens que desqualificam a mulher, ou antes, a redefinem em categorias de sentido cultural (e pretensamente biológico) capazes de sedimentar “(...) um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas” (FOUCAULT, 1987, p. 143).

É desta forma que a ideia de *sexo perverso*, já presente na parábola da sexogênese bíblica e no mito grego do castigo dado por Zeus aos homens a partir de Pandora, se consolida (se não eterniza) na cultura ocidental. É também assim que a inferioridade, a incapacidade para o governo e a subserviência pressuposta, somadas às dinâmicas corporais da gestação e da amamentação, que incutem a pretensa ideia de *virtude* à *mulher-mãe* e *esposa*, desafiam as mudanças de temporalidades de média e curta duração e concretizam-se nas estruturas mentais de longa duração, povoando de forma diversa, porém recorrente, o imaginário ocidental.

A intelectualidade moderna dos tempos do renascimento e do racionalismo cartesiano renderam imagens incisivas neste sentido. Maquiavel, em passagem aparentemente neutra e não se referindo diretamente à mulher, deixa ver uma reveladora concepção de como se deve *domá-la*. Assim escreve o proeminente filósofo e magistrado florentino: “Julgo que é preferível ser arrebatado a cauteloso, porque *a fortuna é mulher* e convém, se a queremos *subjugar, batê-la e humilhá-la*”.

Petrarca, um pouco antes, afirmaria, de modo a confirmar em parte as concepções diabólicas a propósito da mulher que, ela é a “inimiga da paz, fonte de inquietação, causa de brigas que destroem toda a tranquilidade, a mulher é o próprio diabo”. No Tratado de Conduta e Moral da França, *Le Ménagier de Paris*, publicado também no século XIV, resolvia-se que:

Quando um homem for repreendido em público por uma mulher, cabe-lhe o direito de derrubá-la com um soco, desferir-lhe um pontapé e quebrar-lhe o nariz para que assim, desfigurada, não se deixe ver, envergonhada de sua face. E é bem merecido, por dirigir-se ao homem com maldade de linguajar ousado.

Étienne de La Boétie, em seu *Discruso da Servidão Voluntária*, afirmaria no século XVI que, diante de tiranos, os homens, mesmo os mais fortes, tornam-se inermes, cavares, efeminados. Jean de Marconville relê os gregos e utiliza a lógica de Aristóteles bem como os textos patrísticos, para, assim como o fez Petrarca, demonizar as mulheres, imprimindo nelas um estatuto de perversidade plena e absoluta, a qual inclusive pode corromper o homem subtraindo suas qualidades mesmas. Ele escreveu que as mulheres, ao contrário dos homens, não têm aptidões “(...) para manejar e conduzir coisas grandes e difíceis como costumes, religião, república e família, pois parecem ter sido feitas mais para a volúpia e o ócio que para tratar negócios de importância” (MARCONVILLE, 1991, pp. 97-101 *apud* GROULT, 1993, p. 83).

Montaigne (*apud* Groult, 1993, p. 83), em outra direção, certa vez afirmou que “a mais útil e honrada ciência e ocupação para uma mulher é a ciência da limpeza”. Jacques Sprenger, inquisidor dominicano, escreve que “a mulher é mais carnal que o homem (...) Existe um defeito na formação da primeira mulher, pois ela foi feita de uma costela curva, torta, colocada em oposição ao homem. Ela é, assim, um ser vivo imperfeito, sempre enganador”.

O médico e naturalista francês Ambroise Parsé, observaria acerca da anatomia feminina e da sublime condição superior do homem:

(...) o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza, quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e por para fora estas partes. Os órgãos sexuais femininos tornam as mulheres disformes e vergonhosas quando nuas.

Esse tipo de pensamento resiste ao tempo e a rupturas cruciais como a Ilustração. Diderot (*apud* Groult, 1993, p. 89), por exemplo, escreveu que “a mulher tem em seu interior um órgão suscetível de espasmos terríveis que dela dispõem e suscitam em sua imaginação fantasmas de toda espécie”.

James McMillan, em *France and Women*, pergunta-se sobre o que enfim estaria acontecendo no seio da cultura ocidental na entrada dos tempos modernos, especialmente no que toca a construção e veiculação de representações e discursos acerca da mulher pelos homens e em relação a eles. Ao reconhecer que o século XVIII traria mudanças significativas, ainda, porém, ancoradas em continuidades simbólicas, especialmente pautadas nas ideias religiosas dos séculos anteriores, o autor verifica que “what had happened in the early modern period, it would seem, was that in many quarters, convictions about women’s inferiority actually hardened” (McMILLAN, 2002, p. 29). Se a retórica da inferioridade feminina recrudesceu, resta perguntar de onde ela vinha mais diretamente. Entre outros discursos consagrados da época está mais uma vez o pensamento católico sendo seu exemplo máximo encontrado por McMillan no reverendo Jacques Bossuet. Na letra do autor, lemos:

The celebrated preacher Bishop Bossuet was not alone in regarding childbirth as women’s punishment for the sin of Eve in leading Adam astray. ‘Fecundity is the glory of woman’ (...) but that is where God inflicts his punishment (...) the child cannot be born without putting his mother in danger’ (idem).

Os anos ilustrados reformulam essas teses, mas propõem novos significados dentro de um ideal sexuado e natural de homem e mulher. Rousseau, em *Emílio ou Da Educação*, sugere que a mulher deve ser função do homem em sua trajetória social, porém, de modo flagrantemente diverso do que afirmavam os antigos, as sagradas escrituras e os medievais (patrísticos e escolásticos), ele afirma que a mulher deve *ensinar* e *aconselhar* os homens, o que, ainda que sutilmente, sugere já sua inserção *ativa* no universo doméstico, antes reservado ao governo do marido. Assim,

Toda a educação da mulher deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida útil e agradável - São esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância.

Como mãe e como esposa, então, a mulher passa a ganhar alguma autonomia e importância, ainda que apenas no universo do lar; esse o universo que se lhe reservaram as representações anteriores, porém sem a identidade com que aparece em Rousseau. Sofia, personagem feminina do romance de Rousseau, aparece como uma mulher casta e sensível,



capaz de aconselhar o marido e, principalmente, apta a servi-lo em suas demandas. A menina de família humilde será educada para ser “mulher” como manda a natureza de seu sexo. Isso significa que seu desígnio será servir o homem, não mais que isso. Como a natureza reservou-lhe o universo doméstico, ela aprenderia prendas do lar, e, como observamos, teria alguma autonomia neste universo. Sofia fora, porém, criada para ser frágil, senão inerme e submissa.

À maneira iluminista, a filosofia de Rousseau não escapa ao ideal do devir das coisas. O autor deixa ver em diversas passagens do texto sua crença no progresso natural e no primor a que estão fadadas as sociedades humanas. Algo também flagrante em *Cândido* de Voltaire. Diversas vezes, doutor Pangloss expõe sua teoria de que todas as coisas, sem exceção e inexoravelmente, caminham para o sentido de sua evolução mesma, e, por isso, tendem sempre ao aperfeiçoamento. Numa passagem célebre do texto, Cândido lembra as lições do seu mentor: “Bem me dizia Mestre Pangloss que tudo está o melhor possível neste mundo” e, ao final, do romance, Pangloss pondera a saga de Cândido:

Todos os acontecimentos estão devidamente encadeados no melhor dos mundos possíveis; pois, afinal, se não tivesses sido expulso de um lindo castelo, a pontapés no traseiro, por amor da senhorita Cunegundes, se a Inquisição não te houvesse apanhado, se não tivesses percorrido a América a pé, se não tivesses mergulhado a espada no barão, se não tivesses perdido todos os teus carneiros da boa terra do Eldorado, não estarias aqui agora comendo doce de cidra e pistache (VOLTAIRE, 2009, p. 132).

Trata-se igualmente do que Hans Ulrich Gumbrecht chamou “cronótopo historicista”, i.e., a tendência de os homens superarem o passado, aprendendo com ele e projetando um futuro prospectivo e melhor. No final do livro, um pouco antes da referida passagem, Voltaire deixa escorregar uma leve alusão às decisões que se deve tomar e às ações que se há de realizar para que a história e seu desígnio se cumpram de modo peremptório. Cândido dirige-se a Pangloss e diz: “(...) é necessário cultivar nosso jardim”. Ao que o mestre alemão, responderia: “está certo, pois quando o homem foi colocado no jardim do Éden, ali foi posto *ut operaretur eum*, para que trabalhasse; o que prova que o homem não nasceu para o repouso”. (Note-se, por exemplo, que os personagens não falam em contrair um destino, ou, simplesmente, executá-lo; eles, ao contrário, falam em conquistar destinos, construí-los, torná-los possíveis). A fala de Pangloss é para louvar o trabalho e os frutos que dele devem derivar. O autor o faz segundo um mecanismo de naturalização dos papéis sociais, algo

também flagrante na obra de Rousseau e de outros iluministas. A passagem final do texto resume formidavelmente o que queremos notar:

Todo o grupo se compenetrava desse louvável desígnio. A pequena propriedade rendeu bastante. Cunegundes estava, na verdade, muito feia, mas tornou-se uma excelente doceira. Paquette bordava. A velha costurava. Nem mesmo o Irmão Giroflée se furtou ao trabalho; revelou-se um bom marceneiro; e até se tornou honesto.

Observe-se que ao final as coisas seguem o progresso natural e tornam-se harmônicas e plausíveis porque finalistas e teleológicas. O mais flagrante é que, quando identifica de tal maneira o trabalho e a necessidade de plantar jardins a fim de fazer cumprir os desígnios inexoráveis do curso da história, Voltaire expõe, em tom de naturalidade, como se as coisas se assentassem como um dever, os *afazeres* de uma mulher: preparar doces, bordar e costurar.

Em Rousseau, Sofia também expressa um ideal de mulher; pronta para servir e agradar, ela se preocupa com as aparências e com o juízo alheio. É religiosa e está investida de instituições importantes e poderosas (como o casamento e a religião) capazes de submetê-la ao lugar social de seu escopo. Jamais se lhe dispõe o conhecimento científico ou a cidadania, de modo que ela esteja sempre à sombra do marido. Daí ser tão-somente e bastante a mulher casta e obediente.

A operação teórica é simples: furta-se aos papéis sociais sua historicidade mesma e os naturaliza, dando-lhes caráter atemporal e insofismável. A importância da literatura de Rousseau torna-se central neste contexto em que a maternidade ganha uma função social nova gerando representações de mulheres ideais como Sofia. Nesse contexto a mulher deixa de ser identificada à serpente do Gênesis, corruptível e abominável porque traiçoeira e manipuladora; a figura de Eva é substituída pela de Maria, cuja doçura e sensatez projetam o retrato perfeito da consciência de sua natureza sublime, de mãe! Assim, “a curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” (BADINTER, 1985, p. 176).

O século XVIII poderia ter sido um momento importante na inflexão dos conceitos de gênero e de sua prospecção no que toca os direitos humanos e de cidadania. Digamos de saída que os direitos eram do *homem* e a categoria abstrata do direito da época capaz de dá-lhe algum contorno concreto decerto não mirava a mulher. O mais próximo que chegaria era do *ser humano universal* enquanto um receptáculo dos direitos naturais, não das demandas

concretas das relações sociais implicadas a partir de poderes e subordinação como os do homem sobre a mulher. Ainda assim, parece a mulher haver sido privada de humanidade, ao menos no nível que se a conferia ao homem. Schopenhauer, em exaltação ao homem, imprime à mulher uma lacuna privando-a de humanidade, afirmando que a mesma “permanece toda sua vida uma criança grande, uma espécie de intermediária entre a criança e o *homem*, este o *verdadeiro ser humano*” (apud GROULT, 1993, p. 96, grifos nossos).

A *Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* resolve em seu Artigo 3 que “Le principe de toute souveraineté réside essentiellement dans la Nation. Nul corps, nul individu ne peut exercer d’autorité qui n’en émane expressément” e no seu Artigo 6 que “La loi est l’expression de la volonté générale. Tous les citoyens ont droit de concourir personnellement ou par leurs représentants à sa formatio”.

Essa seria uma base intelectual nova capaz de informar transformações significativas nos campos do direito e da política. Porém, é perceptível a lacuna deixada à mulher na composição das cartilhas liberais do partido jacobino à época da Revolução Francesa, e a própria *Déclaration* conserva um caráter sexista, na medida em que constrói-se a partir do ideal universalizado e abstrato de *homem*. Haja vista, por exemplo, que não existe a palavra “femme” no documento tido à época como a fonte máxima da liberdade (dos “homens”, à primeira vista tomado como a “humanidade”). Isso se explica em parte pela concepção filosófica a partir da qual se orientaram os redatores e idealizadores do texto. “Homme” é um abstrato universal usado como mote para o estabelecimento da crítica ao privilégio nobiliárquico em favor de uma sociedade igualitária fundada nos direitos naturais. Mas a mesma semântica esclarece sobre a exclusão da mulher, do escravo e dos desvalidos de propriedade e cabedal. Como observa McMillan,

The patriots of 1789 knew what they were doing. They were attempting to bring into being an entirely new political and social order. Their break with the past was quite conscious, and had in fact been decided upon in the debates on representation in 1788-1789 occasioned by decision to summon an Estates-General. (McMILLAN, 2002, p. 10).

Como salienta Joan Scott em seu proeminente artigo sobre o “enigma da igualdade” no interior do discurso político liberal dos anos revolucionários franceses: a cidadania foi negada aos muito pobres porque não podiam exercer um “pensamento autônomo; [aos escravos] porque eles eram propriedade de outros, e [às] mulheres porque seus *deveres*

*domésticos e de cuidados com as crianças eram vistos como impedimentos à participação política*” (2005, p. 15, grifos nossos).

Como uma das raras vozes do século XIX a levantar-se em favor da extensão de direitos políticos às mulheres, Condorcet defende a ampliação da cidadania política e social aos negros e a outras minorias, entre as quais as mulheres. Ele dizia que centenas de camponeses e agricultores, bem como artesãos e pequenos comerciantes deixaram seus afazeres para participar da vida política, por que não o poderiam fazê-lo as mulheres? Segundo McMillan,

Condorcet contended that politics would always be the business of the few. To give women the vote would no more tear away the majority from the housekeeping than it would farmers from their fields or artisans from their workshops (McMILLAN, 2002, p. 17).

Sobre a mulher especificamente, Condorcet foi muito além do que se poderia notar em meio à *intelligentsia* de seu tempo. Ele formidavelmente sugere que a mulher não poderia ser notada como similaridade plena em relação ao homem. Com efeito, para Condorcet, a mulher tem um jeito diferente de ver e sentir o mundo, portanto mesmo faltando-lhe a razão masculina não lhe restava um vazio. Haveria uma *razão feminina* distinta da do homem, mas enquanto expressão da humanidade, a mulher deveria inscrever-se na mesma lógica dos direitos que os homens de seu tempo reclamaram e auferiram. Ouçamos as palavras do próprio Condorcet traduzidas para o inglês por Lynn Hunt: “(...) have they not all violated the principle of equality of rights by quietly depriving half of mankind of the right to participate in the formation of the laws, by excluding women from the rights of citizenship?” (in HUNT, 1996, p, 119).

Não é à toa que Olympe de Gouges, no auge dos tempos jacobinos, propôs em sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (1791) que os direitos dispostos no documento de 1789 fossem igualmente reconsiderados, pondo deliberadamente de lado as restrições que reservava às mulheres. Scott considera de Gouges uma feminista de alta monta, e seus escritos realmente são notáveis.

O que de Gouges reivindicava centralmente era o direito ao controle do corpo e de suas implicações e faculdades fisiológicas e anatômicas, especialmente no que diz respeito à gestação, o que dá à mulher o caráter de procriadora por excelência, independentemente de

relação estável com o homem.<sup>17</sup> Em sua declaração dos direitos da mulher, a autora dispõe em seu artigo XI:

La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de la femme, puisque cette liberté assure la légitimité des pères envers les enfants. Toute Citoyenne peut donc dire librement, je suis mère d'un enfant qui vous appartient, sans qu'un préjugé barbare la force à dissimuler la vérité; sauf à répondre de l'abus de cette liberté dans les cas déterminés par la Loi.

Esse tipo de manifesto demonstra a existência de mulheres capazes de contestar a ordem pretensamente natural de reclusão ao espaço privado que se lhe queria impor. E se não foi política em sentido estrito e weberiano a participação da mulher, i.e., se sua participação no âmbito do Estado e de seus trâmites mesmos não se efetivara naqueles tempos, ela, sem dúvida, teria sido agente social de transformação da realidade e de si própria, atuando, porém, a partir de outros mecanismos, em outros espaços, a partir de outras lógicas.<sup>18</sup>

### 2.3 O século XIX: a mulher vislumbrada

Na alvorada do século XIX nada se inventa. Como salienta Michelle Perrot (2001), nesta época houve um esforço notável, e não observável em nenhum outro período, por definir os papéis sexuais de modo normativo e explicativo; tratou-se de se reformular as questões atemporais reclamadas nos discursos que expusemos até aqui, porém agora

<sup>17</sup> É preciso distinguir as mulheres e as classes sociais quando discutimos acerca das relações de poder e de gênero sob o espectro político e jurídico. No seio das elites aristocráticas francesas do século XVIII encontram-se evidências, mesmo que incipientes, de um controle de natalidade. Isso não acontecia como projeto do governo, mas como um comportamento privado, observável apenas porém entre famílias nobliarquicamente posicionadas. Como aponta McMillan (2002, p. 3) “the French aristocracy undoubtedly practiced birth control, which was the main reason that the birth rate in the families of the nobility fell from 6.5 in seventeenth century to 2 in eighteenth century”. O autor salienta ainda: “In practice, if not in theory, the double standard of morality no longer applied to many women of the French upper class” (McMILLAN, 2002, p. 3). Isso parece avisar-nos a respeito de uma nova concepção de família. Tempos antes da consolidação do ideal burguês de *família nuclear*, sedimentado na obra de Rousseau e encontrado em outras fontes por pesquisadores como Elisabeth Badinter, aquilo que se tornou uma dádiva da mulher (o matrimônio, a maternidade e a amamentação) era ao menos em parte percebido como de somenos importância. As famílias nobres e cidadinas entregavam seus filhos recém-nascidos a amas de leite camponesas e, quando, por motivos como má nutrição ou frio, o bebê não sobrevivesse nas mãos das amas, era comum colocar o mesmo nome em um próximo rebento. Badinter havia observado que houve uma preocupação por parte mesmo do Estado em meados dos Setecentos na França por manter o crescimento vegetativo no país. (veja-se BADINTER, 1985).

<sup>18</sup> Weber define política, em sentido amplo, como qualquer relação social que implique liderança e autoridade. Em sentido estrito, a liderança e a autoridade, bem como a legitimidade dos mesmos, exercem-se no âmbito do Estado (veja-se: WEBER, Max. *Política como vocação*. São Paulo: Martin Claret, 2003).

pretendendo-se numa roupagem científica. Isso aproxima-se a nosso ver do esforço simbólico de eternização da diferença e a-historicização da qual fala Bourdieu, conforme vimos no capítulo anterior. A definição de balizas expressivas entre os sexos vem acompanhada de justificativas científicas para a não participação ou a reclusão necessária da mulher nas esferas pública e privada, essas também objeto de uma reconsideração teórica intrincada no seio da linguagem dualista do século que se iniciava.

A domesticidade pressuposta à “natureza feminina” continuava a ser usada como retórica de exclusão da mulher. Schopenhauer (*apud* Groult, 1993, p. 93) certa vez escreveria: “não deveriam existir no mundo senão mulheres de interior, dedicadas a casa, e jovens aspirando a isto [assim] as formaríamos não à arrogância, mas ao trabalho e à submissão”. De forma contrária, o homem deveria estar livre dos afazeres domésticos para ser cidadão (ativo). À mulher, os papéis sociais que a privavam do espaço público, reservando-lhe um espaço físico, social e simbólico de exclusão: o lar e o matrimônio; a maternidade e a temperança.

Neste escopo continuava a veicular-se um ideal sexista de mundo capaz de dar sentido àquela realidade social. Obras como a de Michelet esbravejariam coisas como: “As mulheres! Que potência!”. Tal como Rousseau, Michelet vê o mundo naturalmente sexuado; na mulher ele enxerga dois pólos distintos: um maternal outro diabólico. Quando assumem o papel (não propriamente social mas antes natural) de mãe, as mulheres são benevolentes e encarnam a face mais bela de sua constituição ontogenética; quando, por outro lado, assumem comportamentos coativos e persuasivos, mágicos e feiticeiros, tantas vezes para o ludíbrio do próprio homem, as mulheres tornam-se a face mais contumaz do bizarro. Vê-se, pois, novamente, a ideia de redenção da mulher pela maternidade.

Como aponta Perrot (2001, p. 173), para Michelet, a “oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda a história dos acontecimentos”. Desta forma, a mulher deve assumir sua natureza materna para construir uma sociabilidade sublime e, no curso da história, permitir a harmonia dos sexos e, portanto, da própria sociedade em sua evolução. Em sua *Histoire de la Révolution française*, Michelet observa: “As mulheres estiveram na vanguarda de nossa Revolução. Não é de admirar: elas sofriam mais (...) Convocadas ou não convocadas, elas tiveram a mais viva participação nas festas da Federação” (*apud* PERROT, 1991, p. 173). Ele lembra que nas aldeias interioranas, mesmo as mais distantes de Paris, quando os homens se reuniam para discutir suas demandas e enviar petições ou mesmo mensagens à Assembleia Nacional, as mulheres se aproximavam, ouviam, pediam para estarem ali, e, chorosas, porém acaloradas, aderem de todo o coração. “Essa

profunda união entre família e pátria trouxe a todas as almas um sentimento desconhecido” (*idem*).

Não se negou à mulher a potência civilizadora, por exemplo, o que a deixa adstrita ao âmbito da família e do espaço privado tipicamente. A origem do matriarcado, segundo alguns antropólogos do período, tem relação estreita, por exemplo, com as origens dos institutos jurídicos, na exata medida da necessidade feminina de defenderem-se da lubricidade dos homens. Engels salienta, todavia, que a propriedade privada (masculina) e o surgimento do casamento burguês, que satisfaz a função de um construto pretensamente natural como a monogamia, encerram a “derrota histórica do sexo feminino”, ainda que aí se consolide igualmente o direito materno. Porém, o próprio socialismo negaria às mulheres a participação na coletivização das terras.

Não podemos, porém, pretender que essas mulheres estiveram fora do poder político no âmbito do Estado e, portanto, fora da história e carentes de poder. Cumpre, antes, a fim mesmo de não reservarmos a nós mesmos o aprisionamento a uma concepção parca e restrita da história e da ideia de poder, alargar os conceitos. Pensado neste sentido, Perrot estuda, por exemplo, as lavadeiras de Paris do século XIX, mostrando como essas mulheres dominavam o universo público e impunham sua dinâmica e presença na vida econômica da família, inclusive organizando as contas domésticas e as administrando.

Eram importantes, senão necessários, discursos capazes de auferir sentidos precisos para impor a exclusão da mulher do mundo político e administrativo porque na esfera pública de um modo geral ela parecia estar, de modo que o esforço não era de manutenção de sua exclusão, mas de composição de fronteiras simbólicas e jurídicas para a sua reclusão com relação ao poder institucionalizado. Além disso, urgia organizar a família e os primeiros valores da civilização teriam de ser administrados à esfera privada pela mulher. Como justificativa a não participação da mulher no mundo da política, reclamava o jacobino Pierre Gaspard Chaumette:

Desde quando é permitido abrir mão de seu sexo? (...) Desde quando é decente ver as mulheres abandonarem os pios cuidados de suas casas, os berços de seus filhos, para virem a espaços públicos, discursarem nas galerias, nos foros do Senado? Foi aos homens que *a natureza confiou os cuidados domésticos*? Foi a nós que ela deu seios para amamentar nossas crianças? (*in* SCOTT, 2005, p. 15).

A fala do deputado Chaumette afina-se precisamente com o que Badinter observa para os juízos veiculados ao longo do século XVIII e continuados durante os anos seguintes. Segundo a autora, em resumo, todos os “austeros conselheiros repetiram, exaustivamente, que a natureza não deu seios à mulher para que ela obtenha glória de sua beleza, ou para que façam o prazer de um marido sensual”. Isso relega à mulher o depositário de uma instituição – a maternidade – privando-a de subjetividade ao menos no âmbito retórico. Badinter então conclui e satiriza em tom provocativo: “a mulher não deve se envaidecer ou extrair prazer de seus órgãos, pois sua função essencial é nutrícia. A natureza criou-a fêmea antes de mais nada, permitindo-lhe alimentar o filho com o próprio leite. Ai daquelas que o esquecessem!” (BADINTER, 1985, p. 182).

A própria palavra mulher assenta-se sobre um sentido tão profundo e radical que incorpora um signo de transformações sociais intensas as quais se podem notar na presença feminina à cena política, desde as *poissardes* da praça do mercado de Paris, passando pelas *madames* de elite aristocrática e *mademoiselles* da burguesia até as referidas lavadeiras dos anos 1800. Como aponta Nicholson (2000, p. 24-25),

com uma palavra emocionalmente tão carregada quanto ‘mulher’, da qual tantas coisas dependem se considerarmos o modo como seu sentido é articulado, qualquer proposta de articulação de sentido deve ser vista como intervenção política.

As representações veiculadas pela cultura jurídica do século XVIII reproduzem-se na entrada do século seguinte também. Joan Scott dá-nos um exemplo marcante neste sentido. Ela cita Louis de Bonald, em declaração publicada em 1816 acerca das razões por ele sustentadas contra a legislação revolucionária francesa sobre o divórcio por exemplo. Nas palavras de Bonald lê-se:

Do mesmo modo que a democracia política permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se voltar contra o poder estabelecido, do mesmo modo o divórcio, verdadeira *democracia doméstica*, permite à esposa, parte fraca, se revoltar contra a autoridade marital (...) [porém] a fim de manter o Estado a salvo dos danos do povo, é necessário manter a família a salvo dos danos das esposas e dos filhos (SCOTT, 2005, p. 15-17).



Stuart Mill foi uma das poucas vozes dentro do campo científico masculino a se colocar em favor da universalidade dos direitos e, portanto, da inserção da mulher no cenário público durante o século XIX. Segundo Domingues (2008, p. 4), as reflexões de Mill,

(...) foram marcadas pelas transformações trazidas pela Revolução Francesa, com a consolidação do pensamento liberal, e pelo auge da Primeira Revolução Industrial, que mostrou aos ingleses a configuração de uma ordem moderna, com todos os benefícios e malefícios que esse processo pode ter. Nesse sentido, também se posicionou contra as injustiças de sua época, tendo sido um dos maiores defensores das minorias oprimidas.

Mill, além de formidável literato e intelectual, foi membro da câmara dos comuns, fato que lhe possibilitou ser ouvido de forma emblemática. Em 1867 apresentou uma petição ao parlamento inglês contendo nada menos que 1500 assinaturas. A tônica do documento: abertura do sufrágio à mulher. Apesar de ter sido rechaçada como era de se esperar, deixava plantada a semente de uma ideia que não esperaria muitas décadas mais para deixar de ser um absurdo.

Nietzsche (*apud* Groult, 1993, p. 102), que exaltou o ideal dionisíaco da criatividade e liberdade humanas, criticando os padrões duros e austeros da sociedade apolínia, racional e repressora de seu tempo, certa vez afirmou que “o homem inteligente deve considerar a mulher como uma propriedade, um bem conservado sob chave, um ser *feito para a domesticidade* e que só chega à sua perfeição em situação subalterna”. Comte certa vez afirmou: “a mulher sem ternura é uma monstruosidade social maior ainda que o homem sem coragem”. Essa afirmação aparentemente descompromissada pode igualmente dizer-nos sobre o perdurar dos ideais que vemos expondo até aqui.

Em prefácio à *Aurora* de 1886, o mesmo Nietzsche, ao falar do esvaziamento da moral e das virtudes do homem alemão de seu tempo, declarando-se, ele e os hedonistas da época, “inimigos do meio-a-meio de todo romantismo e patriotismo (...) da complacência de artistas”, refere-se à retidão e devoção alemãs de milênios, ainda neles restantes, como a única forma de combater “todo *afeminamento* europeu”. Ele próprio explica que com essa expressão quer referir-se ao *idealismo* de seu tempo, o qual, segundo sustenta, “atrai”, “traz” para baixo a vivacidade necessária à filosofia diante daquela moral vazia e falha que se deveria negar e combater.

O uso da expressão *afeminamento*, embora neutra à primeira vista, revela a retórica de um século que operacionaliza noções semânticas que ligam a mulher à baixeza, à

inferioridade, à covardia. Maquiavel, séculos antes, diria que a “fortuna é mulher” sendo sempre conveniente *batê-la e humilhá-la* se a queremos subjugar (veja-se capítulo 2). Uma fala que justifica a violência contra a mulher como um meio legítimo de se chegar a fins superiores como a manutenção do poder, da ordem e da moral de uma nação.

Numa outra via, pelo espectro do liberalismo, a mulher figuraria como signo das batalhas pela liberdade e pelos direitos (do homem!). Na obra de Delacroix talvez encontremos o seu maior expoente. A mulher – ou antes, a *Liberdade* – guia o povo na direção de uma ordem melhor e pretendida. A tela não traz à cena a mulher comum, mas uma espécie divinizada que sugere a *justiça* e a *fertilidade* da primavera e as *luzes* da razão. À mulher de carne e osso não há lugar na obra, *o povo* guiado por *Liberdade* é composto por homens. Assim, ainda que tenha participado centralmente da Revolução Francesa de 1789 – lembremos a atuação das *poissardes* nos motins da fome de Paris – e da Primavera dos Povos de 1848 – lembremos, por exemplo, a atuação do periódico *La Voix des Femmes* criado por Eugénie Nyboyet –, a mulher seria simplesmente alocada social e culturalmente nos “compromissos pátrios” ligados à família, ao cuidado, à limpeza, à educação e à temperança.

Essas construções retóricas e imagéticas não evidenciam demandas pessoais de mulheres concretas que colocam suas vidas em prática nas mais diversas esferas e realidades sociais de classe e direito, mas uma *semântica da feminilidade*, por assim dizer. Com essa expressão queremos nos referir à forma específica de organizar o mundo a partir de um referencial sexista cuja base contém definições e categorias que exprimem “superioridade” e “inferioridade”, “razão” e “emoção”, “cultua” e “natureza”, “homem” e “mulher”. Um mundo sexuado enfim, uma maneira culturalmente naturalizante de concebê-lo e organizá-lo a partir de um conjunto de referenciais simbólicos e retóricos que pretendem dar “ordem ao caos”, imputando discursos e imagéticas particulares à realidade complexa que se quer exprimir.

Essa é a medida das coisas no século XIX: diante da matriz liberal só haveria uma forma teórica e filosófica de justificar a exclusão da mulher: reservar-lhe a condição de um ser *especial*, distinto dos homens pela natureza-dádiva de *ser mulher*, mãe, civilizadora, guardiã da paz familiar e da harmonia sócio-histórica entre os sexos. Trata-se de um discurso naturalista e sexista, que

(...) insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (PERROT, 1991, p. 177).

Os discursos, porém, ganhariam novas roupagens no século XX, ainda que conservando um conjunto significativo da imagética dos séculos ilustrados. O ideal familiar e nuclear burguês, consolidado entre os séculos XVIII e XIX, tendo construído um ideal de “maternidade tenra” se transmutará no século XX no ideal da culpa materna.

#### 2.4 Novos tempos: rupturas (?)

No início do século XX, o jurista H. Rollet escrevia em um seu famoso prefácio à obra de Ida R. Sée, *Le devoir de maternel* (1911):

‘Na qualidade de advogado das crianças, depois de ter estudado mais de vinte mil processos (!) de menores delinquentes ou criminosos, temos certeza de que a criminalidade juvenil é quase sempre a consequência, seja da ausência da mãe no lar, seja da sua incapacidade ou de sua indignidade; por outro lado, temos a mesma certeza de que se fazemos um pouco de bem em nossa vida, é à nossa ‘mamãe’ que devemos a inspiração para isso’ (*apud* BADINTER, 1985, p. 273).

Segundo Badinter (1985, p. 179-211 *apud* MORGADO, 2004, p. 5) “o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna”, pois “não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão”. Havemos ainda de notar que a construção psicossocial da mulher-mãe e de sua culpabilidade sustenta também seus papéis matrimoniais. Assim uma vez ligada ao construto social da maternidade, a mulher liga-se automaticamente ao casamento e ao marido que lhe confere o sentido final uma vez que honra a sua fertilidade e provê os elementos materiais do cumprimento de seu dever. Também o dicionário Larousse de 1971 enunciaria no texto do verbete “amor materno”: “uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito este desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos” (*apud* BADINTER, 1985, p. 11).

No Brasil, as ideias (ou antes, as ideologias) construídas acerca do papel da mulher notada como a boa mãe e a esposa exemplar não destoa daquelas que observamos entre os autores europeus. Como aponta Rocha-Coutinho (1994, p. 105 *apud* MORGADO, 2004, p.

6), “(...) era dela [da mulher/mãe] a responsabilidade por tudo que não andasse bem com a casa, o marido ou os filhos, responsabilidade esta que foi por ela internalizada (...)”.

A veiculação dessas representações acaba por ritualizar, ao longo dos séculos, a premissa (não necessariamente verdadeira, porém fortemente difundida e sedimentada) de que a mulher desenvolve naturalmente um sentimento materno capaz de sobrepor-se às suas demais inclinações emocionais e comportamentais. Esse sentimento a tornaria toda função social dele, tornando-se a proteção da prole e o sucesso do marido um elemento recorrente de sua condenação.

Por tudo isso, à mulher reservou-se histórica, retórica e praticamente o estatuto, por assim dizer, de *animali domesticus*, na medida em que sua posição biológica pôde servir de baluarte e retaguarda para a construção de um léxico forte capaz de naturalizar também o seu lugar social. E diante de tudo que expusemos até aqui, podemos concordar com Joana Maria Pedro e constatar que “(...) não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam” (PEDRO, 2005, p. 83).

Tania Swain, analisando fontes jornalísticas contemporâneas, como as revistas *Elle-Quebec*, *La Chatelaine*, *Nova* e *Marie Claire*, publicadas entre os anos 1980 e 1990, ao notar as representações sobre a mulher ali veiculadas, chega à seguinte conclusão:

essas imagens do feminino ancoradas na memória discursiva se incorporam às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuances que fazem das práticas sociais um espaço binário assimétrico.

Assim ao feminino conferem-se as virtudes do “(...) sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal” (SWAIN, 2001, p. 69). A autora salienta que, apesar de discursos como este, pelo seu tom pejorativo e preconceituoso, serem tolerados apenas em doutrinas religiosas ou em juízos retrógrados de extrema direita política, na atualidade os ditos populares, as piadas, as letras de música e as representações sociais que encontramos em imagens e textos midiáticos reformulam o atrelamento da mulher a seu corpo e à “natureza feminina” reclamada pelos iluministas e outras autoridades políticas e intelectuais do século XIX.

Na virada do século XIX para o século XX, quando perguntada sobre o que o feminismo deveria enfim conquistar, a psiquiatra Madeleine Pelletier replicou ao seu interlocutor de maneira emblemática: o feminismo deve garantir que não sejamos “mulheres do modo que a sociedade espera”. Porém, como aponta Scott (2005, p. 20) “(...) foi como mulher, e em nome do grupo – mulheres –, que Madeleine Pelletier e outras feministas travaram suas batalhas pela igualdade” (SCOTT, 2005). E, para chegar aos anos atuais, talvez possamos concordar com a hipótese lançada por Tania Swain:

se o feminismo se desdobra hoje em teorias e estratégias plurais que apontam para a multiplicidade das situações e das condições materiais das mulheres, a mídia, em tempos de globalização, pretende a homogeneização da condição feminina e a recuperação da imagem da “verdadeira mulher” feita para o amor, a maternidade, a sedução, a complementação do homem, costela de Adão reinventada.

Andrée Michel, como aponta Pedro (2005, p. 83),

(...) alertava, por exemplo, em seu livro ‘O feminismo’, publicado na França em 1979, para o fato de que, apesar de inúmeras mulheres francesas terem participado do esforço em pôr um fim nas guerras coloniais – e ela as nomeia –, a história delas se esqueceu, trazendo apenas nomes masculinos e dando visibilidade para algumas enfermeiras, pelo fato de estas desempenharem uma função aceita pelos homens como feminina.

Não sugeriremos, porém, que a mulher seja uma vítima pura desta história. A especial ponderação de uma intelectual e ativista da monta de Andrée Michel relaciona-se diretamente ao seu engajamento político. Em outros âmbitos, porém, e não necessariamente no ambiente doméstico ou privado da casa, a mulher se afirmou e impôs seus princípios e sua atuação. Perrot (2001, p. 179) salienta, por exemplo, que “na esfera autonomizada da mercadoria, a mulher burguesa e mesmo operária seria soberana, decidindo as compras, a difusão do gosto, o sucesso da moda, motor da indústria essencial, o têxtil, reinando sobre o consumo”.

É exatamente esse olhar que lançamos sobre o nosso objeto neste trabalho. Analisar as mulheres concretas nas suas demandas reais a fim de ver nelas a única lógica capaz de dar algum sentido à história que elas protagonizam. As “moças da ESCD”, como eram chamadas à época de sua vida acadêmica discente, não foram personagens secundários da trama que elas mesmas acabaram criando, sua posição não era de submissão ou de luta em nome de algum grupo ou ideal específico ou monolítico. Como veremos na segunda parte do trabalho, a

maneira com que as mulheres assumiram papéis sociais, entre discursos e práticas, é diversa e não cabe em modelos de submissão ou estratégias de uma possível luta classista na direção de uma suposta emancipação.

No contato com nossas fontes e sob o ímpeto de perseguir as nossas personagens à luz da complexidade real e dinâmica de sua trajetória, escapando a visões maniqueístas, observamos que a vitimização da mulher pode levar-nos a conclusões comprometedoras. É claro que há uma construção sócio-histórica flagrante de inferiorização da mulher orquestrada por homens a quem interessava estabelecer tais discursos a fim de legitimar práticas de dominação e poder, ou antes, a fim de manter ideias de mundo que organizam os sentidos justamente a partir de uma visão sexista. Porém, nem todos os homens inferiorizariam a mulher, nem negligenciariam a sua condição e suas demandas; da mesma forma, que nem todas as mulheres aceitariam o estatuto que se lhe fosse imposto, e, mesmo usando a retórica da dominação, ou estando simplesmente nela inserida, viveria adstrita a um universo que lhe escapava completamente a ação ativa e o controle.

O caso da venda de esposas analisadas por E. P. Thompson pode ser ilustrativo do que estamos dizendo. O autor mostra que as esposas eram negociadas durante o século XVII em um ambiente público, reservado tipicamente aos homens, sendo estes, à primeira vista, os protagonistas da permuta. Thompson soube magistralmente, porém, notar que tudo não passava de uma teatralização da realidade: o marido e o comprador, muitas vezes com consentimento e participação da mulher, acordavam previamente o fim do matrimônio e o início (então tornado público) de uma nova relação, sendo o dinheiro da “falsa” compra usado inclusive para a festa do novo casal.

Isso é uma espécie de poder social imbricado a práticas culturais que teatralizam a submissão mas deixam ver mulheres ativas e vivendo escolhas possíveis. É claro que não podemos aproximar as nossas personagens das esposas estudadas por Thompson, mas podemos sugerir que se, à primeira vista, um curso de ciências domésticas sugere simplesmente o ensino acadêmico à reclusão feminina ao universo doméstico, por detrás dessa aparência superficial pode haver um universo de complexidades culturais que apontam noutras direções.

Este “poder social” (ou socioeconômico) da mulher na medida de suas implicações na dinâmica do mercado (formal como ele se apresenta) faz visualizar um olhar diferente que furta à realidade política sua razão primeira, i.e., deixa de ver a política formal como o único espaço em que se veiculam relações de força e poder efetivos. Como assinalamos no capítulo

anterior, não acreditamos na construção de mulheres e homens como pressupostos universais e abstratos, senão, obviamente, enquanto recorrência retórica e discursiva. Mulheres e homens são pessoas antes de mais, e estão inseridos em contextos históricos, sociais, jurídicos, econômicos e até mesmo geográficos distintos, razão pela qual suas condições de existência concorrem para sua formação enquanto subjetividades. Nesse bojo, o aspecto mais relevante parece-nos o encontro (tantas vezes conflituoso) do corpo a corpo de pessoas no seio de suas ações sociais numa perspectiva histórica, levando-se em consideração os elementos construídos e (re)significados em circunstâncias material e imaterialmente referenciadas, capazes de revelar relações de poder e divisão social das tarefas e dos compromissos sociais.

A postura teórica e metodológica de Thompson no caso da venda de esposas pode ser encontrada em outros trabalhos. Em *Um amor conquistado* de Elisabeth Badinter, apesar naturalmente de enfatizar os elementos culturais que criam a figura da mulher-mãe de modo a compor mecanismos de coação do comportamento e do lugar social da mulher na sociedade contemporânea, é incisiva em observar que as mulheres reais e concretas não serviriam de modo tão-somente submisso e passional ao estatuto retórico que se lhe queria imprimir. Segundo a autora, “(...) muitas se submeteram alegremente aos novos valores, grande número delas apenas simularam acatá-los e puderam ficar em paz. Outras resistiram e foram combatidas”. E, mesmo que por vezes inconscientemente, algumas mulheres lograram perceber que ao produzir o trabalho familiar que só elas podiam fazer “adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera (...) julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade” (BADINTER, 1985, p. 147).

A educação moral da mulher é também levada às últimas consequências durante o século XX. É considerada “a tarefa mais elevada” da mãe, “sua missão providencial”, “sua obra-prima absoluta”, especialmente porque a moral social adquirida deve ser passada à frente, i.e., aos filhos. Essa indumentária faz do compromisso social da mulher uma espécie de excelência natural, ou seja, o estatuto de criadora e, por conseguinte, educadora, ou instrutora de sua prole. Assim, “governando a criança, a mãe governa o mundo. Sua influência estende-se da família à sociedade, e todos repetem que os homens são o que as mulheres fazem deles” (BADINTER 1985, p. 147).

No início do século XX as mulheres tornaram-se também heroínas da pátria e do Estado. Com a atmosfera de guerra que rondava a Europa tratava-se de inserir a mulher na vida nacional. Chamá-la a esse ambiente de *necessidades* históricas geradas pela guerra e

trazê-la com legitimidade insofismável ao espaço público sem que com isso visse sua índole hesitada à prostituição (THÉBAUD, 1991 *in* DUBY & PERROT, 1991).

No entanto, essa inserção, mais forçosa do que espontânea, não parecia implicar uma inflexão qualitativa no trato das mulheres na sua relação com os homens, e delas consigo mesmas, da feminilidade com a masculinidade. As feministas do século XIX pareciam esquecer seus expedientes de militância para, mesmo que de forma provisória e circunstancial, dessem as mãos aos homens em sinal de defesa da pátria.

Assim o que poderia parecer um avanço da luta feminina por reposição de papéis e emancipação social não levou senão a reflexões isoladas e talvez à reposição e o fortalecimento de velhos juízos. As mulheres que poderiam agir em estado de guerra sem a necessidade de consentimento marital, seriam depois recolocadas em seus “lugares devidos”, ou ao menos pretendidas assim pelo próprio Estado que as chamou à luta durante os anos do conflito. Depois do armistício de 1918 e da assinatura do Trado de Versalhes em 1919, o que se vê por parte dos governos europeus são ativas propagandas pela reconstituição da família, impulso que chama novamente a mulher aos seus deveres de mãe.

A temperança é uma vez mais reclamada às mulheres a fim de reconstruir as nações. Na França a tradição malthusiana é posta de lado para dar lugar a uma enérgica ação estatal de repressão a qualquer propaganda anticoncepcional e de penalização do aborto. Na Inglaterra, são criados centros de proteção infantil a partir do *Maternal and Child Welfare Act*, de 1918, e, em 1919, do Ministério da Saúde. Na Alemanha, a ação governamental é conduzida em nome da *volks-gemeinschaft*, “(...) ideologia organicista para a qual as famílias constituem as células vivas do *Volk*, a restrição do nascimento uma doença de degenerescência, e a maternidade uma função vital que não pode ser deixada ao arbítrio individual” (THÉBAUD, 1991, p. 62).

O entreguerras seria heterogêneo deste ponto de vista da mulher nos países europeus. Nos Estados Unidos ainda mais talvez pela distância e pelo envolvimento tardio no conflito. O Estado esforça-se por reinventar a condição de mulher-*mãe* e *esposa*, ainda que esse esforço não significasse necessariamente obtenção de algum êxito. Artigos como o de Danièle Genevois, em que se trata das mulheres espanholas nos anos 1930, deixam ver iniciativas sóbrias de inserção da mulher no mundo político, social e jurídico da época. Mas, notada pela ótica da crítica scottiana, essa análise pode ser percebida como um esforço por focar a mulher, e somente ela, em um universo que sugere apenas sua inserção e não propriamente



sua atuação, dando a impressão de que mudanças jurídico-políticas paralelas a um suposto universo feminino em expansão reservaram-lhe ora o silêncio ora a ribalta.

O pós-guerra talvez pudesse ser notado como um momento de avanços No Brasil, as classes médias urbanas em idade adulta, cujos filhos assistiriam ao que se tornaria a maior ação manifesta de mudança comportamental pública do século XX – a exemplo do movimento *hippie* dos anos 1960/70 – tinham acesso às formulações de uma ciência eminentemente nova, circunspecta, crítica de si mesma, conquanto rica, e em profundas transformações. Porém, durante os anos 1950, e ainda nas décadas posteriores à *revolução sexual* em sociedades conservadoras como a brasileira, resquícios de uma sociedade patriarcal informariam ainda a difusão de uma cultura da família nuclear equilibrada e sem excrescências, sendo mesmo tabu falar-se abertamente em sexo entre mulheres, e uma aberração casos de mulheres que ousassem enfrentar o marido e seus desejos sem que fossem moralmente sancionadas.<sup>19</sup>

A esposa havia ainda de encarnar o “estilo Amélia”,<sup>20</sup> que, sem embargos sentimentais, se curvaria diante das demandas do cônjuge a fim de lhe servir antes porque era o seu *papel social* (PRIORI, 2006). O marido, envolto à aura de chefe por fato e por direito no âmbito matrimonial, cumpria, por seu turno, igualmente seu papel: prover o sustento da família (*op. cit.*). Como salienta Mary Del Priori (2006, p. 291), “o bem-estar do marido era a medida da felicidade conjugal e essa adviria, em consequência, de um marido satisfeito”. De sorte que caberia à mulher, por um lado, suprir-lhe as necessidades domésticas e amorosas (senão sexuais) e, por outro, proporcionar-lhe tempo para si e para os amigos. Numa linguagem mais à vontade, a mídia destinada ao público feminino (mulheres casadas especialmente) assim se dirigiam às suas leitoras:

Acompanha-o nas suas opiniões (...) quanto mais você for gentil na arte de pensar, tanto maior será o seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o (...) reconhecendo seus gostos e desejos (JORNAL DAS MOÇAS, 1955 *apud* PRIORI, 2006).

<sup>19</sup> Referimo-nos aqui a *sanção social* em sentido sociológico como a concebe Durkheim. Segundo o autor, a sociedade, por meio de instituições que permeiam uma consciência coletiva, é capaz de criar estratégias de repúdio a comportamentos e/ou instituições que possam sobrepujar-lhe os valores normalizadores. De modo que fatos anormais, os quais não se encontram dentro dos limites aceitos pela consciência moral de uma sociedade são patológicos e tendem à eliminação (sanção) pela própria sociedade.

<sup>20</sup> Faz-se referência à mulher típica dos anos 1940/50, e de décadas ulteriores; subestimada frente ao marido e à família que lhe incutiam o dever de ser mãe e dona de casa, ela prescindia de sonhos e pensamento ou sentimento autônomos, senão à sombra do patriarca e consorte; sem vaidade enfim, como se faz notar na letra do samba de Ataulfo Alves e Mário Lago (1940).

Nessa linha, o universo sexual do casal, ou mais precisamente do homem, figuraria igualmente como mero adereço, tratando-se mais uma vez de uma realidade com a qual a temperança feminina deveria lidar sem maiores presságios. Solidão e infidelidade soariam como realidades corriqueiras e simples de se resolver, bastava ter postura, *ser* mulher enfim. Conta-nos Mary Del Priori, citando Carla Bassanezi (1997), que certa Yolanda dos Santos, ao escrever à revista *O Cruzeiro* nos anos 1960 queixando-se das faltas sentimentais do marido, recebeu como resposta:

É da natureza do homem, principalmente daquele que é bem-sucedido em seu trabalho, viver mais para a carreira do que para o lar. Procure suprir com seu equilíbrio e bom senso a lacuna deixada pela falta de assistência do marido. Não lhe guarde rancor (...) (BASSANEZI, 1997, p. 631 *apud* PRIORI, 2006, p. 294).

Essa imagem da mulher-esposa está associada historicamente à dignidade, índole e idoneidade e parece residir em uma sua sujeição ao universo da casa, espaço por excelência da moral e dos valores insofismáveis da família nuclear. Corolário direto de um discurso “(...) o qual associa que o modelo de mulher perfeita, a mulher de bem, a mulher que não será “mal falada” é a mãe submissa, que deverá ficar circunscrita à instância doméstica” (SILVA; CARVALHO, 2006, p. 11).<sup>21</sup>

O século XX seria receptáculo dessa imagética apolínea acerca da mulher.<sup>22</sup> Conforme apresentamos acima, as revistas até os anos 1950/60 veicularam e difundiram tais representações em cujo centro se coloca uma mulher ao mesmo tempo domesticada e domesticável. Domesticada porque socialmente adstrita à missão de conduzir o lar na temperança e na submissão; domesticável porque, por sua *natureza* mesma, conduz-se pelo homem e pelo matrimônio à moral certa de sua maternidade. A aura límpida da feminilidade incontestada, cuja posição submissa a coloca livre de qualquer suspeita, supõe a educação da mulher adulta e madura que conhece seu lugar social e a sua nobre missão.

<sup>21</sup> Veja-se, ainda, PEDRO, 1994 e SOIHET, 1997.

<sup>22</sup> Utilizamos o termo apolíneo, segundo as teses de F. Nietzsche, conforme apontamos acima. Para o referido autor, o ser humano pode ser notado a partir de um conflito interno que, na sua obra, guarda relações metafóricas com os deuses Apolo e Dionísio. Apolo, deus da razão e da força, da temperança e da ordem, representa o lado regrado da pessoa humana, do qual não se deve desviar; Dionísio, deus do vinho e das volúpias a ele ligados, representa a liberdade e a conquista, os desejos e os prazeres, muitas vezes desregrados.

A fim de fazer com que a mulher casada compreendesse a sua natureza sóbria e comedida, as revistas femininas apelavam até mesmo à perfídia do marido. A revista *Querida* de agosto de 1959 trazia em sua matéria de capa: “Até o mais infiel dos maridos tenta, ao menos uma vez, misturar a realidade com a fantasia (...)”. A edição dedicava-se naquela ocasião à questão da infidelidade, masculina naturalmente. A capa trazia, ainda, a foto de uma mulher jovem muito bem vestida, linda e feliz, sorrindo um sorriso plácido e convicto, como quem diz: resolvamos (juntas) essa realidade que, no íntimo, tanto nos incomoda (!). A tônica de matérias como essa, esboça e reflete, a um só tempo, uma percepção da infidelidade que, em lugar de torná-la ato infame, a naturaliza. Como avalia Mary Del Priori (2006, p. 294),

o ‘temperamento poligâmico’ dos homens justificava tudo: ‘(...) mantenha-se no seu lugar, evitando a todo custo cenas desagradáveis que só servirão para exacerbar a paixão de seu marido pela outra (...) esforce-se para não sucumbir moralmente, levando tanto quanto possível uma vida normal, sem descuidar do aspecto físico.

Outro conselho do *Jornal das Moças* ressaltava: “Mais do que orgulho o seu dever é mais forte (...) passe uma esponja sobre um desvio, *uma leviandade tão próxima dos homens*. Caso contrário, quando ele a abandonar acha que seu ataque de nervos, a sua crise de orgulho secará as suas lágrimas?” (BASSANEZI, 1996 *apud* PRIORI, 2006, p. 294, grifos nossos). Percebe-se claramente a pretensa ideia de aproximar tanto o homem quanto a mulher a estereótipos universais a fim de que pareçam naturais. À mulher caberia a tarefa de zelar pela família, pela casa, o ambiente doméstico, o qual, numa pretensão que beira à magia, deveria *purificar e limpar* os comportamentos levianos do homem, também justificáveis.

Essa mulher, porém, cuja existência fora marcada por uma espécie de *dever social* de manter o casamento e a célula familiar não esperaria mais que uma ou duas décadas para ver-se às voltas com mudanças que a tornaria duvidosa, senão obsoleta. O que absolutamente não significa que ela estivesse extinta. O mesmo ano de 1960, em que ainda vê-se matizarem-se representações da “mulher-esposa”, ou da “mulher-mãe”, que vive às expensas e à sombra do marido, demarca as transformações (PRIORI, 2006).<sup>23</sup> A dita *revolução sexual* experimentada pelo mundo ocidental a partir desse período fundamenta-se no aparecimento da pílula anticoncepcional, na inflexão dos costumes a partir da juventude *hippie* e na inserção da

---

<sup>23</sup> É interessante notar – e nos ocorrem balizas analíticas interessantes para o nosso trabalho essa consideração – que a palavra matrimônio que remete, em línguas latinas, à mãe, à matriarca, à mulher, enfim, opõe-se a patrimônio (bens, posses, vida pública para conquistá-los) que em sentido perfeitamente oposto, remete ao patriarca, o pai, homem enfim.

mulher no meio público, passaporte social conseguido desde a sua necessária introdução ao mercado de trabalho do pós-guerra (HOBSBAWM, 2007).

No Brasil os anos 1960 e 1970 testemunhariam a emergência de novos discursos sobre o amor e as relações amorosas, mesmo que no âmbito meramente simbólico. As telenovelas e as revistas femininas difundiriam novas representações, permitindo, senão uma verdadeira revolução comportamental, ao menos a emergência de possibilidades que se abriam diante dos olhos bisbilhoteiros e curiosos, especialmente dos jovens (e *das* jovens) da época. Em 1969 é criada a revista *Ele Ela* no Brasil, cujo público alvo não era mais a mulher tão-somente, mas o casal, especialmente aquele ao qual se poderia inculcar uma aura nova, moderna, urbana e dinâmica. De certa forma, *Ele Ela* aparece como um periódico preocupado em unir permanências e rupturas que, segundo Mary Del Priori (2006), debatiam-se e afirmavam-se num contexto cultural conturbado.

A revista veiculava um discurso que se pretendia, a um só tempo, defensor e crítico das mudanças comportamentais da época. A discussão sobre novos valores como sensualidade, drogas (nomeadamente o LSD), feminismo e casamento davam prova e evidência de sua modernidade. Em verdade, o discurso do periódico caía bem a uma sociedade que, tradicionalista, teimava subsistir certos valores, a princípio, irreprocháveis. Assim, ao mesmo tempo em que se falava abertamente em feminismo e homossexualidade, emancipação feminina e liberalização dos costumes no esteio da revolução sexual, *Ele Ela* exaltava a pureza, a integridade e a fidelidade da mulher (MONTEIRO, 2002 *apud* PRIORI, 2006, p. 304). Certa vez, inclusive, em artigo denominado “A mulher de verdade”, a revista mostrava-se resistente à difusão do novo feminismo da década de 1970, mais ríspido e politizado, veiculando um bombástico depoimento de uma ex-militante feminista, segundo a qual havia uma “opressão feminina” dentro do movimento, razão de sua debandada. Suas palavras são reveladoras:

Em todas ou quase todas as líderes feministas com quem convivi nos últimos 3 anos, nunca vislumbrei qualquer sinal de verdadeira feminilidade. É verdade que muitas se pintam, algumas se vestem razoavelmente, poucas são felizes nas suas relações com os homens. [...] no fundo, há um sentimento mal disfarçado em relação ao sexo masculino (*apud* PRIORI, 2006, p. 305).

Nas telenovelas, como *Estúpido Cupido*, debate-se o uso da pílula anticoncepcional. Na minissérie *Malu Mulher*, veiculava-se o casamento que se desfaz por vontade da mulher

cuja *insatisfação* diante do matrimônio era suficiente para desfazer os laços que tolhiam sua felicidade. O sexo se desvincula da procriação e do casamento e pode aparecer na esfera da paixão que prescinde de exigências morais antes irrevogáveis. Em *João Coragem e Selva de pedra* casais se apaixonam e têm relações sexuais antes do casamento (PRIORI, 2006). Porém, junto com essas novas possibilidades, ainda subsistiam traços importantes de uma cultura de estruturas fortes:

(...) em plena década de 70, o lar ainda era o lugar *da* mulher e a vida pública, a rua, *do* homem (...) as revistas femininas continuavam a investir na figura da mãe, da dona-de-casa [enfrentando, porém] o *desmoronamento* da figura da “rainha do lar”, tão forte nos anos 50 (...) o casal *continua* a ser o ponto de referência [e, portanto, o casamento também], nele o homem – como dantes – é o *juízo* por meio do qual as mulheres são *avaliadas* (PRIORI, 2006, p. 308, grifos nossos).

A mulher ainda manifesta-se na retórica social da época enquanto juízo do homem, à sombra dele como insistimos aqui. Porém, essa condição precisa conviver significados avessos. Isso mostra que os tempos da chamada *revolução sexual*, i. e., 1960/70, ao menos no Brasil, parecem ter sido de conflitos e permanências mais do que de rupturas puramente e consolidação de uma nova ordem e um novo código simbólico e comportamental. É natural que a mídia de massa da época fizesse reverberar as conquistas do movimento feminista pelo mundo; as manifestações públicas, as aventuras de novos amores e paixões nos cinemas e na vida real noticiadas nos jornais, revistas e outros veículos, criariam importantes mudanças no imaginário da opinião pública ocidental, mas disso inferir que simplesmente as diversas sociedades os assimilaram colocando-os tão logo em prática sem maiores embargos morais e jurídicos parece ao menos arriscado.

O caminho dessas transformações histórico-sociais é tortuoso, diverso e infinito nas suas particularidades, de sorte que não se trata de pretendê-lo de todo neste trabalho. Propomo-nos, mais detidamente, perseguir essas rupturas e permanências que permearam o universo simbólico e prático de mulheres e homens cuja sociabilidade fez-se exatamente da constante conflituosa, a qual transformara, adaptara e instituía novas relações de poder, delimitação de papéis e valores, moral e direito através da história.

Aspiramo-lo, ainda, sob um enfoque específico, à luz da transformação de uma *instituição de ensino* que de um modo ou de outro esteve desde o instante de sua concepção intimamente ligada a essas transformações; uma instituição que nasce nos anos 1950, já

envolta a uma atmosfera de transformações em matéria de papéis e relações sociais de gênero, mas ornada à aura patriarcal e nuclear burguesa, imperante em uma sociedade tipicamente conservadora aspirando ares de uma modernidade mais retórica do que prática. Além disso, por perdurar até os dias atuais, a Escola Superior de Ciências Domésticas atravessou historicamente o processo que descrevemos sucintamente nas linhas anteriores. Em uma palavra, sua trajetória dá-nos visão de projeto e de processo. Isso consiste em observar, a um só tempo, as projeções de criação da ESCD, seus conteúdos e significados, bem como sua trajetória no tempo, rupturas e permanências de um projeto que, para além de ser uma ideia de escola, uma concepção e um propósito de ensino, é também um ambiente de construção, assimilação e difusão de um modo de vida, de concepções e construções de gênero e até mesmo de sociabilidades da mulher, da família, e, não obstante, do próprio homem.

Resta antes, porém, compreender na sua complexidade e expansão o problema de se criar uma ciência *para e por* mulheres. Voltaremos aos Estados Unidos do século XIX quando as portas do mundo acadêmico (masculino) foram em parte abertas às mulheres, e, com elas, o mundo público enfim. Era a cientificização do doméstico ou a “domestificação” de um tipo de ciência? Talvez uma coisa nem outra. Decerto, uma contradição ou um paradoxo porque se tratava de uma ciência doméstica e, portanto, um desafio a todas as noções de organização simbólica do mundo desde os renascentistas. Um processo dialético carente de uma solução plausível senão na órbita do embate de contrários que faz emergir um terceiro independente, uma síntese, por suposto, superior às anteriores.

### CAPÍTULO 3

## HOME ECONOMICS: ORIGENS, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PROBLEMA DA DOMESTICIDADE

*Academic education was necessary prerequisite to successful homemaking.*

F. B. Cogan

A epígrafe é reveladora. Trata-se de uma passagem da obra de Frances Cogan, *All-American Girl*, um marco da sociologia estadunidense acerca do ideal de feminilidade veiculado em meados do século XIX (veja-se COGAN, 1989). A passagem refere-se às teses de Catharine Beecher, difundidas no *Treatise on Domestic Economy for the use to young ladies at home and at school*, publicado em 1841 e considerado a obra pioneira da *Home Economics* nos Estados Unidos.

Beecher foi arquiteta, teóloga e professora, e sua trajetória é notável nas áreas de educação pública e de crianças, saúde doméstica e familiar, sendo inclusive uma das primeiras mulheres a admitir a infância como etapa autônoma da formação da personalidade de meninos e meninas. Beecher defendia que a criança precisava crescer em um ambiente livre e necessariamente infantil porque, só assim, poderia se tornar um adulto saudável e autossuficiente. A infância deveria constituir momento privilegiado de formação moral e religiosa. Se chegasse à vida adulta prematuramente, a criança poderia apresentar desvios de formação pessoal e cidadã, por isso não era recomendável apressar o seu amadurecimento. Foi a partir dessas teses que se criaram os primeiros jardins da infância nos Estados Unidos (HARVESON, 1932).

No *Treatise* a mulher é a heroína desta educação pueril, tanto em casa como nos *kindergarten*. Beecher sugere que mulheres apresentam uma espécie inerente de dom ou idiosincrasia ontológica para o ensino, sendo sua natureza voltada à educação por excelência, e sua atividade neste sentido deveria ser tipicamente moral, intelectual, religiosa e corpórea, enquanto assuntos como negócios e indústria ficariam limitados aos homens. Beecher acreditava que as mulheres (e não os homens) deveriam assumir a educação das crianças e construir escolas para ensinar inclusive as garotas no *desígnio* de seu sexo e perpetuar em seus filhos o mesmo padrão educacional que receberam. Ela produziria mais tarde, junto com sua

irmã Harriet Beecher, manuais de governança doméstica, saúde e organização familiar, destacando-se neste âmbito o *Housekeeper and Healthkeeper* publicado em 1873.

Neste capítulo analisamos a construção social, política, econômica e cultural das ciências domésticas nos Estados Unidos. Nosso objetivo é conhecer suas matrizes teóricas e seus padrões de aplicabilidade, bem como as relações, por vezes conflituosas, que travaram junto à realidade social na qual se propuseram inserir e a qual procuraram modificar. Procuramos também estabelecer paralelos das propostas da *American Home Economics* com os ideais de domesticidade que perpassam as representações culturais de gênero entre os séculos XIX e XX.

### 3.1 Catharine Beecher e a alvorada das Ciências Domésticas

O *Treatise on Domestic Economy* apresenta aproximações marcantes com os ideais evolucionistas darwinianos. O evolucionismo apareceria na obra de Beecher como o determinante filosófico do lugar da mulher na sua relação com o homem. De acordo com as teses de Darwin, tomadas a empréstimo por Beecher, a mulher definir-se-ia essencialmente segundo o seu caráter reprodutor, prescindindo-se, pois, de valores morais, sociais e religiosos para sua definição inicial. A crítica feminista posterior condenaria os traços elementares do *Treatise on Domestic Economy* julgando-o por seu determinismo e reducionismo biológicos que reservaria posição (supostamente natural) de inferioridade, e, conseqüentemente, de submissão ao sexo feminino em relação ao seu oposto masculino.

O darwinismo na sua forma mais fidedigna sugeriria a partir dos escritos beecherianos a existência de uma domesticidade imanente capaz de informar uma configuração social: ao homem o espaço público, à mulher o ambiente doméstico. Algo que as representações mais concisas da cultura ocidental, sobre a qual nos debruçamos no capítulo anterior, veicularam francamente, desde as escatologias dos primeiros patrísticos, passando por releituras (também parabólicas) do gênese e de outros tratados fundados nas sagradas escrituras, até chegar à escolástica, ao Renascimento e mesmo o Iluminismo.

As teses de Beecher, porém, contrastam e, no mínimo, ponderam a noção evolucionista e ontológica pura. A autora explicita uma espécie de *desígnio* político e social



reservado à mulher com relação à educação, ao saber técnico, acadêmico, cientificamente referenciado cujos pilares seriam, como apontamos acima, a moral, o intelecto, o físico e a religião. Aqui afasta-se a um só tempo o ideal darwinista de uma suposta *natureza feminina* e a *inferioridade* da mulher presente entre os gregos e, adiante, veiculado na filosofia escolástica.

O caráter marcadamente biológico da definição do ser mulher de Darwin contrasta também com o ideal da *republican motherhood*, veiculado pelos idealistas republicanos dos tempos dos *founding fathers*, e do qual as propostas beecherianas parecem melhor se aproximar. Segundo essa ideologia, a mulher (e não o homem) ostentava a natureza difusora das morais republicana e cristã, sendo, por excelência, a responsável pelo ensino virtuoso que conferisse caráter político e patriótico à criação de meninos (para a participação dos negócios públicos) e meninas (para perpetuar esse ideal no espaço doméstico, onde tudo começava).

Essa concepção, que sem dúvida fundamenta-se em discursos naturalizadores, tem um fundo político e histórico formidável. Está diretamente ligado ao contexto social vivido pelos Estados Unidos nos tempos da conquista do oeste e da consolidação do ideal republicano nortista. Daí, uma vez mais concluir-se segundo a fórmula beecheriana: aos garotos, os valores práticos da política; às garotas, os valores morais, a maternidade e o casamento, enfim, que permitem perpetrar em seus filhos a educação que antes receberam.

O conceito de mulher sustentado pela *republican motherhood* evoca uma noção de harmonia e modo de vida presente nos discursos políticos e de cidadania estadunidenses desde os tempos do *american way of life*. Robert Darnton certa vez notou que os *founding fathers* deram uma conotação essencialmente identitária à ideia fundamental dos “*natural rights*”. Assim, quando Thomas Jefferson declarou que o ser humano tem entre os seus direitos inalienáveis a “procura da felicidade” ele quisera notar o direito irrestrito e original à conquista da propriedade por meio do trabalho.<sup>24</sup> Assim, o direito à propriedade não é pressuposto de uma *meta*-existência, por assim dizer, mas de sua ligação com um fazer social concreto. Os direitos naturais e de individualidade aparecem intimamente ligadas à noção de compromisso pátrio, sendo este o pressuposto de sua legitimidade e efetivação. Daí, tornar-se *the commitment with the nation* uma das mais importantes, senão a mais, entre as noções de cidadania, individuação e procura da felicidade.

---

<sup>24</sup> DARNTON, R. A procura da felicidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 nov. 1996. Caderno Mais! Veja-se do mesmo autor: DARNTON, R. *Edição e Sedição: o universo clandestino no século XVIII*, Companhia das Letras, 1992.

A discussão sobre felicidade trazida por Darnton começa pelos textos helenísticos. Entre os estoicos, como salienta, ela está ligada à fuga da tumultuada vida cívica e cidadina e à verdadeira satisfação a partir dos prazeres da vida árcaica. Na alvorada da Era Moderna, os hedonistas recuperavam os ensinamentos antigos e versavam algo bem parecido em matéria de satisfação individual. Nos tempos da Ilustração, a noção de felicidade passa a ligar-se a novas categorias como progresso e prosperidade. Nessa medida pondera-se o seu caráter individual com o seu caráter grupal, assim ser feliz (ou buscar a felicidade) é direito de cada indivíduo, mas em perspectiva coletiva (não coletivista, ressalte-se), uma vez que se considera essencialmente o todo cívico e jurídico que funda o país. Como mostra Darnton, os filósofos do Iluminismo consideraram o progresso e a prosperidade finalidades sublimes da vida humana, individual e coletivamente referenciada. Assim, Diderot, Rousseau, Helvétius e d’Holbach “fizeram do conceito de felicidade a pedra fundamental de um epicurismo modernizado e reforçado por uma forte consciência cívica”.<sup>25</sup> Consciência esta que ligava os indivíduos a entidades maiores, não o Estado, mas o direito, a justiça, o progresso, o otimismo (para lembrar o *Cândido* de Voltaire), a razão enfim.

Darnton, todavia, faz uma distinção cuidadosa entre o “é preciso cultivar nosso jardim” (variante francesa) e o “procura da felicidade” (variante americana). O primeiro constrói-se fundamentalmente na matriz iluminista voltairiana a qual procura afastar o mal e o fortuito pelo trabalho racional que fita o bem comum. O segundo estabelece um jogo mais intrincado entre o direito natural à procura da felicidade e a necessidade de se fazê-la por fato existir.

O *American way of life* erigido nos séculos posteriores construir-se-ia a partir do pressuposto do papel social do indivíduo junto à nação. Nesta concepção o indivíduo é sujeito de direito, depositário da liberdade, inserido num todo social sobre o qual ele tem suma responsabilidade civil. Quando os imigrantes chegavam trazendo consigo a máxima do *American dream* eles sabiam que inserir-se na aventura da modernidade americana gozando das benesses que ela poderia oferecer era antes um movimento de *juntar-se à nação*, seguindo suas regras. Junto com o ideal de sonho americano vem o de trabalho duro – *hard work*; assim, a medida do sonho é a medida do trabalho, da ordem e da nação enfim. Como aponta James Truslow Adams no clássico *Epic of America*, publicado em 1931, o *American dream* não encerra uma busca meramente pessoal, um sonho individual, mas uma busca por certa “(...) social order in which each man and each woman shall be able to attain to the fullest

---

<sup>25</sup> *Idem.*

stature of which they are innately capable, and be recognized by others for what they are, regardless of the fortuitous circumstances of birth or position” (ADAMS, 1931, p. 214-215).

Enfático, o autor ainda salienta que o sonho americano perpassa um ideal de desenvolvimento moral do homem e da mulher, e dos homens e mulheres pensados em uma perspectiva social, quando não de classe, e não apenas individualmente: “a dream of being able to grow to fullest development as man and woman (...) unrepressed by social orders which had developed for the benefit of classes” (*Idem*).

É bem aqui que encontramos o elo entre o conceito beecheriano de mulher e o discurso de formação nacional. Às cidadãs americanas caberia o desígnio, quase teleológico, de uma educação calcada na finalidade de proporcionar aos jovens e infantes cidadãos da república uma cultura originária da Revolução Americana. Beecher o defenderia de maneira categórica em seu *Treatise* e em obras subsequentes, frutos de uma vida celibatária, dedicada à educação. Nas palavras da pioneira da *Home Economics* estadunidense:

Every great and good undertaking ordinarily begins, like the grain of mustard-seed, with an humble, unnoticed growth; and the greater the enterprise to be achieved, the greater are the obstacles to be surmounted by its pioneer laborers (BEECHER *apud* HARVESON, 1932, p. s/n).

Glenna Matthews observa que a mulher média estadunidense do século XIX, educada para ser uma *housewife*, haveria de encarnar o ideal patriótico e objetivo de um compromisso que passava ao largo de sua subjetivação. De modo que ser mulher de família, pronta para ser boa esposa e mãe, implicava compreender um compromisso que ultrapassava o espaço da casa indo figurar como feito social de larga importância e significado. Nas palavras da autora: “In 1850 a housewife knew she was essential not only to her family but also to her society. History would be affected by cumulative impact of women creating good homes” (MATTHEWS, 1987, p. 3). Essa discussão perpassa uma vez mais a *republican motherhood* a qual haveria de assumir as responsabilidades nacionais em conjunto com a formação do ideal patriota construído em meio à Guerra de Independência dos Estados Unidos. Segundo Rosemaire Zaggarri (*in* BAUER & GOULD, 2001, p. 21),

In America, the coming of the Revolution heightened the public dimension of women’s role. The war for independence represented not just a conflict between Britain and America, but a civil war, a contest that slit towns, countries, and communities into antagonistic factions.

Jornais, revistas, manuais, poemas, ensaios, outros impressos e até orações da época apelavam às mulheres que boicotassem produtos importados, preferindo os de fabricação nacional. A indústria ainda incipiente demandava, porém, um reforço da produção doméstica, daí as mulheres serem chamadas a perpetrar toda sorte possível de produtos de natureza e produção caseira, desde panos até alimentos. Nos tempos furiosos da guerra, as mães, esposas e irmãs eram encorajadas a ceder seus maridos, irmãos e filhos ao *front* em nome da pátria, cuja causa maior – irromper em liberdade – coincidia com a sua própria – cuidar e perpetuar a sua família. Assim os papéis iam se condicionando em meio a uma superfície histórica e socialmente referenciada.

De volta à nossa epígrafe, vemos Cogan concluir, depois de um estudo exaustivo acerca do ideal hegemônico de mulher veiculado pelas elites e classes médias estadunidenses entre os anos 1830 e 1880, que a produção do conhecimento científico (uma atividade pública por excelência, tipicamente orientada para homens) tornava-se cada vez mais necessário para o êxito da gestão doméstica e familiar, no campo e na cidade. Ellen Richards, considerada a pioneira da *Home Economics* norte-americana em sua versão acadêmica, também o defenderia. Como veremos ainda neste capítulo, Richards enfatiza que a ciência aplicada ao meio doméstico foi um mote preciso de inserção da mulher em um meio antes adstrito à atuação masculina.

Essa conclusão tem implicações determinantes e sua construção e cabedal não são simples. Cogan parte de uma hipótese inovadora e emblemática, não defendida de maneira tão bem acabada no ambiente acadêmico estadunidense até os anos 1980. Segundo a autora, o século XIX não conhecia apenas dois ideais de mulher, duas vias possíveis, como se acreditava e difundia no âmbito do feminismo de seu tempo: vítimas ou revolucionárias. Estudando a literatura do século XIX, entre romances e manuais de conselhos, a autora sustenta que a mulher de classe média dos Estados Unidos do século XIX podia ser notada a partir de uma posição equilibrada entre os extremos das *conventional ladies of leisure* e as *early feminists*. A *All-american girl* era, no juízo da autora, a mulher na sua versão mais fidedignamente viva, atuante no seu entorno, fruto e alvo de estigmas, ou antes tipos cultural, social e historicamente referenciados; nem militante nem ociosa, nem aguerrida, nem compassiva; uma mulher inserida simplesmente como mulher (ou “*the true woman*”, como ela se refere) numa sociedade que tem nela um elemento de construção social não necessariamente de subjugo aos domínios masculinos.

Para Gerda Lerner (2005) muito do que se veicula na sociedade da época não condizia com a verdadeira condição da mulher. De uma maneira geral ela adverte que o que era difundido na mídia e em publicações do período acerca da mulher não correspondia à mulher concreta, sua experiência mesma, suas lutas diárias, suas estratégias de negociação social, sua inserção enfim, empreendida à sua maneira, em universos onde habitavam os domínios menos notados pelos olhares alheios. Lerner, lembrando sua própria experiência, escreve:

The mass magazine and novels were preaching a similar message, which bore a little resemblance to the life I knew. I knew the competent work women, even the ‘mere housewives’, were doing and so I knew from my own experience that literature, the media and history did not reflect the realities of women’s life (LERNER, 2005, p. xix).

Essa declaração de Lerner é crucial. Muitos trabalhos, inclusive no Brasil, utilizam a literatura comercial especializada para estudar as representações que se veiculam acerca dos papéis de homens e mulheres, mais destas do que daqueles.<sup>26</sup> O que Lerner quer dizer é que as imagens construídas a propósito das mulheres nas páginas de revistas femininas da mais ampla circulação e em romances da época não correspondiam à realidade experimentada por mulheres reais em distintas condições histórico-sociais. Para o caso das classes médias, a *all-american girl* de Cogan encerra a *housewife* típica, mas não necessariamente uma “*submissee maiden*”. Ela é também (não podemos negar) fruto da difusão de um discurso antes social e econômico que de gênero (ou sexo).<sup>27</sup>

A “maternidade republicana” implicaria a formação de um elo bastante particular entre os universos público e privado. A operação é simples: sendo forçosa no âmbito governamental a presença de certas virtudes, como educação moral e preparação para a cidadania, e visto que essas eram dádivas da natureza e atuação femininas (ou mais precisamente maternas, para ressaltar a esfera doméstica e da família), logo se passou a reconhecer na mulher a sua importância para a vida política. “Women (...) shaped the behavior of their husband and children. They would inculcate patriotism, teach virtue, and encourage self-sacrifice for the public good” (ZAGARRI, 2001, p. 22).

<sup>26</sup> Os trabalhos mais proeminentes neste sentido utilizados em nossa discussão são os de Tania Navarro Swain, Simone Schmidt e Carla Bassanezzi.

<sup>27</sup> Naturalmente que qualquer discurso, seja da natureza que for, desde que voltado para a construção de papéis sociais, especialmente papéis vinculados ao sexo, implica relações de poder. Porém, o que queremos sustentar é o fato de as mulheres para quem se dirigiam os manuais e os discursos patriotas do século XIX nos Estados Unidos tinham uma existência concreta que deve ser resguardada à utilização da categoria analítica de gênero, pensada anos depois para redarguir uma situação de dominação histórica das representações masculinas.

*Women of the Republic* de Linda Kerber é uma análise formidável da Revolução Americana – entendida não só como a Guerra de Independência e a confecção da Declaração de Independência, mas como um processo mais largo que implica décadas anteriores e posteriores a 1776. A autora analisa o processo intricado e muito particular de consolidação do ideal republicano estadunidense, visto a partir de uma perspectiva feminina, ou, mais precisamente, sob a ótica das mulheres. Kerber insiste que os historiadores anteriores nunca tiveram o devido cuidado com fontes cujo caráter idiossincrático e particular é serem capazes de deixar ver a verdadeira (e séria) atuação das mulheres no seio da dinâmica revolucionária americana. Assim, nessa história protagonizam as mulheres do exército, as enfermeiras e outras funcionárias atuantes em hospitais militares, cozinhas e lavanderias. Kerber observa que os exércitos poderiam sempre e despreocupadamente recrutar os homens

(...) because the same women *bravely stayed on alone*, keeping family farms and mills in operation, fending off squatters, and protecting the family property by their heavy labor, often that grave physical risk (KERBER, 1980, p. xii, grifos nossos).

Mulheres civis eram também espiãs e levantaram dados e informações de suma importância para a vitória americana; eram estalajadeiras, fornecedoras de alimentos e rouparias. As pesquisas de Kerber mostram que os homens mais fervorosamente patriotas e dispostos a dar-se por inteiro ao *front* eram justamente aqueles que poderiam contar com suas esposas e filhas para manter a fazenda e os negócios da família na lida, libertos devidamente das ações de posseiros e outros oportunistas.

Kerber se vale de fontes como diários, cartas e registros legais. Essa documentação permite ver a abrangente participação das mulheres na guerra, avalia mudanças em sua formação no final do século XVIII, descreve os romances e as histórias de mulheres que se lia e se escrevia nos tempos revolucionários, bem como analisa a sua natureza jurídica e social. Para Kerber, a teoria política americana não conseguiu definir um programa de participação das mulheres na esfera pública, por isso as próprias mulheres tiveram que desenvolvê-lo em forma de uma verdadeira ideologia de certo patriotismo feminino. Elas promoveram a noção de que as mulheres poderiam garantir a saúde e a longevidade da república, alimentando continuamente os seus filhos e maridos – homens da República – com o espírito público da revolução.

As representações femininas no imaginário revolucionário permitem ver igualmente uma espécie ambivalente de mulher a qual projeta-se, a um só tempo, na musa romana da inteligência – Minerva – e na personificação da prosperidade como fruto do trabalho, de todas as naturezas, destacando-se o doméstico – Columbia. É necessário lembrar que Minerva, deusa da sabedoria romana é um correspondente direto de Atena, que nascera da cabeça de Zeus, i.e., do antro sublime da inteligência que só poderia advir, no mito grego, de um homem. Atena jamais se casara e Minerva também, por isso mantém-se uma espécie de pureza a qual não permite a aproximação com as mulheres concretas, por assim dizer, inexoravelmente destinadas ao casamento e à maternidade. Minerva aliás era uma deusa que teria chegado a Roma com a cifra do trabalho manual dos artesãos, o que a aproxima ao mesmo tempo em que a afasta das mulheres reais. Segundo Kerber,

the paired female images of so many engravings of the Revolutionary era that show both Minerva, emblem of force and intelligence, and Columbia, surrounded by emblems of domestic work and prosperity suggest the difficulty of merging the two themes. A synthesis was needed that would facilitate women's entry into politics without denying women's commitment to domesticity (KERBER, 1980, p. xii).

Era necessária uma formulação que facilitasse a entrada das mulheres na vida pública, senão política, sem com isso negar o seu compromisso à domesticidade. Operar-se-ia pois uma síntese. Esta seria fundamentalmente encarnada em uma espécie de mulher que estivesse no meio público, já que chamada ao seu compromisso cívico com a nação, especialmente a educação. Apesar de Kerber observar que “political theory appeared less radical and more conservative when measured against conscious refusal of constitution makers to recognize women's presence in the Republic and to change women's status”, ela salienta também que, ao cabo, “women were thought to make their moral choices in the context of the household” (KERBER, 1980, p. 7). Então, ainda que a mulher não fosse pensada e reconhecida na sua importância determinante ao sucesso da revolução, ela seria entendida como mentora das escolhas morais veiculadas em âmbito doméstico. Mais tarde outra autora, Carolyn Sachs, em estudo sobre as mulheres camponesas e esposas de *farmers* americanos, afirmaria: “women have often been restricted on to domestic work and so their participation has been consistently overlooked and undervalued” (SACHS, 1983, p. 32).

Os *founding fathers*, porém, com seu discurso político de chamada da população à guerra de independência, acabaram por permitir que a retórica política se tornasse social.

Assim, a mulher ganhou uma importância até então não assimilada ou admitida. Como mentora da moral de família, rainha do lar, matriarca da profusão de valores éticos constituintes do homem (a quem seria dada a dádiva das decisões administrativas), a mulher emerge como um ser cujo pensamento e virtudes são diferentes, porém não menores do que os do homem. Assim elas ganhariam o universo público e tornar-se-iam notáveis no tocante à sua natureza mesma. Assim, enquanto no século XVIII o pensamento social não se desvencilharia da noção ontológica e naturalizante da mulher reclusa ao espaço privado, no século XIX operar-se-ia uma mudança crucial: à mulher seria dada a possibilidade de inserção (ativa) no universo público antes adstrito aos homens, e ela não o faria no mundo da administração pública diretamente, mas em outros âmbitos como o da ciência e do ensino de nível superior.<sup>28</sup> Nos Estados Unidos, a *Home Economics* possibilitou essa operação, não significando uma espécie isolada de emancipação feminina, mas a consolidação de uma atividade de caráter superior, socialmente reconhecida, a qual permite à mulher uma condição distinta de inserção social.

Antes mesmo da publicação de seu *Treatise*, Catharine Beecher criara seminários para mulheres e idealizou diversos cursos femininos. A excelência de seu trabalho está nas propostas de institucionalização, profissionalização e cientificação das tarefas (ou, mais precisamente, dos papéis e desígnios) sociais da mulher. Beecher entende, pois, os papéis domésticos da mulher e suas responsabilidades como sociais, afastando, assim, o pressuposto natural de sua reclusão ao espaço doméstico e à subordinação à *vontade* e *atividade* masculinas que se veiculou entre os diversos pensadores que analisamos até aqui. A autora teria, pois, lutado de modo eminentemente novo e pioneiro nas fileiras de uma causa que não coincidia necessariamente com as matrizes fundamentais da bandeira feminista de seu tempo. As mulheres e os homens de sua época, em parte eram consoantes com seus ideais, como salienta Thomas Woody (*in* HARVESON, 1932), mas Beecher vai se tornar a mais incisiva, a mais enfática, a mais contundente das “missionárias” americanas, pioneiras da ciência doméstica, a ciência *para* mulheres.

A ideia parece perfazer um duplo movimento: por um lado tratou-se da inserção da mulher no universo público através da aprendizagem, difusão e veiculação de um

---

<sup>28</sup> O movimento sufragista feminino terá correspondentes e trajetórias distintas conforme o país em que se verifica sua atividade. É importante notar que o século XIX não conheceu as conquistas, senão as próprias manifestações das mulheres (e dos homens que manifestaram em seu favor). A Nova Zelândia foi a nação que primeiro aprovou a participação ativa das mulheres em um pleito eleitoral de grande monta. Isso ocorreu em 1893. Comumente, países com França, Inglaterra e Estados Unidos, atrizes do pensamento burguês liberal, aprovaram o sufrágio feminino nas primeiras décadas do século XX.



conhecimento novo e original; por outro, a entrada da ciência no universo doméstico e, mais precisamente, no universo da mulher, um mundo feminino por suposto, em cujos desígnios figuram flagrantemente os ideais proferidos desde a *republican motherhood* passando pelas concepções da *housewife* e chegando à de educadora.

O que Beecher acreditava era algo muito simples, porém sua realização demandava práticas complexas. Para ela a mulher tinha um lugar na sociedade, e esse lugar não era a reclusão ou a submissão ao homem e às coisas masculinas. Tratava-se de diferença não de desigualdade. Os papéis sociais da mulher (ao menos no seu entendimento) eram papéis louváveis, legítimos e fundamentáveis. E, o mais importante, as tarefas femininas eram projeção de um compromisso pátrio da mulher, algo que a tornaria verdadeiramente mulher, uma vez que consumava a operação de consolidação da subjetividade feminina e da pessoa, ora depositária dessa identidade, a um só tempo social e individual. Uma existência, pois, fundamentada, referenciada biologicamente segundo sua natureza mesma, localizada socialmente segundo seu desígnio. Uma apoteose.

No quesito economia, Beecher versa sobre renda, dispêndio de tempo e dinheiro, bem como o tratamento sistemático e metódico dessas questões relacionadas à casa. Nessa perspectiva, ela compara os comportamentos de mercado e pondera sobre as vantagens e desvantagens de compras por atacado e por varejo analisando ainda as circunstâncias em que uma ou outra deveria ser preferida. Como veremos a seguir, especialmente no capítulo 6, as profissionais pioneiras da Economia Doméstica brasileira iriam partir de pressupostos muito similares o que mostra uma aproximação estreita com as suas bases estadunidenses. Além disso, veremos o quanto a ideia de doméstico como algo menor e indigno de ser notado enquanto prática científica praticamente desaparece. Ao mesmo tempo em que reconhecem uma prática legítima, que não as diminuem ou subestimam, as economistas domésticas concebem sua atividade como ciência demandando, portanto, teoria, racionalidade e rigor cujos efeitos são necessariamente amplos e públicos, não restritos e privados, como poderia sugerir o olhar desavisado.

Cogan salienta que, ao contrário do que se possa pensar a uma primeira análise sobre o *Treatise* de Catharine Beecher, o livro não se trata de um emaranhado descompromissado e imaturo de meras generalidades. Em verdade, a pioneira das ciências domésticas explora detalhes de assuntos como química (animal e doméstica), higiene, terapia e eletricidade, ventilação e estruturação delareiras, impermeabilização de sapatos, além de todos os outros que arrolamos acima (COGAN, 1989, p. 86-87). O estilo arrojado e a gama de objetos

abordados por Beecher reserva-lhe um muitíssimo especial lugar na fundamentação dos trabalhos da mulher numa sociedade cada vez mais voltada para a composição de saberes científicos e ideais cívicos. Sua trajetória e luta pela inserção da mulher ao universo da ciência e do ensino justifica peremptoriamente o juízo de Cogan epigrafado no início deste capítulo: “Academic education was necessary prerequisite to successful homemaking”, i.e., formação acadêmica era pré-requisito necessário para o êxito nas tarefas domésticas.

Mais tarde a *home economics*, no seio das ciências sociais aplicadas, tornar-se-ia um componente essencial da formação social estadunidense durante a “Era Progressista”, no entre guerras, especialmente no contexto de consolidação do *welfare state* e no pós-1945, como veremos a seguir. Antes precisamos perpassar a trajetória da *home economics* desde a sua concepção de conhecimentos domésticos (ou ciências domésticas) no âmbito da criação dos *land-grant colleges* e a partir das trajetórias de suas pioneiras.

### 3.2 Ellen Richards e a institucionalização das Ciências Domésticas

Eram anos de mudanças aqueles. 1820, 1830, 1840, 1850: a fronteira aberta e a disponibilidade de se encontrar e colonizar novas terras, bem como a corrida do ouro e o fausto por ela acenado recolocava a questão da procura da felicidade jeffersoniana. Diante das novas dificuldades e da presença imigrante que dissolvia ou botava à prova a permanência de uma cultura americana pura como ela se queria depois da independência, a felicidade aparecia como algo a ser conquistado, não como algo providencial.<sup>29</sup> O vento apontava para o oeste, e a democracia de *farmers* desbravadores das novas fronteiras e das novas possibilidades consolidavam o sonho de Jefferson já ensaiado na aquisição da Louisiana: criar uma sociedade de *farmers*-filósofos (DARNTON, 1996). Publicistas como Horace Greeley bravariam: “*Go West, Young man!*” e a corrida do ouro de Nevada e Califórnia engendraria em bom alemão o “*Drang nach Westn*” (*farwest*).

Em 2 de julho de 1862, quando as fileiras unionistas engrossavam suas forças contra os confederados e a Guerra Civil dava cada vez mais mostras de um conflito com amplas

---

<sup>29</sup> Veja-se Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso: o autor fala do característico do homem desbravador da fronteira norte-americana, em contraste com o homem ibérico que chega ao trópico na ânsia de encontrar riqueza fácil e abundante.*

repercussões destrutivas, o presidente Abraham Lincoln assinou um ato que daria novo enfoque à questão da terra e à sua colonização nos Estados Unidos: o *Morrill Act*. Este ato compõe parte de um conjunto mais amplo, proposto pelo senador Justin Smith Morrill, do Estado de Vermont. O *Morrill Land-Grant Acts* abarcava o referido *Morrill Act of 1862* e o *Morrill Act of 1890*. Um complementou o outro. A ideia fundamentalmente era disponibilizar terras aos governos dos Estados (30.000 acres) a fim de que fossem vendidas livremente à iniciativa privada e os seus fundos destinados à construção de *colleges* para a educação pragmática dos filhos e das filhas de *farmers*.<sup>30</sup> Os *people's colleges* como eram conhecidos criaram-se nessa perspectiva. Oficialmente chamados *Land-grant colleges* essas faculdades deveriam veicular saberes objetivos, voltados para a formação prática das populações camponesas que se espalhavam rapidamente pelas novas e velhas terras do país desde o *Homestead Act*.<sup>31</sup>

Os *colleges* foram pioneiros na inclusão da mulher. Tratava-se de uma importante concessão do governo para o fomento da educação de filhos e filhas de *farmers*. A concessão foi originalmente criada para estabelecer instituições que permitissem a prática educacional superior de pessoas na agricultura, economia doméstica, artes mecânicas e outras profissões que eram exercidas naquele contexto histórico.<sup>32</sup>

E quanto às artes domésticas, assim chamadas até 1908/09 quando passam a oficialmente ser tratadas por *home economics*? O *Morrill Act*, ao contrário do que se possa supor, não trouxe disposições que previssessem a entrada original dos saberes domésticos nos currículos dos primeiros *colleges*. Previa o ensino para mulheres, mas não especificamente a matéria de sua instrução. Todavia, algumas importantes instituições foram pioneiras neste particular, tendo sido fundadas já com o ensino diretamente voltado para mulheres incluso nas suas grades curriculares. Assim, a realidade social e suas demandas, bem como a formação que se poderia esperar de uma mulher, parecem ter sido determinantes na aplicação de um ato legal de governo.

As artes domésticas foram um currículo oferecido às estudantes, com os mesmos cursos prescritos aos homens: Inglês (gramática, retórica, literatura), Matemática (incluindo

---

<sup>30</sup> O termo *farmer* aqui deve ser notado em oposição à ideia de camponês, justamente porque o *farmer* é, por excelência, um pequeno ou médio proprietário e auto-gestor de seus negócios junto à terra e à atividade agrícola ou agro-pastoreira.

<sup>31</sup> Os *Homestead Act* definia a permissão à posse legítima de terras com até 160 hectares por desbravadores do oeste americano desde que a terra fosse povoada e cultivada por no mínimo cinco anos.

<sup>32</sup> “The grant was originally set up to establish institutions in each state that would educate people in agriculture, home economics, mechanical arts, and other professions that were practical at the time”. Disponível em: <http://www.reacheverychild.com/feature/horace.html#4>. Acesso em: 26/07/2013.

trigonometria), Química, Física, Contabilidade, Geologia (incluindo mineralogia), Botânica, Zoologia, Fisiologia; Entomologia; Governo Civil, Ciência Moral, Línguas. Francês foi especialmente recomendado para as mulheres, porque era a língua da Europa para os círculos da moda. Além disso, termos franceses foram usados no mercado doméstico (“assuntos de mulheres”) mais do que em qualquer outra língua. Alemão, por outro lado, era voltado aos homens porque a Alemanha era uma referência mundial em produtos agrícolas de alta tecnologia. Além dos cursos acima referidos, destinavam-se aos currículos de artes domésticas cursos de corte e costura e conhecimentos referentes à cozinha, incluindo aí a química de alimentos e fundamentos de nutrição. Prática *dairy* (descrito como a arte de fazer manteiga e queijo) era dada apenas para as mulheres. A horticultura, o estudo das plantas e jardins da casa, também foi prescrita, mas como opcional nos cursos de artes domésticas, assim como leitura, elocução, desenho mecânico, fotografia, obra de fantasia, música e pintura.

O termo “economia doméstica” foi criado durante a primeira Conferência de *Lake Placid* realizada em 1899 no Condado de Essex, Nova York, e sobre a qual falaremos adiante. Ellen Richards, Isabel Bevier e outras figuras respeitadas nos meios acadêmicos no início do século XX reuniram-se nesta conferência a fim de estabelecer as bases da economia doméstica enquanto currículo regular. Estas mulheres sentiram que era importante para as alunas das escolas primárias e secundárias terem contato com cursos que abrem oportunidades profissionais para as mulheres na época. As Conferências de *Lake Placid* foram consideradas um sucesso já que eram a força por trás da criação da *American Home Economics Association*, atualmente a “Associação Americana da Família e Ciências do Consumidor”.

A AHEA entendia que as alunas que escolhessem a economia doméstica como um campo de estudo não só seriam *homemakers* melhor preparadas, mas também competentes profissionais da educação, da indústria de alimentos, da indústria têxtil, da hotelaria, da gestão de restaurantes, e até mesmo de organizações sem fins lucrativos. A visão do lugar da mulher no setor de trabalho estava começando a progredir, sendo a carreira como *home economist* um eficiente trampolim para uma carreira pública de respeito.

A formalização da *Home Economics* e sua institucionalização pode ser atribuída a Ellen Swallow Richards. Ellen nasceu em Massachusetts em 1842, um ano após a publicação da primeira edição do *treatise* de Beecher. Filha de professores, a jovem fora educada em casa. Seus pais eram *farmers*, por isso Ellen cresceu em contato com o meio ambiente rural, tendo estreito contato com o ar livre e limpo. Sua mãe interessava-se por questões ligadas à

saúde e à limpeza pessoal de modo que, passando esses conhecimentos à filha, fez de Ellen precocemente uma muito bem prendada garota. Em verdade, a formação da jovem ia além de meras prendas domésticas. Ela aprendeu desde cedo a associar problemas corriqueiros à ciência. Assim Ellen tornou-se uma *cooking* talentosa, costureira e jardineira notável. Isso não a impediu de ser uma leitora voraz. Mostrou-se também afeita e astuta para o cálculo matemático, demonstrando habilidades para a organização de negócios de seu pai em vários estabelecimentos mercantis do norte de Massachusetts (MATTHEWS, 1987).

Como lembra Lopes (1995, p. 77), Ellen foi a “primeira educadora a perceber a relevância da ciência no fazer doméstico [reclamando] que as descobertas da química sanitária, dos alimentos, e sobre a poluição industrial deveriam ser aplicadas ao lar”. Ellen foi aluna da *Westford Academy* e até lecionou na mesma instituição por um curto período. Nesta primeira fase de sua vida acadêmica, ela definhou em um momento de grave depressão causada provavelmente por frustrações de seus desafios educacionais e com o fato de as escolas ainda não estarem abertas às mulheres na Nova Inglaterra de seu tempo. Quando Ellen conheceu o Vassar, um colégio de mulheres aberto em Nova York, ela recolocou-se no caminho da ciência, permitindo reacender a chama que a havia conduzido até onde havia chegado. Ingressou como estudante do terceiro ano e prosperou com as oportunidades e estudo rigoroso, conseguido, mais tarde, uma vaga como aluna especial no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Adiante, se tornou a primeira mulher instrutora permanente do MIT, onde trabalhou pelo resto de sua vida. Ellen Richards abriu portas para as mulheres na ciência e seus passos descreveram trajetórias jamais descritas por outra mulher em todos os Estados Unidos da América (LOPES, 1995).

A importância de Ellen Richards vai além de uma simples atuação militante em prol da ciência e da inserção feminina no seu espectro. O que a pioneira fez foi antes tornar-se mentora de uma *nova concepção de mulher*. Não furtando-lhe as tarefas e os compromissos domésticos, como fizera Beecher, Richards preconizou a projeção da mulher na vida pública, e mais precisamente na sua esfera mais notável segundo seu juízo: o campo do conhecimento científico. Uma espécie de “faça em casa o melhor que puder e o mundo virá até você”. Isso significa que Ellen acreditava que a mulher que científicasse, por assim dizer, o espaço doméstico (da sua indiscutível responsabilidade e inclinação) promoveria o encontro de sua condição social (não contestada obviamente) com o reconhecimento e a respeitabilidade do ambiente acadêmico (público por excelência e, portanto, historicamente masculino). Richards mudou o discurso da ciência ao adaptá-la ao universo do lar. Tendo transformado sua própria

casa em um verdadeiro laboratório, ela preconizava um fazer não meramente banal como eram até então notadas as tarefas domésticas, nem friamente racional como eram executadas as experiências científicas, mas eficazmente prazerosa, como deveria ser concebida a ciência da casa. Como salienta Lopes (1995, p. 77), Ellen “acreditava que uma dona-de-casa *armada* de conhecimento científico poderia eliminar a monotonia do fazer doméstico e realizá-lo com o prazer e a inteligência de um experimento”.

Podemos elencar quatro elementos fundamentais para a consolidação das ciências domésticas enquanto disciplina nos Estados Unidos entre os anos 1850 e 1930 mais ou menos: a) a mescla do talento e da vontade de mulheres universitárias que desejaram o caminho da ciência a despeito de sua histórica exclusão desse domínio; b) a criação dos *land grant college* com a aprovação do Ato Morrill em 1862, que consolidaram a expansão de cursos superiores para mulheres mesmo que aplicados às atividades historicamente reservadas à condição feminina; c) a ampla criação e divulgação de escolas normais e seminários de ciências do lar, destinados à educação moral, técnica e religiosa de jovens mulheres<sup>33</sup> e, por fim, d) a crescente popularização das *urban cooking school*.<sup>34</sup>

O final do século XIX e o início do XX podem ser entendidos como os períodos mais contundentes de um esforço sistemático por tornar todas as atividades humanas objeto de estudo e investigação científica e, por conseguinte, converter o seu fazer numa atividade profissional. A economia doméstica enfrentou um grande desafio neste sentido porque os caminhos mais comuns para a consolidação das profissões foram a exclusão deliberada dos amadorismos, a sua definição como algo “viril” e a valorização do abstrato em detrimento do concreto. Como Matthews (1987) observa:

Clearly, the home economics faced a challenge because professions were upgrading themselves by excluding amateurs, by defining themselves as ‘manly’ in a variety of ways, and by emphasizing the abstract over the concrete. In their discipline were to be a profession at all, they would do best

<sup>33</sup> A ampla difusão do ideal da educação doméstica para jovens estadunidenses foi encabeçada por fortes agentes da mídia americana da época, a exemplo do *Godey’s magazine*, que, segundo Matthews (1987). indeed (...) had launched a campaign to achieve this goal soon after the passage of the Morrill Act and had called for ‘National Normal Schools and Seminaries of Household Science for young women’”.

<sup>34</sup> “Published (beginning in 1830) by Louis A. Godey and edited (after 1837) by Sarah J. Hale, *Godey’s* was among the first and most successful American women’s magazines. In the 1850s its circulation ranged between 70,000 and 150,000 copies every month. To fulfill its announced goal of moral instruction for women, *Godey’s* excluded politics, and featured poems, stories, articles and copious, lavish illustrations, including the monthly fashion plates hand-colored by the group Godey referred to as ‘our corps of one hundred and fifty female colors’”. (Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/sentimnt/gallgodyf.html>). Acesso em: 27/07/2013.

to emulate existing male professions. The most important step was to distance themselves from that *lowly amateur*, the *housewife* (grifos nossos).

Assim, no afã de legitimizar a sua profissão elevando-a à altura das ciências da época, as *home economists* não desvencilhavam da tendência de emular profissões masculinas. Neste particular, o passo mais importante da economia doméstica teria sido distanciar-se “daquela amadora humilde”, a dona de casa. Veremos adiante na segunda parte desta tese que a técnica em *home economics*, Miss Annita Dickson, da Universidade de Purdue, demonstra resoluta imposição de seus conhecimentos à organização familiar rural do interior de Minas Gerais, onde atuou junto às alunas brasileiras nas aulas de campo e nas atividades que desenvolveu no âmbito da extensão rural. Também as esposas dos professores estrangeiros da Escola de Agricultura receberam alunas do curso de ciências domésticas como estagiárias na área de nutrição e, da mesma maneira, impunham seus hábitos e valores como modernos e civilizados em contraste com as tradições brasileiras. Uma de nossas entrevistadas pioneiras da ESCD contou-nos que práticas como armazenamento, cardápio, preparo e bufê eram impingidos às alunas brasileiras como traços de uma cultura avançada e moderna que contrastava com a delas. Voltaremos a essas questões no capítulo 6.

Matthews lembra-nos que toda essa intervenção progressista das *home economists* sobre os fazeres domésticos tradicionais, era fruto das influências do taylorismo para o universo da casa. Assim “if [Frederick] Taylor hammered away at the intelligence and judgment of Schmidt, the pig-iron handler he was retraining, the home economics frequently did the same to the housewife”. Helen Campbell, importante nome da *Home Economics* e do propagandismo taylorista da época do progresso frenético a que nos voltamos aqui, criticou veementemente as habilidades das donas-de-casa médias estadunidenses. Para ela a mulher deveria assumir o espírito progressista de todo e representá-lo no espaço do lar. Sobre a questão da preparação de alimentos, por exemplo, e da necessidade de se aplicar métodos científicos para fazê-lo, Campbell, austera, escreve:

There are many of these domestic industries still almost as rude and primitive as in the beginning (...) even the intelligent housekeeper still talks about ‘luck with her sponge cake!’ Luck! There is no such word in science, and to make sponge cake is a scientific process!

Ao falar sobre as cozinhas modernas, a Campbell admite também que a evolução das mesmas, bem como seus avanços mais marcantes, só foram possíveis de fato quando os homens tornaram-se *cookers*, e os saberes científicos encontraram as artes domésticas. Porém as ciências domésticas seriam feitas por mulheres e – na sua maior parte senão na totalidade – direcionadas a mulheres, então restará perguntar: como a *home economics*, no seu fazer prático pode ter mudado as relações de gênero; até que ponto ela se serviu de representações consolidadas para se afirmar e até onde podemos notá-la como uma possível chave de ampliação da inserção social da mulher?

### **3.3 *Home Economics*, gênero e domesticidade: relações de força e de poder**

Michele Perrot, estudando as mulheres francesas do século XIX, mostrou a importância das donas-de-casa no consumo doméstico. Ainda que em *Os excluídos da História* a ribalta seja reservada às “mulheres do povo”, em alguns momentos a baliza de classe parece ceder aos fios não muito tênues de uma possível interseção. Neste ponto – o das questões domésticas – as realidades distintas de mulheres burguesas e operárias se encontram. É assim que no interior de esquemas de classes sociais, a mulher, segundo Perrot, “(...) tem mais dificuldade em encontrar seu estatuto, pois as classes são estruturadas em torno de elementos que não lhe são familiares: a produção, o salário, a fábrica” (PERROT, 2001, p. 199-200).

As donas-de-casa parisienses dos séculos XVIII e XIX, na visão de Perrot, não faziam planos orçamentários, apenas administravam as dívidas e a escassez de um “déficit perpétuo”. Em verdade exatamente devido a isso elas não se preocupavam com cálculos prévios. Ainda assim, “(...) vigavam os preços, atentas à menor variação” (PERROT, 2001, p, 193). Astutas, elas reclamavam assistência pública em tempos de carestia e ao ganhar as ruas para cobrar do Estado medidas de combate à fome, as mulheres impunham sua presença na vida política de Paris. E mesmo quando rumores de altas descontroladas de preços reverberavam pelas bocas nas praças e nos mercados da capital, a vizinhança era chamada pela voz feminina a abordar vendedores de trigo, coagindo-os a acatarem a barganha pelo preço habitual. O vendedor que porventura se mostrasse arredio tinha sua mercadoria apoderada pelas mulheres que, imbuídas de seu auto-senso de justiça taxavam-no e o vendiam pessoalmente (PERROT, 2001, p, 193).



Perrot trabalha com um conjunto de categorias analíticas muito interessante e eficaz, a nosso ver, para a compreensão das transformações semânticas acerca da mulher numa perspectiva temporal (XVIII-XIX) e geográfica (campo-cidade). A camponesa pobre era a “caseira” e dividia as tarefas familiares com o “dono-de-casa”, seu marido. Em sociedades tradicionais – anteriores ao século XVIII e às inflexões das revoluções burguesas levadas às últimas consequências no século XIX – as famílias eram empresas e as tarefas domésticas não constituíam apanágio exclusivo das mulheres. Neste tipo de estrutura familiar, Perrot (2001, p. 189) salienta que “todos os membros concorrem juntos, à medida de cada um, para a sua prosperidade”. Havia certa fluidez nos empregos das energias individuais dos membros da família, por isso a preparação de certos alimentos, por exemplo, ficava a cargo dos próprios maridos. Com a possibilidade de confecção têxtil em domicílio também a fluidez das tarefas aumentava. “Testemunhos e imagens mostram-nos trocas de papel, o homem a cozinhar ou varrer, a mulher a acabar sua peça” (PERROT, 2001, p. 189).

O homem era o dono-de-casa, como se vê. Perrot naturalmente o notabiliza. Segundo ela, esse rótulo é poderoso já que atribui ao homem o caráter de chefe da empresa em que constitui-se o espaço doméstico. Empresa no sentido de haver uma conjuminância nas tarefas e uma espécie de interdependência e complementaridade no trabalho de homens e mulheres no interior do lar.

A dona-de-casa do século XVIII, mais urbana do que rural, senão tão-somente cidadina, aparece em meio à acentuada divisão do trabalho imposta por uma sociedade em processo de ampla transformação. A divisão do trabalho acompanhava a separação entre a produção e o consumo, que implicou igualmente novas fronteiras espaciais para a sua efetivação. O espaço da fábrica tornou-se típica, senão exclusivamente, masculino restando à mulher o espaço da casa. “O vocabulário não se engana: a ‘dona-de-casa’ do final do século XVIII eclipsa definitivamente o ‘dono-de-casa’” (PERROT, 2001, p. 190). Este se tornaria obsoleto no século seguinte quando os novos tempos mostrar-se-iam de todo enfim.

A mulher dependeria das rendas do marido é claro. Porém, esse quadro não a excluía, já que a maioria dos operários – e isto se tornou corriqueiro ao menos na sociedade francesa do século XIX – entregava seus ordenados às suas esposas. O hábito tornou-se tão patente que fora assumido por alguns patrões. Perrot conta, citando Le Play, que em torno de 1850 a associação industrial do Soissonais passa a exercer um bem-vindo patrocínio sobre a população por ela empregada, passando a pagar semanalmente à mulher os ganhos de seus maridos (PERROT, 2001, p. 194).

É claro que não se trata do mesmo processo histórico, havendo vista as distâncias socioculturais e mesmo geográficas entre as duas realidades, mas, quando Christine Frederick, citada por Glenna Matthews grande expoente do taylorismo aplicado ao campo da economia doméstica em Boston, fala em consumidoras que devem atentar-se para os custos e receitas da casa, ela o faz sem esquecer que os recursos financeiros advêm dos maridos, o que imediatamente define as esposas como no máximo gestoras, não provedoras do lar. Michele Perrot, ao falar sobre as donas-de-casa da classe operária do século XIX salienta também a importância que as mesmas se davam – inclusive porque se faziam ver – no dia do pagamento dos salários dos maridos. Tratava-se de uma espécie de dia da mulher porque era quando elas se projetavam como verdadeiras deliberadoras do que se faria com os fundos da família. Como os salários dos operários eram curtos e só davam para o pagamento das contas e dos suprimentos do lar, era a mulher – aí colocada como a chave mestra dessas circunstâncias – quem fazia a gestão do provimento advindo do marido.

Essa espécie de matriarcado orçamentário avisa-nos sobre a presença da mulher nos âmbitos mais palpáveis de decisão da vida familiar. Mas a mulher é também elemento do imaginário masculino e suas posições no seio da família repercutem aí de modo flagrante e proeminente. As estalajadeiras, por exemplo, da inóspita Paris do século XIX, eram não raro elevadas à dignidade de “mães” daqueles “passantes” que necessitavam de cuidado e abrigo. As mulheres, além de habitarem as mentes e os corações masculinos, alargavam (e muito) as relações sociais entre elas mesmas, em espaços como os lavadouros de Paris. Quando as ruas se esvaziavam do rastro masculino e os homens recolhiam-se aos seus expedientes nas fábricas e minas de carvão, as mulheres trançavam livremente, comprando gêneros necessários à vida no lar, lavando e secando os panos de casa, mas também sociabilizando-se. Ali, elas cantavam, riam e falavam da vida alheia. Nesta hora, o homem passa a povoar a mente das mulheres. Elas então os definiam e redefiniam livremente, os enredavam sob sua poesia pessoal e reservavam-lhes juízos, que vão de deboches a reverências. Não diferente dos homens quando tomavam-nas também por personagens de suas histórias e emoções. A mulher, enfim, tinha “(...) muitos poderes, de natureza diferente dos homens, passando por redes de *sociabilidade informal* onde justamente o espaço tem grande participação” (PERROT, 2001, p. 213, grifo nosso).

As mulheres sabiam subsistir. Enquanto se criava uma “grande cozinha” burguesa, “masculina, açucarada e gordurosa, ciosa em afirmar pela sua riqueza a ruptura com o rústico, as mulheres cozem lentamente as receitas provincianas” (PERROT, 2001, p. 205). Os *chefs*

então zombam delas, acusando-as de conservadoras, fazendo o conflito das cozinhas tomar essa espécie interessante de processo social, cultural e sexual, senão de gênero.<sup>35</sup>

Como vimos, as *home economists* do século XIX estadunidense também atacariam as formas tradicionais de se cozinhar das *housewives* médias daquele país. Se seguimos o fio do pensamento de Perrot, poderíamos arriscarmo-nos numa conclusão parcial acerca do desenvolvimento geral da sociedade ocidental entre os séculos XVIII e XIX no que concerne à questão do doméstico: o espaço da casa seria delegado à mulher de modo sistemático e determinante. Isso refletiria no pensamento filosófico e burocrata da época. Hegel enunciaria que o homem teria sua vida substanciada no Estado, restando à mulher o universo do lar. Comte, afirmara que a mulher viveria em “estado infantil contínuo” o que talvez a aproximasse das crianças e, portanto, da educação familiar. O homem seria para o governo e à ciência, a mulher à piedade e ao capricho de fazeres menores. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos” declara um líder operário por ocasião da exposição mundial de 1867 (PERROT, 2001, p. 178). Mas nada disso é dito como se houvesse desequilíbrio e desconforto para as mulheres, supostamente entendidas como a parte prejudicada de um sistema de dominação. Tratam-se antes de estruturas de pensamento consolidadas historicamente e tantas vezes tornadas esquemas generativos, para lembrar a expressão de Bourdieu, na ação de homens e mulheres que pressupõem marcas sociais e coletivamente compartilhadas entre papéis definidos e complementares, tal como observamos recorrentemente no capítulo anterior. É uma visão sexuada do mundo.

Na família burguesa no norte da França, especificamente, ordenar o poder privado, familiar e materno tornara-se sinal de honra feminina. Citando Bonnie Smith, Perrot lembra que aquelas mulheres “(...) excluídas, depois de 1860, da gestão dos negócios a que até então estavam associadas, retiradas em suas belas casas doravante afastadas do perímetro da fábrica, administram seus interiores, a numerosa família e a criadagem” (PERROT, 2001, p. 180). Essa mulher burguesa é mais vigiada que a mulher operária. Seu modo de circulação – porque ela circula pela cidade talvez mais que a operária, não será difícil supor – definirá seu fracasso ou divinização enquanto a mulher que se espera dela. É que os espaços de frequência da burguesia já na alvorada da *belle époque* europeia estavam se constituindo enquanto lugares

---

<sup>35</sup> Mais uma vez, torna-se perigosa nossa aproximação, primeiro porque Perrot não faz um estudo aprofundado do tema, e segundo porque as mulheres a que os *chefs* franceses direcionavam suas críticas pertenciam às classes operárias e não às classes médias como as donas-de-casa trabalhadas por Matthews. Mas esse não é o fito de nosso trabalho, i.e., estabelecer paralelos entre a economia doméstica francesa e americana. Por isso, contentamo-nos aqui com essas ligações que apenas nos ajudam a alargar o campo de análise dos conflitos de gênero quando estes se relacionam à questão do doméstico e da domesticidade.

de sentido formidáveis em que ser *smart* e elegante, esmerado e recatado, tornaram-se requisitos importantes, senão cruciais, dos *footing* pelas ruas das reformadas Paris, Viena, Londres, Bruxelas ou Berlim. Uma sociedade nova – ou ao menos envolta a um eloquente discurso de regeneração – reclamava e experimentava igualmente novas formas arquitetônicas e de infraestrutura e as reproduzia no universo da cultura. Consolidava-se o ideal de um espaço público de encontro e convivência em que o olhar alheio torna-se medida fundante das identidades e subjetividades. Como escreve Perrot lembrando Balzac, “as mulheres burguesas têm um modo de circulação muito mais precocemente rígido, (...) um ritual de ‘saída’ e de recepção muito refinado que funda toda a distinção de ‘a Mulher como deve ser’” (PERROT, 2001, p. 215).

Necessariamente um bastião da moral cristã, ela – a mulher balzaquiana – está sujeita ao juízo alheio. Até de sua própria criadagem ela precisava se resguardar, pois qualquer movimento em falso a levaria à insolência e à desvirtuosidade. Assim, edificadoras e guardiãs de uma

(...) moral doméstica coerente, que dá sentido às suas menores ações, essas mulheres (...) são altamente conscientes de si mesmas; não são simplesmente resignadas ou passivas (...) as heroínas domésticas, pelos seus sofrimentos, sacrifícios e virtude, restabelecem a harmonia do lar e a paz da família. Elas têm o poder – e o dever – de agir bem.

No século XX, a administração do orçamento doméstico, já tornada desde o século anterior o pivô de uma nova economia política, a qual, ironicamente, incluiria a mulher como a “patroa” do lar sob a égide da ciência doméstica, somaria esforços com o surgimento da eletricidade que passaria a servir às “artes domésticas” como seu principal fator de aceleração e racionalização, tornado a dona-de-casa “uma espécie de engenheira, comandando as máquinas de uma cozinha-fábrica” (PERROT, 2001, p. 178-179).

A atmosfera de guerra dos anos 1910 também dá impulso à consolidação das ciências domésticas na forma como ela vinha se desenvolvendo nos Estados Unidos. Panfletos oficiais, publicados pelo Departamento de Agricultura chamavam as jovens e maduras *housewives* a um consumo mais racional de alimentos e outros víveres. Poupar açúcar e racionar a quantidade de comida no jantar eram constantes na letra apelativa do ministério que solicitava melhoria na escolha dos alimentos, inibindo, por exemplo, o consumo de trigo e encorajando as dietas fundadas em milho e cereais (MATTHEWS, 1987).

Há uma preocupação, por exemplo, em boicotar os produtos ingleses. O fomento ao consumo de produtos nacionais – uma prática tipicamente protecionista, esperada naturalmente de um governo em tempos de escassez ou iminência dela – não significava necessariamente um aquecimento do mercado interno, mas um afastamento dos artigos de produção estrangeira (especialmente britânica) para um maior conforto da estabilidade interna por demandas de certos alimentos para o caso de carestia na Europa. O fato é que isso permitiu que o curso já iniciado pelas economistas domésticas na direção da racionalização do consumo, armazenamento e preparo dos alimentos no âmbito do lar fosse alargado e incentivado agora em uma perspectiva governamental e nacional (MATTHEWS, 1987).

Apesar do ambiente profícuo criado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) no âmbito do Estado americano, a racionalização do lar proposta pela *Home Economics* e levada às suas últimas consequências pelos propagandistas da *Progressive Era* sofreu resistências de moralistas tradicionais e radicais nas fileiras puritanas. A grande questão era que com a profissionalização proposta pela *Era Progressiva* vinha também um mais ou menos perceptível processo de secularização dos elementos constitutivos do lar. Assim, espiritualidade, tradição e religião iam dando lugar a racionalidade, modernização e objetividade econômica. O aperfeiçoamento do trabalho doméstico permitiria, por exemplo, que a mulher tivesse tempo livre para dedicar-se àquilo que julgasse agradável ou prazeroso, como a leitura e obtenção de conhecimento, bem como a participação em alguma sociedade civil, o que, na visão dos padres puritanos radicais, seria uma espécie de vadiagem imoral, ou, se não tanto, ao menos uma forma de afastá-las de suas “verdadeiras virtudes femininas” (LOPES, 1995).

A cultura de profissionalismo do final do século XIX e a cultura de consumo que adquiriu centralidade na sociedade estadunidense nos anos 1920 combinar-se-iam para sucumbir o “culto da domesticidade”, levando ao que Betty Friedan identificou em *A Mística Feminina* como “o problema que não tem nome” –, i.e., o vazio e a desvalorização da vida de muitas *housewives*. Voltaremos a essa discussão no capítulo seguinte.

É antes necessário revisitar o período entre-guerras para reconstituirmos uma trajetória por vezes oculta (ou antes, ocultada pela historiografia) acerca da relação entre a mundialização do conflito armado, suas consequências socioeconômicas internas e a domesticidade presente na sociedade estadunidense. Um paralelo, de fato, inusitado. Não contraditório mas talvez paradoxal. A própria Glenna Matthews salienta que o fato de a guerra (ou as guerras) ter(em) causado uma profunda mudança na vida das mulheres porque

transformou e inseriu a “força de trabalho feminina” é algo tão amplamente conhecido que já se tornou clichê; porém, o impacto do conflito na prática e no conceito de domesticidade era algo ainda incipiente na historiografia americana e seus primeiros contornos estavam aparecendo com obras como a da própria Matthews (1987).

A autora observa que no período entre-guerras (1919-1939) os romances e dramas apresentados em livros e nos palcos norte-americanos versavam fundamentalmente sobre a mulher como um ser desprezível. Na letra dos autores, as personagens mulheres são o objeto de seu próprio desprezo. Para Matthews, a evolução da maquinaria doméstica que se sobrepôs à dinâmica tradicional dos *houseworks* criaram precedentes para uma crise da identidade feminina, colocando em xeque sua moral e o seu lugar no mundo. A desvalorização da domesticidade foi a maior causa desse processo. Mas, enfim, o que teria acontecido?

A emergência e a difusão do pensamento científico para o ambiente doméstico, i.e., a *home economics*, criou a princípio um esvaziamento da *housewife* tradicional, uma vez que se passou a repudiar o gosto individual e o senso comum na hora de organizar e executar as tarefas domésticas. O comportamento racional no tocante ao consumo, imposto à mulher durante os anos de guerra, voltariam à baila nos anos 1930 devido à crise de 1929. Com a Segunda Guerra Mundial uma vez mais a escassez de recursos dá impulso à desvalorização da domesticidade, já que convida as famílias a consumir mais *canned foods* do que cozinhar em casa. As mulheres, durante a Segunda Guerra Mundial, tiveram que sair para o trabalho fora de casa e seu trabalho doméstico, mesmo que mecanizado, tornou-se carente de eletrodomésticos, como batedeiras e geladeiras. Isso se explica pela queda sensível na própria produção de bens duráveis, porque o conflito armado demandava a concentração das forças produtivas no setor bélico e de víveres. É assim que cresce ainda mais o consumo de alimentos processados, plantando uma verdadeira cultura do “enlatado”. Assim, “while women struggled, often unsuccessfully, to provide meals for their families that approximated prewar meals, they also had to contend with other problems (...)” (MATTHEWS, 1987). Os já então famosos *household appliances* (eletrodomésticos), bem como suas peças e reparadores estavam em falta por causa da grande guerra, como apontamos acima. De fato, “the percentage of families owning refrigerators and washing machines actually fell during the war because consumer durables were hardly the most urgent priority of American industry” (MATTHEWS, 1987).

Esse triplo movimento – guerra-crise-guerra – encerra novos caminhos à mulher concreta e às representações forjadas a seu propósito. Na literatura, no teatro e no cinema

estadunidenses do período vemos retratarem-se essas imagens novas que se veiculava. Pearl Buck, por exemplo, escritora e romancista norte-americana, depois de ter vivido na China, retornou aos Estados Unidos nos anos 1930 e ficou perplexa ao deparar-se com o que chamou de “baixo status” da mulher americana no período. A autora teria então produzido uma espécie de literatura de denúncia às mazelas que detectara. Em seu clássico “*Of Men and Women*”, Buck mostra como o esvaziamento do papel da dona de casa poderia ter agravado ainda mais uma situação histórica, senão eterna, de subordinação da mulher. Neste sentido Buck teria adiantando alguns pontos fundamentais trabalhados adiante, nos anos 1960, por Friedan em “A Mística Feminina”.

Observe-se, ainda, que “millions of women war workers had less time than ever before for preparing meals. In consequence, the war’s legacy to the American palate was cake mix – and other types of processed foods that were closer to being ready-to-eat than anything before (MATTHEWS, 1987). Os famosos *canned goods* irrompem como bens de consumo não duráveis de larga monta mercadológica; daí em diante eles aumentariam sensivelmente e não sairiam mais da cultura do consumo de alimentos processados.

A racionalização e a escassez, bem como as largas jornadas de trabalho impostas à mulher, nas fábricas e em casa, também contribuíram para o esvaziamento da identidade feminina ligada ao lar. Aliás, uma vez no mercado de trabalho e assumindo “posições masculinas”, a mulher tornava-se pejorativamente masculizada, uma aberração. Se não casada, vadia. Como salienta Matthews, “the wife who would not accept this was, by implication if not by explicit charge, a bitch”. Carla Bassanezzi estudando a realidade brasileira do mesmo período lembra que as “mulheres-esposas” dos anos 1950 deveriam acatar e praticar o rótulo nelas impresso e delas esperado; as que porventura não aceitassem sua condição seriam consideradas “desnaturadas”, desviantes do padrão da “boa mãe” e “boa esposa”, uma anomalia (BASSANEZZI, 2012, p. 492). Eram as décadas dos “modelos rígidos” acerca da mulher na expressão da autora.

Os anos 1950 chegariam à cifra de outras mudanças e complexidades. A partir daí e mais precisamente nas décadas posteriores teríamos a “era dos modelos flexíveis”, mais uma vez no dizer de Bassanezzi. As mulheres tornavam-se receptáculos centrais dessas transformações que implicavam para elas uma nova dinâmica e percepção do tempo, uma mudança do espaço (público-privado; vilarejo-cidade), uma nova moral a se construir diante do esvaziamento de uma obsoleta. Neste esteio, as antigas tarefas domésticas, mudadas em suas formas de execução, mas postergadas em sua essência naturalizante e imputada à mulher,

impunham às mulheres as obrigações de se adaptar. Nos Estados Unidos, o mercado construiria um ideal de mulher para o consumo, furtando-lhe mais uma vez o desenvolvimento autônomo de sua subjetividade, processo intrincado ao qual Friedan se refere como a mística feminina.

Por mais que as novas condições impostas pela guerra estivessem forçando mudanças no comportamento e no tratamento sociais com relação ao gênero, persistiam paradigmas tradicionais, tanto para mulheres quanto para homens. Indiscutivelmente os homens formavam os bastiões da guerra e, não precisamos muito para sugerir que muitos não o desejavam. As mulheres, dentro e fora das forças militares e civis envolvidas diretamente com o conflito armado, não perderam o estatuto de donas de casa e lhes foi mais de uma vez cobrado o seu desígnio quase eterno: manter a harmonia do lar. Assim: “the American home at mid-century, cut loose from social, religious, or political moorings, was sacred only to ‘Family Togetherness’” (MATTHEWS, 1987, aspas da autora). E “the housewife who was the chief votary of this cult was supposed to eradicate any vestige of personal ambition or independent thought in order to keep her family happy” (MATTHEWS, 1987).

A desvalorização da domesticidade deveu-se fundamentalmente ao fato de a esposa que antes pôde afirmar suas reivindicações ou defender seus valores e sua moral a partir das qualidades domésticas já não poder mais fazê-lo. Assim, legitimar a sua posição no mundo e na sociedade através da casa tornou-se, senão inviável, no mínimo perigoso. Ao inserir uma nova lógica de tempo e execução das tarefas domésticas, a industrialização furtou à mulher o *controle* do lar, mantendo-a, todavia, no compromisso com o mesmo, sob pena de ser considerada irresponsável ou corrompida.

De qualquer forma devemos de admitir que colocamo-nos diante de uma inversão formidável do que se quis tantas vezes eternizar no discurso e na representação (androcêntrica) de uma gama quase infinita de autores com alguns dos quais dialogamos no capítulo anterior: a mulher não ficou restrita ao ambiente doméstico por ser este um universo menor, compatível com sua pretensa inferioridade (natural); ela teria antes ficado privada de expandir seu intelecto e suas virtudes racionais por ter que despender seu tempo com as tarefas domésticas. Até que este tornasse receptáculo da ciência e da racionalização técnica e tecnológica.

Isso equivale a dizer que a desvalorização da mulher, ou, se melhor, o caráter inferiorizante de toda uma rede de representações que informam práticas de dominação masculina estariam diretamente fundadas em um discurso de desvalorização das tarefas e do



viver domésticos. Porém era a partir dessa mesma semântica que a mulher se afirmava. Essas ideias, em que pesem os efeitos analíticos de lógicas mecânicas, permitem-nos propor uma inferência a partir de seu inverso: se parte importante do discurso de dominação masculina fundou-se na degradação (e no desprezo) da domesticidade ao longo da história, então, quando se valorizou o doméstico a partir de elementos de racionalização científica, bem como conhecimentos de química, biologia, administração, sanitarismo, nutrição e economia, valorizou-se também o sustentáculo maior das noções negativas de subestimação da mulher. Ainda que a partir de elementos histórica e tipicamente masculinos, sob a retórica da própria dominação, o universo feminino construído socialmente a partir de referenciais androcêntricos tonou-se um *locus* de atuação da ciência. Uma ciência pensada e feita *por* mulheres.

Resta, enfim, indagar: qual seria o lugar da domesticidade para os estudos do objeto que ora nos propomos? Como podemos juntar essa discussão à criação de um curso de Ciências Domésticas no Brasil e quais as implicações desse tipo de experiência para vivências femininas em um ambiente tradicionalmente masculino? Dessa e de outras questões passamos então a nos ocupar na segunda parte deste trabalho.

## PARTE 2

### **OBSERVAR DE PERTO: CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS NO BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO CAMPO ACADÊMICO POR E PARA MULHERES E TRAJETÓRIA DAS “MULHERES ACADÊMICAS” DA ANTIGA ESCD**

Inicialmente nossa intenção era estudar a criação do curso de Ciências Domésticas, levando em consideração os programas de cooperação internacional envolvidos neste processo. Nós o fizemos em parte, como se vai observar. Porém, a documentação e nossos esforços nos levaram a uma discussão sobre um *ideal* de mulher que estava por detrás da proposta de criação de um curso superior daquela natureza. Chamou-nos a atenção neste particular os juízos acerca dos deveres femininos presentes nas representações construídas e veiculadas entre intelectuais, filósofos e cientistas dos séculos XIX e XX, algo que notamos no capítulo 2. A discussão, então, conduziu-nos à *American home economics*, matriz e referência fundante do curso no Brasil. Neste ponto, encontramos fortemente um duplo discurso missionário à mulher americana: de um lado, a “mulher de fronteira”, capaz de representar a maternidade republicana dos princípios federalistas e de expansão territorial da marcha para o oeste; de outro, a “mulher da regeneração” das atividades domésticas propostas pela *Progressive Era* americana (1890-1920) quando o ideal pátrio, que não se perdera de vista, combinou-se à cruzada da ciência contra a tradição em matéria de limpeza, culinária e racionalização do espaço e dos fazeres.

Passemos agora ao caso brasileiro. Nesta parte do nosso trabalho conduzimos nossa pesquisa empírica e tentamos aproximá-la de todo aparato teórico que levantamos até aqui. Começamos a adentrar o nosso objeto a partir de uma ampla busca de suas origens. No capítulo 4, analisamos, a partir de fontes primárias oficiais, os objetivos de criação da ESCD e da própria ESAV que a encamparia. Veremos que, institucionalmente falando, a criação da ESCD relacionou-se intimamente com a elevação da antiga Escola de Agricultura e Veterinária (ESAV) a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Unimos os discursos estadunidenses dos anos 1940 com propostas anteriores do Estado de Minas Gerais para compreender a *cooperação internacional* que suscitou e em parte possibilitou a criação de um *projeto de coeducação* (ensino superior para homens e mulheres separados em cursos específicos para a sua monta), de *ciência* e de *extensão rural* no Brasil. Analisamos também o *material simbólico* de que se serviu a técnica estadunidense Miss Anitta Dickson para definir

e justificar a criação da Escola de Ciências Domésticas no seio da Escola de Agricultura em Viçosa.

Nos capítulos seguintes, 5 e 6, apresentamos uma análise da *trajetória* do curso e da ESCD e a sua *transformação* em DED (Departamento de Economia Doméstica), nos anos 1970; e o *percurso* e os *desafios* das mulheres, que, inicialmente, alunas, tornaram-se professoras, pesquisadoras e intelectuais da UFV. No capítulo 5, estudamos a criação do curso e os primeiros passos traçados pelos profissionais (homens e mulheres) docentes e discentes aí envolvidos. Nosso recorte cronológico privilegia os anos 1950 e 1960. A documentação utilizada são *discursos* que procuram justificar o curso e a chegada da mulher àquele ambiente acadêmico; *zines* estudantis de responsabilidade editorial dos próprios alunos que embalam verdadeiras batalhas simbólicas em torno do universo acadêmico sexista que se havia criado na UREMG à época; *relatórios de campo* da professora Anitta Dickson, pioneira estadunidense que ministrou cursos originalmente na ESCD; *anuários, regulamentos, decretos e resoluções* que registram dados de formalização do projeto e implantação da ESCD. Na última parte desse capítulo, “‘Mulheres de campo’: a construção de um ideal ‘missionário’ e civilizador”, colocamos à prova uma de nossas principais ideias para com o presente trabalho: as primeiras mulheres a se formarem no curso de bacharel em ciências domésticas dedicaram-se à extensão rural quase que tão-somente, numa perspectiva de difusão de valores ainda muito ligados à origem estadunidense (a *domestic science* dos tempos dos *land-grant colleges* que analisamos nos capítulos 3 e 4).

No capítulo 6, estudamos os anos 1970 e 1980 a fim de perceber uma inflexão sofrida pelo curso e pelas personagens envolvidas naquela trama. Encontramos naquelas décadas uma mulher mais acadêmica e institucional, atuando nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva nomeadamente mais urbana e afirmando um novo espaço acadêmico então decisivamente marcado pela presença feminina e pela ciência doméstica no *campus* da UFV (antiga UREMG, federalizada em 1969). A ligação entre este capítulo e o anterior reside nessa interface que envolve rupturas e permanências, conforme veremos. Inicialmente, *mulheres de campo* (anos 1950 e 1960), depois, *mulheres institucionais* (anos 1970 e 1980). As fontes utilizadas no capítulo 6 foram *periódicos* oficiais, como *UFV Informa* e *Informativo UREMG*,<sup>36</sup> *anais* de eventos, documentos de referência como o *Journal of Home Economics*,

---

<sup>36</sup> O periódico *UFV Informa* (ainda em circulação) foi criado junto com a federalização da Universidade, em 1969, sendo o substituto do *Informativo UREMG*, que circulou desde os anos 1950 até aquela ocasião. Ambos os periódicos eram destinados à difusão das atividades acadêmicas (discentes e docentes), como convênios, conclusões finais e parciais de pesquisas, extensão universitária, estágios, conferências e outros eventos

e, por fim, os *depoimentos* de nossas personagens a partir de entrevistas. A proposta das entrevistas foi criar algumas aproximações com certas impressões das entrevistadas acerca de sua trajetória pessoal e profissional.

Philippe Joutard, em seu artigo “Balaço da Metodologia e da produção nos últimos 25 anos” (1996) salienta que a História oral passou por quatro fases, sendo a primeira, observada nos anos 1950, sob o fito de juntar material de memória para utilização por historiadores que porventura por temas que envolvessem os depoimentos. Na segunda fase, fim dos anos 1960, a História oral pretende ser a voz dos excluídos, ou seja, aqueles a quem a produção documental reservou o silêncio. A partir dessa postura metodológica, a História oral ganha mais visibilidade e consolida-se como disciplina. A terceira fase, nos anos 1970, concentra-se mais detidamente no estudo das camadas populares, o que revela semelhança com a fase anterior. Na quarta fase, anos 1990, as entrevistas buscam dar relevo à subjetividade dos depoentes e é bem aí que localizamos nossa proposta.

Não acreditamos que estamos fazendo uma história de excluídos, como apontamos na *Introdução*. O que pretendemos com os depoimentos das nossas personagens é deixar que suas falas coloquem à prova nossas próprias conclusões acerca da documentação que analisamos. O espectro de sua memória poderá servir-nos como um conjunto muito especial de depoimentos sobre a construção subjetiva de vidas e experiências profissionais e pessoais que foram atravessadas pelas temporalidades de uma história ainda por ser contada e investigada mais de perto. Pensamos que dessa forma estaremos nos afastando de conclusões maniqueístas e reducionistas que enxerguem nessas mulheres bandeiras e lutas definidas ou juízos insofismáveis a depender do grupo a que pertenceram.

Pensamos que o material apresentado tem grande valia e amarra bem as reflexões apresentadas ao longo da tese. Casamento e carreira, domesticidade, desafios de gestão interna do curso, gênero e feminismo foram alguns dos temas por nós abordados durante a conversa com as entrevistadas. Apesar de o nosso foco central ser a mulher (nós o fazemos pela qualidade simbólica do objeto) e as implicações decorrentes da sua presença no ambiente universitário, observamos que outras questões lhe transversalizavam. Uma delas é a do entrechoque cultural entre brasileiros e estrangeiros. Veremos que os hábitos trazidos pelas profissionais de economia doméstica e pelas esposas de professores norte-americanos que abriram suas casas às estagiárias da ESCD deram propósito ao início de um processo de

reflexão e superação desses valores estrangeiros pelas alunas para a consolidação de uma “economia doméstica brasileira”.

Uma questão crucial e conclusiva cria a possibilidade de novas pesquisas, como observaremos. Trata-se das inflexões sofridas pelo curso e pelo DED durante os anos 1990 e 2000. Dois grupos no mínimo se formariam no interior do departamento e isso polarizaria os objetivos e as ações das profissionais. De um lado, estavam aquelas que acreditavam que o futuro da economia doméstica da UFV era manter suas ligações com as “origens americanas”, como elas próprias se referem. Neste sentido, para elas, era preciso que os cursos de mestrado e doutorado fossem feitos nos EUA e que se mantivesse a identidade original das ciências domésticas, mantendo, é claro, a consolidação de suas características próprias adquiridas na sua trajetória autônoma no Brasil. O foco dessas profissionais continuava na família, pensada como unidade econômica. O outro grupo, criticado por esse primeiro, passa a entender que o alargamento dos objetos da economia doméstica fortaleceria sua identidade e seu propósito inicial. Essas profissionais cursariam mestrado e doutorado em outras áreas, como sociologia, antropologia e engenharia de produção entre outras na intenção de dar um novo folego ao curso e à sua própria carreira acadêmica.

O próprio conselho departamental decidiria pelo encerramento do curso de economia doméstica e a criação de um curso provavelmente na área de serviço social em substituição, a partir de 2016. O colapso do curso, por assim dizer, foi entendido pelas pioneiras do primeiro grupo como resultado de seu esvaziamento causado pela diversificação e perda de foco das profissionais pertencentes ao segundo grupo. É claro que nem todas as jovens profissionais e nem todas as pioneiras comungam dessas posições polarizadamente sem qualquer reserva. Assim, vemos nuances entre as suas falas e seus posicionamentos. De qualquer forma a existência da divergência entre elas e o próprio colapso do curso são observáveis e reais. Resta, porém, realizar um estudo mais conciso e detido sobre os anos 1990 em diante para nota-lo de maneira mais sistemática e segura. Na verdade, por ora, enxergamos a situação de modo muito incipiente, apesar de o fazemos a partir de elementos concretos que perpassam nossa pesquisa, especialmente no âmbito das entrevistas.

Isso explica o nosso recorte cronológico também. Como os anos 1970 e 1980, como mostraremos no capítulo 6, foram de conquistas e expansão do curso e das profissionais com ele envolvidas, enxergaríamos os anos 1990 da mesma forma, porém percebemos que aquela década seria de rupturas e não de continuidades já que a *diversificação* da economia doméstica, reclamada pelas profissionais do primeiro grupo, causaria o seu colapso na UFV.

## CAPÍTULO 4

### A CRIAÇÃO DA ESCD E SUA RELAÇÃO COM OS PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS DA ESAV

*The establishment of the Home Economics Scholl might be compared to a grafting operation in which the parent stock was the School of Agriculture and the new element, the School of Home Economics.*

Anita Dickson

Na porta cardinal do *Beardshear Hall*, edifício da Escola Superior de Agricultura da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, quatro colunas em estilo coríntio lembram imponentes a concretude memorável do ensino pragmático típico dos *land-grant college* estadunidenses. Na entrada principal da Universidade Federal de Viçosa, antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV, 1926-1948), depois Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG, 1948-1971), as “quatro pilastras” encerram monumento de igual monta ao menos do ponto de vista simbólico: as insígnias expõem os vocábulos “Estudar”, “Saber”, “Agir” e “Vencer”. O significado dessas palavras, organizadas como estão, remonta ao “espírito esaviano” como se referiam os professores, funcionários e alunos da ESAV. Tratava-se fundamentalmente de consagrar a aproximação indelével entre “saber” e “agir”, ou mais precisamente “fazer”; “estudo” e “vitória”, ou “conquista”, o que pode ser ainda relacionado aos termos “modernidade” e “civilização”. A ideia do lema estadunidense *learning by doing* na exata expressão dos pais fundadores dos *land-grant college* estadunidenses dos tempos de Lincoln e Morrill dariam depois origem a universidades importantes como Florida, Iowa, Purdue, Cornell e outras nos Estados Unidos.

Fundado em 1864, o *Iowa State College*, por exemplo, fora concebido como projeto de Estado numa assembleia composta quase uma década antes, em 1856. Foi o primeiro instituto de educação para filhos e filhas de *farmers* dos Estados Unidos em tempos de expansão e conquista do oeste. Foi também o primeiro instituto estadunidense a receber os fundos do *Morrill Act* de 1862. Sob os auspícios do governo central, a escola emergira originalmente com o nome de *State Agricultural College and Model Farm*, depois chamada oficialmente de

*Iowa Agricultural College and Model Farm*. Em 1872 seriam dados os primeiros cursos de economia doméstica naquela instituição.

Uma das mentes mais marcantes que passaram pela *Iowa Agricultural College and Model Farm* foi a de Peter Henry Rolfs. Nascido em Lê Claire, Iowa, em 1865, Rolfs seria mentor e primeiro diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV). Depois de ter conquistado os títulos de *Bachelor of Science* (1889) e *Master of Science* (1891), ambos pelo *Iowa Agricultural College and Model Farm*, Rolfs tornou-se *Doctor of Science* (1920) pela Universidade da Flórida. Os traços fundamentais de seu juízo pragmático e utilitarista ganhariam contornos mais duradouros a partir de então e não passaria outra primavera até que o governo de Minas Gerais o chamasse ao Brasil numa “missão civilizadora”.

#### **4.1 Dos *land-grant college* à fundação da ESAV**

A produção de Rolfs e sua projeção no cenário acadêmico estadunidense eram vastas e significativas. Como observam Fabrício Valentim e Lúcia Borges, P. H. Rolfs, como ficaria conhecido,

(...) realizou uma série de publicações especializadas em agricultura e participou também de importantes associações científicas internacionais, como: *American Association for Advancement of Science* (*Emeritus Life Member*, 1938); membro fundador, *Botanical Society of América*, entre outras (SILVA e BORGES, 2008, p. 171).

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais fora concebida pelo governo estadual em parceria com o professor Rolfs em 1922 pelo Decreto no. 6053, baixado em 30 de março daquele ano. Um ano antes, 1921, Rolfs, que deixava a diretoria do *Florida Agricultural College* para embarcar para o Brasil, já fazia os planos de decisão estratégica sobre a construção da nova escola. Depois de estudar diversas regiões, Viçosa foi escolhida para receber as obras. Em 10 de junho seria lançada a pedra fundamental do primeiro e mais importante prédio da escola, o edifício Arthur da Silva Bernardes, hoje conhecido como “Bernardão”. Em agosto de 1926 dar-se-ia sua inauguração oficial, sendo as primeiras aulas dedicadas ao público de níveis fundamental e secundarista. Em 1928, iniciar-

se-iam as atividades do Curso Superior de Agricultura. A primeira aula seria ministrada pelo professor de Zootecnia Hermann Rehaag de *Purdue University*, West Lafayette, Indiana (LOPES, 1995; MAGALHÃES, 2006).

Ainda enquanto presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes autorizou a criação de uma escola de ensino agrícola superior em Viçosa. Os objetivos e demais disposições oficiais de criação da escola constam fundamentalmente do artigo 4º da lei estadual n. 761 de 06-09-1920. O convite chegou a Rolfs naquele ano e os trabalhos teriam início até a inauguração da ESAV em 1926.

Dentro de uma lógica de ensino pragmático e moralizador, típico dos *land-grant colleges* estadunidenses, âmbito de formação de mentes austeras como a de Peter Henry Rolfs, a ESAV tornou-se um emblema e um ícone dos desafios do Estado de Minas Gerais na direção de sua autoafirmação técnica, científica e econômica. Rolf encarnava bem o ideal dessa investida e tal “como o Presidente Arthur Bernardes esperava, [ele] trouxe para Viçosa a filosofia (...) alicerçada na trilogia do *ensino, pesquisa e extensão*, que fora de extraordinária influência no desenvolvimento da agricultura norte-americana” (MAGALHÃES, 2006, p. 66, grifos nossos).

Tiago Nicodemos dos Santos (2006, p. 145) lembra que “destes agentes difusores do novo ensino agrícola era cobrada a prática e a vivência no cotidiano rural, além de uma experiência científica condizente com as características utilitárias reinantes na instituição”. A ESAV surge então alicerçada “(...) sob uma forma de ensino técnico agrícola que se mostrava vigoroso, sobretudo nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX” (LIMA, 1996 *apud* SANTOS, 2006, p. 145). Sem dúvida, isso fez com que a instituição se perfizesse desde a origem segundo as matrizes filosóficas do utilitarismo americano, cujos pilares são os saberes práticos e objetivamente aplicáveis na cifra da tríade rolfsiana (e, então, esaviana) do “ensino, pesquisa e extensão”.<sup>37</sup>

Os Estados Unidos haviam passado por um processo bem similar décadas antes durante a conquista do oeste e a consolidação dos modelos agrícolas modernizantes concretizados com a vitória unionista na guerra civil. Foi neste esteio que nasceram os *land-grant colleges* analisados no capítulo anterior. À sombra de um pretense sucesso correlato, o projeto de construção da ESAV e seus primeiros anos buscaram baluarte no discurso

---

<sup>37</sup> Segundo Silva e Gomes (2008, p. 171). “os novos métodos e o estilo de trabalho do americano engendraram, ao longo da trajetória da Escola de Viçosa, uma concepção pedagógica moderna de ensino agrícola, que pode ser bem explicitada pelo tipo de organização dada à instituição por Rolfs e sua equipe”. Daí os autores falarem em uma estruturação dos saberes esavianos a partir do que chamaram “o espírito de P. H. Rolfs”.



modernizador e profícuo da ilustração utilitária americana. Assim o ideário modernizador do Estado e de suas atividades econômicas fundamentais convergia com a ação de um grupo seleto de professores brasileiros e estrangeiros. Uma missão. Um propósito.

O ideal do “espírito esaviano”, expressão que aparece recorrentemente na documentação, desde as fontes oficiais até os informativos estudantis, pode ser notado a partir de um raciocínio de expansão da responsabilidade do sucesso da Escola de Viçosa àqueles que estiveram envolvidos em sua fundação diante dos olhos de Minas Gerais, do Brasil e do mundo. A matriz modernizadora, ancorada na pujança do então vivaz *american way of life*, da conquista exitosa do oeste e da difusão peremptória do ensino prático e eficaz dos *land-grant colleges*, auspiciados pelo governo norte-americano, imprimiu à inteligência fundadora da ESAV um tipo especial de doutrina para a modernização e progresso técnico da nação no campo agrícola (veja-se SILVA, 2007). Esse discurso funcionou como uma espécie de chamado aos homens de vontade do Estado de Minas Gerais à construção de uma nova realidade. Como aponta Santos (2008, p. 146),

funcionários arrebanhados na região, inculcados de sua responsabilidade para com a modernização da agricultura e o progresso técnico e econômico da nação, valores vinculados à época, foram os que mais persistiram na tarefa de fazer da Escola de Viçosa uma instituição reconhecida pelos seus avanços na agricultura nacional.

Um discurso moral imbuído da alcunha de traço progressista da época parece reproduzir-se em meio à fundação da ESAV. A Escola de Viçosa foi também concebida como uma dádiva do Estado de Minas Gerais e da comissão que a faria existir. As imagens e os textos da época mostram as dificuldades de aparelhamento e infraestrutura de um campo aberto, com obras por fazer, um grupo de professores norte-americanos e uma decisão política do governo do Estado. A documentação mostra o esforço discursivo de dar vida a algo que ainda não podia gozar senão de uma perspectiva futura. A ESAV aparece em um contexto de grandes expectativas e de realidades ainda parcas, menos sólidas que projetivas. Apostava-se no possível e apontava-se para lá, afinal se tratava de uma obra “a se fazer”, um projeto “a se tornar realidade”, uma medida do futuro em construção. Conforme o segundo estatuto aprovado em 1930 pela Congregação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, sua função primordial seria

adquirir e disseminar conhecimentos relativos à economia rural, em todos os seus graus e modalidades. Dedicada especialmente aos fazendeiros mineiros visa, de modo especial, a educação agrícola de seus filhos e aumento da riqueza dos fazendeiros pela aplicação de métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais.<sup>38</sup>

A Escola trazia também uma novidade por assim dizer. Ela embalava a ideia de que a ciência, além de servir à indústria e à farmacologia, por exemplo, deveria também circunscrever a agricultura, e que, neste particular, ela uniria técnica e tecnologia com a *felicidade* de ser e pertencer ao campo. Um discurso de fato especial e carregado de um sentido muito patente para o Estado de Minas Gerais à época. Nas palavras de Arthur Bernardes:

Esta Escola está destinada a, em 20 anos, revolucionar a lavoura mineira, porque não forma bacharéis em agricultura, mas autênticos agricultores. Cada um de nós encontra geralmente, apenas três caminhos para os filhos que concluem os estudos de humanidades: medicina, direito e engenharia. Poucos se dirigem para a vida agrícola, fonte de felicidade. Os fazendeiros em regra não pensam assim; mas, com eles mais facilmente se encontra a felicidade (*apud* RACIOPPI, 1932, p. 31).

Por ocasião da inauguração da ESAV, em 1926, em que estavam presentes o diretor da Escola P.H. Rolfs, o seu vice-diretor João Carlos Bello Lisboa e os professores Diogo Alves de Mello, Hermann Rehaag, Nelson Lelis Ferreira, Octavio do Espírito Santo e Francisco Horta, Bernardes ainda declararia que o grande interesse do Brasil era o aumento produtivo na agricultura, bem como a solução das dificuldades financeiras do país. Para ele o maior problema a ser enfrentado era o da mão-de-obra, sendo necessário “(...) fixar e interessar o trabalhador, tornar o meio mais agradável e próprio à vida, arrancando o trabalhador à sedução da cidade; assistência e proteção; associar o trabalho ao capital, criando a harmonia e solidariedade dos interesses” (*apud* LOPES, 1995, p.30).

Peter Rolfs traria essa dimensão do ensino prático e aplicado com precisão para ESAV, fazendo confundirem-se os espíritos esaviano e rolfsiano como afirmamos acima. Para

---

<sup>38</sup> Citado por LOPES, 1995, p. 35-36 e SANTOS, 2008, p. 147. Veja-se ainda RIBEIRO, Maria das Graças M. e COMETTI, Ellen S. *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Um Land Grant College no Brasil?*. Relatório final, apresentado à UFV, referente ao PIBIC/CNPq – ago/2000 a jul/2001. Viçosa, julho de 2001. p. 6. COELHO, France Maria Gontijo. *A produção científico-tecnológica para agropecuária da ESAV à UREM: conteúdos e significados*. Tese: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Viçosa, 1992.

Coelho (1996, p. 24) “(...) Rolfs trouxe de sua ‘alma mater’, ‘Iowa State College’, os princípios básicos de ‘Ciência e Prática’, ‘Aprender Fazendo’, e a ideia das quatro pilastras na entrada do ‘campus’, que também já existiam no ‘Iowa State College’”.

“Aprender para fazer”, ou, antes, “aprender fazendo”. Junto com essa marca do pragmatismo norte-americano, vinha a aura do progresso científico que marcaria o fim de uma tradição estigmatizada. Em seu discurso de paraninfo da primeira turma de formandos em Medicina Veterinária da ESAV em 1935, o professor e diretor João Carlos Bello Lisboa pronunciou as seguintes palavras:

Feliz realização pela demonstração da possibilidade de se fazer trabalho de verdadeira revolução, destruindo-se os velhos métodos de ensino, responsáveis em grande parte, pela pobreza brasileira, seguidos ainda, quasi em toda parte, no ensino de todos os grãos, que evidenciam a velha escola passiva, theorica, livresca e archaica; e pelo contrario, já não se pode negar as bellezas e utilidade dos princípios modernos de ensino, com todas as vantagens de aprender fazendo, e despertando-se por todos os meios, a iniciativa dos educandos, com a determinante de só ensinarem os que sabem também fazer (sic).<sup>39</sup>

Observe-se que a concepção de Bello Lisboa reitera os discursos de Bernardes e Rolfs, os quais concebiam ainda nos anos 1920 o ensino tradicional, acadêmico e teórico como perniciosos entraves ao ensino prático e direto do “*learning by doing*”. Assim, a concepção da ESAV estava associada ao discurso modernizador de épocas anteriores e sua fundação concretizaria também a superação do estilo de vida do “Jeca Tatu” – o caipira interiorano, mineiro neste caso –, estigmatizado na obra de Monteiro Lobato como passivo e incapaz, dinamizando a produção da lavoura mineira, bem como o próprio fazer agrícola.<sup>40</sup> Esse empreendimento colocaria definitivamente a ciência e os conhecimentos técnico e tecnológico a serviço da prática no Estado de Minas Gerais. Por via dessa premissa criar-se-ia um tipo ideal do produtor rural audaz e qualificado deixando de lado o estilo “jeca tatu”, seu avesso indolente e boçal, cuja silhueta representava o atraso e a debilidade de uma agricultura que entravava o progresso do Estado cujas elites reclamavam depressa a modernidade e a

<sup>39</sup> Discurso como paraninfo da primeira turma de médicos veterinários formados pela ESAV, em 1935. Registrado num pequeno libreto localizado no ACH/UFV.

<sup>40</sup> O Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato tornou-se uma das mais expressivas representações do homem rural simples, habitante insípido do interior do Brasil. Monteiro Lobato imprimiu ao jeca tatu características degradantes como a preguiça e a apatia. Metido em sua vida parca o jeca aparece de cócoras, estático, passivo, em frente a uma casinha humilde, sem qualquer condição material mais avantajada, o jeca seria uma implicação natural do ambiente físico e social doentio em que vegeta. Em meio à desnutrição e à carência por educação, o jeca vê-se de mãos atadas diante também das inoperâncias governamentais.

civilização. O “caipira mineiro” encontrava-se “(...) de ‘cócoras’ para a racionalização da agricultura mineira”, por isso urgia a sua eliminação (SILVA e BORGES, 2008, p. 170).

Apesar da sensível aproximação com os ideais americanos, o governo de Minas não se posicionou em momento algum sobre a distribuição da terra. Seu foco era mesmo a modernização dos saberes e dos fazeres agrícolas, não mais. Como aponta Otávio Soares Dulci (1999, p. 52-53),

(...) a concepção da Escola de Viçosa estava ancorada numa espécie de compromisso entre ordem e mudança. Seu alvo era a renovação do campo, entendida não só em termos técnicos mas também socioculturais (...) a questão a ser enfrentada era o peso da tradição, dos métodos rotineiros de produção, não a má distribuição da propriedade.

Os mentores deste projeto modernizador eram os professores e funcionários da ESAV. Sua investida pedagógica e técnico-científica iria funcionar como elo entre o saber teórico e a prática dos produtores rurais diretos. Não se atendo ao problema da posse da terra e à sua disparidade óbvia, o governo concentrava-se na ciência *na* e *para* a produção agrícola. Como continua Soares Dulci (1999, p. 52-53),

a formulação de um programa próprio implicava atender às condições locais, aos recursos existentes e ao potencial a ser aproveitado. Daí a importância conferida à pesquisa, lado a lado com o ensino e a extensão. Este trinômio, que define a universidade contemporânea, estava no núcleo do plano de Viçosa. Criar uma capacidade de produção científica e tecnológica – e de disseminação de seus resultados – daria grande suporte ao modelo de desenvolvimento interno que os dirigentes mineiros procuravam consolidar.

Tratava-se, pois, de um ideal quase missionário de progresso e civilização. O ideal extensionista, se assim o podemos chamar, tornou-se uma marca patente da instituição entre estudantes e professores, estratégia até os dias atuais de suas projeções públicas. A primeira grande atividade de extensão foram os cursos anuais ministrados durante uma semana, *in loco* (i.e., no campus da escola), aos agricultores da região da Mata Mineira. Essas atividades, que se vieram ampliando de lá para cá, eternizaram-se no mais famoso evento de extensão da atual Universidade Federal de Viçosa, a Semana do Fazendeiro. Hoje nacional e mundialmente conhecida, a Semana do Fazendeiro conserva as bases de suas origens esavianas ao menos no que toca a difusão de conhecimentos produzidos. Tendo começado em

1929, a Semana do Fazendeiro proporcionou a atração de agricultores da região de Viçosa os quais

(...) vinham receber ensinamentos na Escola de Agricultura e nas Fazendas de Experimentação, através de cursos e palestras direcionadas a problemas do cotidiano dos fazendeiros. Esse serviço de extensão servia ainda para divulgar as pesquisas realizadas na Escola as classes agrícolas em geral. (COMETTI, 2004).<sup>41</sup>

A ideia era bem essa. Levar o conhecimento técnico ao homem simples, cujas mãos estavam diretamente em contato com os afazeres do campo. A princípio, aliás, a ESAV iniciou-se apenas com o ensino secundário, chegando aos primeiros cursos superiores de agricultura e veterinária somente em 1929. Isso não foi por acaso. Em mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o seu então presidente Fernando de Mello Vianna mostrava e justificava as intenções do projeto que ele próprio havia colocado em prática:

Seduz meu espírito, no momento, *uma grande plebe instruída* e menos doutores de agricultura. Aquela concorrerá para a *prosperidade da economia geral* mais eficientemente, porque não se candidatará a empregos públicos e *voltará aos campos*, ao inverso destes que pretenderão fazer *agricultura retórica* nos grandes centros. Mais tarde e à medida que o estabelecimento preparar seus alunos nos cursos inferiores, serão instalados os superiores para formação de professores.<sup>42</sup>

#### 4.2 Da ESAV à UREMG

Em janeiro de 1935 foi criado o “Mês Feminino” em correspondência à Semana do Fazendeiro, mais uma vez levando em consideração a matriz de pensamento estadunidense

<sup>41</sup> Veja-se diretamente: COMETTI, Ellen Scopel; VITÓRIA, Eliane Leandro da; RIBEIRO, Maria das Graças M.. A Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Excelência Acadêmica ou Utilitarismo? Capturado em 16 fev. 2004. Online. Disponível em Internet: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1607.htm>.

<sup>42</sup> MENSAGEM apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Gerais. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Obtido via base de dados PROJETO DE IMAGEM DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN-AMERICAN MICROFILM PROJECT. Capturado em 10 mai. 2002. Online. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>.

para os *land-grant college*. Como vimos no capítulo anterior, os *land-grant colleges* destinados à educação de filhos (e filhas!) de *farmers* foram pioneiros na institucionalização, formalização e difusão da *coeducation* nos Estados Unidos.<sup>43</sup> A ESAV então assumia pela primeira vez a necessidade de ampliar o projeto de ensino e extensão às mulheres da região. Durante o Mês Feminino, seguindo uma lógica similar à da Semana do Fazendeiro, seriam oferecidos cursos sobre organização e gestão doméstica, destinados obviamente às esposas e filhas dos fazendeiros. O evento tinha consistência se pensado no todo da proposta e da influência norte-americana, mas não prosperou talvez pela falta de uma unidade permanente, que formasse e capacitasse docentes para ministrarem os cursos. De qualquer maneira, como aponta Maria de Fátima Lopes (1995), o Mês Feminino representou uma espécie de base precursora dos futuros cursos técnicos em *Administração do Lar, Economia Doméstica*, e, é claro, da própria *Escola Superior de Ciências Domésticas*. Voltaremos a esse ponto adiante.

O decreto nº 112, de 04/04/1935, reconheceria a ESAV como entidade de ensino superior oficial. O governo federal na pessoa de seu então presidente Getúlio Vargas imprimia à Escola de Viçosa todas as prerrogativas de uma instituição de ensino superior federal. O decreto afirmava a aprovação incondicional das instalações da Escola, bem como de seu pessoal docente, dando-os autorização para o pleno exercício do ensino agrícola em seus três níveis: elementar, médio e superior. Do ponto de vista pedagógico, a instituição ganhava personalidade própria sendo definida pelos técnicos do Ministério da Agricultura como entidade de grande importância para o desenvolvimento da economia rural do Estado de Minas Gerais, e, por extensão, do próprio país. Assim estavam legitimadas as ações da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (BRASIL, 1935). Mas onde estavam as mulheres?

Juntamente com a Semana do Fazendeiro, outro grande braço institucional da ESAV para o trabalho de extensão fora firmado nos anos 1930: o Departamento de Educação Rural. Dirigido pelo professor Joaquim Fernandes Braga, o DER seria fundamental para o fortalecimento e consolidação da extensão rural, objetiva e eficaz pretendia originalmente desde os tempos de P. H. Rolfs. A assistência técnica e a difusão de conhecimento aos agricultores tornar-se-ia uma constante nos protocolos e expedientes da Escola de Viçosa, ao menos assim

---

<sup>43</sup> Essa discussão encontra-se no capítulo anterior e pode ser melhor compreendida de modo mais sintético e preciso em artigo que publicamos como notas parciais de nossas pesquisas. SIMÃO, F. L. R., *Coeducation and the Insertion of Women in the Academic Sphere: An Experience, a Trajectory in Brazil*. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 174, 12 February 2015, Pages 474–482. *International Conference on New Horizons in Education*, INTE 2014, 25-27 June 2014, Paris, France. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815007429>. Acesso: 18/01/2016.

se planejava. Foi neste esteio que se formou a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), primeira do gênero no Brasil, sendo seu centro nacional de treinamento a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa.<sup>44</sup> Nessas condições, a Escola podia embalar-se na ideia, ainda imatura, conquanto possível, de tornar-se uma universidade federal.

Antes, porém, era preciso tornar-se uma universidade estadual e o caminho, apesar de palpável, não seria menos tortuoso. Entre 1933 e 1941 registra-se um período de intensa instabilidade e dificuldades enfrentadas pela Escola. As Atas da Congregação da ESAV registram-no de modo bastante claro, elencado como os maiores problemas aqueles que se ligavam ao pagamento de professores e correlata exoneração dos mesmos, más condições de trabalho devido à falta de material necessário e a defasagem de alguns salários. Essa questão salarial era algo patente e frequente nas atas, sendo, aliás, algo observável desde as origens da Escola. Em carta endereçada ao Professor José Carlos Belo Lisboa, então diretor da ESAV, o professor P. H. Rolfs, que viajava pelos Estados Unidos a fim de congregar professores a serem destinados a Viçosa, já falava da necessidade de se levar a preocupação dos salários ao governo, porque, do contrário, muitos bons possíveis candidatos a viajarem para o Brasil a fim de ministrar aulas na Escola de Viçosa poderiam declinar do acordo. Assim escreve Rolfs:

Caro Dr. Lisboa,

Acabo de retornar de uma extensa viagem completamente voltada aos interesses da Escola (...) Sobre minha passagem pelo oeste de Iowa e Illinois e também na Lousianna e Flórida, fiz muitas e detidas investigações para contratar professores do tipo dos que precisamos na Escola de Viçosa. Nestas regiões todos os homens que têm a preparação suficiente e experiência já estão recebendo um salário maior do que podemos pagar aí na Escola (...).<sup>45</sup>

Eram comuns as vendas de sementes e mudas selecionadas, ou de espécies nobres e por vezes exóticas pela Escola a fim de prover os fundos de seu sustento. Diversas cartas trocadas entre os diretores e autoridades do Ministério da Agricultura, presidentes de

<sup>44</sup> A experiência da ACAR em Minas Gerais acabou por se constituir como um laboratório para a criação da Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), mais tarde transformada em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (RIBEIRO, 2010).

<sup>45</sup> Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Como aponta Santos (2008, p. 146), Cada um dos instrutores americanos foram contratados com o salário de 2:000\$000, enquanto os demais professores brasileiros auferiam 1:200\$000 ou mesmo 800:000. O dono do maior vencimento era o diretor norte-americano P. H. Rolfs, que recebia nada menos que 4:000\$000 para gerenciar os primeiros momentos do que hoje é a Universidade Federal de Viçosa. (Ver: Relação de Pessoal desta Escola, 1930. Doc. 2915, Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

associações comerciais e agricultores independentes da região de Viçosa e de outras partes do Estado de Minas Gerais, e de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, revelam as transações feitas pela Escola a fim de garantir o provimento de suas demandas materiais.

Programas de cooperação entre os professores brasileiros e estadunidenses iam engrossando as fileiras dos homens qualificados para promover e liderar os trabalhos de extensão rural pretendidos no âmago da instituição desde seus primeiros expedientes. O professor Baker do Serviço de Extensão dos Estados Unidos, responsável por levar alunos e professores brasileiros para cursos de capacitação em entidades norte-americanas, certa vez escreveu: “O serviço de extensão é uma poderosa arma educacional da agricultura nos Estados Unidos”. Ele salienta que a extensão é um processo de cooperação mútua que “não tem feição nem se envolve com política, não sofre influência dos regulamentos policiais (...), sendo antes

um sistema cooperativo para o qual o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, as Escolas de Agricultura, as municipalidades, as sociedades locais e grupos de agricultores concorrem com o fundo necessário ao pagamento dos profissionais técnicos e ao melhoramento do trabalho profissional (...) verifica-se também a cooperação das Associações de Criadores, cooperativas de fazendeiros, câmaras de comércio e organizações públicas semelhantes (...).<sup>46</sup>

Esse trabalho de extensão, fundado nos princípios de que falamos, se aproxima do que Tocqueville também teria enunciado como sendo o princípio da associação, a indissociabilidade entre pensamento e ação, bem como o forte característico utilitário atribuído ao conhecimento típico dos ianques. Para o autor, “além das associações permanentes, estabelecidas por lei, sob os nomes de distritos, cidades, municípios e condados, forma-se e mantém-se um vasto número de outras, pela iniciativa de indivíduos privados” (TOCQUEVILLE, 1969, p.112).<sup>47</sup>

Vê-se aí uma vez mais o ideal dos homens de vontade reclamados originalmente por Bernardes conforme notamos acima. Rolfs também o reclamaria vigorosamente. Como lembra Maria das Graças Ribeiro, ele [Rolfs]

<sup>46</sup> BAKER *apud* COMETTI, 2005, p. 120.

<sup>47</sup> Veja-se também GROppo, Antônio Luís. *Tocqueville, o associativismo e alguns apontamentos sobre o terceiro setor*. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 20, n. 26, p. 55-74, jan./jun. 2008.



(...) via a ESAV como uma instituição substancialmente diferente das demais instituições do gênero existentes no Brasil, o que se devia ao fato, segundo ele, do governo mineiro desejar que ‘this college to be organized and conducted on the North American plan’.<sup>48</sup>

Ao notar que não utilizaria o sistema de concurso para a admissão de professores na ESAV durante a sua gestão, P. H. Rolfs emblematicamente escreve que os candidatos seriam chamados somente depois de verificado seu preparo:

*sua vontade* e ser elle ou capaz de instruir e inspirar com desejo de aprender alumnos mal preparados como Vossa Excelência pode compreender, necessitamos de professores muito hábeis, sendo que a habilidade de mostrar-se bem no concurso muitas vezes não indica a capacidade do candidato como professor (sic) (grifos nossos).<sup>49</sup>

Em 1945, o Ministério da Educação acordou com o governo dos Estados Unidos a *Inter American Educational Foundation* (IAEF). Como acordo de cooperação internacional, sua finalidade era viabilizar a ida de bolsistas brasileiros para instituições americanas a fim de receber treinamento e *know how* técnico para atuar no Brasil nas áreas de recursos humanos e agricultura. Dados mostram que no período de vinte anos que vai de 1942 a 1962, 1490 bolsistas brasileiros participaram destes programas da IAEF, sendo 777 na área de recursos humanos e 713 na área de agricultura (TAVARES, 1980). Com acordos de cooperação como este, algo já visível desde os primeiros tempos da Escola, foi-se plantando na ESAV a cultura do compromisso com os valores da troca e ajuda mútua. É assim que se vai consolidando o que chamamos acima “espírito esaviano”. Referido por Maria das Graças Ribeiro como “ethos esaviano”, ele foi definido certa vez pelo estudante D. C. Giacometti da seguinte maneira: “o espírito esaviano não é um mito. [...]. A sua origem, sem dúvida nenhuma, vem do espírito americano. Trabalhar em conjunto, cooperação e camaradagem, confiança recíproca e justiça, são os característicos deste êmbolo da vida esaviana”.<sup>50</sup>

Menos de um ano depois da publicação deste importante juízo do aluno esaviano a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) tornar-se-ia Universidade Rural do

<sup>48</sup> RIBEIRO, Maria das Graças M. *A escola superior de agricultura e veterinária de minas gerais e a difusão do americanismo na educação brasileira*.

Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/402.pdf>. Acesso em: 16/12/2013.

<sup>49</sup> Carta escrita a Jacques de Moraes, químico dos Serviços Geológicos, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 11-09-1926, localizada no ACH/UFV.

<sup>50</sup> GIACOMETTI, D.C. *Espírito esaviano*. O bonde. Órgão Informativo dos Alunos da ESAV, ano II, n.45, 26-04-1947, p.1.

Estado de Minas Gerais (UREMG). A oficialidade dessa transformação institucional deu-se através da lei no. 272, de 13/11/ 1948, prevendo a criação da UREMG formada pela Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária e a Escola Superior de Ciências Domésticas, cuja criação fora prevista pela mesma lei.<sup>51</sup> A partir de então diversos acordos seriam firmados com o governo dos Estados Unidos e com entidades particulares, sendo seus resultados visivelmente desenvolvidos na prática da extensão rural no Brasil. O mais proeminente neste sentido e o que mais repercussão teria tido para as moças da ESCD foi o acordo firmado entre a UREMG, através do governo do Estado de Minas Gerais, e a *American International Association* (AIA) entidade filantrópica dirigida por Nelson Rockefeller. Desse acordo surgiria em 1949 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) cuja história encontraria de modo emblemático a trajetória das pioneiras da *home economics* brasileira.

O ano de fundação da ACAR coincide com o contexto de criação da ESCD e das políticas de aproximação diplomática dos EUA com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular no âmbito da chamada *Good Neighbor Policy*. Eram tempos de Guerra Fria, e o Brasil haveria de se propor uma espécie de “alinhamento automático” ao bloco capitalista comandado pelos Estados Unidos. Depois do discurso do presidente Herry Truman em 1947 dirigido de forma emblemática (e agressiva) ao mundo socialista soviético, a diplomacia estadunidense teria necessariamente de se aproximar das democracias latino-americanas de modo a conservá-las no seu aspecto elitista, afastando o perigo constante (e crescente) da expansão dos partidos e grupos de esquerda comunista, socialista e social democrata. No Brasil, a fórmula do alinhamento automático ganhou seus contornos mais definitivos ainda no governo do presidente Dutra entre os anos 1946 e 1949. Neste período, o Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, cuidou para que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos fosse audaz e plena, porém não menos subserviente. A postura de subordinação do governo brasileiro foi tamanha que o próprio Oswaldo Aranha, no cargo de presidente da Assembleia Geral da ONU (naquele tempo o Brasil assumia como membro temporário do Conselho de Segurança), teve diversas vezes de se pronunciar contra as deliberações do Ministro Raul Fernandes (VIZENTINI, 2003).

---

<sup>51</sup> Borges, José Marcondes; Sabioni, Gustavo Soares; Magalhães, Gilson Faria Potsch. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 2ª.ed. Viçosa. MG. Editora UFV, 2006.

Neste sentido, o Ponto IV, quarta proposta do discurso de Herry Truman (1949), parecia adequar-se perfeitamente à realidade da “pacífica” e “amiga” América Latina.<sup>52</sup> Voltemos às palavras do próprio Truman: “we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”.

Ensinar os povos a se organizarem, a usar o conhecimento para o seu benefício, deixando o primitivismo e a estagnação para lançar-se à aventura do saber científico apropriado à vida moderna, feliz e civilizada, este o fito primordial.<sup>53</sup> Por fim, uma questão crucial: “Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas”. Com essas palavras, Truman então sugere que a pobreza das nações subdesenvolvidas encerra obstáculo e ameaça tanto para os povos desses países como para a população de áreas prósperas e desenvolvidas. Como dissemos, um discurso imperialista envolto a uma brisa de modernidade.

Quando da criação da AIA em 1949 consagrava-se em parte a noção de “Brasil agroexportador” e perpetrava-se um ideal de desenvolvimento da agricultura nacional fazendo-a chegar com contornos “modernos” e técnicas inovadoras a lugares ainda carentes deste tipo de alcinha e concepção. Crucial no contexto da Guerra Fria e do projeto de aproximação diplomática do qual falamos até então, a AIA estimulou a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e esta, por sua vez, demandaria pessoal técnico com a força de uma Escola. Já tornada universidade estadual em 1948, a ESAV cumpriria um desígnio histórico, um papel similar ao que outrora nos Estados Unidos tiveram os *land-grant college*. É bem aqui que começa a história da ESCD.

---

<sup>52</sup> Truman se refere às nações latino-americanas como as *peace-loving nations* e chama atenção para a necessidade manter a paz antes entre as nações amigas dos Estados Unidos. Veja-se *President Harry Truman's Inaugural Address*, *idem*.

<sup>53</sup> “More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant (...) The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible” (*President Harry Truman's Inaugural Address*, *idem*).

### 4.3 A ESCD: uma escola *para e por* mulheres (?)

No Terceiro Relatório Anual da ACAR, concluído em 1951, mencionava-se que os cursos de nutrição e costura permitiriam “(...) deitar os alicerces para o estabelecimento de uma escola permanente de economia doméstica para integrar o currículo de Viçosa”.<sup>54</sup> A ESCD encarnaria a *ideologia da extensão* presente nos pressupostos da *educação para a ação* da matriz norte-americana que analisamos. Desta forma, a criação do curso (e da própria escola de economia doméstica) em Viçosa tinha a um só tempo uma base ideológica – a *home economics* norte-americana – e uma demanda concreta – levar às famílias camponesas, primeiramente do Estado de Minas Gerais, o desenvolvimento de suas potencialidades através de um modelo de organização do lar e uma divisão sexual do trabalho.

O século XIX é especial no que toca a educação formal das mulheres. Não havia naquele contexto, ao menos aparentemente, qualquer correlação oficial e decisiva com a religião, a não ser naturalmente nas bases morais que não podiam se desvencilhar da ética puritana tantas vezes marcante entre as famílias imigrantes e migrantes.<sup>55</sup> Mas o ideal civilizacional e suas projeções históricas, em que pesem, é claro, as diferenças continentais, nacionais e mesmo regionais, estavam presentes no discurso religioso, nomeadamente de grupos missionários protestantes. Assim, os processos correlatos de industrialização e urbanização encamparam nos Estados Unidos os ideais civilizadores a partir do binômio religião/educação. Grupos como os metodistas “idealizavam a educação e a religião como estratégias na relação de poder, para impor um comportamento social, individual e coletivamente aceitável”, como mostra Lilian Sarat de Oliveira (2008, p. 1).

Esses movimentos de missionários norte-americanos far-se-iam sentir também por aqui no Brasil. Miss Martha Watts, por exemplo, missionária e educadora da rede metodista estadunidense, desembarcou em 1881 no Rio de Janeiro, trazendo consigo o fito original de fundar escolas para moças. Em uma de suas diversas cartas, escritas entre 1881 e 1908, Watts registrou: “Acho um trabalho precioso educar as meninas para que elas saiam e ensinem seu próprio povo” (*apud* OLIVEIRA, 2008, p. 1-2). Essa máxima é no mínimo fundamental para

<sup>54</sup> Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). *Terceiro Relatório Anual*, 1951, p.10,11.

<sup>55</sup> Como salienta Tocqueville, nos Estados Unidos as bases da religião puritana, especialmente na Nova Inglaterra, não ficaram adstritas ao universo da fé, sendo na verdade um complexo de ideologias a qual “se confundia em vários pontos con las teorías democráticas y republicanas más absolutas” (TOCQUEVILLE, 1997, p.30).

perseguirmos a base sobre a qual assentariam juízos e representações sobre a mulher com relação ao universo do ensino e da ciência.

A educação – tanto a instrução que receberia quanto a atividade de educar que lhe seria especialmente reservada – abriria à mulher o espaço público e uma rede de relações sociais antes impensáveis se colocaria em sua perspectiva, mudando qualitativa e quantitativamente seu espectro de atuação no meio público e, com isso, a construção de sua subjetividade mesma. O ideal da mulher-educadora, porém, plantado a partir dessa ideia veiculada amplamente no período e exemplificada por falas como a de Watts e por tratados como o de Beecher (veja-se capítulo 3) iriam sustentar representações capazes de viabilizar o processo de assimilação simbólica da mulher ao universo público. Ela viria, porém, envolta a uma gama ainda forte de esquemas teóricos que lhe reservariam traços de subordinação e reclusão ao mundo doméstico. Condições que lhes imprimiam incapacidades ontológicas para os assuntos ditos masculinos. Assim, visto a partir de uma “perspectiva processual e de longa duração, a profissão do magistério [torna-se] quase que estritamente feminina, e isto é percebido nos dias de hoje quando nos cursos de pedagogia a grande maioria é frequentada por mulheres”, escreve uma vez mais Lilian Oliveira (2008, p. 2).

Nos cursos de Economia Doméstica acontece algo similar. Maria de Fátima Lopes (1995, p. 113-114) foi quem melhor o definiu. Segundo a autora, a Economia Doméstica Brasileira define-se como

um campo que se define como ‘uma ciência feita por e dirigida para as mulheres’ – uma ciência de e para mulheres; que permanece feminina em toda sua trajetória; e se construiu como domínio de mulheres ao dar tratamento científico ao trabalho doméstico.

Nesta altura da nossa discussão cumpre compreender a chegada das ciências domésticas americanas a Viçosa e a conseguinte edificação da ESCD. Pretendemos juntar as bases teóricas vistas até aqui com a documentação histórica legada pelo curso, seus(as) gestores(as) e professores(as), alunos (as) e ex-alunos(as) a fim de perceber as dinâmicas, as concepções, os conceitos e suas historicidades nos âmbitos institucional e acadêmico de um empreendimento que deve ter muito a dizer sobre a mulher e sua relação com o homem em um ambiente tão especial quanto a academia. O próprio ensino superior, a domesticidade, o lugar dos sexos na organização simbólica e concreta das relações de gênero e de poder que

emanam desse bojo (umas vezes derivam e outras fundamentam) também serão baluartes da discussão que ora lançamo-nos a empreender.

Para compreender a *home economics* na sua transposição para o Brasil é preciso antes pensá-la enquanto uma tradição envolta a um discurso de modernidade. Vimos que para o contexto estadunidense os fundamentos filosóficos de criação e consolidação da disciplina carregavam uma concepção de mulher, de família, de ciência e mesmo de sociedade e reponsabilidade nacional. No Brasil o discurso tinha uma tônica no mínimo similar. Vamos seguir os passos dos primeiros juízos feitos a propósito do curso à época a fim de perceber os elementos mais importantes do ponto de vista institucional que possam nos levar àquilo que chamamos de “um *ideal* de mulher” veiculado a partir do material simbólico de que se compõe o curso na sua concepção original. Nosso objetivo é compreender como esses elementos se interligam e como tudo isso foi importante para se construir imagéticas de dominação e resistência no âmbito das relações de gênero dentro daquele contexto.

Em 1948, a UREMG oferecia cursos técnicos secundários e alguns técnicos de curta duração na área de economia doméstica. Foi só a partir de 1952 que a ESCD começou a oferecer os cursos de bacharelado em ciências domésticas com duração de quatro anos e diploma de nível superior. Ainda nos tempos dos cursos médios, a UREMG recebeu a primeira missão americana. Um acordo com a Universidade de Purdue, através das determinações do Projeto Ponto IV, trouxe para o Brasil no início do ano de 1952 os técnicos Mr. Winks para atuar junto ao Serviço de Extensão e Miss Anita Dickson, técnica em *home economics*. Miss Dickson vinculou-se à ESCD antes mesmo de chegar ao Brasil.

Dickson era formada na área de educação na Universidade de Missouri, mas teria trabalhado por dez anos como agente de campo do programa de Demonstração do Lar de *St. François County*. Ela chegou ao Brasil na efígie de *Associate in Home Economics*, da *Purdue University, assigned to Brazilian Project* (LOPES, 1995). Sua função: ajudar a criar o curso superior de Ciências Domésticas em Viçosa.

Quando passou por Belo Horizonte, antes de dirigir-se a seu destino final, a UREMG, ela conheceu a ACAR e se sentiu familiarizada com os trabalhos realizados sob a direção de Walter Crawford. Naquela ocasião ela fez uma especial observação sobre o perfil das estudantes que ingressavam nos cursos técnicos de um ano já iniciados na UREMG em 1948:

Some previous misconceptions about the work of ACAR were cleared up. One of these was that the major part progress was made in setting up a

curriculum for a one year course in home economics. Tentative entrance requirements were set as: completions of Gymnasial or Normal course or equivalent, good physical health and twenty years of age.<sup>56</sup>

Requisitos interessantes e envoltos a significados importantes. Primeiramente, a moça haveria de apresentar curso Ginásial ou Normal completos, o que sinaliza para a formação técnica dada pelo programa disciplinar da Economia Doméstica e para o pressuposto cultural da “mulher educadora”, amplamente difundido por concepções históricas e filosóficas sedimentadas no século XIX, como vimos. Em segundo lugar, idade mínima de vinte anos e boas condições físicas, o que sugere a necessidade de mulheres capazes de desbravar inospitalidades como chuvas, lama e más, senão péssimas, condições de acessibilidade às famílias do meio rural para cuja instrução as alunas seriam destinadas.<sup>57</sup>

No início do ano de 1952, quando Miss Dickson já estava em Viçosa e os trabalhos da ACAR iam desenvolvendo, a ESCD estava prestes a iniciar as aulas da primeira turma de ensino superior em Ciências Domésticas de sua história. A própria Dickson estava incumbida de construir o *curriculum* final do curso a ser enviado ao conselho universitário. Em fevereiro, quando realizava algumas viagens pelas áreas rurais do entorno de Viçosa, ela escreveu em seu relatório que era o fito do presidente do Estado de Minas Gerais que a *home economics* viesse para promover a melhoria das condições de vida das famílias rurais, embora houvesse alguns professores cujo trabalho não deveria restringir-se ao campo. Assim, ela salientava: “probably the largest single employer of the first graduates in home economics will be ACAR (...) their present plans are for the employment of fifteen to twenty additional home economists during the coming year”.<sup>58</sup>

Do ponto de vista prático a ACAR destinaria aos homens e às mulheres cursos intensivos com aulas de agricultura, veterinária, “(...) nutrição, horticultura, puericultura, carpintaria, higiene e saneamento, costura, sociologia, organização de clubes, e até ordenha e direção de *jeeps*”.<sup>59</sup> Grande parte desses saberes seria veiculada segundo matrizes e pressupostos norte-americanos é claro, daí a importância da cooperação internacional. Talvez por isso, no relatório de maio de 1952, Miss Dickson demonstrou preocupações com o ensino da língua inglesa para professores que deveriam ir aos EUA a fim de aperfeiçoar seus estudos.

<sup>56</sup> Narrative Report February 1952, p. 2.

<sup>57</sup> Nos relatórios dos meses de maio e junho de 1952, Miss Dickson reclama da lama e da falta de infraestrutura na região de Minas Gerais em que as *home economists* brasileiras atuavam. Veja-se também sobre o assunto Lopes (1995).

<sup>58</sup> DICKSON, Miss Anita. *Narrative Report February 1952*, p. 2.

<sup>59</sup> Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). *Terceiro Relatório Anual*, 1951, p.10,11.

Desapontada, ela relataria: “No progress was made in finding a Brazilian Director. The most likely candidate proved to have strong communistic leanings”.

Veja-se que a formação dos profissionais envolvidos no curso de ciências domésticas deveria ser fundamentalmente norte-americana e que suas inclinações políticas podiam ter implicações determinantes. A julgar pelo clima de Guerra Fria instalado no imediato pós-discurso do presidente Truman, ter um diretor com inclinações comunistas seria uma ameaça significativa para a hegemonia norte-americana. Um dado óbvio, mas que não nos poderá fazer pensar que se conservaria para sempre. Veremos que o curso assumiria um ritmo próprio tendo identidade e idiosincrasia, mesmo mantendo traços fundamentais da matriz filosófica e teórica que informara seus primeiros passos.

A diretoria da ESCD foi enfim assumida pela Sra. Dona Benedita Mello, que, segundo Anita Dickson, era familiarizada com as leis brasileiras para a educação superior e as instituições educacionais, podendo agir com maior eficácia com relação às questões protocolares e burocráticas pelas quais a ESCD haveria de tramitar até sua consolidação plena.<sup>60</sup> Isso mostra a divisão essencial que se estabelecera originalmente na criação da Escola, ficando a mente pioneira de Miss Dickson responsável pela concepção pedagógica e, portanto, pelas plataformas curriculares e composição de disciplinas do curso de Economia Doméstica da UREMG. Na documentação que apresentamos até aqui, pode-se notar com clareza a imposição dos técnicos estadunidenses sobre os brasileiros. Não que fosse uma via de mão única, é claro que esses agentes estrangeiros uma vez aqui no Brasil haveriam de encontrar cooperação efetiva entre os brasileiros, mas Dickson, bem com Winks, entre outros tantos de missões americanas espalhadas pelo Brasil à época, estavam a serviço do Projeto Ponto IV, envoltos aos pressupostos da *Good Neighbor Policy* por isso obviamente veiculariam os protocolos de seu governo.

A ideia parece ser a seguinte: afastar profissionais brasileiros das questões mais precisamente culturais, de concepção de ideias e projetos de ação, porque assim não haveria a possibilidade de o governo porventura disseminar algum tipo de postura diversa do modelo estadunidense. Isso não se aplica só ao comunismo, é preciso lembrar que Vargas estava de volta ao poder naquele tempo (1951-1954) e sua plataforma nacionalista, se muito austera, desagradava também a Casa Branca. Lembra-nos Noam Chomsky que o governo norte-americano estava de fato apreensivo com as posturas nacionalistas em curso na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. Sua intenção de promover o aumento produtivo e

---

<sup>60</sup> DICKSON, Miss Anita. *Narrative Report May 1952*, p. 2. In: LOPES, 1995.



as capacidades internas de geração de energia, por exemplo, determinava a postura opositora vivaz dos Estados Unidos, que passavam a rapidamente propor estratégias econômicas visando o continente americano, isso se baseando “(...) na eliminação de todas as formas de nacionalismo econômico e na insistência em que o desenvolvimento da região fosse “complementar” ao dos Estados Unidos” (CHOMSKY, 1997, p.74).<sup>61</sup>

No *Final Report of Thechinal Assistance In Home Economics To The ESCD*, Miss Dickson define as ações que deveriam ser desenvolvidas pelos agentes estadunidenses da Universidade de Purdue em Viçosa:

Planejar, desenvolver e dirigir uma escola vocacional de Economia Doméstica na Universidade Rural [como se referia comumente à UREMG] para posteriormente levar treinamento técnico e profissional neste campo; desenvolver e ensinar cursos em ED, saúde rural e extensão em ED. Planejar, desenvolver e conduzir projetos de extensão em Economia Doméstica nos lares e comunidades localizadas em áreas próximas à Universidade; planejar, iniciar e dirigir um programa de *atividades femininas na Semana dos Fazendeiros*. Orientar no desenvolvimento do programa de extensão agrícola (*apud* LOPES, 1995, grifos nossos).<sup>62</sup>

No relatório endereçado a *Purdue University*, Miss Dickson aponta alguns elementos importantes da formação das meninas da ESCD:

With the graduation of a total of fifty four girls during 1953 the one year course in home economics at Rural University seems to be well on the way to becoming established and serving a useful purpose in training girls to do home supervision work for the ACAR organization, extension work for the university and for the training of rural teachers.

Como podemos ler no documento, a UREMG formaria mulheres com condições de alto nível técnico (ou superior, dependendo da duração do curso) para compor um quadro de cerca de cinquenta meninas por turma cujo “útil propósito” seria executar trabalho de supervisão do lar, consolidando o projeto de extensão da universidade para as demandas práticas de mulheres das áreas rurais do estado de Minas Gerais. Um ponto importante é o ideal de “mulher-educadora” que aparece como um pressuposto já que as economistas

<sup>61</sup> Essa postura tornar-se-ia ainda mais austera nos anos 1960 com “*The Act for International Development*”. Veja-se RIBEIRO, 2007.

<sup>62</sup> *Final Report of Thechinal Assistance In Home Economics To The ESCD – UREMG*, Viçosa, Minas Gerais from Febrary 1952 to October 1965. S/d. Trecho traduzido por Maria de Fátima LOPES (1995).

domésticas deveriam levar às jovens donas de casa os traços técnicos da *home economics* por elas aprendidos em sala de aula. Aliás, nessa medida, elas – as alunas da ESCD – teriam também de assumir os postos e os expedientes de “professoras rurais”. Tudo isso, como se vê na fala de Dickson, no âmbito da ACAR, entidade realmente fundamental da construção do campo de atuação das jovens egressas.

#### 4.4 Precedentes de criação da ESCD

A criação da Escola Superior de Ciências Doméstica, como notamos, ancora-se na filosofia dos *land-grant colleges* que previa os primeiros cursos básicos e superiores também para mulheres dentro da proposta de *coeducation*. Iowa University, Purdue, Cornell, Florida são alguns dos exemplos mais marcantes de instituições que começaram como colleges de ensino rural e extensão e tornaram adiante grandes centros universitários. A concepção da *coeducation* liga-se antes à educação da mulher para que ela se tornasse uma espécie de “missionária do progresso”, visando a aplicação de novas tecnologias à organização familiar rural. Cuidar do campo implicava, em um sentido amplo, levar o conhecimento ao fazer agrário propriamente dito, mas também à família, visando o seu desenvolvimento na criação dos filhos, na veiculação da moral nacional, organização das finanças familiares, nutrição, limpeza e racionalização dos recursos. É assim que das artes domésticas, a *home economics* emerge também entre as fileiras do progresso rural nos Estados Unidos (MATTHEWS, 1987). A história da Escola de Viçosa, guardadas suas idiossincrasias, erigiria sob filosofia muito similar.

Manifestou-se nos anos 1940 entre os próprios professores da antiga ESAV a vontade que houvesse mulheres de seu nível cultural com quem pudessem se casar. O trabalho de Maria de Fátima Lopes (1995) a que fazemos menção recorrentemente aqui pôde oferecer alguns juízos que circulavam pelo *campus* nos tempos da criação da ESCD. Em uma documentação muito especial, guardada no arquivo pessoal de uma antiga professora, à qual Lopes teve acesso, há um material datilografado em que se dispõem justificativas sobre a criação do curso para mulheres na UREMG feito por professores brasileiros e americanos. Segundo esses escritos, havia uma grande crise na carreira do profissional de agronomia que vinha perdurando desde os anos 1930. Os juízos ali veiculados apontam para uma fórmula

simples e ao mesmo tempo reveladora: por mais que o desenvolvimento de tecnologia agrícola projetasse os profissionais que as desenvolviam em nível nacional, o seu progresso, entravado, dava mostras de uma deficiência ainda inominada. É assim que

(...) os líderes responsáveis em agricultura numa tentativa de analisar a razão para o atraso nesta carreira decidiram culpar as mulheres. Seus raciocínios eram que um engenheiro agrônomo tendo um curso superior de agricultura o qual dá direito a certa situação [socioeconômica] naturalmente queria casar-se com uma moça do mesmo nível.<sup>63</sup>

Visto por esse ângulo o problema parece poder ser solucionado pela disponibilização de mulheres com curso superior capazes de serem bons partidos para os engenheiros da ESAV. Uma lógica mecânica e frágil cujo sucesso ou fracasso não se pode, a princípio, propor conclusão. Em verdade, não se trata do nosso fito aqui, outros estudos o poderão propor de maneira central. De qualquer forma, ouvi-lo é importante no sentido de compreender dois elementos fundamentais: o curso precisava de justificativas e essas não ficaram limitadas à esfera técnica tão-somente. Elas extravasam para outros universos ligados à organização social, como a instituição do casamento, as relações homem/mulher e as suas implicações com questões de ensino, nível cultural e status social. Como pondera Lopes (1995, p. 161), a divisão do trabalho trazida com a Escola de Ciências Domésticas da UREMG, o que pode ser também aproximado dessa questão matrimonial, “(...) produz um curso complementar que não é pensado para romper com padrões dominantes acerca do imaginário feminino da época, mas, ao contrário, para consolidar esses padrões”. Assim, há uma conotação de mulher-esposa dentro de um universo cuja acepção deveria estar voltada talvez a questões mais nomeadamente profissionais. É claro que havia a concepção do curso como uma ciência séria e importante até mesmo para a expansão, consolidação e credibilidade da universidade, mas um juízo dessa envergadura, a partir do qual se justifica a existência de um curso feminino para possibilitar o alargamento do cabedal cultural da mulher a fim de destiná-la ao casamento, é algo que encontra-se notavelmente ancorado nas representações sobre a mulher veiculadas à época. Como notamos no capítulo 2, diversas representações eram veiculadas pelas revistas femininas no Brasil dos anos 1940 e 1950 chamando a mulher à responsabilidade de garantir o sucesso de seu casamento. O *Jornal das Moças* certa vez publicara:

---

<sup>63</sup> LOPES, 1995, p. 163.

Acompanha-o [a matéria se dirige às mulheres casadas] nas suas opiniões (...) quanto mais você for gentil na arte de pensar, tanto maior será o seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o (...) reconhecendo seus gostos e desejos (JORNAL DAS MOÇAS, 1955 *apud* PRIORI, 2006).

Reconhecer os gostos e desejos do marido implica aproximação ao seu nível cultural, de modo que pode haver um paralelismo dessa natureza na fala da depoente supracitada acerca do desejo dos agrônomos de verem despontar o sucesso de sua carreira tendo ao lado uma mulher cujo temperamento e formação lhes dissesse mais respeito. Mulheres formadas eram raras entre os agrônomos. A cidade, muito pequena e ruralizada, não abria precedentes para configurações sociais de alguma monta distinta da habitual. Daí, a depoente enfatizar que

muitas vezes ele [ela se refere ao agrônomo, estudante ou formado em Viçosa] somente acha uma moça deste nível social nos grandes centros. Tal moça, não tendo experiência e nem apreciação da vida rural, logo persuadirá o agrônomo a deixar o emprego rural onde seu treino vale mais e ir para uma cidade grande.<sup>64</sup>

Lopes (1995) acredita que essa fala pode revelar ainda o projeto da universidade de promover a formação de uma elite rural no Estado de Minas Gerais, ou mais precisamente na região da Mata Mineira. Não nos parece sustentável a existência de uma consciência tão nítida dos agrônomos (“protagonistas da trama”) – ou mesmo da falante (narradora de uma “realidade” que ela testemunhara) – na construção de uma elite rural. Apesar de o Estado de Minas Gerais ter executado à época um projeto de divisão de sua porção rural em zonas específicas,<sup>65</sup> e do presidente Arthur Bernardes ter demonstrado interesse oficial de desenvolvimento das ciências agrárias para o desenvolvimento do Estado, não vemos a princípio a existência muito concisa de um *projeto de civilização*, por assim dizer, entre cujos componentes figuraria a “elite do conhecimento agrícola”. Mais uma vez, não sendo o fito principal de nosso trabalho, ficaremos à vontade para salientar que essas interpretações que fazemos da fala da professora pioneira encerram antes conclusões parciais e ensaísticas,

<sup>64</sup> LOPES, 1995, p. 163.

<sup>65</sup> O decreto no. 5364, de 12 de julho de 1920, aprovou o Regulamento do Ensino Ambulante Agropecuário de Minas Gerais pelo qual o Estado ficou dividido em sete distritos, sendo eles: Centro com 85.420 Km<sup>2</sup>, Triângulo com 80.416 Km<sup>2</sup>, Nordeste com 74.047 Km<sup>2</sup>, Noroeste com 69.102 Km<sup>2</sup>, Norte com 59.675 Km<sup>2</sup>, Sul com 58.986 Km<sup>2</sup> e, por fim, Mata com 55.615 Km<sup>2</sup> (COMETI, 2005, veja-se também na mesma obra, MOURÃO, 1962).

porém a importância dos juízos apresentados está exatamente na concepção que se veiculou acerca da mulher e da sua condição concreta, i.e., o que se falava, pensava e esperava dela. É assim que a criação de uma Escola de Ciências Domésticas em Viçosa “(...) naturalmente atrairia moças de altas qualidades. Mais ainda, essas moças receberiam o tipo de treinamento que as habilitariam para a vida rural”.<sup>66</sup>

Esse precisamente me parece o ideal de missão que se incutira à economista doméstica. Conhecer o campo e tratá-lo segundo preceitos científicos; cuidar e pensar a casa e suas demandas; manter e desenvolver o doméstico e fazer nele perpetuar a ligação necessária com a sua governança. Em tom finalista e formular, ela conclui: “Então só o que será preciso, será os rapazes namorarem e casarem com as alunas da Escola de Ciências Domésticas. Assim o melhoramento da agricultura estará solucionado”.<sup>67</sup>

Como deve ter ficado evidente, o curso de ciências domésticas tem o duplo desígnio de completar a Escola de Agricultura e, exatamente com isso, garantir o sucesso daquilo que de fato justificaria todo o projeto de um *land-grant college*: o trabalho de extensão. É muito patente essa ideia e a podemos notar em diversos discursos documentais e estudos sobre o assunto. No *Primeiro Anuário da ESAV* (1927) já se pode ver a preocupação proeminente dos dirigentes para com a extensão dos saberes científicos ali produzidos para os produtores locais:

Os visitantes saem muito mais interessados do que se fossem mostradas as mesmas coisas, com mais ideia de ostentação do que de incutir conhecimentos agrícolas úteis. Raramente passa uma semana sem ser recebida a visita de um agricultor que procura a Escola com o fim de realizar o que é essencialmente, o ‘Curso Breve’ de um dia de estudos, em agricultura, em alguma ou em outra especialidade, de zootecnia, pomologia, horticultura ou agronomia.<sup>68</sup>

Essa era a função da ESAV, sua matriz primeira, sua marca fundamental, seu rótulo de origem. Servir à população local, traduzindo saberes tecnológicos em saberes práticos, até certo ponto possíveis de serem assimilados e executados pelos próprios agricultores tornava a instituição mais visível e sua identidade ia se consolidando neste esteio fazendo valer o que

---

<sup>66</sup> LOPES, 1995, p. 163.

<sup>67</sup> LOPES, 1995, p. 163.

<sup>68</sup> IMPRENSA OFICIAL. Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, Belo Horizonte, 1931, p. 23.

mais à frente a comunidade acadêmica chamaria espírito esaviano. O documento ainda concluiria:

por meio dessas visitas [ele se refere às visitas que os agricultores da região vinham fazendo à Escola de Viçosa cada vez mais amiúde] tem a Escola espalhado muitos conhecimentos agrícolas úteis entre o povo rural desta zona (...) Consideramos o fato dos agricultores procurem a Escola como sendo uma grande vitória para o estabelecimento e seus metodos (sic).<sup>69</sup>

O próprio Rolfs certa vez declarara: “esta Escola foi instituída para auxiliar os estimados e honrados agricultores de Minas Gerais”. E o artigo 379 do Regulamento Geral do Ministério da Agricultura no seu capítulo XLII, “Das consultas Agrícolas”, publicado em 1910, também previa que

Os institutos de ensino agrícola, qualquer que seja sua natureza e os estabelecimentos e serviços a cargo deste Ministério deverão atender às consultas que lhes forem dirigidas (...) pelos agricultores criadores ou profissionais da indústria rural.<sup>70</sup>

Os artigos 381 e 382 do mesmo documento, no capítulo XLIII, “Das Conferências Agrícolas”, mostra-nos que havia já uma preocupação, ao menos protocolar, com a extensão rural no tocante aos conhecimentos produzidos pelas universidades e outras instituições de ensino e pesquisa agrícola

Art. 381. As conferencias agrícolas ficarão a cargo dos inspectores (sic) agrícolas e de seus ajudantes, podendo também ser realizadas pelo pessoal dos cursos ambulantes, na forma indicada no presente regulamento e nos regulamentos e instruções que forem expedidos pelo ministro.

Art. 382. As conferencias agrícolas, quando realizadas pelos professores ambulantes e seus ajudantes, deverão versar sobre um assumpto determinado, sendo invariavelmente seguidas de demonstrações praticas.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> IMPRENSA OFICIAL. Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, Belo Horizonte, 1931, p. 23-24.

<sup>70</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Regulamento a que se refere o decreto n. 8.319. 20 out 1910. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>. Acesso em: 02/01/2014.

<sup>71</sup> Idem.

Esse mesmo propósito encontraria o destino das mulheres das ciências domésticas. Como vimos, o discurso tem uma tônica bastante similar. Baker ao referir-se ao trabalho de extensão desenvolvido originalmente nos EUA salienta que se tratava de

um sistema de educação rural, que se estende das salas de aula, dos Ginásios e Universidades até as fazendas. É um sistema pelo qual as *informações práticas* concernentes à agricultura e à economia doméstica são levados ao homem rural, à mulher, aos rapazes e moças em fazendas, em seus lares e em seus municípios.<sup>72</sup>

O Regulamento de 1910 instituiu o ensino agrônômico no país e tratou como um seu elemento componente correlato a instrução de moças em escolas domésticas. O documento resolve que a finalidade geral do ensino agrônômico brasileiro deveria ser a “instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlativas, e compreende o ensino agrícola, de medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais [sic]”.<sup>73</sup> No Capítulo XXXIX, “Das Escolas Domésticas De Agricultura” (sic) no seu Art. 354 o Regulamento determinava que “as escolas domésticas agrícolas visam preparar as filhas dos cultivadores para os misteres da vida agrícola ministrando-lhes com esse propósito, educação apropriada ao sexo e aos serviços rurais que lhes são adequados” (grifos nossos). De forma um tanto pretensa o Art. 357 estabelece que

o programa do curso atenderá a revisão e ampliação do ensino primário, á (sic) criação do ensino primário agrícola para as alunas que não souberem ler e escrever, do ensino elementar das ciências acessórias e de horticultura, fruticultura, jardinicultura, floricultura, zootecnia, indústrias rurais, inclusive a de laticínios, economia domestica, economia social, noções de higiene geral de direito usual, de comércio e contabilidade agrícola.<sup>74</sup>

Cumpramos observar que não estamos diante de um projeto da envergadura daquele que determinou a criação da ESCD e da ACAR. Na verdade, a ESCD, criada algumas décadas depois desse documento, não teria suas atividades adstritas ao campo, apesar de primar por

<sup>72</sup> BAKER *apud* COMETTI, 2005, p. 120.

<sup>73</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Regulamento a que se refere o decreto n. 8.319. 20 out. 1910.

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>. Acesso em: 02/01/2014.

<sup>74</sup> *Idem*.

ele em sua origem.<sup>75</sup> Observe-se também que não se define quem seriam as ou os agentes desse ensino rural para as filhas de camponeses e não se trata aqui de escolas de nível técnico tampouco superior para mulheres geradoras de tecnologias de intervenção e ensino. A ESCD foi criada para ser um centro de difusão de saberes de nível superior, e suas alunas seriam as “missionárias” deste trabalho; por isso, elas executariam, enfim, o ensino dos fazeres domésticos informados por fundamentos científicos às famílias rurais. No Regulamento de 1910, não há especificado quem seriam os agentes, mas o projeto faz-nos notar com mais atenção o que seriam os primórdios protocolares, governamentais e institucionais que possibilitariam mais tarde a criação da ESCD. Veja-se, por exemplo, e por fim, os termos do Art. 358 que determina: “O ensino deverá ser professado pelos *métodos pedagógicos* estabelecidos para as *escolas práticas* de agricultura” (grifos nossos). Mais uma vez a questão do ensino prático, pragmático, típico da filosofia americana.

Tendo sido criada em 1926, a ESAV projetou-se regional, estadual e nacionalmente muito em função de sua atividade de extensão em recepção do produtor direto. Sua marca mais importante neste sentido era, como vimos, a Semana do Fazendeiro. No Livro de Formatura da ESAV publicado no ano de 1939, registra-se:

Há onze anos vem a nossa escola, atacando, com sucesso extraordinário, um ponto muito importante do Serviço de Extensão. A ‘Semana do Fazendeiro’ representa a mobilidade do trabalho de propaganda agrícola em que o agricultor vem receber ensinamentos nas Escolas de Agricultura, estações experimentais, etc.<sup>76</sup>

Na fala do Livro de Formatura de 1939, junto às palavras supracitadas, encontramos uma vez mais a retórica da eficiência do ensino, pesquisa e extensão, base fundante da ESAV e preceito da filosofia *land-grant college*. Por causa do substancial sucesso da Semana do Fazendeiro, a ESAV propõe a criação do “Mês Feminino”. Em 1931, em meio aos efeitos da crise de 1929, o então diretor da ESAV, João Carlos Bello Lisboa, enviou ao presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel, uma formidável correspondência com as justificativas do projeto de criação do “Mês Feminino”. O documento, apesar de longo, é revelador. Assim resumimo-lo abaixo:

---

<sup>75</sup> Veremos, por exemplo, no capítulo seguinte, que muitas vezes as alunas tiveram dificuldades em colocar seus saberes em prática nos serviços de extensão por causa da resistência que encontrariam entre as donas-de-casa da cidade. Aliás, algo muito similar ao processo que se observa na expansão da *Home Economics* estadunidense conforme notamos mais detidamente no capítulo 3 (veja-se MATTHEWS, 1987).

<sup>76</sup> Livro de Formatura, Escola Superior de Agricultura e Veterinária, Viçosa, Minas Gerais, 1939.



Considerando o alto valor de nossa agricultura no alicerce do nosso edifício Econômico; (...) a crise que vem atravessando o seu principal produto – o café; considerando a necessidade imprescindível de, para o ressurgimento e prosperidade do Brasil, haver uma colaboração eficaz de todos os brasileiros de boa vontade (inclusive a mulher), cada uma na sua esfera de ação; Considerando que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais tem sido um farol precioso de onde estão se irradiando para a lavoura, *ensinamentos práticos de imediata utilidade* aos agricultores; Considerando que nessa Escola já tem suficiente desenvolvimento as secções de horticultura, avicultura, pomicultura – *domínios intimamente afetos á ação da mulher* –, para não falar na suinocultura, apicultura, floricultura, agronomia e pecuária, que também, muito de perto a interessam; considerando que, em o nosso meio, muitas são as senhoras fazendeiras que dirigem, em pessoa, os serviços de sua propriedade; a mulher mineira, convencida de que os ensinamentos ministrados na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, durante o curso dos fazendeiros, em julho, são de irretorquível utilidade prática e de real benefício á (sic) lavoura, representada pelas que *abaixo assignam*, vem á vossa presença, solicitar do patriótico e justiceiro espírito de V. Excia., a instituição na referida Escola, da *semana da Fazendeira*, afim (sic) de que, bebendo ali os preciosos conselhos que lhe serão dados por ocasião dos cursos práticos sobre as questões que mais a interessam, passa estimular-se, desenvolver melhor a sua atividade, e mais eficazmente colaborar na obra benemérita da reforma de nossa agricultura – base do reerguimento e da consolidação de nosso aparelho econômico – alavanca poderosa que nos há de multiplicar as forças para bem alto levantarmos o nosso crédito (grifos nossos).<sup>77</sup>

Observe-se que se convoca uma vez mais a mulher ao seu compromisso pátrio. O documento é antes um abaixo assinado de mulheres interessadas na criação da Semana da Fazendeira, como o evento deveria se chamar inicialmente. Curiosamente não vemos aqui um apelo à questão do lar, da família, da criação de filhos, algo recorrente em outras fontes, o que mostra a complexidade daquele processo histórico. A essência do discurso de Lisboa é econômica e estratégica. Ele inclusive fala em mulheres que conduzem propriedades rurais sozinhas, e que o aumento da eficácia de sua participação junto ao progresso nacional aumentaria a credibilidade internacional do país.

O deferimento do projeto expediu-se no Ato nº 187 promulgado pelo governo do Estado de Minas Gerais determinando a criação do Mês Feminino, evento anual, tendo a princípio previsão de três anos de duração. Seu foco era “a grande colaboração que a mulher

---

<sup>77</sup> Acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais.

poderá e deverá prestar a causa do desenvolvimento agrícola”.<sup>78</sup> Segundo BORGES *et all* (2000, p. 19 *apud* COMETI, 2005, p. 148),

Desde a sua fundação, a Escola preocupou-se com os problemas do Lar e, nesse sentido, realizou, [...], o primeiro ‘Mês Feminino’. Nele eram lecionados assuntos pertinentes ao lar. Tempos depois, com a criação da UREMG, foi constituída a Escola Superior de Ciências Domésticas, a primeira do gênero no Brasil, [...].

Note-se aí a memória que se criou sobre o Mês Feminino e sobre o curso de Ciências Domésticas: associá-los fundamentalmente à construção e desenvolvimento dos lares mineiros, seja no campo ou na cidade. A ideia é associar a mulher ao lar e uma possível ciência feminina para o mundo feminino. No Livro de Formatura de 1939 poderia ler-se:

Criando a ESAV o Mês Feminino, quis, mais uma vez, patentear a todo o Brasil o incalculável desejo de estimular as fazendeiras a uma *cooperação mais estreita com os seus maridos*; preparar as jovens filhas do campo à *construção mais hígida de seus lares*, (...) [e] desde as escolas primárias, *despertar na infância a tendência para os estudos agrônômicos*. Assim, a todas predispõe a receber com mais entusiasmo os ensinamentos dos *bandeirantes da economia Brasileira* do presente e do futuro – os agrônomos (grifos nossos).<sup>79</sup>

“Cooperação mais estreita com os seus maridos”, escolas primárias para fazê-las “despertar na infância a tendência para os estudos agrônômicos”, seguir enfim os passos dos “bandeirantes da economia Brasileira”. Uma inserção ao projeto de desenvolvimento da moderna agricultura brasileira, uma expansão civilizadora de saberes quase que redentores, uma missão destinada à mulher.

Vemos aqui figurarem bastante circunspectas as representações historicamente construídas e naturalizadas a propósito da mulher. Em primeiro lugar, o ideal de mulher-esposa, calcada nas perspectivas do marido, ela é-lhe antes um complemento, não gozando de uma autonomia que se lhe conferisse importância senão à sombra dele. Em segundo lugar a ideia de mulher-educadora, fundamentada na maternidade cuja aura principal é a dedicação e o cuidado com os filhos, já que a educação deles implicaria o futuro da própria comunidade nacional.

<sup>78</sup> Ato nº 187, de dezembro de 1934.

<sup>79</sup> Livro de Formatura, Escola Superior de Agricultura e Veterinária, Viçosa, Minas Gerais, 1939.

#### 4.5 O material simbólico da criação da ESCD e a assimilação da mulher pelo universo masculino

Miss Dickson deixa-nos um legado simbólico formidável quando estabelece uma retórica em que se alude à criação da ESCD como uma operação de enxertia a partir da ESAV. A ideia de enxertar o curso de economia doméstica a partir do tronco forte da agronomia parece-nos importante na medida em que sugere uma relação de poder pautada em construções culturais de gênero e vincada em elementos simbólicos.

A enxertia se faz a partir de uma árvore doadora (ou receptora, já que recebe a semente nova) cuja energia e estrutura, força e vivacidade garantiria a prosperidade da nova planta. Esse tronco doador é também chamado de “cavalo” e sua robustez é um pressuposto da boa formação da nova vida que dele deriva. Peter Henry Rolfs, por exemplo, o pai fundador da ESAV, era especialista mundialmente conhecido por seus experimentos de enxertia em abacateiros já realizados nos tempos de sua diretoria na Estação de Agricultura Experimental da Universidade da Flórida, em Gainesville. De volta a Viçosa em 1925, depois de uma viagem que fizera aos EUA, Rolfs trouxe para a ESAV (e para o Brasil) as primeiras mudas de Abacate-da-Guatemala, algo sem precedentes na região. A enxertia era, pois, uma prática agrícola, atividade exclusivamente exercida por homens. Os homens da Escola de Agricultura então seriam o tronco doador para o enxerto do qual emergiria a Escola de Ciências Domésticas. E a Escola, tomada no seu abstrato absoluto, seria a base institucional, material e moral para a criação e consolidação do “ideal de mulher” e do “ideal de missão civilizadora” que se lhe recairia.

No *Final Report of Thechnical Assistance in Home Economics to the ESCD*, Miss Dickson define a sua percepção da *grafting operation* na sua expressão orginial:

The commencement of the School of Home Economics was the first step in the transformation of the existing Schools of Agriculture and Veterinary Science, established twenty years earlier, into a rural university. The establishment of the Home Economics Scholl might be compared to a

*grafting operation* in which the parent stock was the School of Agriculture and the new element, the School of Home Economics (grifos nossos).<sup>80</sup>

Miss Dickson se vale fundamentalmente de pressupostos religiosos para estabelecer a sua metáfora da enxertia. Embora não o faça de modo incisivo e direto, usando uma retórica decididamente metafísica ou teológica (observe-se que ela utiliza um exemplo concreto da ciência agrônômica, i.e., masculina, da época), Dickson constrói um discurso cujo material simbólico é suficientemente forte para fazer sentido tanto para homens quanto para mulheres. Sendo o *parent stock* (tronco gerador) a ESAV e o *new element* (novo elemento) a ESCD, temos uma franca alusão ao mito de origem do homem e da mulher. Da costela de Adão nasceu Eva, sua companheira e subordinada. A operação de enxertia, porém, implica um processo de renovação não necessariamente pensado a partir da lógica da dominação. Sua ideia central parece ser a de complemento. Tratar-se-ia, como apontou Lopes (1995), da concretização do modelo inspirador da ESAV, o *land-grant college*.

Como esse modelo pressupõe um amplo trabalho de extensão para a sua efetiva concretização, a chegada da *Home Economics* e a presença feminina no *campus* suscitariam a sua completude final. Desta maneira, a lógica simbólica do par perfeito para o homem – a mulher – no mito de origem, sobre o qual nos debruçamos no capítulo 2, reproduz-se aqui na sua componente binária e sexuada. A ESCD nasce do tronco forte de características nobres já constituintes da ESAV e sua composição encerra o mecanismo final da criação. Reproduzindo um trecho importante já por nós citado, vejamos o que teria dito Deus após criar a mulher: “Esta, sim, é osso dos *meus* ossos e carne da *minha* carne! Ela será chamada mulher, porque *do homem foi tirada* (...). Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à *sua* mulher, e eles se tornarão uma só carne” (Genesis 2:23-24, grifos nossos). Os pronomes indicam bem a semântica do mito de origem: Deus se refere à mulher como osso dos *Seus* ossos e carne da *Sua* carne; em seguida afirma que “do homem foi tirada”. Reserva-se, pois, ao homem o status de criatura original, de base primeira da criação.

Sob uma ótica crítica podemos supor que a *grafting operation* proposta por Miss Dickson alude uma visão masculina do mundo e da história. Em *A dominação masculina* (1998) Bourdieu enfatizou que o caráter simbólico dos gestos, figurinos, discursos e movimentos dos corpos femininos numa perspectiva androcêntrica depende em parte da

---

<sup>80</sup> *Final Report of Thechinal Assistence In Home Economics To The ESCD – UREMG, Viçosa, Minas Gerais from Febrary 1952 to October 1965. S/d.*

introjeção desses valores pelas próprias mulheres. E, ainda, que neste mesmo contexto, a consolidação e a reprodução – senão a *a*-historização – dos elementos de dominação masculina só podem se dar de forma definitiva quando os próprios dominadores não se dão mais conta do seu domínio, não enxergam através de seus atos corriqueiros as estratégias mais concisas de subordinação. É a isso que Bourdieu chama “inconsciência androcêntrica”. O dominado, ao interiorizar a dominação, passaria a reproduzi-la, estando esta impressa no seu corpo, na sua fala, no seu jeito de ser e sentir o mundo.

A resistência aí seria algo distante, senão impensado ou mesmo impossível. Porém o *habitus* feminino que se adquire nas relações de poder aí colocadas, constituem também possibilidades de agir no mundo e resistir às suas disposições mesmas, por vezes a partir da própria semântica da dominação. Chartier (1995), ao falar das diferenças entre os sexos e da dominação simbólica que envolve essa relação, salienta mais de uma vez que a dominação masculina não se fundamenta (e tampouco se sustenta) em uma via de mão única, sendo muitas vezes interiorizada na forma de uma retórica que se presta a um só tempo à reprodução de um discurso e a uma via de resistência. Nas palavras do autor

nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio *consentimento*, quando a incorporação da *linguagem da dominação* se encontra reempregada para marcar uma *resistência* (CHARTIER, 1995, p. 42, grifos nossos).

O *habitus*, como mostramos capítulo 1, pode ser definido como conjuntos organizados de esquemas generativos, cognitivamente referenciados capazes de permitir a ação subjetiva do ator social dentro de limites estruturados objetivamente à revelia de sua vontade (BOURDIEU, 2000). O *habitus* traduz, enfim, certas estratégias pessoais de ação na vida social, porém diante da matéria-prima construída socialmente e impressa nos símbolos, nos valores, nos juízos políticos, morais, éticos e estéticos. Assim por *habitus* podemos entender a um só tempo o estruturante e o estruturado no acúmulo de bens simbólicos e outros referenciais culturais utilizados por uma sociedade para organizar o mundo, dando-lhe sentido e coerência, bem como os mecanismos pessoais que permitem ao indivíduo filtrar e repensar os esquemas generativos que se lhe colocam dispostos. Vale a pena então lembrar a fórmula de Maria Drosila Vasconcelos (2002, p. 81) cujo fundamento consiste em compreender os bens simbólicos de uma sociedade como fator central de elaboração de trajetórias sociais e

individuais as quais “não pode[m] se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles”. Tania Fonseca (2001, p. 21-22) também salienta que a operacionalização conceitual do *habitus* dá-nos instrumentos importantes para a compreensão da dominação masculina como uma instituição milenar – daí, ressalte-se, a importância da etnografia feita por Bourdieu junto às comunidades cabilas – oferecendo “(...) oportunidade de uma posição científica e epistemológica que não se situa no polo dos determinismos estruturais como tampouco no dos subjetivistas”. Nas palavras de Ortiz (1994, p. 16), “o *habitus* se sustenta, pois, através de ‘esquemas generativos’ que, por um lado, antecedem e orientam a ação e, por outro, estão na origem de outros ‘esquemas generativos’ que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento”.

Miss Dickson utilizou uma metáfora já fundamentada em uma *linguagem de dominação*, para usar a expressão de Chartier, construída a partir da ideia do tronco gerador o que nos remete ao mito do gênesis. Diante daquela nova realidade que se configurava a partir da criação do curso de ciências domésticas, a autora tinha de encontrar um discurso conciso para que se recebesse a mulher, a nova escola e a nova ciência no seio de um universo estritamente masculino. Na verdade, trata-se de uma postura de uma personagem emblemática que trazia consigo juízos prévios informados por representações sexuadas do mundo e da divisão do trabalho, mas que ponderou esses juízos por experiências e acabou por construir uma retórica que uniu a um só tempo os preceitos mesmos de uma sociedade inegavelmente androcêntrica e os novos pressupostos de uma especial inserção feminina. O *habitus* dicksoniano ganhava efeito em termos simbólicos.

A recepção das “moças da ESCD” ao *campus* impôs uma espécie de rearranjo das concepções existentes de modo que se impôs um repensar do próprio homem, do ambiente acadêmico e dos papéis sociais de gênero conforme, é claro, os preceitos e as representações da época. É importante notá-lo de modo amplo porque esse processo tem muito a dizer sobre as relações de poder que se estabelecem nos discursos oficiais e extraoficiais no interior do *campus* que deixava então de ser exclusivamente masculino.

A assimilação das mulheres da ESCD pela UREMG passou por diversos crivos, sendo um destacável em particular: o seu compromisso social nos cuidados com a casa – e a sua inserção no *campus* por via do discurso sobre sua capacidade de trazer consigo o acalanto e o aconchego do lar a um lugar de ares masculinos. Esse discurso parece-nos bem afinado com o discurso estadunidense à época. Em 1948, no exato ano da criação do curso de Ciências

Domésticas e da elevação da Escola Superior de Agricultura à categoria de Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, o *Journal of Home Economics*, maior periódico oficial da *American Home Economics Association* (AHEA), trazia um artigo escrito por Katharine Alderman, intitulado “Expressing our Philosophy”. Neste texto, a autora esboça uma espécie de reflexão sobre as identidades da *Home Economics* estadunidense à época, projetando ainda algumas perspectivas para dali em diante. Alderman enfatiza que as ciências domésticas serviam (como desde a sua origem) à garantia do bem-estar social não só de seu país em particular, mas de todos os demais países do mundo. Lembrando as palavras de Melvil Dewey por ocasião da primeira Conferência de *Lake Placid* (1899), momento de institucionalização da *Home Economics* nos Estados Unidos (veja-se capítulo 3), Alderman escrevia no seu editorial de capa acerca da crença de que “those who can make the home all *it should be* will get nearer *the foundations of life* than even teachers, ministers and editors” (grifos nossos).<sup>81</sup>

Essa fala é reveladora em dois sentidos pelo menos: de um lado, incita a ideia de que há um *dever* para a construção do lar, por isso Dewey se refere àquelas pessoas que podem “fazer da casa tudo o que ela *deve* ser”; de outro lado, sugere a existência de *fundamentos da vida* para falar da importância de se cuidar da casa e, se pudermos assim interpretar, da própria família. Esse discurso era vigente, aliás, desde a “Era Progressista”, analisada anteriormente, no capítulo 3 (veja-se item 3.3 “Outras pioneiras, *Progressive Era* e a Conferência de *Lake Placid*”). Como vimos, naqueles tempos já se pensava a mulher conforme a retórica do desenvolvimento nacional, sendo seu desígnio mesmo *levar a ciência ao ambiente da família*. Nas palavras de Joan Jacobs Brumberg (1997),

Home Economists in early 20th century America had a major role in the Progressive Era, the development of the welfare state, the triumph of modern hygiene and scientific medicine, the application of scientific research in a number of industries, and the popularization of important research on child development, family health, and family economics.

A questão era bem essa: a família, elemento fundante da nação, desenvolve-se num lar com valores morais necessários ao desenvolvimento da criança, geração de saúde, asseio e limpeza. E neste esteio, é claro, figura centralmente a mulher-mãe-esposa, cujo papel social

---

<sup>81</sup> ALDERMAN, Katharine. “Expressing our Philosophy”. AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION. *Journal of Home Economics*. Volume 40, Number 1. Washington, 1948, p. 1. Albert R. Mann Library. 2013. Home Economics Archive: Research, Tradition and History (HEARTH). Ithaca, NY: Albert R. Mann Library, Cornell University. Disponível em: <http://hearth.library.cornell.edu/h/hearth/>. Acesso em: 30/08/2013.

mais nobre e notável seria governar este lar farto, porque dele sairia a apoteose da nação. Mas o conceito de lar aparece aqui um tanto mudado. A casa, que passa pelas transformações da ciência moderna, incorporando concepções que lhe conferem estatuto de lugar privilegiado para a aplicação de novos saberes, deixa de ser o *gineceu*, espaço de reclusão da mulher, ambiente de sua inferioridade. Cientificizada, ela passa de *locus* das tarefas menores e insignificantes a laboratório dos saberes científicos, pormenorizados, precisos, racionais.

No Brasil, a chegada de Miss Dickson e outras técnicas americanas determinou a emergência dessas acepções a propósito das ciências domésticas, da família e da moral no escopo da construção nacional. Não encontramos nenhuma documentação que comprovasse a afiliação de Anita Dickson à AHAE, mas não é preciso ir muito longe para perceber traços semelhantes do que se veicula nos jornais da entidade com os fazeres e os saberes trazidos pela professora americana ao Brasil. É claro que essas matrizes originais sofreriam modificações e novas concepções se desenvolveriam como uma sua derivação, segundo demandas, concepções e relações sociais muito especificamente localizadas. De qualquer maneira, como diversos apontamentos de época ressaltam, a chegada das pioneiras norte-americanas – entre as quais Dickson figura sem dúvida à dianteira – é saudada pela comunidade acadêmica da UREMG. Como revela a fala de uma pioneira brasileira, “a respeito da contribuição de professoras norte-americanas para o início das Ciências Domésticas em Viçosa e mesmo para o seu desenvolvimento posterior, foi inquestionavelmente extraordinário valor”. E continua,

Como testemunhei isso muito de perto [continua], imagino que seria quase impossível estabelecer-se aqui uma Escola de Ciências Domésticas sem o concurso das norte-americanas que naturalmente tem um grande passado na área de ensino tanto de nível médio, elementar quanto de nível superior (...).

<sup>82</sup>

A memória das pioneiras é tão patente que perdura até os dias atuais. Poderemos notá-lo na fala de nossas entrevistadas no último capítulo, e também no discurso de comemoração dos cinquenta anos de formatura da primeira turma do curso superior de Ciências Domésticas, proferido no auditório do Departamento de Economia Doméstica (DED) da Universidade Federal de Viçosa pela professora Simone Mafra, em 2006. Depois de falar sobre a importância que se deve dar ao curso e suas conquistas ela salienta:

---

<sup>82</sup> Entrevista n. 14, Lopes (1995, p. 162).



Com emoção também foi escolhido, para esta cerimônia, o antigo auditório da ESCD, que abrigou grandes processos decisórios, e muitas aulas inaugurais, como a do mestrado em Economia Doméstica – fruto de convênio firmado entre o DED/UFV e a Universidade de Purdue –, proferida pela Profa. Flora Willians dos Estados Unidos, e pela Profa. Cebotarev, da Universidade de Guelph, Canadá, que gentilmente colaborava na tradução da aula. Pelo que podem perceber, o Teatro do DED, como carinhosamente é agora chamado, foi palco dos grandes passos dados pela economia doméstica na UFV.<sup>83</sup>

Essa retórica que embala a criação do curso de mestrado compreende um discurso com concisão capaz de espelhar o projeto de construção das Ciências Domésticas no universo em que fora inicialmente concebido. Daí, a despeito da repulsa que se vai observar no discurso de alguns, como veremos a seguir, construir-se-iam diversas retóricas de boas-vindas e recepção louvável e segura à ESCD. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre essas fontes e sobre a realidade que elas podem representar. O universo dos discursos construídos a propósito da criação do curso e de sua consolidação, desde os anos 1948 e 1949, quando se instituíam as primeiras bases a partir do curso pós-médio até o final dos anos 1950 nos interessarão primeiramente. Adiante, passaremos pelos anos 1960 e 1970 para observar as inflexões da ESCD e sua transformação em diversos departamentos. Por fim, encontraremos os anos 1980 e 1990, quando importantes mudanças acontecem no interior do curso de bacharelado em Economia Doméstica, como passou a ser chamado a partir de 1972, com o fim da ESCD e a federalização da UREMG (1969) que se torna UFV. Naquele período, criava-se o mais importante periódico do departamento, a Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS, o que mostra a projetividade nacional do curso, colocando-o como matriz de referência aos demais cursos da mesma natureza criados pelo país. Criam-se também novos convênios internacionais, destacando-se o com a Universidade de Guelph, no Canadá. Em 1992, o DED (Departamento de Economia Doméstica) da Universidade Federal de Viçosa faria aprovar o primeiro curso de mestrado em Economia Familiar da América Latina, e o que parecia ser sua mais inofensiva expansão pode ter construído as bases de seu colapso posterior.

---

<sup>83</sup> Discurso da Prof.<sup>a</sup> Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.

## CAPÍTULO 5

### MULHERES PROJETADAS: SÍMBOLOS, DISCURSOS E JUÍZOS NA IMPLANTAÇÃO DA ESCD E ATIVIDADE DAS PRIMEIRAS MULHERES

*Todos os problemas da humanidade se encontram em suas mãos e, por isso mesmo, construíram e constroem pela abnegação, pelo amor e pela fé, os lares onde exercem esplendidamente, a santa missão de educar, ensinar, prover, assistir, garantir e proteger a família.*

Joaquim Fernandes Braga  
Reitor da UREMG

O símbolo da Economia Doméstica é uma Paineira.<sup>84</sup> A árvore de tronco forte e suntuoso paira estática na apoteose dos santuários ligados à mulher no espaço acadêmico. Ela encerra uma espécie de diagrama em cujos galhos e folhas podem-se observar os atributos dos saberes e competências das ciências domésticas. Como vimos no capítulo anterior, a ESCD fora concebida por Miss. Dickson como uma operação de enxertia em relação à ESAV. Peter Henry Rolfs, discutindo as teses do diretor do Serviço de Inspeção do Ministério da Agricultura, Arthur Torres Filho, em 1925, afirmava: “O primeiro objeto duma Escola de Agricultura é o melhoramento das condições morais, mentais, e financeiras da população rural” (ROLFS, 1925, p. 5).<sup>85</sup> As condições técnicas já estariam dadas com a ESAV desde a sua inauguração em 1926. As morais, mentais e financeiras, apesar de nunca completas, daí o impulso na direção do seu constante aperfeiçoamento reclamado por Rolfs, também estavam dadas pela pareceria dos americanos e brasileiros e talvez pela força política de Bernardes. Mas temperados da harmonia de uma completude nova, os elementos morais e mentais, historicamente reservados ao universo do cuidado e da educação que se estabelece no âmbito antes da família e dos valores que ela pode plantar, precisariam esperar algumas décadas, duas mais precisamente, até que florescessem pelas mãos de quem deveria fazê-lo por sua natureza mesma: a mulher.

<sup>84</sup> Veja-se galeria de fotos e imagens ao final deste trabalho.

<sup>85</sup> ROLFS, Peter Henry. *Discussão da Regulamentação do Ensino Agrônomo*. Viçosa: Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1925.

Neste capítulo perseguimos uma perspectiva de *processo* do curso de Ciências Domésticas. Diante de uma documentação relativamente parca, embora hoje um tanto organizada, fomos forçados a criar uma estratégia de análise que estivesse pronta a ouvir o que as fontes tinham a dizer. Acreditamos que dar voz àqueles que falaram é um caminho razoável quando o objeto se parece tão óbvio e por isso mesmo tão intrigante. Seguimos as pistas e trilhamos os caminhos quase que impostos por fontes sem conexão à primeira vista. Juntamos os retalhos dessas reminiscências fragmentárias em um esforço de pesquisa cujo fôlego rendeu-nos o texto que segue. Palavras soltas deixadas em documentação pessoal como relatórios, discursos de formatura e outras solenidades; estatutos, editoriais de publicações circulantes ao *campus*; artigos de jornais acadêmicos e da imprensa oficial da instituição, decretos e anotações aparentemente sem importância compõem a base documental que nos impôs a um só tempo a vontade de reviver aquele conteúdo de vida humana e a dificuldade de propor uma lógica à sua contingência inefável. Passamos agora a experimentar os liames de um processo histórico qualitativamente imenso e confuso na sua complexidade, conquanto circunscrito a um ambiente sutil e, a princípio, tão localizado e regional.

Viçosa não tinha mais que 30.000 habitantes naquele tempo. Nos anos 1940, a cidade, eminentemente rural, tinha uma elite de classe média ligada à própria Escola e um pequeno contingente de comerciantes e proprietários rurais. Marcadamente americanizada nos arrabaldes da Escola, a cidade a partir do final dos anos 1950 passou a contar com uma vila de casas construídas nos moldes estadunidenses onde habitavam os professores da UREMG, muitos deles americanos, outros brasileiros, porém envoltos à cultura ianque. Além da convivência que tinham com os professores estrangeiros e suas famílias, os docentes brasileiros em expressivo número foram fazer seus títulos de PhD nos Estados Unidos trazendo consigo a língua inglesa e diversos hábitos de lá. A Vila Gianetti, como é chamado o conjunto de residências, hoje abriga laboratórios, associações, convênios e órgãos ligados à UFV, entre os quais o próprio Arquivo Histórico onde fizemos parte significativa deste trabalho. Até os anos 1980, a memória dos professores americanos foi conservada porque a Vila Gianetti ainda era um bairro residencial, apesar de a imensa ou a absoluta maioria das casas fossem já habitadas por professores brasileiros. Contam os mais antigos que em datas como o *Halloween* os garotos e garotas da cidade iam à Vila Gianetti fantasiados bater à porta das senhoras e senhoritas americanas dizer “doces ou travessuras”. Depoimentos lembram o fato de esposas de professores brasileiros não residentes na vila apresentarem reservas em receber as mulheres dos professores americanos em suas casas porque essas

eram ligadas às Ciências Domésticas ou aos hábitos já sedimentados nos Estados Unidos acerca da arrumação do lar, dos eletrodomésticos, a disposição de móveis etc., sem falar no próprio preparo das refeições – que elas criticariam ou fariam olhares de reprovação (veja-se LOPES, 1995). Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo. Por hora precisamos reencontrar os discursos de recepção cuja análise iniciamos no capítulo anterior por via da alocação emblemática e metafórica de Miss. Anita Dickson, a mentora norte-americana da economia doméstica brasileira. Conheçamos agora outros discursos que se relacionam com o de Dickson ostentando justificativas e legitimações entre repulsa e admiração, umas vezes ríspidas outras temperadas de um sentido ambíguo.

Em 1958, quando a ESCD ganhava contornos definitivos, Pe. Antônio Mendes, professor e então diretor do departamento de metodologia da ESCD, profere uma das mais memoráveis alocações acerca da recepção e da dura consolidação da economia doméstica da UREMG em meio a devotos e descrentes.<sup>86</sup> As palavras do padre-mestre são exemplo icônico de toda essa ideia que viemos expondo até aqui, na medida em que reforça a relação de enxertia proferida por Miss Dickson, sem, todavia, referenciá-la diretamente e nos mesmos termos. Igualmente e de saída, o reverendo enseja a ideia de espírito esaviano ao referendar a ESAV como base forte sobre a qual se erigira a ESCD. Segundo ele,

A ESAV pôde oferecer, na pujança de sua força, a espinha dorsal do novo organismo em redor do qual, (...) buscam realizar aquele grande esforço de trabalho que, a exemplo dela, só se faz por equipe, com sacrifício, com disciplina rígida, com devotamentos, às vezes, dignos de epopeia, com idealismo nutrido de realidades tangíveis (...). Eis aí, a Escola Superior de Ciências Domésticas.<sup>87</sup>

Como pode notar-se, Mendes mostra-nos a força que ele acreditava haver na ESAV para a formação da ESCD. Atente-se, aliás, para o “espírito esaviano” tão recorrentemente reclamado por professores e alunos aí novamente presente. O padre fala em pujança aliando-a ao que seria condição *sine qua non* para o sucesso e concepção da ESCD – trabalho em

---

<sup>86</sup> Mendes foi professor da ESCD e chefe do departamento de Metodologia no período de 1955 a 1968. Sua entrada na UREMG se deu no ano de 1950 com a fundação, por ele, em articulação com o Arcebispo de Mariana o governo de Minas Gerais e a reitoria da Universidade à época para a fundação da Capela de São Tomás de Aquino no *campus* universitário. Neste íterim, entre 1965 e 1969, fez parte também do Conselho Universitário. Veja-se: *Personagens e Pioneiros da UFV*. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=antonioMendes>. Acesso em 20/01/2016.

<sup>87</sup> Arquivo Histórico Professor Padre Mendes, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Parte desse discurso encontra-se Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=historico>. Acesso em: 09/01/2014.

equipe (senão cooperação), sacrifício, rígida disciplina, devotamento e, principalmente, idealismo segundo a tangibilidade do real: base fundante do ideal norte-americano trazido por Rolfs.

Assim os anos 1940 esavianos conheceriam a renovação de um discurso cujo fito seria primeiramente reverenciar o estatuto de universidade rural (UREMG) conferido à “antiga” ESAV e depois atrair financiamentos na forma de crédito rural para a realização de um segundo impulso na direção do progresso do Estado. Desta forma conjugar-se-iam os esforços do convênio com *Purdue University*, a vinda especialíssima de Anita Dickson ao Brasil, a criação da ACAR e a fundação da ESCD. Conhecimento, crédito, projeto e uma missão muito especial à mulher (veja-se capítulo 4).

### 5.1 A recepção da mulher: signos em movimento e rearranjo de forças

Como mostra uma vez mais o relatório final da professora Anita Dickson, com a chegada das alunas ao *campus*, certos elementos deveriam ser ajustados:

Como toda operação de enxertia para a incorporação das mulheres na escola de homens criou problemas de habitação e disciplina, mudanças nos regulamentos que afetou a liberdade desfrutada até então pelos estudantes masculinos. Recursos antes exclusivamente da ESAV como: professores, tempo, espaço, dinheiro passaram a ser divididos ou compartilhados.<sup>88</sup>

Isso mostra que a chegada das mulheres ao *campus* da UREMG foi algo realmente marcante, não sendo definitiva e simplesmente a inauguração de um novo curso superior e técnico na unidade maior já em funcionamento. Como temos insistido até aqui, a criação do curso de Economia Doméstica define um salto qualitativo de suma importância e particular riqueza metodológica para o estudo das relações sociais de gênero justamente porque encerra a chegada da mulher a um universo tipicamente masculino e sua forçosa convivência com os homens naquele contexto. A presença das “moças da ESCD” no cosmos androcêntrico da

---

<sup>88</sup> *Final Report of Thechinal Assistance In Home Economics To The ESCD – UREMG, Viçosa, Minas Gerais from Febrary 1952 to October 1965. S/d. Trecho traduzido por Maria de Fátima LOPES (1995).*

UREMG importava então muito especialmente, não a natureza do curso tão-somente. Em uma palavra, a criação da ESCD não encerra apenas uma ampliação da Escola de Viçosa, um aumento quantitativo na base de alunos e cursos oferecidos, mas uma reviravolta nas concepções de mundo da comunidade esaviana (masculina) ali residente havia tempo.

Os fazeres domésticos – já estigmatizados, senão subestimados pelo juízo masculino, ou antes, pelas representações circulantes à sociedade da época, entre e homens e mulheres portanto – seriam alvo de críticas e chacotas por parte dos estudantes da UREMG, e a própria presença feminina suscitaria reações, nem sempre cordiais. Isso porque a chegada das mulheres à UREMG implicaria um desarranjo na cultura sexuada ali vigente cuja tônica fundamental era algo como “lugar de mulher é em casa”, não na universidade. O ambiente doméstico, não o público. Um estigma sem dúvida bastante amplo e largo no tempo. Algo historicamente construído, sedimentado e elaborado a partir de relações sociais de poder vinculadas numa tradição de cultura binária em que pesem as diferenças antes consideradas aberrações. Como insistimos mais de uma vez em capítulos anteriores, a mulher, concebida na retórica da divisão sexual do trabalho, dos papéis e do mundo social enfim, estaria sujeita à repulsão alheia se envolta a um contexto culturalmente percebido como masculino. Pretender atividades percebidas e naturalizadas como tipicamente masculinas, seria motivo para ser execrada.

A repulsa à presença feminina pode ser encontrada, por exemplo, no jornal estudantil *O Bonde*. O periódico passou circular pelo *campus* sob inteira responsabilidade dos alunos do curso de agronomia. O primeiro exemplar do seu foi lançado em 1945, apresentando-se como semanário dos agrônomos, “Órgão Informativo, Cultural, Crítico e Humorístico dos alunos da UREMG”, sendo o único documento desta natureza a circular pelo campus da Universidade até 1956, quando as alunas da ESCD lançaram a versão feminina de um informativo impresso, *A Paineira* cujo primeiro exemplar fora editado e publicado sob a responsabilidade de três alunas pioneiras do curso superior em Ciências Domésticas. Podemos dizer que a partir daí passou a existir uma divisão sexual entre os informativos estudantis.

Antes de ser publicado o primeiro número de *A Paineira*, *O Bonde* trazia as seguintes palavras: “Dizem que as pica-couves vão fundar um pasquim “A Paineira”. Aguardem... sentados!”.<sup>89</sup> O termo “pica-couve” refere-se jocosamente à ideia de que as mulheres da Economia Doméstica aprenderiam apenas a aperfeiçoar (senão repetir) tarefas do lar – simples, corriqueiras e porventura insignificantes – confirmando a sua “natureza doméstica”

---

<sup>89</sup> O BONDE, ano10, nº 171, 1956, p. 2.

e, talvez possamos deduzir, pretensamente inferior. Ao que as novas alunas responderiam no pasquim por elas próprias tornado realidade: “frisamos não ser nosso desejo concorrer com nenhum dos jornais que circulam na UREMG, mas sim adicionar ao que bem escreve, um pouco de nosso esforço incipiente”.<sup>90</sup>

As palavras das meninas são visivelmente perspicazes e diplomáticas. Muitos poderiam enxergar aí a reprodução de uma subestimação, mas não vemos por essa ótica. A rixa forte que poderia existir entre os garotos e garotas da comunidade acadêmica em questão não nos parece imputar uma relação unilateral de força em que as mulheres, assimilando o poder masculino, reagiriam com subserviência, dobrando-se diante dos “donos do espaço” já por eles previamente consolidado. Preferimos admitir que as palavras das meninas contivessem uma estratégia retórica que pode fundamentar sua inserção em um espaço já composto por referenciais simbólicos suficientemente consolidados para rechaçar o *diferente*, independentemente, a princípio, de se tratar ou não de mulheres.

Ocorre que, por se tratar de mulheres, a retórica dos garotos parece se valer de todo o material simbólico disponível nas representações socialmente assentadas ao tecido de sua cultura a fim de degradá-las, furtando-lhes a possibilidade de serem aceitas em um ambiente acadêmico. É nessa exata medida, aliás, que uma pejora como “pica-couve” ganha sentido.<sup>91</sup> Além de aludir a inferioridade e o (des)contexto de uma prática doméstica que aspira ao universo acadêmico, o termo veicula signos amplamente difundidos, capazes de sugerir a subestimação, a um só tempo, do fazer feminino e da própria feminilidade, uma vez que associa a mulher a fazeres inferiorizadas por discursos e relações de poder historicamente sedimentados.

Como vimos no capítulo 1, Jean Franco em seu *Gender, Death and Resistance* observa que uma forma de torturar um homem é feminizá-lo reduzindo-o a formas “mesquinhas” ligadas ao universo feminino, segundo palavras do próprio autor. Uma dessas formas seria condenar-lhe a tarefas domésticas. Assim um homem torturado social e psicologicamente seria aquele que “(...) exposto à *humilhação* ou ao *ridículo* [haveria] de encontrar um reconforto em tarefas domésticas (...)” (FRANCO, 1992 *apud* BOURDIEU, 2011, p. 32, grifos nossos). A intrincada construção de sentido dessa passagem parece-nos importante, apesar de elementar, porque trata-se de um exemplo do exercício social e histórico da

<sup>90</sup> A PAINEIRA, Ano1, nº1, 1956, p. 2.

<sup>91</sup> Em *O Bonde* podemos observar diversas vezes o uso da expressão “pica-couve”, e, se vamos ao *campus* da UFV hoje encontramos ainda essas mesmas palavras nas bocas de alguns.

elaboração de representações ou tipos capazes de informar expectativas sociais acerca do que seria um ideal de homem e um ideal de mulher.

Reforçadas na condição de geradoras, educadoras, castas e submissas, as mulheres no seio da cultura judaico-cristã tornaram-se sacralizadas sendo chamadas, enfim, ao exercício de papéis sociais bem definidos por um ideal androcêntrico, por vezes misógino. Isso em nível retórico funciona muito bem, e, se olharmos detidamente, instituições diversas deixam ver a sustentação dessa ordem em um nível prático. É isso que Bourdieu (1999) sugere quando fala dos ambientes ou instâncias em que a dominação simbólica dos homens sobre as mulheres se reproduz permitindo a coletivização e a somatização das relações sociais de poder e domínio. Segundo o autor,

é à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante (BOURDIEU, 2011, p. 33-34).

Para o autor, a Escola, a Igreja e o Estado são algumas das poderosas instituições que servem ao arbitrário cultural o qual opera sob uma lógica simples, conquanto eficaz e dinâmica: a naturalização do que foi social e historicamente construído. Desta maneira essas instituições furtam ao indivíduo – tomado como “sujeito” isolado – o caráter consciente de sua ação informada por juízos para atribuir-lhe uma espécie de natureza ontológica e, portanto, indiscutível, indelével e resoluta. Nessa medida, as relações de força são praticadas sem que se atribua a elas o poder que carregam. A rigor, por serem tidas como naturais, as ações subordinativas de homens com relação a mulheres tornam-se representações que prescindem de um sentido explícito. É assim que “os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido” (BOURDIEU, 2002, p. 14). Os indivíduos, por seu turno, dominantes e dominados, têm inscritos nos seus corpos esquemas de percepção e disposições sensitivas (como os atos de amar, admirar, respeitar, reverenciar, temer etc.) que o permitem reconhecer a validade de certas manifestações simbólicas de poder. De maneira que “o reconhecimento da dominação supõe sempre um ato de conhecimento”, ou melhor, para se notar no seio de um esquema simbólico de poder estruturado enquanto objetividade do tecido social, um indivíduo precisa antes estar inscrito a “estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes” (BOURDIEU, 2011, p. 52).



O clero católico (mas também alguns protestantes) pode servir-nos como exemplo interessante deste processo. Trata-se na composição mais tradicional de uma instituição masculina cujo contingente maior de fieis tipicamente praticantes é de mulheres. As mulheres são amiúde chamadas a cumprir os desígnios da fé passando-os a seus próximos e descendentes. A prole sob a égide materna, a educação para cristo e as diversas formas de celebração dos sacramentos, especialmente o matrimônio e o batismo, implicam de maneira determinante a sagração da mulher como o ser a que se confiou papéis sociais nobres cujo desprezo soaria ultrajante e pecador. Como observa Carolina Teles Lemos (2001/2002, p. 83), as mulheres que se aventurassem a transpor a ordem cosmológica a elas emprestada pela dogmática cristã, estariam se rebelando não apenas contra uma ordem humana, mas especialmente divina, “desobedecendo [enfim] a Deus e piorando ainda mais sua condição de pecadora, arriscando a atrair mais desgraças ainda sobre a humanidade”. Portanto, é a partir desse discurso carregado de signos de dominação, que a comunidade eclesiástica (eminentemente masculina) recebe a mulher no seio da cristandade. Opera-se aí um processo muito especial de assimilação da mulher a uma lógica que a rotula segundo critérios capazes de conformá-la dentro de uma estrutura de significados já previamente disposta. O lar como santuário, a domesticidade como obediência, o afago de mãe como prova para o cumprimento e ensinamento da fé, este e outros juízos passam então por um espectro simbólico que garante a assimilação organizada e submissa da mulher no seio da imagética religiosa, orquestrada por homens.

Como a mulher pelo clero, a ESCD também teve de ser assimilada pela UREMG. Sua inserção implicou a construção de juízos retóricos que a perpetrassem no seio de uma lógica já depositada em esquemas generativos previamente informados por raciocínios binários e sexuados.<sup>92</sup> A comunidade acadêmica na voz dos alunos da agronomia mais uma vez ressoa contra as meninas da ESCD nas linhas de *O Bonde*:

A ESA viu-se, de uma hora para outra, atacada por uma praga terrível e muito pouco conhecida (...). Existe em grande quantidade principalmente na

---

<sup>92</sup> Utilizamos o conceito de “esquema generativo” a partir do sentido dado por Bourdieu. O autor entende por esquemas generativos todo o conjunto de experiências sociais que permitem ao indivíduo criar estratégias mentais de sentido para o mundo. Esses esquemas, porém, longe de serem apenas componentes abstratos de significação do mundo, encerram, em conjunto, modelos de concepções que permitem e informam as práticas sociais concretas. Nesse esteio, Bourdieu propõe também o conceito de *habitus* sobre o qual nos debruçamos no capítulo 1 desta tese. Para o autor, o *habitus* constitui-se no conjunto de esquemas generativos a partir dos quais os indivíduos compreendem o mundo internalizando-o e atuam nele transformando-o.

imaginação das pica-couves. Já foram notados, entretanto, alguns exemplares espalhados pela ESA.<sup>93</sup>

A passagem dirige uma crítica direta ao jornal das meninas, *A Paineira*, que havia lançado seu primeiro exemplar naquele ano de 1956. Era o ano da primeira turma de formandas do curso superior de Ciências Domésticas, as primeiras bacharéis de Viçosa. Talvez por isso elas se sentissem cada vez mais seguras senão afoitas para acatar a batalha simbólica que ora se lhes impunha. Críticas sobre a pertinência e o valor dos próprios saberes domésticos foram também proferidas por *O Bonde*:

a mulher, não só é um encanto para os olhos como também um instrumento para dar renda ao marido... criando galinhas (sic) (...) Aquela cabecinha simétrica, coberta de lindos cabelos castanhos, era completamente oca, desprovida de qualquer sensatez palpável (...).<sup>94</sup>

Esses juízos mostram-nos a presença de representações estigmatizadas e postergadas pelo discurso androcêntrico (para uma vez mais utilizar o termo de Bourdieu) constante entre os preceitos veiculados na cultura ocidental. Assim, observe-se, a mulher só existe como complementar ao marido; sua existência parece atrelada ao casamento, pois sem isso ela não teria uma identidade bem definida. Schopenhauer (*apud* Groult, 1993, p. 93), por exemplo, por nós citado também no capítulo 2, definiu bem essa ideia: “não deveriam existir no mundo senão mulheres de interior, dedicadas à casa, e jovens aspirando a isto”. Montaigne (*apud* Groult, 1993, p. 83), em outra direção, esbravejaria “a mais útil e honrada ciência e ocupação para uma mulher é a ciência da limpeza”. Se os garotos conhecessem os juízos proferidos por Montaigne e Schopenhauer, eles sem dúvida os poderiam veicular junto aos seus ataques retóricos, por assim dizer, dispostos nas matérias do pasquim. Mas o tom insípido de *O Bonde* fizera com que mais que depressa, naquele mesmo ano, *A Paineira* respondesse:

Muitos desconhecem as finalidades desse curso e há quem pense que as alunas da E.S.C.D. aqui estão para serem cozinheiras do refeitório da ESA. Não sabem que um curso de Ciências Domésticas é composto de matérias úteis à mulher dentro e fora do lar (...). O tempo das mocinhas românticas

<sup>93</sup> O BONDE, ano 10, nº 172, 1956, p. 3. Observe-se que eles se referem à Escola como ESA, isso porque durante um período a escola transferiu o curso de Veterinária para Belo Horizonte, recuperando-o com a federalização em 1967.

<sup>94</sup> O BONDE, ano 10, nº 169, 1956, p. 2.

que sabiam tocar piano ou cantar com muita graça (...) foi substituído pelo da garota desvolta que conquista diplomas.<sup>95</sup>

Hegel poderia interpor-se a essa colocação com “a mulher pode ser educada, mas sua mente não é adequada às ciências mais elevadas, à filosofia e algumas das artes”. E mesmo Rousseau insistiria em *Emílio* que Sofia teria uma “instrução apenas voltada ao bom desenvolvimento das tarefas domésticas e à apreciação do marido” (DOMINGUES, 2008, p. 3, veja-se capítulo 2). Alguns discursos, porém, haveriam de levantar-se em defesa também da criação do curso de Ciências Domésticas. Resta observá-los na sua semântica dos gêneros enfim para notá-los como reforçadores ou ponderadores dessas representações androcêntricas de aposição da mulher a uma condição inferiorizada.

Pe. Antônio Mendes, supracitado, é o mentor do curso por excelência, seu mais proeminente e resoluto defensor nas origens. No mesmo discurso proferido em 1958, Mendes também sustentaria:

Não estamos ainda afeiçoados a esse tipo de escola. É uma novidade. Como tal, sofre dupla reação: a dos que aceitam a ideia e dela se fazem paladinos e a dos que descreem, atirando-lhe sempre o tempero de seu negativismo. Da minha parte, sou entusiasta, creio na sua vitalidade prática, não desmereço o que já se realizou e não ignoro o muito que se tem por fazer.<sup>96</sup>

A criação da ESCD está, como notamos antes, diretamente ligada à evolução da escola superior (ESAV) à categoria de universidade estadual (UREMG). Aliás, a criação de uma escola para mulheres capazes de promover a completude de um projeto da monta de um *land-grant college* era pressuposto natural do verdadeiro trabalho de extensão, base mais sublime da filosofia americana na fonte da qual se concretizara o trabalho da missão americana em Viçosa. Pe. Mendes não poupou esforços para trazer essa questão novamente à tona: “Vejo-a [ele se refere à ESAV] até com a possibilidade próxima de reconhecimento federal (...) Temos a Escola Superior de Ciências Domésticas, com existência plenamente legal, no âmbito dos 8.600.000 habitantes e na área geográfica do Estado de Minas Gerais”.

O reconhecimento federal da UREMG viria apenas nos anos 1960, e sua federalização mais propriamente, dar-se-ia no governo Costa e Silva, pelo decreto-lei n. 570 de 08/05 de

<sup>95</sup> A PAINEIRA, ano1, nº1, 1956, p. 4.

<sup>96</sup> Arquivo Histórico Professor Padre Mendes, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Parte desse discurso encontra-se Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=historico>. Acesso em: 09/01/2014.

1969. Estaria aí o marco de sua mais importante conquista segundo os discursos de seus memorialistas. Todavia como vemos na fala de Mendes, a existência plenamente legal da ESCD, já sinalizava algo de importância significativa para a escola que então subia à categoria de universidade. Um ano antes desse discurso de Pe. Mendes, o decreto n. 5.370/1957, abria à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais o crédito especial de Cr\$ 420.000,00. Das 104 bolsas distribuídas às escolas agrícolas de todo o Estado (Belo Horizonte, Florestal, Lavras e Viçosa), 30 foram encaminhadas para Viçosa, 20 para a ESA (Escola Superior de Agricultura) e 10 para ESCD (Escola Superior de Ciências Domésticas). Como afirma Maria de Fátima Lopes (1995), o ensino feminino, bem como o curso, era visto e percebido como algo complementar ao de Agricultura.

O discurso de Padre Mendes está muito próximo de um ideal de recepção da mulher enquanto uma novidade que apenas deveria levar tempo para se consolidar assim como teria acontecido com a própria agronomia. Uma espécie de retórica evolutiva em que a ciência chegaria também através do trabalho da mulher e com pressupostos acadêmicos e científicos. Enfático, pois, ele continua:

(...) Há, não ocultemos, os que não acreditam poder haver nível superior em assuntos domésticos. Havia, respondo a esses, os que não criam na agronomia como carreira com base científica. Onde estão eles? Os incrédulos empedernidos, de 20 a 30 anos atrás, hoje se orgulham de seus filhos e netos diplomados por nossas escolas, a prestar excelente serviço à Pátria.<sup>97</sup>

O dever pátrio também apareceria em seu discurso a fim de dar legitimidade ao progresso então pretendido agora também pelas mãos femininas. Ao aproximar os fazeres da terra à ciência procurando sua legitimidade mesma nos moldes de um discurso nacional-progressista, o reverendo ensaia no mesmo movimento a cientifização dos pressupostos elementares de economia doméstica:

Há 5 décadas, nesta região, os farmacêuticos formados eram exceções, dentro da profissão. Do mesmo modo, os odontólogos. Pergunto: será que a venda de drogas (...) requer mais base de informação científica do que o governo, o adorno e a administração do lar, a geração, criação, nutrição e educação dos filhos? Tenho eu a impressão de que as obrigações do segundo

---

<sup>97</sup> Idem.

caso envolvem situações bem mais variadas, responsabilidades bem mais sérias, preparo mais profundo do que o primeiro reque.<sup>98</sup>

Padre Mendes nesta altura de sua fala vai além. Ele se arrisca a colocar o objeto das ciências domésticas em qualidade acima dos objetos das ciências agrárias. Como professor de Metodologia que era o padre sem dúvida tinha em mente os métodos das ciências sociais ainda informados pelo discurso de base positivista segundo o qual o grau de complexidade do objeto científica atribuía o grau de complexidade da própria disciplina. Uma retórica poderosa que, ao eleger elementos de alta subjetividade como objeto de investigação (e, sobretudo, intervenção) científica, é capaz de juntar elementos inusitados como a estética e a culinária em um bojo coeso de conhecimento autêntico e útil. De modo que:

Desde simples noções de gosto estético, de culinária, de vestuário, até os conhecimentos de higiene, puericultura, fisiologia, anatomia, psicologia, sem falar nas ciências naturais, indispensáveis a qualquer curso.<sup>99</sup>

Quanto às tarefas a serem realizadas pelas mulheres da Economia Doméstica, Pe. Mendes as considera, como não poderia deixar de ser, essenciais para a nação e para o desenvolvimento do campo no Brasil. Segundo ele nada mais importante do que dar um toque de educação e humanização ao desenvolvimento teórico e racional por que passava o campo naquele momento. O trabalho da mulher seria levar e elevar o progresso ao nível da casa, da família, da relação conjugal enfim, do lar. Assim, não menos eloquente ele concluía:

Ajunte-se também que essas moças vão trabalhar nas tarefas mais importantes e imperiosas do momento, como a *elevação dos níveis de vida do campo*. Para tratar a terra o agrônomo cursa uma faculdade superior. Para tratar a casa, o homem e a família, cursa a mulher uma escola superior. *A casa é mais importante que a terra*. Esta nem todos podem possuí-la. Aquela é bom que todos tenham. Mas, se a casa não superar o campo, *o homem e a família não valerão bem mais que a gleba?*<sup>100</sup>

Sem dúvida uma questão que quando fora falada ao público acadêmico que a ouvia em 1958 deve ter gerado ao menos uma postura reflexiva. Reflexão esta que abria então alas à

<sup>98</sup> Arquivo Histórico Professor Padre Mendes, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Parte desse discurso encontra-se Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=historico>. Acesso em: 09/01/2014.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

frase final do reverendo nessa parte de sua alocução: “Aqui está a exigência efetiva de nível para a ESCD: *formar o homem, orientar a família, humanizar os campos* (grifos nossos)”.<sup>101</sup>

Depois de comentar um pouco mais sobre os desígnios do curso e da profissão de economista doméstica, o Padre propõe a reflexão cabal: “Será o lar a atividade, a profissão da mulher?” Sua resposta é imediata e não muito acalentadora:

Não só sua profissão, mas seu santuário. Na Grécia dos filósofos, poetas e estetas, ela [a mulher] viveu prisioneira do gineceu de reclusão, mantida alheia a qualquer atividade social, em flagrante desigualdade perante o homem. O cristianismo libertou-a, fazendo-a igual em direitos e deveres.<sup>102</sup>

Uma afirmação exasperada na medida em que sugere a libertação da mulher pelos ideais canônicos. Como vimos no capítulo 2, em diversos discursos cristãos, tanto católicos quanto protestantes, veiculou-se determinantemente o lugar submisso da mulher ao pai e ao marido, à vida doméstica, entendida não como um lugar de completude, mas de reclusão com relação à vida pública reservada ao homem. É assim também que o próprio padre Mendes reafirma o discurso católico-tomista de sua formação clerical e procura inverter a retórica androcêntrica do discurso religioso a uma lógica harmônica de divisão de tarefas:

O marido exerce suas funções fora do lar. A mulher é neste a sacerdotisa que para senão os mistérios, pelo menos os misteres variados da vida diária, e doméstica, ornando, ordenando, higienizando, preparando alimentos, nutrindo, assistindo os enfermos, alfabetizando, horticultando, jardinocultando, esclarecendo, governando, ensinando, ornando, educando.<sup>103</sup>

Em verdade uma visão sexuada do mundo que reserva à mulher o que o homem de certa maneira teria recusado. Uma forma de determinar o que seria de cada alçada, mas a partir da visão e do interesse masculinos. Não achamos que essa lógica se instale assim de modo tão mecânico e absoluto, mas, na minúcia do seu detalhe, podemos procurar uma das mais poderosas formas de a-historicização e naturalização do cultural, como insistimos aqui mais de uma vez.

---

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

Mendes resume as diversas áreas de atuação da mulher reservando-lhe o lar e suas demandas mesmas. Homens também trabalham com enfermos, mas não os têm em seu cuidado direto e permanente; homens também preparam alimentos, mas evoltos a uma aura profissional, como *cookings* e *chefs*; homens também ordenam porque fazem leis; homens também ornaram porque são arquitetos e urbanistas; homens também estudam e ensinam horticultura e jardinocultura, bem como preparação de alimentos, mas para a nutrição animal, melhoramento e ganho em carne, leite, ovos e couro em larga escala<sup>104</sup>; homens também governam e ensinam, matemáticas e engenharia, ciências e filosofia. A questão aí não é o fazer, mas o fazer direcionado, posicionado e adstrito a um ambiente. Ambiente este que não é necessariamente e tão-somente geográfico, mas simbólico, representativo. A mulher pode executar tarefas que homens também executam, mas dentro de certos limites de ação muito bem balizados.

A própria UREMG pode ser um exemplo disso. Revirando os documentos da instituição, vimos, por exemplo, diversos cursos de jardinagem e horticultura oferecidos para homens na Semana do Fazendeiro. A diferença é que homens aprendem-no para o mercado e como aparato de um programa maior de ensino da ciência do solo, do ciclo dos vegetais e da fitotecnia aplicada, já as mulheres aprendem-no para prover o alimento da família ou os ornamentos domésticos de mera ocupação.

Vejamos agora como se comportara outra voz masculina também tida como uma das mais importantes levantadas em defesa do curso das moças e delas próprias. A postura pública e manifesta rendeu a esse proeminente personagem olhares críticos e enciumados dos rapazes da Agronomia, os quais o atacariam amiúde através das linhas de *O Bonde*. Estamos falando do então reitor da UREMG nos anos 1960, Dr. Joaquim Fernandes Braga. A fala que analisaremos foi preparada para o seu discurso de paraninfo das meninas da ESCD por ocasião da formatura da turma de 1963. As palavras são para nós especialmente importantes

---

<sup>104</sup> Em uma série de documentos de professores candidatos ao cargo de Professor(a) Assistente (mestre) da UREMG em 1967, vemos a descrição dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da disciplina de Administração Familiar e outras pertencentes ao currículo de curso de bacharelado em Ciências Domésticas e as que deveriam ser desenvolvidas por candidatos da área de Agricultura: “Preparo de alimentos, Nutrição, Melhoramento Animal, Solos e Adubos, Matemática, Hidráulica, Jardinocultura, Química Orgânica, Zootecnia, Microbiologia, Mecânica de Motores e Maquinas” (Arquivo Histórico da UFV, Sala 2, Estante 8, Cx. 551, 1967). Em 1965, Concurso para Professor catedrático de Olericultura e Jardinocultura/ Cadeira de Microbiologia e Solos (Arquivo Histórico da UFV, Sl. 1, Est. 3, Cx. 134, 1965). Em 1958, os programas das disciplinas da ESAV incluíam Matemática; anatomia; fisiologia; semiologia; tecnologia rural; genética; microbiologia; jardinocultura; química; clínica cirúrgica Arquivo Histórico da UFV, Sl. 2, Est. 8, Cx. 558, 1953). Queremos com isso ilustrar que certos fazeres tipicamente ligados às Ciências Domésticas, como a preparação de jardins não eram somente femininas, mas adaptadas à mulher e ao meio doméstico, o que dá conta em parte de mostrar a complexidade dessa construção sexual de práticas e sentidos.

porque deixam ver concepções que circulavam já na década de 60 entre a comunidade acadêmica. Isso nos dá a ideia de processo desses signos em ação no campo simbólico e retórico da universidade à época. As primeiras palavras de Fernandes nos parecem reveladoras:

O Brasil vem cometendo, através dos tempos, o grave erro de deserdar os campos e menosprezar a educação feminina. No passado, só os ricos ofereciam ensino às suas filhas e estas eram preparadas para o luxo e para as cidades. Destarte, uma elevada percentagem de moças permanecia inculta. Foi a época social da suposta inferioridade da mulher, que se dizia disso não necessitar para o exercício de seus misteres domésticos. Profundo erro. A mulher é que educa o homem e este tem conduzido a Pátria.<sup>105</sup>

A fala do professor inspira-nos a reprodução imediata da cultura de exclusão da mulher e, principalmente, da ideia inversa de que recebendo um tipo de instrução que lhe fora historicamente negada – ele não se refere à cultura ocidental como um todo, mas ao Brasil em particular, o que, do ponto de vista prático, dá no mesmo – a mulher estaria inserida na sociedade de modo pleno sendo então capaz de cumprir seu desígnio social para com a pátria. Quando ele diz que “a mulher é que educa o homem” sua enfática sugere que os homens são fruto da educação feminina; naturalmente não a educação superior, o saber científico e acadêmico, mas o saber moral que se veicula no seio da família, no âmbito doméstico, enfim, onde a mulher deve estar, conforme as palavras do reitor:

Não vivemos mais os dias do século XIX, quando ainda se menosprezava seu sublime [ele se refere à mulher de um modo geral] e inigualável papel. Nascendo para educar, para amar, para conduzir o homem, para construir pátrias, para defender, fortalecer e santificar o lar e a família, bases da sociedade e garantias da própria civilização humana, urge que se lhe proporcione cultura e educação mais condizente com sua sublime destinação biológica.<sup>106</sup>

Percebe-se que o professor-reitor vale-se de estigmas criados até bem antes do século XIX e eternizados em concepções rasas, sem sustentabilidade histórica, porém fortes o bastante para fazer ver o passado como algo resoluto e imponderável. Vimos a partir dos trabalhos de Perrot, Badinter e MacMillan, por exemplo, que nos séculos XVIII e até meados

<sup>105</sup> JORNAL DE VIÇOSA, 25 maio 1964.

<sup>106</sup> JORNAL DE VIÇOSA, 25 maio 1964.



do XIX, tanto no campo quanto na cidade, a mulher gozava de certa liberdade para executar suas tarefas cotidianas, dando ela o tom, e muitas vezes figurando como agente central na tomada de decisões sobre os próprios fundos da família. Para o caso das mulheres de classe média essas tinham cada vez mais consciência de sua possibilidade de ação social e mesmo as mais contundentes tarefas imputadas à mulher, como a maternidade, tinham maleabilidade, o que fica óbvio no caso das mães que entregavam seus filhos a amas de leite camponesas (BADINTER, 1985).

Foi justamente a chegada da “modernidade” *fin de siècle* e o início do século XX que embalaram o discurso de que a mulher deveria compor o rótulo de mãe-esposa, e foi precisamente neste período que se criaram esforços faraônicos por parte de forças como o Estado e a Escola na direção da construção de um discurso capaz de trazer a mulher a seu compromisso pátrio, nos tempos de guerra às máquinas e às fábricas, os tempos de paz à cozinha e ao lar. É neste contexto que se vão as mais fortes retóricas de *culpabilidade da mulher* travestida em uma tônica do seu *nobre compromisso social*. Badinter o trabalhou formidavelmente na questão da “culpa materna”, construção exatamente do século XX, quando a sociedade, segundo o discurso do reitor, seria mais receptiva à mulher, garantindo-lhe um espaço antes negado. De fato, ao tempo do discurso do reitor, não vivíamos “os dias do século XIX, quando ainda se menosprezava” o “sublime e inigualável papel” da mulher. Sim, certamente não. Isso porque a mulher do século XX, pelo menos até o fim da sua primeira metade, era chamada a um dos maiores compromissos pátrios: ser mãe e educar.

No século XIX essa ideia é no mínimo contestável. Muitas vezes, como mostrou Perrot (2001), as mulheres francesas levavam seus filhos às creches de Paris e a primeira coisa que as cuidadoras faziam era banhar os pequerruchos trocando-lhes as roupas para evitar epidemias por causa da imundice deixada pela mãe. No século XX, esse tipo de comportamento tornou-se negligente, senão crime. Uma sanção social é claro mais que jurídica propriamente, mas para iniciar seu livro sobre o assunto, conforme vimos no capítulo 2 (p. 102), Badinter (1985, p. 273) recorre ao discurso mesmo jurídico de H. Rollet, segundo o qual:

‘Na qualidade de advogado das crianças, depois de ter estudado mais de vinte mil processos (!) de menores delinquentes ou criminosos, temos certeza de que a criminalidade juvenil é quase sempre a consequência, seja da ausência da mãe no lar, seja da sua incapacidade ou de sua indignidade’.

Essa ideia de inculcar à mulher o dever de conduzir a pátria torna-se uma megalomania nas palavras de Fernandes Braga. Para ele:

Todos os problemas da humanidade se encontram em suas mãos e, por isso mesmo, construíram e constroem pela abnegação, pelo amor e pela fé, os lares onde exercem esplendidamente, a santa missão de educar, ensinar, prover, assistir, garantir e proteger a família.<sup>107</sup>

Talvez o professor-reitor quisesse dizer todas as soluções estão nas mãos da mulher, mas ainda assim estaríamos diante do mesmo extremo. Estamos diante de um discurso que pretende a mulher como uma espécie de objeto mágico, metafísico, não entendido senão a partir de desígnios que ultrapassam a concretude do ser. Um tipo de sacralização muito comum nos discursos escatológicos, religiosos ou não. O lar visto como santuário, coincidindo com a fala de Mendes, permite a Fernandes Braga valer-se de uma retórica poderosa a ponto de parecer insofismável, doutrinária, portanto indiscutível.

No que toca a educação superior, em geral, e a Economia Doméstica, em particular, já que se tratava de um discurso de paraninfo de formatura, as palavras do reitor pareciam procurar uma lógica que exaltasse as jovens formandas – ou mais propriamente o conhecimento e o curso que ora as diplomava – mantendo-as, entretanto, dentro dos limites de sua ação e papéis sociais, i.e., o universo doméstico, o lar, o matrimônio e a família enfim. Assim coloca:

Esquecia-se que o imenso e magnífico trabalho que exerceram e ainda exercem nossas Escolas, sobre a nossa juventude feminina não confere a ela a orientação completa de se desejar. Durante decênios, esta formação vem sendo oferecida sem que se logre aquela preparação exigida, particularmente, nos tempos atuais (...) continuamos formando professoras, a contar com sua encantadora formação moral e espiritual, mas não estamos preparando o contingente de técnicas para o futuro.<sup>108</sup>

Preparar um contingente de técnicas para o futuro, eis aí a palavra de ordem final do paraninfo da turma de 1963. A fala de Fernandes é fundamentalmente óbvia na medida em que a notamos segundo a seguinte lógica geral: a mulher tem um lugar natural na sociedade e este é indiscutível, os tempos mudaram e ela deve acompanhar essas mudanças, já que a

---

<sup>107</sup> JORNAL DE VIÇOSA, 25 maio 1964.

<sup>108</sup> *Idem.*

modernidade do século XX a inclui e a chama à necessidade de tecnificar-se para somar ao acalanto de sua natureza afável e maternal a formação científica através da qual se colocaria no esteio de um futuro novo.

Essa ideia de mulheres novas cujo fito seria o diploma de curso superior (apesar de não ainda se cogitar, ao menos não sem ressalvas, o seu afastamento das “obrigações” domésticas, maternais e matrimoniais) era veiculada também pelas próprias meninas. Naturalmente, com uma conotação um tanto mais irreverente *A Paineira*, periódico das alunas da ESCD, como vimos, anunciava a plenos pulmões em 1956 que “O tempo das mocinhas românticas (...) foi substituído pelo da garota que conquista diplomas”.<sup>109</sup> Outro número esbravejava: (...) esta [a mulher], tem vontade própria e almeja a liberdade de seus pensamentos, tanto quanto os homens desejam a de seus atos.<sup>110</sup>

Philippe Áries observou que em meados do século XVII: “Além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação” (ARIES, 1981, p. 190). A mulher do século XX, ou, muito mais precisamente, esse grupo específico de mulheres as quais analisamos neste trabalho reclamavam um tipo diferente de estatuto. Elas falam em sentido universalizante – mulher – como em toda boa retórica que se pretende argumento capaz de sustentar uma ideia (nova) que procura sedimentação. Na verdade é a mesma semântica sobre a qual edificou-se o seu oposto. Linda Nicholson (2000, 37), lembra que

[...] Articular o sentido de uma palavra no contexto em que há ambiguidade, e no qual diferentes consequências surgem de diferentes articulações é um ato político. Assim a articulação do sentido de muitos conceitos em nossa linguagem, como ‘mãe’ ‘educação’, ‘ciência’ e ‘democracia’, embora vista como ato meramente descritivo, é na verdade estimuladora.

É deste modo que quando se colocam aqui as ideias de inserção da mulher no crivo da ciência, a partir da educação superior e, disso, ensaia-se uma espécie de democratização dos gêneros, ainda que sem reclamá-lo nestes termos, enxergamos um esforço por dar sentido a uma realidade que estava em transformação, mas convivía com embates de um tempo e de um discurso ainda muito concisos e sedimentados. Certa vez com vimos acima *O Bonde* publicava: “a mulher não só é um encanto para os olhos como também um instrumento para

<sup>109</sup> A PAINEIRA, ano 1, nº 7, 1956, p. 1. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>110</sup> A PAINEIRA, ano 1, nº 5, 1956, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

dar renda ao marido... criando galinhas”.<sup>111</sup> E uma “Matéria Paga”, como dizia o anúncio, parecia irreverenciar à espreita de um possível flerte com as seguintes palavras: “Don Miguel – Solteiro, elegante, ‘bonito’, atualmente na cadeira de Química – vem mui dignamente solicitar o coração da Srta. Telma – solteira, elegante e bela”. Notemos o que não é tão óbvio. A mulher além da beleza deve agora ajudar o homem a constituir os provimentos da casa, apesar de sua tarefa ser criar galinhas o que em um contexto rural não é senão lembrar o seu lugar doméstico. Além disso, quando Don Miguel – membro da elite cultural do interior,<sup>112</sup> como os próprios alunos da Escola de Agricultura se autodenominavam – procura um partido para o casamento ele enfatiza o seu lugar acadêmico juntando-o às qualidades de beleza e elegância, enquanto que para Telma basta a enfática de seus dotes físicos. Assim a ideia de uma nova mulher que alce diploma e tenha emancipação é colocada ao menos em xeque senão rechaçada.

Numa matéria intitulada “Moça Bonita” também aparentemente apenas bem humorada e sem maior importância simbólica o articulista reforçava a ideia de mulher-imagem furtando-lhe qualquer possibilidade de relevo às suas qualidades em matéria de conteúdo intelectual.

Milhões de olhos masculinos seguiram os contornos suaves (...). Aquela cabecinha simétrica, coberta de lindos cabelos castanhos, era completamente oca, desprovida de qualquer sensatez palpável. Aqueles lábios sinuosos e vermelhos, que escondiam uma dentadura alva e brilhante, articulavam palavras fúteis e transmitiam pensamentos banais.<sup>113</sup>

O escritor que assina sob o codinome Paulada encerra de maneira um pouco grosseira dizendo: “No entanto, de uma maneira ou de outra, fúteis ou não, continuo a seguir todas as ‘boas’ que passam”.

O uso de um abstrato universal como “mulher” conduz sempre a um sentido de intervenção de natureza política na medida em que implica relações de poder no interior de diálogos supostamente localizados e adstritos ao ambiente em que circulam e entre os atores que envolvem. Como salienta uma vez mais Nicholson (2000, 37),

Com uma palavra emocionalmente tão carregada quanto ‘mulher’, da qual tantas coisas dependem se considerarmos o modo como seu sentido é

<sup>111</sup> O BONDE, ano X, nº169, 1956, p. 2. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>112</sup> Veja-se em “Música Popular” in O BONDE, ano X, nº182, 1956, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>113</sup> O BONDE, ano X, nº 169, 1956, p. 3. Arquivo Histórico da UFV.

articulado, qualquer proposta de articulação de sentido deve ser vista como uma intervenção política.

Queremos dizer que, apesar de as falas aqui analisadas terem ficado adstritas a um universo muito específico de circulação, elas se fizeram informadas por representações já sedimentadas em uma cultura geral dos papéis sociais de gênero. Outra forma de percebê-lo é a partir das festas universitárias cujas matérias deixam ver críticas e juízos por vezes surdos ou imperceptíveis ao olhar mais desavisado. Numa nota aparentemente neutra e sem articulações com os sentidos que se veiculavam acerca da mulher no campus vemos as próprias meninas utilizarem um apelido que elas receberam originalmente dos alunos da agronomia e que se tornou um estigma capaz de encontrar ecos até os dias atuais: “pica-couve”. A matéria assinada por autora de pseudônimo Miau Miau chama-se “Aqui pra nós” e trata do “Baile da Rosa”, evento acontecido em Viçosa no ano de 1959, aberto ao público da escola e da cidade. Segundo a autora o baile realizou-se “Very Bizantino”, apesar da presença parca senão inexistente de “várias ‘Pica-couve’”. Pena haver exigência de traje”.<sup>114</sup>

Como vimos acima, os alunos da UREMG usavam essa pejora para zombar das garotas recém-chegadas ao campus. No primeiro número do pasquim das moças da ESCD, uma matéria falava sobre a postura inóspita dos homens para com as mulheres em momentos de flerte ou mesmo numa conversa causal. A articulista de pseudônimo Sayonara, depois de criticar o estilo masculino típico daquele tempo, ponderava resoluta:

Para constituir exceções, às vezes aparecem certos senhores que se esquecem dos tempos modernos, onde a moça aprecia bem mais uma conversa amigável do que os corriqueiros elogios à queima roupa.<sup>115</sup>

Usa-se mais uma vez essa retórica dos “tempos modernos”, um momento novo, especial, democraticamente mais elevado, igualitariamente mais possível talvez em que a mulher, mais imponente e perspicaz, ensaia exigências sociais impensáveis para tempos anteriores. Uma elocução poderosa à qual que *O Bonde*, periódico dos homens, responderia de pronto

Enganaram-se as meninas colaboradoras de a ‘Paineira’: os rapazes encadernados de azul não são estátuas uniformizadas, são sociais e

<sup>114</sup> A PAINEIRA, ano 4, nº 23, 1959, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>115</sup> A PAINEIRA, ano 1, nº 1, 1956, p. 3. Arquivo Histórico da UFV.

cavalheiros. É justamente por excesso de cavalheirismo que eles comportam-se dessa maneira. Alguns são tímidos e esperam antes de dançar uma ‘piscadela de olhos’.

Sayonara escreveu outras matérias sobre os homens da UREMG e certa vez atacaria diretamente um dos articulistas de *O Bonde* ao que o mesmo responderia e com não somenos violência:

Sayonára, pseudônimo digno de uma pessoa deficiente em fosfatídios que carecem de colina (sic). (...) Em sua fuliginosa crônica destas quatro folhas mimeografadas que muitos cognominam de ‘A Paineira’, tentou em vão fubecar a minha pessoa, que por falta de sorte de sua parte é invulnerável a ataques de microrganismos patológicos, principalmente os da família SAYONAREAE.<sup>116</sup>

Como podemos notar, o articulista d’*O Bonde* de codinome Strogof sentira-se agredido e respondeu no nível pessoal a Sayonara. Valendo-se de termos e conceitos próprios da biologia e da química que as mulheres também conheciam porque tinham que cursar essas matérias na grade propedêutica do curso superior de Ciências Domésticas, o garoto procura desvaler a autora (“pessoa deficiente em fosfatídios”) e o próprio periódico (“destas quatro folhas mimeografadas que muitos cognominam de ‘A Paineira’”).

Mudanças importantes vinham ocorrendo na sociedade brasileira e mundial entre os anos 1950 e 1960. Novas formas de pensar e compreender o papel de homens e mulheres e de instituições como a maternidade e o casamento flexionavam também aqui e acolá. Nas telenovelas, por exemplo, casamentos já acabavam por vontade da mulher. Na legislação a mulher gozava cada vez mais de direitos similares senão idênticos aos dos homens, notadamente na questão do sufrágio e do adultério.<sup>117</sup> Porém, as representações culturais veiculadas e sedimentadas em meio às próprias mulheres continuavam fortes e eram utilizadas para reagir contra a expansão dessa, por assim dizer, “inserção feminina”.

<sup>116</sup> O BONDE, ano X, nº 175, 1956, p. 5. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>117</sup> A grande inovação na legislação brasileira acerca do adultério está no Código Penal de 1940. Antes das novas disposições havia uma sensível diferença entre os adultérios praticados pelo homem e pela mulher. Para caracterizar adultério era preciso no caso da mulher apenas a atitude; no caso do homem seria necessário manter ou sustentar a amante em concubinato, tirando isso a infidelidade masculina encerrava atitude sem tipificação penal para o homem. A partir de 1940, o simples ato de traição implicava adultério para homens e mulheres e assim dispunha-se a tipificação deste crime: “Art. 240. Cometer adultério: Pena – detenção, de quinze dias a seis meses”. O § 4.º dizia: “O juiz pode deixar de aplicar a pena: I – se havia cessado a vida em comum dos cônjuges; II – se o querelante havia praticado qualquer dos atos previstos no art. 317 do Código Civil”. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18766/a-evolucao-legislativa-do-adulterio-desde-machado-de-assis-aos-tempos-atuais>. Acesso em: 04/01/2014.

O ritual de passagem de calouro a veterano era tematicamente masculino, mas inseria as mulheres. Na Marcha Nico Lopes, tradicional entre os alunos da antiga ESAV, as mulheres também iam. Os estudantes deixavam o campus, embalados por música e desfilavam pela cidade que parava pra ver. “À noite esses mesmos calouros e calouras (...) serão promovidos a veteranos ao passarem sob a ferradura”.<sup>118</sup>

Os estudantes estigmatizavam as garotas da ESCD até porque os jornais tinham colunas irreverentes e demandavam este cunho literário bem como o anonimato de quem se falava. Na verdade utilizavam nomes genéricos e fictícios que parecem ser tão bem direcionados que os leitores sabiam exatamente de quem se tratava. É dessa forma que uma coluna de *O Bonde* chamada “Chafé Society”, assinada por certo Bizunga Sued, trazia uma matéria em 1956 em que se poderia ler:

Nota-se o empenho das Pupilas do Senhor Reitor em aparecer. Dentre elas notei: A Srta. das Pontas que continua do avesso. Que elegância!... com seus óculos de garrafa, vestido a la ventarola e tudo. A Srta. Lábios de Bife Cru, que tem estado muito Ângela Maria, mas de pneu furado.<sup>119</sup>

Quer queiramos quer não, namoros e mulheres povoavam a imagética daqueles garotos em processo de tornarem-se homens. No número subsequente, podia ler-se:

Definitivamente o nosso ‘society’ viveu uma de suas grandes semanas culminando com o Baile dos Calouros. Dentre os acontecimentos mais destacados notei: As Pupilas do Senhor Reitor que apareceram ‘in totum’ e com grandes oportunidades para lançamentos premeditados e ocasionais.<sup>120</sup>

A expressão “pupilas do senhor reitor” faz menção à obra homônima de Júlio Diniz. As personagens protegidas na trama se projetavam nas meninas da ESCD, criando rivalidades. Uma professora pioneira certa vez lembraria que

(...) o reitor que fundou a ESCD e como era uma escola nascente ele tinha que dar força a ela senão ela morreria (...) E isto causou um certo ciúme entre os professores de lá e chamavam a ESCD e as economistas domésticas de ‘as pupilas do senhor reitor’ (...) alguns professores achavam que o reitor dava muita atenção à ESCD.<sup>121</sup>

<sup>118</sup> O BONDE, ano X, nº 167, 1956, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>119</sup> O BONDE, ano X, nº 168, 1956, p. 3. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>120</sup> O BONDE, ano X, nº 169, 1956, p. 3. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>121</sup> Entrevista concedida a Lopes (1995, p. 117).

A presença das meninas no campus reclamava a criação destes rótulos que as pudessem fazer ser assimiladas junto à comunidade acadêmica. A mudança no ritmo de vida no campus bem como os rearranjos simbólicos que ocorreram nesse contexto mostra-nos que é no âmbito das relações sociais que se reestruturam signos e significados capazes de ir criando um sentido dinâmico para a vida dos atores sociais ali envolvidos. No dizer de uma pioneira:

Havia antes funcionárias, alunas não, então foi um choque a criação de um curso de moças ali. A Universidade era um mundo de homens (...) As primeiras alunas tinham que ter um regime de internato porque um dia um professor procurou o Reitor: oh! Braga, você pôs essas escola aí, agora as alunas ficam a andar pela avenida de trajes (...).<sup>122</sup>

Arthur Bernardes, talvez ainda naquele tempo a maior figura de poder e influência política da região, se colocaria em oposição à criação da Escola de Ciências Domésticas, como outra pioneira relataria:

Essa gente que deu força era da UDN. O Bernardes deu o contra, foi contra mesmo (...) não posso falar porque as pessoas aí me matam, mas eu fui testemunha quando ele foi contra a ideia de ED [Economia Doméstica]. Nesse ponto ele era muito conservador (...).<sup>123</sup>

Bernardes havia sido um dos idealizadores da ESAV como vimos no capítulo 4. Seu ímpeto deveria ter sido o de apoiar a criação da ESCD. Talvez por uma questão meramente política, como adepto do PSD e, portanto, contrário à UDN, o ex-presidente poderia opor-se à criação da Escola. Mas, para além das questões meramente político-partidárias, em que Arthur Bernardes seria conservador? A própria depoente nos dá a resposta não menos perplexa: “Nesse negócio de família. Ele achava que isso seria uma desorganização para a família mineira tradicional (...) [até] o Dr. Braga [refere-se ao reitor Joaquim Fernandes Braga, este sim defensor audaz da ESCD] andou brigando com ele [Bernardes] (...) mas a oposição foi muito forte”.

<sup>122</sup> Entrevista concedida a Lopes (1995, p. 117).

<sup>123</sup> Entrevista concedida a Lopes (1995, p. 118).



Se as razões que justificassem a postura de Bernardes fossem de natureza técnica, científica ou ao menos estratégica ele nunca se oporia à criação da ESCD. Sabemos que a filosofia dos *land-grant college* da qual ele fora decididamente entusiasta traz consigo a necessidade premente de se criar conhecimentos de desenvolvimento agrícola juntamente com os de economia doméstica. Outro importante depoimento lembra-o citando a pioneira americana Miss Dickson:

Nos E.U nos famosos *colleges*, as CD [Ciências Domésticas] caminhavam lado a lado com as ciências agrônômicas (...) Então já que nós queríamos a Universidade Rural, era imperativo ter Curso Superior de ED. Então conversando com Anita Dickson achamos que deveríamos principiar com um curso elementar (...) com curso de um ano.<sup>124</sup>

Desta forma o líder criador da ESAV haveria de ser também mentor no seu domínio de ação da criação da ESCD. Seus esforços, porém, teriam sido nulos ou mesmo negativos. Mas para ele a mulher chegar à Universidade significava a desestruturação da família. É fácil inferir que o problema seria a mulher deixar seu lugar recluso no ambiente privado para alçar o meio público. Poderíamos enfim sugerir que, se o raciocínio procede, o ex-presidente estava condicionado por estigmas sobre a mulher que ele, ainda que não tenha manifestado publicamente, deixava crer entre aqueles que o conheciam ou acompanhavam (LOPES, 1995).

Outro depoimento pode ilustrar ainda mais o que ocorria entre os desafetos do curso. Segundo ele houve sempre

(...) uma desvalorização do curso diante do conceito dos agrônomos. Olhavam o curso achando que era um curso que não tinha razão de ser, um curso que não tinha valor. Acho que a maioria pensava dessa maneira (...) entre os estudantes e mesmo muitos professores faziam oposição.<sup>125</sup>

Vemos aqui uma vez mais a ideia pretensa de que ciência não é para a mulher assim como doméstico não é para ciência. Um raciocínio relativamente simples que guarda relação íntima com um processo histórico de diferenciação (e desvalorização) da própria mulher. Quando Miss Martha Watts defendeu a educação para moças no Brasil suas palavras eram

<sup>124</sup> Entrevista concedida a Lopes (1995, p. 118).

<sup>125</sup> Entrevista concedida a Lopes (1995, p. 119).

“Acho um trabalho precioso educar as meninas para que elas saiam e ensinem seu próprio povo” (veja-se capítulo 4). Sendo este também um exemplo de naturalização dos papéis sociais de gênero na medida em que pressupõe o dever da difusão de uma cultura entre as gerações a partir da mulher, podemos dizer que a sua reprodução encerra uma espécie de internalização da dominação. Mas, deixando um pouco de lado essa lógica bourdieuana com a qual dialogamos aqui, podemos supor que as alunas da ESCD criavam mecanismos de defesa ao discurso hostil que se lhes reservaram os olhares mais descrentes. Assim o suposto devir feminino de educar gerações seria relido e reapresentado.

Em matéria de *A Paineira* publicada em 1956, a articulista reconhece uma espécie ontológica de *dom* feminino de educar, mas a reestrutura de modo a usar dessa mesma fundamentação para justificar o curso superior direcionado às mulheres. As primeiras palavras da aluna nos dá o tom evolucionista e teleológico que compreende o século XX como um momento especial de “emancipação da mulher”, expressão aliás de que se vale o título da matéria:

Nos fins do século passado a mulher já tentava ocupar um lugar ao sol. Muitas nos deram provas disso, entre elas destaca-se Madame Curie que devotou toda sua vida à ciência (...) Mas só no principio deste século [XX] é que a mulher empreendeu sua marcha no *caminho da emancipação* (grifos nossos).<sup>126</sup>

A fim de dramatizar os percalços dessa trajetória feminina, ela aproxima a saga da mulher à dos bandeirantes:

Este caminho foi, e ainda é, palmilhado com sacrifícios, deixando os pés dos bandeirantes marcados pelos seixos e dilacerados pelos espinhos. Mesmo assim *a mulher avança*. Os países mais adiantados deram à mulher o direito ao voto, o acesso às Universidades, os cargos chaves, enfim, o lugar ao sol *almejado por toda mulher* (grifos nossos).<sup>127</sup>

Cumprir notar que uma vez mais o termo “mulher” é assumido enquanto uma expressão universalista capaz de pretender a inclusão de todas as mulheres, independentemente de suas opções e estratégias pessoais, num todo absoluto. Assim é a mulher – e não algumas mulheres – que deve almejar aquele específico lugar ao sol, i.e.,

<sup>126</sup> A PAINEIRA, ano 1 nº 6, 1956, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>127</sup> *Idem*.

lugares de destaque e importância sociais. Uma espécie discutível de desejo de ocupar os lugares dos homens, não necessariamente de modo a excluí-los, mas convivendo com eles. A autora afirma ser “natural que isso tenha acontecido”, enfatizado que chegar ao ambiente público e às posições antes exclusivamente masculinas “foi e ainda é um preparo para as mulheres dos nossos dias, dias estes em que vemos guerras dizimarem os jovens de ontem e os homens de amanhã”. Como essa passagem, ela sugere perceber o papel da mulher de substituir os homens nos tempos de guerra, ou mesmo, em um sentido um pouco mais complexo, aprender na ausência dos homens para depois somar esforços com eles a fim de perpetuar a ordem por eles próprios estabelecida, originalmente à exclusão delas. Mas as palavras seguintes mostram que sua intenção era mostrar que a mulher podia conduzir o progresso e a civilização assim como (ou quem sabe melhor que) os homens. Bombasticamente ela esbraveja: “se eles servem de bucha de canhão, quem sustentará os baluartes do progresso e da civilização? Esta pergunta ficaria sem resposta se não tivessem surgido as escolas que preparam as mulheres”.<sup>128</sup>

A grande operação que se faz é então juntar a domesticidade feminina à sua prospecção ao mundo do trabalho e aos lugares públicos de poder e decisão a fim de criar-lhe uma nova aura cujo característico mais marcante é a capacidade de assumir os rumos evolucionários de uma nação. Não bastava, todavia, ser mulher, era preciso combinar feminilidade e ciência. Por isso, “pessoas de fibra e de desprendimento envergaram tão pesada tarefa, ao fundar escolas especializadas para a mulher de nossos dias”. Vemos que ela sugere ainda a existência de um tipo novo de mulher para quem o tempo e a história haviam enfim preparado o sucesso, a “emancipação”. “No Brasil (...) só em 1952 tivemos a oportunidade de ver fundada uma Escola Superior de Ciências Domésticas. Nossa Escola está na infância, e como toda infância no Brasil precisa de amparo”, escreve. Aqui ela usa um discurso muito tipicamente ligado ao feminino na medida de seu tom maternal, infantilizando aí a própria ESCD que diplomava naquele ano a sua primeira turma. E continua caminhando para a conclusão ela chama novamente a mulher universalmente notada ao dever de perceber que o caminho de sua emancipação é este e um: o do curso superior.

Temos hoje em nossas mãos a bandeira do pioneirismo, e é preciso que *toda mulher* saiba que à sombra desta bandeira está caminho da Emancipação da mulher brasileira. Com toda razão é cantada esta frase: ‘quem educa uma mulher, educa uma geração’, pois conclamo então as mulheres de minha

---

<sup>128</sup> *Idem.*

terra para enveredarem pelos caminhos da Emancipação, educando-se para educar bem uma geração (grifos nossos).<sup>129</sup>

Vamos agora analisar o resumo de uma palestra proferida pela encarregada do subsetor de Educação Doméstica do Departamento de Ensino Profissionalizante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, professora Celina de Moraes Passos, em 1956. O trecho foi publicado em *A Paneira* em sua sétima edição. O título da matéria, que não sabemos ao certo se era homônima ao da palestra é “A Importância da Educação Doméstica para as Jovens”. Suas primeiras palavras são elucidativas de muito do que falamos até aqui:

Durante séculos as práticas domésticas transmitiram-se de mães a filhas, numa sequência de ocupações que se repetiam, mais ou menos mansamente, ao sabor de *tradições* quase *imutáveis*, e que o *ritmo calmo das épocas passadas*, regulava e norteava.<sup>130</sup>

Observe-se a franca aproximação com as falas das pioneiras americanas que atacavam a tradição em nome de uma modernidade próspera e resoluta capaz de transformar os fazeres domésticos no esteio de saberes curriculares. Daí a observação de Cogan que epigrafa nosso Capítulo 3: “Academic education was necessary prerequisite to successful homemaking” (COGAN, 1989).

O tom missionário aparece aqui uma vez mais chamando a mulher a um compromisso de recepção e coordenação de um tempo novo, a partir do qual as filhas deveriam receber o trabalho doméstico com novas roupagens, adereços que dessem uma nova aura a seu lugar social. Assim ela continua:

Com a evolução dos tempos, as guerras, as revoluções sociais, os progressos das ciências obrigaram as mulheres a sentir que algo de forte, de inevitável ditava-lhes normas diferentes ‘as filhas tinham de aprender o que as mães ignoravam’.<sup>131</sup>

<sup>129</sup> A PAINEIRA, ano 1 n° 6, 1956, p. 4. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>130</sup> A PAINEIRA, n. 07, 7 nov. 1956. p. 1 a 3. Arquivo Histórico da UFV.

<sup>131</sup> Idem.

De modo enigmático ela observa que “Erram as mães que desejando mimar as filhas as afastam dos deveres domésticos”.<sup>132</sup> Poderíamos supor que nos anos 1950 a média quase absoluta das mães educassem suas filhas na condição de futuras mães e donas de casa, mas parece que ela se refere a um ideal de classe média em que as meninas podiam ser educadas para o esmero e o romantismo. A professora nos permite essa interpretação quando chega à passagem mais emblemática de sua fala:

o tempo das *mocinhas românticas* que sabiam tocar piano ou cantar com muita graça e declamar ao som de languidos arpejos foi substituído pelo da *garota desenvolta que conquista diplomas de profissões liberais*, que disputa concursos de beleza e torneios de vários esportes, que é capaz de voar pelas estradas ao volante de um carro de luxo... Progresso direis! De acordo responderemos (grifos nossos).<sup>133</sup>

Esse trecho do discurso tornou-se uma espécie de emblema para as meninas da ESCD, de modo que elas o usariam para responder a provações dos meninos da Escola de Agricultura, como vimos antes. O excerto é mesmo muito interessante. A autora fala em “deveres domésticos” combinando-os às noções de progresso e liberdades sociais ainda negadas à mulher. A princípio, poderíamos admitir que os fazeres domésticos imporiam um lugar de reclusão à mulher, mas, sendo um seu compromisso social, torna-se o desenvolvimento do universo doméstico o seu passaporte para uma vida social de respeito, liberdade e sucesso. Austera ela se dirige diretamente às alunas que lhe ouviam:

Saiba Senhorita minha amiga, que a direção do lar envolve problemas relacionados com conhecimentos de higiene, de biologia, de fisiologia, de física e química, de psicologia e pedagogia e inúmeras outras ciências, que talvez no seu currículo escolar tenham constituído uma boa bagagem cultural, mas que não foram relacionados convenientemente com os aspectos que interessam, por exemplo, a escolha e manutenção da habitação, a alimentação a ser proporcionada ao marido e aos filhos, à criação e educação destes, e assim por diante.<sup>134</sup>

Retórica e erudita, Celina Passos alude ao Egito antigo a partir da obra de Heródoto a fim de dar relevo à importância de um dos ramos mais marcante das ciências domésticas: a nutrição. Nas suas palavras podia-se ouvir:

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

A alimentação é a mais imperiosa das necessidades e a arte de se nutrir mais difícil do que se pensa. Segundo Heródoto, os Egípcios estavam persuadidos que a maneira pela qual se alimentavam era origem da maioria de suas doenças. Eles cuidavam muito de sua cozinha e faziam uma escolha minuciosa de seus alimentos. E o século XX desabrochou trazendo para a humanidade conhecimentos que vieram revolucionar o campo da nutrição: já não é mais indiferente comer para saciar o apetite; quantidade e qualidade são dois fatores importantes, mas se um apaga a fome, outra indica a escolha a ser feita.<sup>135</sup>

A ciência dos alimentos e da boa utilização dos mesmos passa então à ordem do dia nos expedientes das cientistas domésticas. A importância disso é capital. Diante desse argumento se justifica o curso e se fortalece a posição daquelas meninas que precisavam de um discurso imponente o bastante para firmar seu lugar na instituição, em particular, e na própria sociedade, em geral.

A ciência coloca-se como a baliza fundamental do triunfo do saber moderno sobre a tradição. De modo que “os tabus, os hábitos alimentares viciosos foram combatidos positivamente pelos laboratórios, onde pesquisas químicas e biológicas demonstraram ao vivo, em animais, ou mesmo até em seres humanos as consequências de seu desacerto”.

Agora em tom profético, a subsecretária desfecha formulando o objetivo central e final de uma garota que espreita uma vida digna e de sucesso pessoal e profissional:

A conquista de um diploma que habilite a exercer uma profissão torna-se o ponto de mira que acompanha a menina desde os primeiros anos de estudo primário. Ninguém desaconselha esta luta honesta; o saber nunca prejudicou alguém, mas que ao lado dessa instrução especial, receba também aquela que lhe ensinará a preencher seus máximos deveres; que se eduque, antes de mais nada, para cumprir a *missão* que recebeu diretamente de Deus “mulher e mãe” (grifos nossos).<sup>136</sup>

O saber, portanto, na medida de certa condição feminina. Algo que emancipasse a mulher, sem furtar-lhe, contudo, o característico ontológico de sua condição. Uma fala problemática conquanto reveladora na medida em que veicula uma posição intelectual diante da mulher, da ciência e dos papéis sociais. Aqui está o paradoxo mais importante: a partir do universo e dos fazeres domésticos que a mulher conquista seu lugar no ambiente público e suas liberdades na ambiente privado. Uma vez que são tornados compromissos sociais da

---

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

mulher e não mecanismos de sua reclusão, os fazeres domésticos assumem o papel de legitimadores dessa revolução de que fala Celina Passos. Isso é possível porque no cerne de todo esse processo colocam-se a ciência e a tecnologia, que, perpetrando o futuro no escopo do progresso e da modernidade por elas próprias reclamados, conferiria a essa mulher profissional, cientista enfim, o estatuto de importância necessário para disputar “concursos de beleza e torneios de vários esportes” e ser “capaz de voar pelas estradas ao volante de um carro de luxo”.

## 5.2 “Mulheres de campo”: a construção de um ideal “missionário” e civilizador

Em 1953, 1377 pessoas assistiram a cursos de Economia Doméstica no âmbito da 25ª. Semana do Fazendeiro promovida pela UREMG. Miss Dickson havia preparado uma supervisora da ACAR – ao que tudo indica uma garota recém-formada em Administração do Lar, curso técnico com duração de um ano oferecido pela ESCD – para ministrar os minicursos.<sup>137</sup> Segundo Lopes (1995, p. 130),

a intenção era a de propaganda aliada a informações que pudessem dar uma visão geral do curso, na busca de adeptos e na criação de uma demanda não só de possíveis estudantes, mas fundamentalmente de mulheres rurais que pudessem tornar-se líderes ou divulgadoras do tipo de conhecimento preconizado pela ED.

Os temas trabalhados naqueles minicursos foram enfermagem do lar, móveis e artesanato, puericultura e confecção de colchões. Esses cursos se estenderiam pelos anos e passariam a fazer parte dos eventos de extensão da ESCD. As meninas que dariam os cursos eram quase sempre recém-formadas que receberam treinamento das docentes americanas em Viçosa ou que estiveram nos Estados Unidos em treinamento. Em situações ainda mais especiais, essas alunas tornar-se-iam mestras e até doutoras em Ciências Domésticas estudando em universidades nos Estados Unidos. No interior de um dos mais importantes convênios de cooperação internacional da UREMG-UFV – o *Projeto Purdue University* –

---

<sup>137</sup> Inicialmente a ESCD ofereceu os cursos técnicos e Administração do Lar e o Curso Médio em Ciências Domésticas. A primeira turma do curso superior em Ciências Domésticas, que conferia título de bacharel, iniciou-se em 1952.

*UREMG – 1958-1973* – muitas meninas da ESCD puderam se especializar e viver uma experiência ímpar no exterior.

Miss Clarissa Rolfs, filha do velho Peter Rolfs, criador da ESAV, residira em Porto Alegre onde chefiou o departamento de Economia Doméstica do Colégio Americano do Rio Grande do Sul. Em 1952, Dickson esteve com Clarissa na capital gaúcha onde discutiram sobre os trabalhos que vinham realizando. Nos relatórios de maio e junho daquele ano, Miss Dickson demonstra ter sido de grande importância e valia sua estada como Miss Rolfs. Ela salienta que em Minas Gerais não se havia ainda atingido o progresso que os rio-grandenses atingiram, atribuindo tal discrepância a fatores ligados à infraestrutura e às características étnico-raciais do estado. No caso da infraestrutura ela destaca a melhor rede de transportes do RS em relação a MG; critica a lama e a coloca como obstáculo ao encontro das economistas domésticas entre si e delas com as comunidades da região, o que implica igualmente subtração do próprio processo de difusão da *home economics*. No tocante aos alimentos, o leite e a água da região, ela louva, aliviada, o fato de consegui-los em segurança e asseio. A universidade fornecia leite pasteurizado, ovos, carnes e vegetais de confiança, salienta Dickson. Sobre a questão étnica, ela observa que em Minas Gerais a mistura de raças teria sido pior que no Rio Grande do Sul, já que implicara a presença marcante de índios e negros, ao contrário da mistura branca europeia tipicamente observada entre os povos sulistas (LOPES, 1995).

O discurso da pioneira americana era, sem dúvida, etnocêntrico e a forma pela qual era proferido faz-nos de pronto compreender que seu interesse não estava em perceber o pensamento e o fazer tradicionais das famílias rurais brasileiras. Sua alteridade distante, senão nula, transformaria forçosamente na confiança depositada no treinamento das próprias meninas da ESCD. A essas sim seria imputado o fito missionário de fazer valer uma série de princípios técnico-científicos mal compreendidos ou mesmo rechaçados pelas comunidades do seu raio atuação.

Como vimos no capítulo anterior, muitas das garotas recém-formadas da ESCD seriam de fato absorvidas pelos cada vez mais amplos programas de extensão da ACAR. Em entrevista concedida a Maria de Fátima Lopes, uma das pioneiras que se tornou professora da ESCD relatou: “naquele tempo era assim o curso de um ano terminava já [as formandas] saíam empregadas. Estas meninas eram colocadas para trabalhar com agrônomos e ganhavam muito bem” (LOPES, 1995, p. 116).



Lopes (1995, p. 131) conta-nos, ainda, que uma das técnicas brasileiras fora na época – anos 1950 – treinada para organizar o *Clube 4-S*, uma versão brasileira da original norte-americana *4-H Club – Head – Heart – Hands – Health*. No Brasil esses clubes desenvolver-se-iam a partir dos ideais de Saber, Sentir, Saúde e Serviço. Seu objetivo era levar os conhecimentos sobre organização do lar, limpeza, cuidado doméstico etc. para as famílias rurais do estado. Os 4-S encarnam ideias sedimentadas na sociedade americana (e talvez possamos dizê-lo também para o Brasil) acerca dos desígnios naturais da mulher. Ser a cabeça pensante para o ofício que lhe cabe, colocar na sua missão o sentimento que remete ao cuidado de mãe, trabalhar a saúde e o asseio de ambiente límpido moral e materialmente (o lar), e, por fim, servir ao homem, aos filhos, à família e à nação.<sup>138</sup> O que Betty Friedan identificou como um dos fatores determinantes do desespero e da infelicidade das mulheres americanas na década de 1960 (veja-se capítulo 2) figurava aqui como discurso e argumento sustentador de uma prática científica e social.

Esse tipo de juízo está presente no discurso de Pe. Mendes também, por isso vale a pena revê-lo. Ao final de sua explanação, o reverendo afirma solenemente:

No Egito Antigo, guardavam os sacerdotes como segredo de casta, a ciência praticando assim o esoterismo. Sacerdotisa do lar, neste deve a mulher hoje praticar, não mais com cunho de segredo, mas com ampla informação científica, seus múltiplos trabalhos domésticos e nobres obrigações de esposa e mãe.<sup>139</sup>

“Nobres obrigações de esposa e mãe”. Rótulos poderosos e legítimos no seio do discurso católico do padre. Sacerdotisa do lar, ou antes, dos lares, aqui o ideal de missão das mulheres da ESCD. A prática daquelas garotas revelaria ponderações neste esquema fechado de “ser mulher”, para o homem e para os compromissos com o espaço privado. Por isso voltemos aos clubes. Nas palavras de Miss Dickson, lemos:

Nenhum problema escapa ao clube, sua organização é modelar: visitadoras, instrutoras, serviços de toda espécie, biblioteca, publicações etc. qualquer

<sup>138</sup> Havemos de notar que houve criação de alguns clubes 4-S de meninos, mas na sua absoluta maioria esses grupamentos eram formados por mulheres (LOPES, 1995).

<sup>139</sup> Arquivo Histórico Professor Padre Mendes, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Parte desse discurso encontra-se Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=historico>. Acesso em: 09/01/2014.

consulta é respondida e qualquer solicitação ou lição é imediatamente transmitida, ou na própria casa do solicitante ou nas sedes da instituição.<sup>140</sup>

É notável a similitude que esse documento guarda com o texto do Art. 379 do *Regulamento Geral do Ministério da Agricultura de 1910* (veja-se capítulo 4), segundo o qual os institutos de ensino agrícola deveriam “(...) atender às consultas que lhes [fossem] dirigidas (...) pelos agricultores criadores ou profissionais da indústria rural”.<sup>141</sup> No Art. 381 advertia-se ainda que “as conferências agrícolas, quando realizadas pelos professores ambulantes e seus ajudantes, [deveriam] versar sobre *um assumpto determinado*, sendo *invariavelmente* seguidas de *demonstrações práticas*” (grifos nossos).<sup>142</sup>

Essa praxe do ensino técnico pragmático de matriz norte-americana parece ter funcionado e perdurado. Um documento de 1927 louvava o fato de a ESAV ser tão procurada por agricultores de diversas regiões considerando-o “(...) como uma grande vitória para o estabelecimento e seus métodos”.<sup>143</sup> Sim tratava-se de plantar no Brasil uma cultura norte-americana de fazer ciência e, sobretudo, extensão. Seguindo a filosofia “*learning by doing*” (saber para fazer), a qual trabalhamos recorrentemente no capítulo 4, Miss Dickson registrou mais de uma vez em seus relatórios a satisfação que tinha quando moças brasileiras chegavam de seus treinamentos nos EUA. As meninas que se colocavam nas linhas de frente dos projetos de extensão da ACAR eram, porém, antes desbravadoras de um progresso informado por representações que as tinham como inferiores aos homens, indignas, talvez, da monta científica que se lhes conferiam os juízos proferidos por eles próprios.

A ACAR previa cursos intensivos com aulas de agricultura, veterinária, nutrição, horticultura, higiene, saneamento, costura, organização de clubes e condução de *jeeps*. Mas um relatório de Miss Dickson revela que não havia *jeep* algum disponível para as meninas. Um documento aconselha também o uso de ônibus ou trem para chegar até as comunidades rurais a que destinavam suas “missões científicas”. Ao que parece já havia jipes nas mãos da Escola de Agricultura, porque encontramos um documento do ano de 1946 – quando não havia sido sequer criada a ESCD, e a própria UREMG ainda era ESAV – em que se dizia que Salvador de Almeida Lopes oferecia proposta para aquisição de um *jeep* à instituição. Tem-se

<sup>140</sup> Relatórios maio e junho, 1952, Miss Anita Dickson.

<sup>141</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Regulamento a que se refere o decreto n. 8.319. 20 out. 1910.

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>. Acesso em: 02/01/2014.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> IMPRENSA OFICIAL. Primeiro Anuário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de 1927, Belo Horizonte, 1931, p. 23-24.

notícia da compra de jipes pela UREMG nos anos 1950 e 1960. Em 1952, o Banco do Brasil S.A solicitava autorização para proceder à importação de jeep em nome da UREMG. Um ofício de 1958 sai da reitoria para *Jeep Willys Overland do Brasil*, comunicando o interesse em aquisição de jipes (no plural).<sup>144</sup> Em 1959, o Primeiro Tenente do Corpo de Bombeiros de Viçosa propõe oficialmente à UREMG a compra de um *jeep*.<sup>145</sup> E no mesmo ano duas pessoas enviam propostas de compras de jipes usados da Universidade, o que confirma que havia aquisição e venda também de carros antigos pela instituição.<sup>146</sup> Porém, nos tempos de Miss Dickson não parece ter havido disponibilidade para as meninas.<sup>147</sup>

Em 1962 empresas como *Jepeças Ltda* e *Jeepauto Ltda* enviaram notas à reitoria da UREMG.<sup>148</sup> No ano seguinte um orçamento de mercadorias feito pela *Jeepauto Ltda* chegava também às mãos do reitor da instituição.<sup>149</sup> O mesmo acontece em 1966 quando a reitoria relata pedido de veículos “tipo *jeep*” à Hélio Marques Peças e Veículos S/A, sugerindo que a aquisição tornara-se mais constante a partir de então.<sup>150</sup> Em 1959, não conseguimos localizar ao certo desde quando, mas a ESCD tinha um jipe à sua exclusiva disposição. Porém um ofício do Juiz de Direito da Comarca de Viçosa surpreende-nos com a solicitação de informações sobre punição de estudantes da Escola de Agricultura os quais teriam roubado o veículo da Escola de Ciências Domésticas.<sup>151</sup>

Essa aparente desvantagem era, todavia, notada por Dickson como uma vantagem já que possibilitava a conversa informal e produtiva entre as agentes durante sua viagem até as comunidades. Algo que uma conferência oficial não ofereceria. Assim escreve a técnica norte-americana:

Supervision could be given without it seeming to be supervision. The trips to and from the meetings gave a better opportunity to discuss the problems

<sup>144</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 2, Estante 13, Cx. 733, 1958.

<sup>145</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 3, Estante 22, Cx. 1100, 1959.

<sup>146</sup> Júlio Pires do Carmo propõe a compra de um Jeep de posse da UREMG ao Reitor e da mesma forma o Roberto Bastos Braga. Consulte-se documentação na íntegra em Arquivo Histórico da UFV, Sala 3, Estante 22, Cx. 1100, 1959. Colocava-se também à disposição da UREMG, tratada erroneamente no documento ainda por ESAV “Euclides Tecidos Andrade S.A para conserto do ‘jeep’ da ESA”. Veja-se na íntegra: Arquivo Histórico da UFV, Sala 3, Estante 23, Cx. 1103, 1959.

<sup>147</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 3, Estante 22, Cx. 1100, 1959.

<sup>148</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 2, Estante 19, Cx. 971, 1962.

<sup>149</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 2, Estante 14, Cx. 772, 1963.

<sup>150</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 2, Estante 20, Cx. 1013, 1966.

<sup>151</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sala 3, Estante 23, Cx. 1121, 1959.

encountered, how to handle a particular situation or what the next step should be than a formal office conference would have given.<sup>152</sup>

Essas mulheres chegavam às comunidades e tentavam angariar o apoio da prefeitura, da igreja, das lideranças locais enfim. Reuniam homens e mulheres de vontade da região e davam início às palestras e à organização dos clubes. Miss Dickson e outras supervisoras mais experientes visitavam amiúde as comunidades para ver como as supervisoras mais jovens iam conduzindo seus trabalhos. Em um de seus relatórios, Dickson deixa uma mostra bastante óbvia, conquanto sutil, de sua postura hegemônica diante das brasileiras. Em 1952 ela escreve a propósito de duas meninas recém-chegadas ao treinamento que vinham se destacando muito no trabalho obtendo progresso bastante significativo. A pioneira então atribui esse fato ao treinamento em si e não às meninas, ou seja, ela exalta a proposta do projeto e não a capacidade inventiva das alunas. Ela deixava bem claro em seus relatórios que preferia lidar com as alunas mais novas, que não tinham ideias preconcebidas o que facilitava a absorção de sua doutrina. Segundo suas próprias palavras, as garotas “had no preconceived ideas to overcome and were in a better position to absorb more of the training”.<sup>153</sup>

Não podemos concluir exatamente sobre o que ela queria dizer com melhor posição para absorver o treinamento, mas é fácil supor que se trata do fato de essas alunas não redarguirem ante os preceitos veiculados por Dickson, apenas repetindo o que era necessário, sem inventividade. Isso não faz-nos, todavia, acreditar que não houvesse momentos em que as brasileiras tivessem que lidar com a realidade das comunidades segundo seus critérios e valores mesmos e não somente com referenciais americanos, estranhos à população local. Dickson talvez o visse com maus olhos, mas, para funcionar, a extensão tinha que incorporar elementos da realidade local. Não é esse o fito de nosso trabalho, embora desse uma investigação formidável. De qualquer forma, cruzando inclusive com as conclusões de Lopes (1995), poderíamos sugerir que realmente Dickson apresentou ao menos fortes reservas, senão repulsão por completo, a qualquer possibilidade de intervenção por parte de suas alunas que porventura seguissem critérios que elas mesmas se propusessem a adaptar no todo da doutrina que recebiam.

Quanto à organização interna dos clubes, cumpre ainda notar uma questão. As mulheres componentes dos grupos eram tipicamente solteiras. Dickson observa que as

---

<sup>152</sup> *Final Report of Thechincal Assistance In Home Economics To The ESCD – UREMG, Viçosa, Minas Gerais from Febrary 1952 to October 1965. S/d.*

<sup>153</sup> *Idem.*

casadas geralmente têm famílias grandes e vários filhos pequenos, por isso a possibilidade de elas participarem era muito limitada. No entanto, ela salienta ainda, na maioria das comunidades existiam muitas moças solteiras, sendo essas o foco da ACAR. Em uma comunidade, porém, muitas mulheres casadas mostravam-se também interessadas em fazer parte dos clubes e cada um dos grupos de adultos apresentavam sempre, ainda que poucas, mulheres casadas. Nas palavras da pioneira:

Since married women usually have large families or several small children, the possibility of their being able to participate in club work was very limited. However, there are in most communities unmarried girls and women (...) in one community enough married women were interested to form a club and each of adult groups has a few married women.<sup>154</sup>

Isso a princípio parece um dissenso em relação a tudo que falamos até agora. Se o propósito das cientistas domésticas da ACAR era promover o trabalho de extensão dos conhecimentos adquiridos na ESCD de modo a veiculá-los e difundi-los na forma mesma de uma doutrina, por assim dizer, porque razão plausível as mulheres casadas não seriam o foco central e primeiro dos trabalhos? Como ponderar que o fato de terem famílias numerosas poderia impedir essas mulheres de frequentar os clubes, se o objeto e o objetivo final de todo o trabalho de extensão estava exatamente nas mãos delas, i.e., a organização do espaço familiar, a nutrição e a limpeza dos alimentos, o asseio e o cuidado com os filhos moral e materialmente etc., o lar enfim?

A explicação é razoável e estratégica. Primeiramente, voltando a Tocqueville e ao próprio Rolfs, notemos que essa prática de reunir pessoas em grupos de trabalho é algo típico da cultura estadunidense (capítulo 4). A ideia é formar comunidades capazes de fazer com que essas pessoas envolvidas se sintam a elas pertencentes, interiorizando o compromisso de fazê-las funcionar e progredir, já que o sucesso da pessoa torna-se o da própria comunidade. Guardadas as devidas proporções, tratava-se de algo como o ideal do compromisso pátrio em tempos de crise, paz ou guerra tão reclamado pelas lideranças estadunidenses, como vimos nas análises de Glenna Matthews (capítulo 3). Os clubes eram assim. Cumpre notar que os trabalhos de extensão não se davam somente nestes grupos, de modo que as mulheres casadas

---

<sup>154</sup> Histórico da Escola Superior de Ciências Domésticas. Por Maria da Conceição Rolim Simões. S/d. Esse documento foi utilizado por Maria de Fátima Lopes (1995) em sua tese de doutorado *O sorriso da paineira* defendida no âmbito do programa de Doutorado em Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro. Valemos aqui da documentação através da tese da autora porque se trata de um arquivo pessoal ao qual ela somente teve acesso.

teriam acesso aos ensinamentos trazidos pelas “missionárias da economia doméstica” por outras vias. De qualquer maneira a formação dos clubes era onde estavam concentradas as maiores energias do extensionismo porque, segundo a concepção norte-americana trazida por Miss Dickson, é nesses ambientes que se poderia melhor criar um efeito difusor rápido e eficaz para o trabalho missionário das jovens profissionais.

O foco é uma vez mais a mulher, é claro, mas não a que já constituiu família e tem compromissos com a casa, com o marido e com os filhos, mas sim a que estava ainda por fazê-lo. Talvez sem essa clareza e a partir exatamente desse raciocínio, Dickson estivesse agindo na direção de uma espécie de efeito multiplicador do conhecimento porque quando ela garante que uma jovem da comunidade receberá a doutrina, sendo já professora – ou podendo principalmente a partir dali tornar-se uma – passaria naturalmente adiante a um público muito especial: garotas adolescentes e até infantes. Lembremos que Dickson preferia para suas alunas aquelas que tivessem menos ideias preconcebidas, i.e., as que fossem capazes de compreender o projeto e levá-lo à frente na sua originalidade. Apesar de tirano à primeira vista parece-nos plenamente plausível e funcional.

Miss Dickson fazia viagens longas até o norte de Minas e outros recônditos do Estado, a fim de divulgar o curso de Ciências Domésticas. Nos relatórios de maio e junho de 1952, por exemplo, ela registrou uma viagem feita ao lado de Mr. Winks e Mr. Nierman Rosswell ambos do Serviço de Extensão e do professor da ESAV Diogo Melo para a divulgação da Semana do Fazendeiro. Nesta ocasião ela visitou prefeitos e diretores de colégios locais em cidades como Teófilo Otoni, Governador Valadares e Caratinga a fim de fazê-los dispender esforços de divulgação do curso de Ciências Domésticas entre as alunas da comunidade, disponibilizando bolsas e transporte para que elas pudessem se matricular em algum curso da ESCD, técnico ou superior.

O objetivo era recrutar alunas com certa instrução e, principalmente, se possível, professoras já com alguma experiência pedagógica de nível primário. Segundo Lopes (1995, p. 134), “o público de professoras primárias se apresentavam como um mercado potencial de demandas para o referido curso [de bacharel em Ciências Domésticas]”. Essa ação está informada por valores imagéticos acerca da natureza educadora da mulher. Um conjunto de esquemas generativos claramente imputados pela cultura ao imaginário social, mas que se vale de elementos biológicos para garantir sua legitimidade. Como afirmam Ana Paula Costa e Paulo Ribeiro (2011, p. 478), “A construção do gênero feminino pelos aparatos da biologia gera atributos imutáveis ao sujeito feminino; afinal, a ideia que prevalece é de que a mulher já

nasce com essas características”. Características que lhe imprimem as obrigações antes sociais que psíquicas de ser esposa, mãe, mantenedora da moral familiar e educadora dos filhos da nação, numa concepção que passa bem ao largo de escolhas pessoais.

É bem essa a questão. Algo em que insistimos notadamente nos capítulos 1 e 2: a mulher, ou mais precisamente o que se diz dela, o que se representa culturalmente sobre ela, passa por um processo de a-temporização de sua subjetividade, furtando-lhe o caráter de pessoa para imprimir-lhe um estatuto que, a rigor e a princípio, lhe é externo e que por isso mesmo deve ser interiorizado para tornar-se prática consentida. Imputam-se nela características que se querem universais e imutáveis, a-históricas, arrogados ao discurso biológico que lhe conferiria legitimação e operacionalidade.

Esses signos aparecem no trabalho das jovens economistas domésticas. Isso, todavia, não retira delas o caráter concreto de uma prática que exigia postura e destemor. As meninas eram “missionárias”, seu trabalho era árduo e reclamava atenção dos círculos administrativos, o que, como vimos, causava ciúmes por parte dos estudantes da Escola de Agricultura, mais antiga e tradicional, além de masculina na sua totalidade. Elas iam abrir fronteiras na sua posição de cientistas domésticas, fontes enfim de saberes que elas acreditavam ter valor humano, eficácia racional, signo de progresso e serventia pátria.

Nos mais inócuos locais do Estado elas estiveram e transpuseram limites e dificuldades elementares. No relatório de Miss Dickson encontra-se um excerto em que ela cita experiências reportadas à ACAR por algumas de suas alunas recém-formadas. Neste fragmento, uma garota que havia ingressado no serviço de extensão e permanecido em Lagoa da Prata durante boa parte do ano de 1953 teria se queixado do hotel e das condições do local de um modo geral: “the hotel here is terrible, but we have been able to get them to use more vegetables, less fat in the cooking and wash the dishes correctly”.<sup>155</sup> A higienização adequada da louça, mais vegetais e menos gordura no preparo de alimentos, elementos enfim de uma cultura nova que se queria plantar em meio às comunidades mineiras. Uma missão civilizadora. Um desafio para as jovens egressas.

Em 1955 o diretor do ETA (Escritório Técnico de Agricultura), órgão ligado à Missão de Operações dos EUA no Brasil, George Ware, comunica a diversos destinatários, entre os quais a UREMG, e, por conseguinte, a própria ESCD, o envio de informações a respeito do desenvolvimento de programas de cursos de Treinamento em “Pesquisa e Administração em

---

<sup>155</sup> Relatório de Miss Dickson citado por LOPES, 1995, p. 134-135.

Agricultura e Economia Doméstica”. Programas como este imputavam o caráter missionário da Economia Doméstica americana às suas correspondentes brasileiras. Segundo Riberio (2007, p. 61)

o ETA, além de desenvolver projetos na área de educação e pesquisa agrícola, teve um papel importante na história da extensão rural brasileira, imprimindo-lhe um caráter educativo e difundindo, por meio de suas atividades extensionistas, a crença em alternativas comunitárias de auto-ajuda.

Essa conotação missionária e de desenvolvimento comunitário dada à saga das moças da ESCD rendeu depoimentos e histórias interessantes. Miss Dickson relata, por exemplo, a decisão de algumas de suas alunas que deixaram posições relativamente confortáveis no serviço escriturário para dar-se à “aventura” de filiar-se à ACAR. Assim foi a história de uma estudante que decididamente abandonou o cargo de secretária que tinha na própria Universidade para ingressar no serviço de extensão. Ela o teria feito exatamente por causa dos relatos entusiasmados que ouvira de suas colegas. “Pedrina’s decision to leave her secretarial position at the University and to accept a position with ACAR was due mainly to the enthusiastic reports she received from other former students”,<sup>156</sup> escreve Dickson. E citando as palavras da própria garota, ela ainda nos surpreende: “after having studied something about home economics I find that my job in the school is no longer interesting”.<sup>157</sup> Pedrina mostrava-se resoluta no impulso de botar à prova seus conhecimentos de economia doméstica e chega a afirmar que seu trabalho de secretária não era mais interessante para prendê-la a ele. Ela havia deixado um ambiente informado por representações androcêntricas de divisão do trabalho para alçar uma espécie de liberdade e inventividade talvez inimagináveis até então para a sua realidade interiorana e local.<sup>158</sup>

Miss Dickson ainda salientaria que “Reports like this one from Pedrina are recieved with a great deal of satisfaction since they indicate that not only did the group in the first course receive some information, but also that they have been simulated to use it”.<sup>159</sup> Ela relata um caso similar, o de Pompéia Bicalho, que trabalhava em um orfanato federal perto de

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Isso nos impele a pensar que não eram apenas de dificuldades que se faziam os trabalhos da ACAR. As jovens sentiam nelas também realizações profissionais e conquistas (porventura) pessoais. No próximo capítulo quando encontrarmos as pioneiras por elas mesmas talvez possamos melhor visualizar o significado de se agarrar oportunidades daquela natureza com a garra de quem rompe padrões e amarras sociais impostos por um tempo.

<sup>159</sup> Idem.



Viçosa e resolveu aceitar trabalho de professora no Colégio de Viçosa – instituição de ensino primário e secundário – porque, segundo ela, lá poderia utilizar melhor seus conhecimentos de economia doméstica. Assim escreve Miss Dickson:

A similar case [ela se refere ao caso de Pedrina] is that of Pompéia Bicalho who came asking for help in organization of some work in home economics at the Colégio de Viçosa. Pompeia is regularly employed at the federal orphanage near Viçosa but accepted the job of teaching at the colégio on Saturday mornings. As she said, ‘*they won’t pay enough to make it worth my time, but I want the chance to use my home economics so I won’t forget it*’ (grifos nossos).<sup>160</sup>

“Eles não vão pagar o suficiente para fazer valer o meu tempo, mas eu quero a chance de usar meus saberes de economia doméstica”. Essa fala é fundamental para percebermos a dimensão do assunto que estamos tratando aqui. A jovem aceita trabalhar aos sábados de manhã mesmo que com baixa remuneração a fim de fazer valer os conhecimentos adquiridos e difundi-los o que parece ganhar igual importância. Parecem estar aí reunidos os ideais de *extensão* e *dever pátrio*, tão propalados pelos discursos que vimos anteriormente. Essa retórica que circulava entre as mulheres ajudava a reforçar representações sobre a condição e o dever femininos. A paineira guarda com o bonde essa relação simbólica de opostos no que tange ao movimento. De um lado, a paineira está suntuosa e plena presa ao solo por suas raízes fortes e robustas, estática, portanto! De outro, o bonde é o elemento circulante, aquele que se movimenta e desbrava os caminhos, o dinâmico enfim.

Aquelas meninas formaram-se no curso o técnico em Administração do Lar com duração de um ano e não o curso superior em Ciências Domésticas que seria iniciado justamente em 1952, ou seja, nos ínterims dos relatos que ora analisamos.<sup>161</sup> Muitas delas seguiram carreira acadêmica, outras ficariam na extensão e outras ainda não exerceriam a profissão, indo se casar e tomar rumos diversos (LOPES, 1995). Sua condição as prendia aos traços simbólicos da paineira e do universo masculino em que se inseriam. Porém, exatamente na forma de sua condição de domesticidade, aquelas mulheres se propuseram em rota de ruptura. Seu pressuposto era o diploma, a condição técnica e científica da qual a academia podia lhes munir, um instrumento historicamente masculino enfim, porém assimilado pelos

<sup>160</sup> Relatório de Miss Dickson citado por LOPES, 1995, p. 134.

<sup>161</sup> O curso de bacharelado iniciado em 1952 passaria pela federalização com o Parecer nº 3159/77 e o Decreto nº 81260, de 27/01/78. Em 1985 uma Regulamentação do Bacharelado: Lei nº 7387 de 21 de outubro de 1985 e Decreto nº 92524, de 07 de abril de 1986.

homens justamente por trazer consigo caracteres para os quais a mulher teria sido designada. É assim que, na mesma semântica da ciência masculina, um discurso de poder e intervenção, as mulheres da ESCD começam a romper as primeiras amarras que lhes reservavam um lugar de carestia.

Chama-nos a atenção o fato de tanto a mulher quanto o homem estarem sujeitos à interiorização dos esquemas simbólicos de dominação, como falou Bourdieu (1995): o homem porque ao reconhecer os signos de poder ignora a sua formação mesma, i.e., o tem por despercebido justamente porque só dando o poder como ausente é que se o reconhece na sua forma “natural”. A mulher, por sua vez, muitas vezes internaliza os esquemas generativos que a colocam em desfavor com relação ao homem, mas resistem ou reforçam essas noções simbólicas a partir da mesma lógica. Além disso, acreditamos poder enxergar nessa fala da jovem Pompéia a possibilidade criada por seu próprio impulso na direção daquilo que, por suposto, se lhe representaria entrave e exclusão: a ciência e a atuação em campo. Viajar para lugares distantes de sua convivência social e familiar, estar de repente no controle de um projeto que inclui mulheres (e homens) de outras comunidades, planejar e reportar suas próprias conquistas e dificuldades seria, parece-nos, algo não menos que admirável.

Nos anos 1960 a documentação começa a mostrar-nos um crescimento do curso a partir do amparo de entidades internacionais interessadas na aproximação com o Brasil dadas as novas demandas do contexto geopolítico internacional. Em 1961, em um momento de tensão de polos rivais, o presidente John Kenedy driblava o próprio pentágono para prudentemente neutralizar a dupla ameaça cubana. As ogivas nucleares instaladas na baía de Havana, depois de uma talvez forçosa aproximação com a URSS, tornaram Fidel Castro e seus amigos ameaças concretas à diplomacia do dólar na América Latina. Por um lado, os mísseis poderiam levar a uma hecatombe nuclear a partir do Caribe; por outro, o exemplo cubano poderia levar a um colapso geopolítico de Washington diante das Américas.

Depois de ser aclamado por Khrushchev e falar em plenária aos líderes do mundo inteiro na tribuna das Nações Unidas, Fidel Castro tornou-se uma ameaça política de monta considerável. Astuta, a diplomacia ianque inicia um novo plano de aproximação com os governos latino-americanos. Enquanto a Baía dos Porcos era evacuada pelas tropas resistentes ao regime castrista, a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada como desdobramento do Tratado Interamericano da Assistência Recíproca (TIAR), firmado na Conferência Petrópolis em 1947, organiza a Conferência de Punta del Este, no Uruguai. Na cúpula foi assinado o *Tratado da Aliança Para o Progresso*, um dos mais importantes e

proeminentes programas de cooperação e aliança diplomática das Américas. Junto com ele o Senado norte-americano aprovava o *Foreign Assistance Act*, que, a rigor, serviu como um projeto de reorganização dos programas de assistência dos Estados Unidos aos países latino-americanos, prevendo “a criação de uma agência para administrar os programas de assistência econômica”, dando origem à *United States Agency for International Development* – USAID essa de alcance mundial. Segundo Graça Ribeiro (2007, p. 57) a USAID, “também assumiria os programas de assistência para o desenvolvimento social [estabelecendo] sedes em vários dos países da América Latina, seguindo em todos eles um mesmo organograma”.

No Brasil, a USAID se constituiria a partir de sua sede no Rio de Janeiro, “realizando levantamentos e fazendo projetos” e distribuindo representantes em “áreas da administração pública federal, estadual e municipal” (TAVARES, 1980, p.16 *apud* RIBEIRO, 2005, p. 57). Cumpre observar que, decorrente do *Tratado da Aliança Para o Progresso*, foi criada a *Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso* (COCAP), colocada sob a jurisdição do poder executivo federal brasileiro através do Ministério do Planejamento. Seu objetivo era representar o Brasil junto ao governo norte-americano no tocante a assuntos de natureza financeira, ficando as negociações a cargo do então recém-criado *Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica*, subordinado diretamente ao Presidente da República (RIBEIRO, 2005, p. 58).

A ação do Escritório pode ser percebida em documentos como relatórios de atividades e contratos. Um deles merece destaque e chegou à ESCD nos anos 1960. Essencialmente tratava-se de um acordo entre a ESCD, a UREMG e o Escritório Técnico de Agricultura para o “fim especial de treinamento em Economia Doméstica”.<sup>162</sup> Isso mostra uma preocupação cada vez mais patente em desenvolver os trabalhos das ciências e das cientistas domésticas em âmbito acadêmico, não só no âmbito extensionista. Aliás, em 1969, a escola seria federalizada e isso lhe daria uma projetividade ainda maior em âmbito nacional. Os convênios internacionais não cessaram também. O mais importante foi firmado com a Universidade de Purdue (e por nós recorrentemente mencionada neste e no capítulo anterior), estendendo-se até o ano de 1973.

A USAID daria novo tom aos impulsos promovidos pelos convênios e programas de cooperação internacional na medida em que juntaria à tradicional proposta do desenvolvimento rural e aos trabalhos de extensão da ACAR a proposta de educação superior, independentemente de ser para o desenvolvimento ou não do campo. Como salienta Cunha

---

<sup>162</sup> Arquivo Histórico da UFV.

(1988, p. 168), foi com este fito que uma equipe de especialistas de fora dos quadros da USAID fora enviada ao Brasil buscando formas de adequar

a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um *programa especificamente voltado para o ensino superior*, como já havia para outras áreas. Sobre essa estratégia, o quadro de referência do grupo dizia que a USAID encarava o ensino superior como elemento da formação de recursos humanos e estes como meios para o aumento da *produção industrial* e da *produção agrícola* (grifos nossos).

Não podemos deixar de notar que a USAID representava os interesses geopolíticos norte-americanos no Brasil e que a penetração desses interesses na década de 1960 é crucial para o desfecho do governo João Goulart. Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, um dos nomes mais importantes do apoio estadunidense aos ministros militares que derrubaram João Goulart, diversas vezes exaltara os trabalhos das comissões de cooperação internacional no Brasil. Certa vez, ele afirmou:

[...] Minas tem sido área especialmente frutífera para a cooperação entre o Brasil e meu próprio país, nos esforços por estimular o desenvolvimento econômico e social mais rápido. Esses esforços foram precursores da Aliança Para o Progresso [...]. Penso em casos como a Associação de Crédito Agrícola e Rural, primeira organização no Brasil, no campo da extensão agrícola e do crédito supervisionado (GORDON, 1962, p.66).

É bastante óbvia a intenção estadunidense de afastar o ideal socialista ou qualquer versão de nacionalismo econômico que colocasse obstáculos à expansão do mercado norte-americano nas Américas. Daí a ideia de desenvolver o Brasil segundo preceitos que garantissem a integração total do país a uma forma uniforme de desenvolver comunidades e imputar ideias precisamente coerentes com um modelo de organização socioeconômica específico, não importando mais se na área rural ou urbana, agrária ou industrial. Como observa Chomsky, tratava-se de uma estratégia de desenvolvimento econômico que fosse “complementar” ao dos Estados Unidos (CHOMSKY, 1997).

A inflexão parece, pois, dupla: de um lado encontramos uma sociedade em franca transformação devido a um contexto sócio-histórico novo inaugurado, ou, se melhor, agravado pela Guerra Fria; de outro, temos, aí sim devido ao conflito ideológico e os rumos que tomou, um rearranjo de forças geopolíticas e econômicas. Em uma palavra, os países europeus, arruinados pela guerra, e os latino-americanos, historicamente frágeis, haveriam de receber ajuda estadunidense, caminhando agora segundo seus passos. No caso da América

Latina, os governos passariam a fazer parte íntima das decisões estratégicas da Casa Branca. O Ponto Quatro, documentado no discurso de Truman, ao qual fizemos menção e deitamos análise no capítulo 4, definiu as principais bases de ação do governo dos Estados Unidos para as Américas do Sul, Central, México e Caribe nos anos 1950. Ele suscitaria outros protocolos capazes de tornar o Brasil um “parceiro” de suma importância.

Todo esse novo aparato permitiria uma mudança nos rumos da ciência doméstica da UREMG. Os trabalhos de extensão rural continuariam e a universidade continuaria auspiciada por programas de desenvolvimento e treinamento voltados para o campo, aludindo sua própria vocação e origem, porém, no caso específico da Economia Doméstica, a própria documentação nos levou a perceber que, a partir dos anos 1970, a perceber a presença das mulheres no meio acadêmico é cada vez mais marcante. Elas começaram a se especializar através dos programas de treinamento e aperfeiçoamento de professores, fazendo mestrado e doutorado no exterior, vindo atuar no próprio ambiente acadêmico, como pesquisadoras, instrutoras, professoras e administradoras da Escola. Participam de mesas diretoras, sessões solenes e da supervisão universitária, relacionando-se mais diretamente com a pesquisa entre elas ou em conjunto com professores e pesquisadores das áreas de agronomia, botânica, genética, economia e estatística, ambientes típica e historicamente masculinos.

O Brasil intensificava seu processo de urbanização e mesmo Viçosa, ainda que a passos lentos, também o experimentava de modo mais proeminente, o que cada vez mais premente que as economistas domésticas voltassem seus olhos à família urbana e comessem a viver mais o ambiente acadêmico propriamente dito. Conforme inferências que fazemos a partir da documentação disponível, percebemos uma espécie de institucionalização, por assim dizer, das profissionais em Economia Doméstica. As atividades de extensão no campo, com todas as dificuldades observadas nos anos 1950 e 1960 continuariam. Criar-se-iam mais e mais clubes, eles se reuniam sempre, e convenções entre eles eram criadas e levadas a efeito ano após ano. A ACAR seria extinta dando propósito à criação da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), em 1976, entidade que daria continuidade aos trabalhos. As moças da ESCD continuariam participando ativamente da linha de frente desses programas, mas, uma vez que as fontes começam a apontar numa outra direção, optamos por dar maior atenção ao palco institucional.

A partir do final dos anos 1960 e início da década seguinte torna-se mais nítida a presença de uma mulher que ganha o espaço acadêmico, que o divide com o homem. Elas se tornam professoras, pesquisadoras, gestoras do ensino superior, assumindo cargos de chefia e diretorias e participando mais diretamente da administração universitária. Perguntamo-nos

centralmente como elas *performatizaram*, para usar a expressão de Judith Butler, sua nova condição no ambiente universitário; como elas se sentiram e como experimentaram situações em que colocaram em prática maneiras e estratégias diversas que compuseram sua subjetividade. Entendemos que elas construíram significados em sua trajetória intelectual, de prática e teoria acadêmicas; se identificaram com o lugar onde construíram identidades a propósito de si e da própria instituição; do meio em que se formaram auferiram imagens, práticas e representações que vieram compor sua cultura pessoal e dos grupos dos quais fizeram parte. A própria instituição, diretores, coordenadores e professores (muitos deles homens) forjaram um ideal de mulher, de ciência e de sociedade em momentos importantes das inflexões teóricas e sociais de que falamos acima e por todo o trabalho até aqui. Importa indagar, enfim, como símbolos e juízos de poder circularam por entre as trajetórias pessoais e como aquelas mulheres então operacionalizaram esses discursos em seu favor a fim de afirmar ou combater balizas sociais que permitissem ou obstaculizassem sua inserção em um ambiente antes inóspito à sua presença como nos mostraram os periódicos estudantis dos anos 1950 e 1960.

A fim de persegui-lo, seguimos, neste particular, os passos de Foucault (2007, p. 7), que, em sua *arqueologia do saber*, refletindo sobre o deslocamento da concepção historicista para uma perspectiva mais aberta a novas interpretações, afirma que não se trata tanto mais de determinar se um documento diz ou não a verdade, mas trabalhá-lo no interior, organizando, recortando, distribuindo e ordenando-o em níveis, descrevendo relações que possam dar sentido ao que, à primeira vista, parece dele carecer. Em uma palavra, pensamos ser preciso interpretar o documento nas suas “nuances invisíveis”; dar voz ao que não transparece à primeira análise; cruzar as fontes oficiais e de registro com periódicos, magazines e depoimentos. É a esse desafio que nos lançamos no próximo capítulo, o qual encerra este trabalho.

## CAPÍTULO 6

### MULHERES PROJETIVAS: TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO FEMININO E IMPRESSÕES DAS PROFESSORAS

*O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só uma cultura ou uma ideologia, mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais.*

Raymond Williams, 2000

*O que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história.*

Michelle Perrot

Em 1967 um ofício chegava à Diretoria da ESCD solicitando submissão de matéria ao exame da congregação que elegeria membros para compor a *Comissão de Federalização da UREMG*.<sup>163</sup> A partir de 1969, a antiga Universidade Rural tornar-se-ia Universidade Federal de Viçosa (UFV). O referido ofício, por incluir a ESCD e suas profissionais, sinaliza-nos sobre a formação cada vez mais perceptível de um novo espaço acadêmico, agora decisivamente formado por homens e mulheres. Naquele ano seria também criada, por iniciativa das profissionais de economia doméstica da instituição, a *Sociedade Mineira de Economia Doméstica*.<sup>164</sup> Convênios internacionais importantes dariam cada vez mais visibilidade às ciências domésticas da ESCD e às figuras femininas ligadas a ela. Visitantes estrangeiras fariam crescer a sua importância em meio à comunidade acadêmica, e a própria federalização se faria com a participação administrativa e institucional das professoras e pesquisadoras da Economia Doméstica.

<sup>163</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 26, Cx. 1235, 1967.

<sup>164</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl.2, Est. 11, Cx. 660, 1967.

Proeminentes profissionais da monta de uma Eleonora Cebotarev, socióloga canadense, um dos maiores expoentes da *home economics* anglo-saxã para o desenvolvimento da família à época, passaram pelo Departamento de Economia Doméstica (DED), como a ESCD passaria a se chamar a partir da federalização da universidade. No final dos anos 1960, ainda nos tempos da antiga UREMG, sob os auspícios da *Rockefeller Foundation*,<sup>165</sup> esteve em Viçosa também a Dra. Ercel Spwright, da Universidade de Iowa, Estados Unidos. Na qualidade de consultora do programa de cooperação entre as duas universidades, Spwright desenvolveu “(...) pesquisas, revisão de currículo e publicações de trabalhos técnicos na ESCD”, conta-nos um periódico.<sup>166</sup> Em 1966 a mesma Fundação Rockefeller, através de amplo convênio com a UREMG, havia destinado uma doação em dinheiro à Instituição. A maior parte da quantia fora direcionada à ESCD. A importância de US\$ 57,000 foi aplicada, conforme os termos da doação,

no desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Domésticas e num programa de coleta e avaliação de espécies e variedades hortícolas no Instituto de Fitotecnia da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (...) Us\$ 25.000 (sic) para o mobiliário e equipamento do dormitório feminino da Escola Superior de Ciências Domésticas; Us\$ 20.000 destinados às despesas de quatro professoras da ESCD no Exterior; e Us\$ 12.000 de viagens, transportes, pequenos equipamentos, suprimentos e auxílio na coleta e avaliação de germoplasma (sic) de hortaliças pelo Instituto de Fitotecnia da UREMG.<sup>167</sup>

É marcante a quantia em dinheiro por si só, mas a alocação da maior parte dos recursos para o funcionamento do curso de Ciências Domésticas é ainda mais notável. A preocupação com dormitórios para dar maiores condições à fixação e permanência das estudantes no curso, bem como a formação de professoras e o seu aperfeiçoamento docente, são sintomáticas da atenção dispendida à ESCD e parecem revelar, em parte, os caminhos que se abriam à intervenção daquelas mulheres em um novo ambiente acadêmico que se lhes afluía no esteio da produção científica de alto desempenho e do trabalho extensionista iniciado por suas pioneiras.

---

<sup>165</sup> A Fundação Rockefeller sempre esteve envolvida com grandes convênios junto à UREMG, depois UFV. Sobre esse assunto veja-se RIBEIRO, 2007 e LOPES, 1995.

<sup>166</sup> *Informativo UREMG*, Imprensa Universitária, 1967. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/408/4>. Acesso em: 09 dez. 2015.

<sup>167</sup> *Informativo UREMG*, Imprensa Universitária, cód. NE, 30 ago. 1966, p. 1. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/493/1>. Acesso em: 27 dez. 2014.



Desde o final da década de 1960, devido à ausência de cursos de pós-graduação em Economia Doméstica no Brasil, algumas professoras procuraram programas de mestrado em outras áreas. A primeira a fazê-lo foi Sônia Coelho Alvarenga, que adquiriu o título de mestre em Economia Rural pelo Departamento de Economia Rural (DER) da UREMG.<sup>168</sup> Logo depois, a professora Esmeralda Tomaz Afonso obteve o título de mestre em Extensão Rural pelo mesmo DER. Nos anos 1970, ou mais precisamente a partir de 1975, as professoras partem para cursos de mestrado e doutorado especificamente nas áreas relacionadas à *home economics* no exterior. *Ohio, Purdue, Iowa e Michigan* foram algumas das universidades que as receberam. Continuava, pois, o contato com sua matriz norte-americana. Pioneiramente, Sônia Silva conquistou título de *Doctor of Philosophy in Home Economics Education* pela *Iowa State University*. Ela já havia conquistado o título de *Master of Science in Home Economics Education* pela Universidade de Purdue e *Bachelor of Science in Home Economics* por *Maryland University*. Nerina Aires Coelho Marques, Neuza Maria da Silva, Eliana Maria Romeiro, Elza Vidigal Guimarães e Karla Maria Damiano Teixeira foram algumas das que também conquistaram títulos nas décadas de 1970 e 1980.

Naquele período observou-se também o crescimento das ciências domésticas nas áreas de bioquímica e tecnologia de alimentos. Desde 1964 a ESCD oferecia curso de nutrição para “Voluntários da Paz”.<sup>169</sup> Na programação dos cursos de extensão, oferecidos pelo DED em 1976, constava, por exemplo, o de “Noções Básicas de Nutrição: Vitaminas, Minerais, Hidratos de Carbono”.<sup>170</sup> E, naquele mesmo ano, realizava-se na UFV o *1º Simpósio de Ciências Domésticas*.<sup>171</sup> As ciências domésticas iam tornando-se cada vez mais acadêmicas, se expandiam e se consolidavam.

Neste capítulo nos concentraremos nos anos 1970 e 1980. Extrapolaremos timidamente esse recorte para chegarmos aos anos iniciais da década de 1990 porque neste período o curso toma outros rumos e suas profissionais entram, por assim dizer, numa espécie de “conflito de gerações”. Circunstâncias novas, às quais faremos menção no final deste capítulo, polarizariam os posicionamentos das professoras e suas escolhas levariam ao

---

<sup>168</sup> O Mestrado em Economia Rural, um dos mais tradicionais e importantes cursos de pós-graduação até então vigente na UFV, foi criado em 1961, seguido pelo curso de Mestrado em Extensão Rural, em 1968, e Doutorado em Economia Rural em 1972 (FARIAS, 2012).

<sup>169</sup> Acontecimentos e Realizações de 1964. Cód. 2. 01 de Abril de 1964, p. 2. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/220/2>. Acesso: 09/01/2015.

<sup>170</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 24, Cx. 1168, 1976.

<sup>171</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 24, Cx. 1169, 1976.

esvaziamento de um projeto de economia doméstica dando lugar a outro cujo futuro seria no mínimo incerto.

Por ora, o nosso objetivo é duplo. Visamos, primeiramente, compreender o que as profissionais de economia doméstica da UFV consideravam seu *objeto* durante o período, bem como identificar as *atividades institucionais* que iam abrindo caminhos para a sua consolidação enquanto fazer acadêmico-científico num ambiente que, nas origens, como vimos no capítulo anterior, havia se mostrado hostil à sua presença. Isso aconteceu através de convênios, atividades acadêmicas e de extensão, programas de cooperação, encontros e conferências, como apontamos. Para isso debruçamo-nos sobre fontes como protocolos acadêmicos, informativos institucionais e anais de eventos. Buscamos, ainda, compreender a visão e a fala daquelas mulheres por elas mesmas. Seus conceitos, suas experiências e conquistas, sua subjetivação e afirmação mesmas em meio a circunstâncias umas vezes favoráveis outras inóspitas.

Nossas personagens são as profissionais que, inicialmente discentes, tornaram-se professoras e pesquisadoras do DED. Nosso olhar é para aquelas que seguiram uma carreira acadêmica, pois, conforme acreditamos, sua fala deixa ver juízos importantes sobre a ciência, a mulher, a domesticidade, os processos discursivos ligados à legitimação do curso e do doméstico como saber acadêmico, as identidades e os papéis sociais de gênero no interior da saga engendrada por essa experiência de intervenção ao “universo doméstico” no Brasil.

### **6.1 Nas páginas dos periódicos, nas mesas e nos anais de congressos: “mulheres institucionais” e a formação de um novo *universo acadêmico***

Até 1972, a ESCD era formada pelos Departamentos de Têxteis e Vestuário, Enfermagem e Puericultura, Habitação e Decoração, Nutrição e Saúde, Administração do Lar, Educação do Consumidor e Metodologia. Esses departamentos se desmembrariam até a primeira metade da década de 1970 fazendo surgir os Departamentos de Educação, Nutrição, Letras e Economia Doméstica.<sup>172</sup> A concepção que está aqui disposta sugere um pressuposto:

---

<sup>172</sup> Os Departamentos de Nutrição e Saúde, Pedagogia, Letras e Economia Doméstica foram criados pela Portaria Ministerial n. 465 de 01 jul. de 1978 que redefiniu o Estatuto Organizacional da UFV, sendo todas as Escolas Superiores dissolvidas e os departamentos delas derivados reunidos em quatro Centros de Ciências, sendo eles:

assuntos do lar, têxteis, vestuário, enfermagem, puericultura, decoração, educação do consumidor, educação em geral, saúde, habitação e letras são temas femininos. Algo nada distante do que podemos observar em outros trabalhos e discussões acadêmicas. Ainda havia cursos sendo oferecidos na área de agricultura familiar como “Controle de Erva Daninha”<sup>173</sup> entre outros, mas a partir dos anos 1970 o Departamento de Economia Doméstica (DED) começa a oferecer cursos de extensão em “corte e costura”, “desenho técnico”, “puericultura”, “higiene”, “sanitarismo doméstico”, “arranjo floral”, “decoração”, “nutrição” e até elementos aparentemente inusitados como “neurose e personalidade sadia”.<sup>174</sup>

As professoras (especialistas, mestres e doutoras) participariam de seminários de linguística e outras matérias ligadas à ciência da comunicação e sociologia, e seriam convidadas a sessões solenes, presidindo mesas e definindo diretrizes pedagógicas e administrativas dentro e fora de seus departamentos. Com a criação do Departamento de Nutrição em 1975 muitas das professoras de maior destaque e cabedal acadêmico da antiga ESCD migrariam para o novo instituto deixando lacunas e conflitos consideráveis que demandariam esforços novos a seu preenchimento.<sup>175</sup>

Nos anos 1970, a Economia Doméstica também se tornou referência em expressão artística num *campus* ainda carente da área de artes e humanidades.<sup>176</sup> Por diversas vezes vemos pedidos oficiais da Reitoria e de outros departamentos ao DED solicitando empréstimo de instrumentos e do próprio salão nobre para a realização de peças, oficinas de arte, atividades musicais ou atos solenes. Em 1967, a ESCD promovia uma ampla exposição de arte decorativa, expondo métodos e concepções acadêmicas à decoração de ambientes domésticos e de solenidades.<sup>177</sup>

O periódico *UFV Informa*, destinado à difusão das atividades de docentes e discentes da Universidade entre a comunidade acadêmica e local, trazia em 1979 uma matéria acerca do curso de *Arranjo Floral* dado pelas professoras Alaúne Freitas (coordenadora do curso), Maria Lúcia Simonini e Motoko Matsuoka, e a técnica em Economia Doméstica Elza Vidigal

---

Humanas, Biológicas, Agrárias e Exatas. Os departamentos de Letras, Pedagogia e Economia Doméstica foram alocados no Centro de Ciências Humanas e o Departamento de Nutrição ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (FARIAS, 2012, p. 20).

<sup>173</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 2, Est. 19, Cx. 976, 1973.

<sup>174</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 21, Cx. 1049, 1970.

<sup>175</sup> Na fala das professoras que analisaremos a seguir, esse assunto retornará à nossa discussão de modo mais detido.

<sup>176</sup> O Departamento de Artes e Humanidades seria criado apenas nos anos 2000 com os cursos de História, Geografia, Comunicação Social e Dança.

<sup>177</sup> Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/19/2>. Acesso em: 05/01/2015.

Guimarães. O curso era oferecido às alunas dos 7º e 8º períodos do bacharelado em Economia Doméstica, e, ao que parece, tinha caráter eletivo. Sua execução, seus protocolos e expedientes tinham rigor acadêmico, tratando-se de uma promoção do Conselho de Extensão da UFV em parceria com o DED. Intitulado *Arranjos Florais e Decorativos*, o curso contava com um programa ministrado em

(...) parte teórica e prática, através de demonstrações e execuções individuais feitas pelas alunas, sobre arte Ikebana,<sup>178</sup> corbelha e arranjos para diferentes solenidades, decoração para jantares, buquês para presentes, arranjos com texturas secas e outros.<sup>179</sup>

À primeira vista, um curso desta natureza poderia inspirar o juízo imponderado, senão pretendo, de que sua matéria não tivesse caráter científico e que sua utilidade não poderia ser outra senão o “adestramento” de mulheres para a realização de uma tarefa que lhes incumbiam e autorizavam padrões e representações sociais. A julgar pelo objeto do curso, e levando em consideração os discursos contra as ciências domésticas que ouvimos de circunspeções agressivas presentes nas matérias dos jornais estudantis, havemos de considerar a presença de juízos adversos. Não encontramos críticas diretas por parte da comunidade acadêmica masculina talvez porque os anos 1970 e 1980 representem décadas de expansão institucional da antiga ESCD, momento no qual não parecia mais haver necessidade de autoafirmação do curso, senão para si mesmo e para os demais departamentos formados com a extinção da Escola em 1972.

Outras matérias procuram mostrar a economia doméstica como a “ciência do lar” para o “viver bem”. A referida Alaúne Freitas do Amaral, professora titular de “Composição Decorativa”, disciplina dos currículos regulares do curso de Economia Doméstica da UFV, no artigo “Composição Decorativa, Uma Questão de Bom Gosto”, publicado pelo *UFV Informa* também no ano de 1979, opina que uma “síntese de elementos básicos da arte, englobando sugestões de bom gosto e funcionalidade, venha a ser útil às alunas, na concretização de um

<sup>178</sup> “Ikebana é a arte de montar arranjos de flores, com base em regras e simbolismo preestabelecidos. Ikebana é um termo em japonês que significa flores vivas. Ikebana, ou kado, geralmente são arranjos florais para serem utilizados como oferta religiosa, para decorar altares, e são montados com flores, folhas, galhos, frutos e plantas secas. O Ikebana teve origem na Índia, onde os religiosos faziam grandes decorações para o altar de Buda, porém foram os japoneses que tornaram a prática conhecida, e estenderam-na até o Ocidente. O Ikebana é sempre composto por todos os tipos de plantas, como caules, folhas, flores, ramos, e segundo os japoneses simbolizam o céu, a terra e a humanidade”. Disponível em: <http://www.significados.com.br/ikebana/>. Acesso: 13/12/2014.

<sup>179</sup> *UFV Informa*, n. 585, 13 jun. 1979, p. 3. Disponível em mídia digital em LAMPEH Acervos Digitais/UFV/Periódicos: [www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1](http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1)

ideal que é comum a todos: viver bem”.<sup>180</sup> Descartando a explicação incompleta senão imprecisa de que elegância e bom gosto são qualidades inerentes ao sucesso da organização e decoração do lar, Alaúne salienta que “aquele que possui verdadeira compreensão da Arte (sic), sente-se sensibilizado e atraído por uma peça que, mesmo destituída de enfeites, é bela em forma e cor”.<sup>181</sup> A professora observa, ainda, que com “(...) esforço, treinamento e orientação qualquer um pode aplicar, conscientemente, os princípios básicos para isso”.<sup>182</sup> Assim, na disciplina de “Composição Decorativa” as alunas aprendiam noções de “linha, forma, espaço, proporção e escala, luz e sombra, cor, desenho estrutural, desenho decorativo, equilíbrio, ritmo, ênfase, textura e harmonia”.<sup>183</sup> Elementos intangíveis, à primeira vista, porém tratados com rigor científico em um espaço típico, a universidade.

No mesmo periódico, a professora Lúcia Simonini, um dos mais evidentes nomes da história das ciências domésticas da UFV no período que analisamos, é entrevistada e a matéria lega-nos um dos mais importantes textos que encontramos sobre as noções de família, administração da casa, consumo e comportamento do consumidor na visão da economia doméstica. O artigo, intitulado “A economista doméstica e a família”, divide-se em “Administração”, “Educação do Consumidor” e “Compras”, e sua tônica fundamental é a sustentação da *ciência* e da *racionalidade* que envolveria a gestão desses três itens.

O texto inicia-se de modo bastante similar à fala das pioneiras americanas que, sob o fito de legitimar os saberes domésticos no campo científico, defendiam, nos anos 1910 e 1920, a racionalidade e o método na execução de tarefas domésticas ligadas à limpeza e preparação de alimentos, por exemplo, conforme visualizamos no capítulo 3. Inicia, então, Simonini:

A administração de uma casa, que a rigor deve ser feita *consciente* e *racionalmente*, sempre foi feita na base da *intuição*. As *donas de casa* não têm conhecimento dos *métodos* de sua administração, a menos que seja através dos valores hereditários, que, na maioria das vezes, *prejudicam*, em vez de facilitarem a *tarefa* (grifos nossos).<sup>184</sup>

Note-se as noções de “consciência” e “racionalidade” reclamadas pela professora num claro esforço de inserir elementos de rigor acadêmico na agenda da administração doméstica.

<sup>180</sup> UFV Informa, *Imprensa Universitária*, n. 570, 2 mar., 1979, p. 2.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> UFV Informa, *Imprensa Universitária*, n. 568, fev. 1979, p. 1. Disponível em mídia digital em LAMPEH Acervos Digitais/UFV/Periódicos: [www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1](http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1)

Neste particular, não podemos deixar também de lembrar a própria máxima beecheriana citada por Cogan e por nós analisada no capítulo 3: “Academic education was necessary prerequisite to successful homemaking”.

Simonini lembra que seria preciso ser racional e não intuitiva no tocante às tarefas domésticas. Assim, as donas de casa haveriam de deixar a *tradição* para compreender os *métodos* do fazer doméstico que pressuporiam a sua administração em termos racionais. Não há, porém, qualquer discussão acerca do lugar social da mulher como *responsável* pelas *tarefas* domésticas. Simonini se dirige às *donas de casa* e não é definitivamente matéria de sua discussão a legítima competência e o compromisso da mulher com o ambiente doméstico. Por outro lado, ela não o subestima também. Pelo contrário, o exalta, e parece fazê-lo no intuito de mostrar a importância e o lugar da ciência doméstica para a boa gestão de um espaço que, a princípio, seria somente governado pela intuição. Assim

as economistas domésticas são preparadas no sentido de identificar os valores de determinada família, e tentar mostrar que, além deles, existem outros (...) elas orientam[-nas], quanto à melhor maneira de *organizar* e *administrar* o lar, com *inteligência*, utilizando o *tempo* e o *talento* (...) [Assim] uma família de baixa renda pode melhorar o seu padrão de vida, utilizando apenas o *talento* de cada um de seus membros. Uma dona de casa que sabe costurar, por exemplo, pode confeccionar roupas para a família, para os vizinhos e, com isto, aumentar a sua renda (grifos nossos).<sup>185</sup>

Inteligência, tempo e talento. Três elementos que remetem a uma intenção de gestão econômica combinada a fatores que envolvem a administração de uma casa autorizando a expressão “economia doméstica”. Essa postura mostra uma vez mais a influência da *home economics* norte-americana pós-conferência de *Lake Placid* (1899). Como visto no capítulo 3, é neste momento que as antigas “ciências domésticas”, aplicadas apenas à extensão rural, e as “artes domésticas”, ainda tratadas como *fazeres* e não tanto como *saberes*, dão lugar a uma *Economia Doméstica* oficial e nacionalmente reconhecida enquanto curso superior, com disciplinas e currículo regulares. É também naquele contexto criada a AHEA, *American Home Economics Association*, hoje flagrantemente chamada *American Association of Family and Consumer Sciences*.

O pragmatismo do saber aplicável (e aplicado), base de criação da própria ESAV, parece ter acompanhado igualmente os trabalhos da economia doméstica da UFV. Os

---

<sup>185</sup> Idem, p. 1.

pressupostos da ciência pragmática dos *land-grant college* aparecem, agora num contexto mais urbano, combinados a noções de higiene pessoal e outras questões básicas que envolvem a utilização do próprio espaço doméstico pelos membros da família, de modo que

a atuação das economistas domésticas, na área de organização e administração do lar, é muito ampla. Elas ensinam as famílias até mesmo como escovar os dentes, mostrando as consequências da falta desse costume, bem como *a maneira de a família usar a sua casa* (grifos nossos).<sup>186</sup>

Neste ponto, a economista doméstica é, a um só tempo, administradora e economista. Gestora racional dos expedientes que implicam a execução das tarefas domésticas, ela traz consigo uma aura missionária. Uma “missão civilizadora”, como se pode supor. Não falamos em missão enquanto doutrina, mas enquanto propósito. Um projeto de expansão e aplicação de saberes definidos e correlatos, pautados em concepções de organização social e vida em família. Notamos aquelas profissionais e a ciência que faziam e praticavam como realidades que revelam uma *intenção* mais ou menos precisa de *intervenção e transformação* sociais.

É bastante evidente a proximidade desse discurso “civilizador” de Simonini com aqueles – por vezes agressivos – sustentados pelas *home economists* estadunidenses dos anos 1910 e 1920. No capítulo 3, quando analisamos a *Progressive Era*, vimos que as autoras – como Helen Campbell, um dos maiores ícones do “taylorismo doméstico” da época – insistiam veementemente que a limpeza da casa, sua organização e *layout*, bem como o preparo de alimentos e o asseio que deve implicar a sua feitura, deveriam envolver processos científicos. Ela criticava as habilidades tradicionais das donas de casa americanas chamando-as ao progresso da técnica, à utilização racional do tempo e à otimização do trabalho no micromovimento.

A característica missionária das ciências domésticas é autorizada justamente pelo discurso de cientificização das tarefas domésticas. Daí Campbell sustentar que fazer um pão de ló (*sponge cake*) não era questão de sorte, mas de ciência. A implicação mais importante disso parece ter sido os embates que se travaram entre esse novo discurso sobre a organização e execução das tarefas domésticas e as formas tradicionais de executá-las ou mesmo negligenciá-las. Como vimos no capítulo 3, essa era uma agenda comum a todas as pioneiras americanas, especialmente às mentoras da *Progressive Era*, como Campbell e Talbot.

---

<sup>186</sup> Idem, p. 1.

No que toca a educação do consumidor, Simonini inicia com uma pergunta: “Nós, consumidores em potencial, estamos preparados para bem administrar nosso dinheiro?” Deixando falar a própria autora, o artigo é categórico: “não”. E explica que “(...) condicionados a carga diária de propagandas comerciais que entram em nossa casa, principalmente através da televisão, acabamos dispondo do nosso dinheiro, levados apenas pelo aspecto visual das embalagens dos produtos anunciados”. Assim,

para orientação do consumidor, o curso de Economia Doméstica, muito abrangente, em termos da vida prática diária, apresenta a disciplina ‘Educação do Consumidor’, que ensina como utilizar o dinheiro, dentro das possibilidades financeiras de cada família.<sup>187</sup>

Questões das ciências econômicas aplicadas ao universo doméstico e familiar. A palavra economia deriva da expressão grega οικοζ que significa casa. OIKOS é também o nome da Revista Brasileira de Economia Doméstica, uma publicação da ABED organizada pelo DED/UFV, como notamos antes.<sup>188</sup> Do vocábulo οικονόμος, que significa algo como a administração ou normalização da casa, deriva a palavra *economia* no seu sentido pleno. Naturalmente, o alargamento do conceito de casa deu espaço para interpretá-lo como uma cidade, um estado ou um país, o que alarga também o foco e a atuação da própria economia doméstica. A palavra “doméstico” qualifica o termo “economia”, ligando-a à “família”. Esse é o ponto e nós teremos oportunidade de notá-lo adiante ainda neste capítulo.

Conforme essa definição, o economista doméstico deve se ater à unidade *familiar* estudando os elementos que envolvem a sua atuação na sociedade, independentemente do espaço da casa. O doméstico aí, então, se amplia, e passa a significar o estudo dos cuidados com a unidade família na sua transversalidade, ou seja, com foco nos processos sociais em que ela se envolve e, é claro, na sua dinâmica interna também. Mas o espectro da economia doméstica é etnográfico como podemos notar; seu fito é a intervenção, a transformação da família, o seu bem estar, ou o seu “viver bem”, como apontamos acima. Daí Simonini falar

<sup>187</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, n. 568, fev. 1979, p. 1. Disponível em mídia digital em LAMPEH Acervos Digitais/UFV/Periódicos: [www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1](http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/44/1).

<sup>188</sup> A OIKOS foi criada pela ABED (Associação Brasileira de Economia Doméstica), que, à época, 1982, conseguiu, através de sua então presidente, Maria Lúcia Simonini, do então reitor da UFV Prof. Paulo Mário Del Giudice deixar os encargos de sua publicação à Imprensa Universitária. Veja-se Discurso da Prof.<sup>a</sup> Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.



em educação do consumidor como uma disciplina que orienta a família de modo a tornar mais inteligente, consciente e racional a sua administração financeira. Em tom conclusivo, ela define a disciplina “Educação do Consumidor”, componente regular dos currículos do bacharelado em Economia Doméstica: “‘estudo da importância do consumidor na economia e dos fatores que afetam o consumo, administração do dinheiro e normas para *melhor* comprar’ (grifo nosso)”.<sup>189</sup> Assim, quando se fala em economia doméstica, fala-se em pressupostos do que seria a *melhor* maneira de se realizar as tarefas domésticas, ou antes, as que implicam a família e todas as atividades a ela relacionadas, inclusive e especialmente o consumo.

Uma vez mais, a professora chama atenção para o “problema” da intuição antes reclamado como o principal empecilho para a plena racionalização das atividades de gestão cotidiana da casa segundo os baluartes das ciências domésticas nos EUA:

(...) a maioria das pessoas não sabe comprar. Muitos compram intuitivamente. Como exemplo ela cita: ‘existem os palitos em caixa e palitos embalados, em papel celofane, mas as pessoas preferem comprar os da caixa, simplesmente por causa da embalagem, mas os palitos são os mesmos’.<sup>190</sup>

Outro exemplo:

‘você entra numa mobiliadora (sic) e, levado pela aparência de luxo, compra, por exemplo, um jogo de quarto, por um preço alto. Com o tempo, há de convencer-se de que o material é de má qualidade, pois o verniz é que dava a falsa aparência de luxo. Aí, então, descobre que poderia ter pago muito menos, por um artigo melhor e mais durável’.<sup>191</sup>

Esse tipo de postura corrobora o que temos observado até aqui: o comportamento do consumidor frente a produtos que guardem relação com os fazeres domésticos e principalmente com a formação do espaço da casa deve ser racionalmente referenciado por critérios de compra e habilidades de gestão e administração. Como o artigo se tratava de um informe universitário, uma espécie de divulgação das atividades dos cursos e departamentos da Instituição, Simonini aproveita para citar outra disciplina dos currículos de Economia Doméstica: “Organização e Administração do Lar”.

---

<sup>189</sup> Idem, p. 1.

<sup>190</sup> Idem, p. 1.

<sup>191</sup> Idem, p. 1.

Basicamente, a disciplina visava à preparação da profissional de economia doméstica, no sentido de educar as famílias para o bom uso dos seus recursos mesmos, aproveitado, principalmente, o tempo e executando, com critério, as tarefas diárias.

Como podemos observar, a economia doméstica teria o objetivo de levar uma cultura específica à “dona de casa” e esta, por sua vez, o desígnio de plantá-la junto aos membros de sua família. Tudo isso envolvendo um discurso de “dever da mulher” e “compromisso pátrio”.<sup>192</sup> Assim, a mulher-economista doméstica, seria uma educadora não só da mulher-dona de casa, mas da família, ou desta através daquela. A matéria pressupõe, sem maior embargo, a ligação (natural, ou antes, *naturalizada*) da mulher ao ambiente doméstico, ao lar e às suas dinâmicas mesmas, assumindo-os como objetos de investigação e intervenção científicas. A aplicação da teoria como forma de tornar a prática mais inteligente, racional e consciente. Uma marca do pragmatismo americano aliado ao tempero de um tempo em que mulheres acadêmicas assumiam posições antes impensáveis à sua monta.<sup>193</sup>

O caráter missionário e extensionista das economistas domésticas continuava agora numa perspectiva mais urbana como podemos perceber. Em 1982, a partir de convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (Ceasa-MG) e a UFV, criou-se o “Programa de Orientação aos Consumidores de Belo Horizonte”, cujo responsável de assessoramento técnico era exclusivamente o DED, nas pessoas de suas alunas, coordenadoras e professoras. O programa tinha o objetivo de promover educação dos consumidores do setor varejista do CEASA em Belo Horizonte, ensinando principalmente “(...) no que se refere à seleção, compra, armazenagem e cocção correta de frutas e hortaliças (...) [sendo] utilizados os recursos da Imprensa (rádios, jornais e TVs) na divulgação de informações técnicas”.<sup>194</sup> Através do programa, 18 alunas da Economia Doméstica tiveram a oportunidade de difundir seus conhecimentos e aplicá-los *in loco* junto às coordenadoras do projeto, professora Fernanda Fontes Braga, então chefe do DED, e as demais componentes da equipe formada pelas professoras Neuza Maria da Silva, Maria Lúcia Simonini, Eliana Carvalho Romero e

---

<sup>192</sup> Esse discurso é recorrente nos trabalhos sobre Economia Doméstica. Em artigo de Linda Nelson, “Contribuição dos Profissionais em Ciências Domésticas para o Desenvolvimento da Nação”, publicado nos ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS no Brasil realizado em Piracicaba, SP, em 1974.

<sup>193</sup> Todos os artigos (e mesmo os ofícios) que lemos falam em “nossas alunas”, “as alunas” e se referem amiúde à dona de casa, não as alunas como donas de casa, mas como agentes ativas, cientistas, intelectuais, pedagogas capazes de levar a ciência ao melhoramento e racionalização da vida das famílias, dos lares e de sua eterna e crucial – senão natural – mentora: a mulher.

<sup>194</sup> UFV Informa, Imprensa Universitária, 20 abr. 1983, p. 4.

pelas técnicas Ana Maria Chaves e Marilda Fortes Donzele. Tal programa aparece-nos como mais uma forma de dinamização do processo de “Ensino, Pesquisa e Extensão” propalado e pretendido pela instituição desde os tempos de Rolfs (veja-se capítulo 4).

No mesmo ano o DED oferecia curso de 80 horas em 2 módulos, na área de “Educação para o Lar”.

A sessão de abertura foi presidida pelo professor Eloy Gava, Pró-Reitor Acadêmico da UFV, que falou da importância da Educação para o Lar nos dias de hoje e sua tendência de crescimento para o futuro, enfatizando o esforço da Universidade em buscar a integração com o ensino de 1º. e 2º. graus na região.<sup>195</sup>

O conteúdo do treinamento destinado a educadores primários e secundários estava ligado às diversas áreas regulares da Economia Doméstica acadêmica, entre as quais estão a “Relações Humanas e Familiares”, “Educação do Consumidor”, “Equipamentos Domésticos”, “Puericultura e Enfermagem”, “Alimentação”, “Vestuário”, “Têxteis”, “Habitação”, “Decoração” e “Higiene”. Relacionando-se entre si, as diversas áreas vinham envoltas à componente missionária sobre a qual temos nos debruçado e defendido aqui. Isso porque tratavam-se de cursos extensionistas cujo público alvo eram educadores de níveis básicos do ensino capazes de difundir os ideais da *home economics* entre aqueles (ou aquelas) que, por suposto, não conheciam a racionalidade aplicável à gestão e administração das tarefas domésticas e seus subjacentes.<sup>196</sup>

Na área de vestuário e têxteis entravam as técnicas de corte e costura e as noções de etiqueta. Em 1983, o DED em parceria com a EMATER,<sup>197</sup> oferecia curso de extensão em “Corte e Costura” no distrito de Cachoeirinha em Viçosa. O curso fora ministrado por duas alunas formadas em Economia Doméstica, Ana Márcia Machado Magalhães e Marly Maria de Magalhães. A disciplina ECD 292, Estágio Supervisionado, previa este tipo de expediente a fim de que as estudantes pudessem “(...) vivenciar e aplicar conceitos adquiridos na sua vida

<sup>195</sup> UFV Informa, Imprensa Universitária, no. 786, 14 abr. 1983, p. 4.

<sup>196</sup> *Idem.*

<sup>197</sup> “A Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, fundada em 1948, foi a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais (...) Em 1974 o serviço de extensão coordenado pela ABCAR foi estatizado, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, responsável pela coordenação de todas as Emateres, empresas públicas estaduais vinculadas às Secretarias de Agricultura dos Estados, criadas em substituição às ACARES”. Disponível em: [www.emater.mg.gov.br/portal](http://www.emater.mg.gov.br/portal). Acesso em: 06/01/2015.

acadêmica”.<sup>198</sup> Cumpria-se, pois, o desígnio primeiro do ideal esaviano de desenvolvimento da teoria à luz da prática, e não o inverso (veja-se capítulo 4).

As noções de etiqueta estão ligadas segundo preceitos da Economia Doméstica ao saber vestir-se adequadamente. Não absolutamente num sentido cultural o que talvez estivesse mais próximo de diálogos estéticos com a moda. Em verdade, o que se define como adequado está mais revestido de perspectivas práticas ligadas à matéria das vestimentas e sua utilidade, o que implica a sua indumentária social, adequação e asseio. Como apontou certa vez o professor e extensionista José Emilio G. de Araújo, é importante saber vestir-se “(...) de acordo principalmente com as condições e o tipo de trabalho. Além de ser um abrigo, o vestuário está grandemente relacionado com o sistema higiênico de cada pessoa”.<sup>199</sup>

Esse tópico – vestuário – apresenta-se na discussão de Araújo como um dos mais importantes elementos no que diz respeito também à produção familiar. O autor salienta que a confecção e o cuidado do vestuário são de grande valia uma vez que quando a roupa é produzida na família e para ela, “é inevitável que se reverta em maior economia para as finanças da empresa familiar”. Além disso, a confecção para outras famílias de uma mesma comunidade pode tornar-se fonte de renda a mais para a família produtora e, com isso pode-se gerar “capacitação de mão-de-obra para empresas comunitárias de lavanderia, havendo necessidade de determinados conhecimentos acerca das novas fibras e dos cuidados que exigem”.<sup>200</sup>

Implicando melhorias na habitação, nas formas de administrar os produtos e o consumo necessários à vida doméstica, higiene, limpeza e asseio, vestuário e noções de etiqueta e comportamento social e intrafamiliar, as ciências domésticas afirmavam-se a partir de valores ligados à família nuclear, em que se elege a mulher como “gestora” e responsável pelo sucesso deste modelo. Anos antes, aqueles conhecimentos de gerenciamento de compras, equipamentos, higiene, vestuário e decoração, combinados a noções teóricas das áreas de biologia e saúde alimentar, já eram difundidos por meio de pequenos cursos de extensão realizados a partir de convênios entre a Universidade e a ACAR. Foi assim que em 1967 a professora Mércia W. Lara, do Departamento de Nutrição e Preparação de Alimentos da ESCD

<sup>198</sup> UFV *Informa*, Imprensa Universitária, n. 783, 24 mar. 1983, p. 3. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/272/3>. Acesso em: 04/01/2015.

<sup>199</sup> ARAÚJO, José Emilio. “Contribuição das Ciências Domésticas para o Desenvolvimento Rural”, ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, Piracicaba, 1974, p. 57-72.

<sup>200</sup> Idem.

ministrou dois cursos rápidos sobre Educação do Consumidor na Seleção e Compra de Alimentos nas cidades de Lavras e Juiz de Fora, atendendo a uma solicitação da Associação de Crédito e Assistência Rural daquelas importantes cidades mineiras.<sup>201</sup>

Ainda no início da década de 1960, o professor norte-americano G.E Schuh, então servidor da UREMG por convênio com a Universidade de Minnessotta, participava do Seminário de “Ensino de Ciências Domésticas” em Santiago no Chile. O evento foi promovido em 1964 pela FAO (*Food and Agricultural Organization*) e contou com a participação de todos os países latino-americanos. Quatro conferencistas apenas prelecionaram as palestras principais. “Ao Dr. Schuh coube focalizar o aspecto econômico [da família], com o trabalho ‘O Papel da Família Como Unidade Econômica’”.<sup>202</sup> A discussão do docente coloca a família no contexto das ciências econômicas e isso, por mais que se pareça dispensável, é uma maneira de aproximar o doméstico da ciência já consolidada e, de certa maneira, autorizar a cientificização dos saberes das ciências domésticas.

O curso foi tornando-se referência nacional como muitos apontam em diversos documentos. Em 1980, por exemplo, o departamento de Economia Doméstica recebia as professoras Solange Laus, Anna Francisca Medeiros e Marení Barneche, todas da universidade de Passo Fundo, RS. As profissionais gaúchas visitaram a UFV e o Departamento de Economia Doméstica a fim de conhecer

o funcionamento, *curriculum* e a experiência do Curso de Economia Doméstica, tendo sido orientadas pela Professora Maria Lucia Simonini. Também tiveram contatos com os Departamentos de Nutrição e Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia de Alimentos e outros setores da UFV.<sup>203</sup>

Um dos modelos mais importantes de Faculdade de Ciências Domésticas do sul do país era (e ainda é) a da Universidade Federal de Pelotas. Passo Fundo deve ter seguido o exemplo, mas as professoras estiveram em Viçosa para conhecer a Escola que era referência no Brasil. O *V Congresso Nacional de Ciências Domésticas* (1979), realizado em Pelotas, teve como lema: “Por um Projeto Nacional para a Promoção Integral da Família e da

<sup>201</sup> *Informativo UREMG*, Imprensa Universitária, 13 set. 1967, p. 2.

<sup>202</sup> Acontecimentos e Realizações, Cód. 2, 1964, p. 6.

<sup>203</sup> UFV Informa, Imprensa Universitária, Abril 1980, p. 4.

Comunidade”. O idealizador e criador do curso de Ciências Domésticas de Pelotas, o supracitado professor José Emilio G. de Araújo, analisou anos antes no *Seminário Sobre Novas Perspectivas das Ciências Domésticas*,<sup>204</sup> em Piracicaba, o papel da mulher como agente de transformação social por meio da família. Em uma passagem de sua comunicação, ele dizia:

Acredito que já superamos a concepção muitas vezes contestada, de que há coisas que a mulher pode fazer, somente ‘porque é mulher’. Devemos hoje afirmar que no desenvolvimento há tarefas que a mulher pode desempenhar *melhor do que o homem*, pois com preparação profissional adequada e comparável ela está em condições de acrescentar uma *aptidão real para a compreensão das comunidades humanas e para a integração das mesmas*. Tudo isso partindo, principalmente, da unidade social básica: a família.<sup>205</sup>

A fala do professor Araújo parece, a princípio, afastar-se do pressuposto ontológico da mulher-educadora que tanto se veiculara nos discursos acadêmicos. Isso porque a sugere como “*melhor do que o homem*” na execução de certas tarefas, o que não significa que seja um papel seu e que isso guarde algum senso necessário de submissão. Adiante, porém, vemos-lo falar em *aptidão* para a compreensão das comunidades e, ainda, noutro trecho ele salienta que

estudos biopsíquico-sociais que se operam no agrupamento familiar têm ressaltado a participação ativa da mulher na formação integral dos filhos. Consequentemente, ela exerce uma influência primordial sobre as atitudes sociais e sobre a moral desses. Grande parte dessa influência tem suas origens na procriação e no condicionamento psicológico da maternidade.<sup>206</sup>

O poder simbólico desses discursos acadêmicos está no fato de eles produzirem efeitos de verdade e serem, como salientaria Bourdieu, imperceptíveis, o que, ao cabo, testemunharia sua aceitação e operacionalidade (BOURDIEU, 1989). Assim diante de uma matéria veiculada pela mídia escrita ou falada, bem como diante de uma preleção acadêmica na forma de apresentação oral ou nos anais, o fato de acreditarmos ou não no que foi apresentado não importa. Interessa a princípio o que foi dito ou escrito, uma vez que, conforme salienta

<sup>204</sup> O evento foi realizado pela ABEAS (Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior) e marcou um tempo em que as Ciências Domésticas passaram a ser vistas como mais autônomas, dotadas de métodos e teorias próprias bem como projetividade e credibilidade nacionais.

<sup>205</sup> ARAÚJO, José Emílio “Contribuição das Ciências Domésticas para o Desenvolvimento Rural”, ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, Piracicaba, 1974, p. 57-72.

<sup>206</sup> Idem.

Foucault, “põe-se a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora” (FOUCAULT, 2003b, p. 233). Produzidas, pois, a partir de discursos referenciados por instituições como a mídia e a universidade, essas “verdades” são produzidas e transmitidas “(...) sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos” (FOUCAULT, 2003a, p.13).

Assim, no caso da fala de Araújo, estamos novamente diante do pressuposto biológico da maternidade e dos característicos inexoráveis que derivariam dessa condição. Sendo um juízo respaldado por conhecimentos científicos, ele transmuta-se em um discurso de poder e, com isso, opera como um organizador e controlador sociais como o observara tantas vezes Foucault. A noção trabalhada por Schuh, conforme sugere o título de sua preleção no evento da FAO, é retomada por Araújo no final de seu artigo. Segundo ele

à família corresponde inevitavelmente uma função econômica, como unidade de produção, consumo e transformação e, ao mesmo tempo, de transmissão de algumas técnicas profissionais.<sup>207</sup>

Acompanhando os conceitos de família e consumidor – que desde os discursos originais de criação e consolidação do curso junto à “comunidade acadêmica esaviana” era exaltado como justificador da intervenção científica para o seu desenvolvimento, como pudemos notar pela fala de Pe. Mendes (veja-se capítulo 5) –, as profissionais da ESCD insistiam na ideia de que a administração da casa não era assunto de somenos importância e que seu sucesso e desenvolvimento plenos dependiam da gestão racional e objetiva dos elementos que envolvem sua dinâmica interna. Cumpre também notar que as ciências domésticas pretendiam-se também pioneiras na adaptação das famílias às mudanças por que passasse a sociedade.<sup>208</sup> Esses traços característicos dos fazeres e saberes aplicados que modernizam e atualizam formas e maneiras de agir e pensar o universo doméstico no esteio da “ciência da gestão” revelam um esforço talvez similar ao que pudemos notar na trajetória das pioneiras da *home economics* americana, Elen Richards e Hellen Campbell.

Além da noção de família como unidade econômica e da casa como objeto de investigação e intervenção racional da ciência, as economistas domésticas também abrangiam

---

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS no Brasil realizado em Piracicaba, SP, em 1974.

o conceito de “habitação”. Uma noção que contemplasse problemas de infraestrutura, sanitarismo, convivência e gestão do espaço ao mesmo tempo. Não parece se tratar de perceber a casa como *lar* no seu sentido emocional (*hearth*) como o queria Tennyson (veja-se capítulo 2), mas como espaço de intervenção racional. Esse apelo teve também lugar na trajetória da *home economics* norte-americana, especialmente no início do século XX quando se procurava afastar os saberes tradicionais da rotina da “dona de casa regular” a fim de torná-la uma *housewife* moderna e inteligente, praticante das habilidades de gerência fundadas no taylorismo (veja-se capítulo 3).

Em 1974, uma carta da professora Maria Lúcia Simonini comunicava à reitoria da instituição que alunas do curso de Habitação da ESCD fariam seminário sobre o tema.<sup>209</sup> Apesar de não termos conseguido acesso ao prospecto deste seminário, podemos inferir que, por se tratar de um evento acadêmico (o qual propunha discutir um tema ligado às questões de organização doméstica em “caráter científico”), haveria de seguir certos protocolos e expedientes. Práticas acadêmicas, enfim, que iam marcando o território da Economia Doméstica na UFV. Além disso, vemos uma disciplina cujo objeto não se parece ligado a conhecimentos de intuição e cuidado, mas saberes cujas bases não seriam menores que as de outras ciências.

No Brasil, ou mais precisamente na UFV, a partir dos anos 1970, a julgar pela presença de um curso de Habitação e dos juízos expostos anteriormente pela professora Lúcia Simonini no artigo “A economista doméstica e a família”, não será desmedido inferir que a Economia Doméstica – acadêmica e institucional como vinha se firmando – ia deitando fortes bases sobre conceitos técnicos e rigorosos a partir do diálogo com ciências já então consolidadas e na síntese de saberes oriundos da geografia populacional, da estatística, da administração financeira e, é claro, da própria economia.

O diagrama da Paineira, porém, não parava por aí.<sup>210</sup> No âmbito das ciências biológicas, químicas e da saúde, a Economia Doméstica também afinava aproximações. Cinco anos antes da publicação do artigo que entrevista Maria Lúcia Simonini, um ofício assinado pelo Reitor da UREMG e enviado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde solicitava alocação de uma enfermeira à disposição do Departamento de Enfermagem e

<sup>209</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 24, Cx. 1169, 1974.

<sup>210</sup> Nos anos 1960 uma grande Paineira foi desenhada para ser o símbolo da Economia Doméstica da UREMG. A árvore suntuosa expunha troncos e outras ramificações onde aparecem grafados os nomes das disciplinas e áreas de sua atuação. Para uma discussão mais detida sobre o assunto, consulte-se LOPES, 1995, p. 163-181. Veja-se também capítulo 5 desta tese.



Puericultura da ESCD, UREMG. <sup>211</sup> Isso demonstra a preocupação na área de cuidados nutricionais e biomédicos com a saúde de lactantes. Em 1967, o professor e pesquisador americano John Anderson chegava a Viçosa através de convênio entre a Universidade de Purdue e a UREMG. Ele ficaria encarregado de desenvolver e coordenar um projeto de melhoramento genético do milho no Brasil. Em matéria do *Informativo UREMG*, periódico da imprensa universitária à época, lia-se o seguinte: “na UREMG, o Dr. Anderson utilizará a descoberta [feita] na Universidade de Purdue em 1964: a incorporação do gen (sic) Opaco-2 ao milho, melhorando sensivelmente a qualidade de sua proteína”. <sup>212</sup>

Anos depois, as pesquisadoras da ESCD realizariam testes do milho transgênico na nutrição e no desenvolvimento da criança. Em julho de 1971 o *UFV Informa* veiculava matéria sobre os trabalhos realizados pelas pesquisadoras da ESCD em parceria com geneticistas da Universidade. O objetivo da pesquisa era testar a ação da proteína do milho transgênico na dieta infantil a fim de estabelecer balizas de otimização do seu crescimento e desenvolvimento. Os resultados mostraram um notável ganho de peso quando se usava o milho opaco-2. As crianças entre 1 e 2 anos de idade ganharam 60% mais peso ao se alimentarem com alimentos feitos com o milho transgênico. Aquelas situadas em faixas mais altas de idade apresentaram ganhos de até 30%. <sup>213</sup> Meses depois da publicação dos resultados da pesquisa um ofício chega à direção da ESCD informando que a ACAR solicitava curso sobre o milho opaco-2 a suas extensionistas.

Essas matérias mostram como a economia doméstica ganhava importância no âmbito acadêmico aproximando-se das “ciências masculinas”. É notável o crescimento institucional da ESCD ainda no âmbito da UREMG (até 1969) e durante as primeiras décadas da federalização (a partir de 1969). Uma das questões que se mostravam capitais neste contexto era o da disponibilidade de pessoal docente e o alargamento do quadro já existente. A articulação da ESCD junto à administração da Universidade, sua influência, força de barganha e participação institucional, apesar naturalmente das dificuldades prováveis, cresciam também. O decreto n. 5856/60 expedido em 1960 pode algo nos dizer acerca dessa questão. Ele dispunha sobre a “concessão de título de bacharel em Ciências Domésticas, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais”, e determinava que a instituição poderia

<sup>211</sup> Arquivo Histórico da UFV, Sl. 3, Est. 24, Cx. 1168, 1974.

<sup>212</sup> *Informativo UREMG*, Imprensa Universitária, 13 set. 1967, p. 2.

<sup>213</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, no. 23, jul. 1971.

conceder sem ônus para o Estado, o título de Bacharel em Ciências Domésticas às atuais professoras que, sendo portadoras de diploma do primeiro curso ministrado no estabelecimento, hajam passado a lecionar na Escola, no ano de instalação do curso superior.<sup>214</sup>

Esse documento mostra uma preocupação por parte do governo – algo possivelmente requerido pela própria ESCD – em dar uma roupagem mais concisa ao corpo docente da instituição. Cumpre, além disso, observar que esse tipo de postura ilustra bem o fato de as profissionais daquele novo campo serem escassas e, principalmente, de que valia mais a experiência do que propriamente a formação em protocolos acadêmicos. Algo afinado com as doutrinas pragmáticas e utilitaristas do pensamento de educação superior americana (veja-se capítulo 4).<sup>215</sup>

Na documentação norte-americana, à qual nos voltamos recorrentemente durante essa pesquisa, encontramos algo significativo a respeito do curso de *Home Economics* da matriz americana de criação da ESCD. Em 1963, ano de formatura da oitava turma do bacharelado em Ciências Domésticas da UREMG, quando o reitor Joaquim Fernandes Braga proferira o discurso antes por nós analisado (veja-se capítulo 5), uma cúpula reunia-se no edifício administrativo da Universidade de Purdue, em Lafayette, Indiana, para discutir assuntos prementes à gestão universitária. Um dos pontos tratados pelo relatório das atas de reunião foi a aprovação de mudança na graduação em “economia doméstica” para “bacharel em ciências”. O relatório da reunião dispunha que

the faculty of the School of Home Economics are finding it increasingly difficult to live with the degree of Bachelor of Science in Home Economics. They now propose that this degree be changed to Bachelor of Science. *There is a growing feeling that Home Economics is becoming more of a science and less of a 'domestic science', and the increasing enrollment of men, particularly in Institution Management and Nutrition, lends weight to the desire for a change in the degree.* After discussion and upon proper motion duly seconded and unanimously carried, the degree for graduates in Home Economics was changed from Bachelor of Science in Home Economics to

<sup>214</sup> MINAS GERAIS. n.º. 244, Decreto n. 5856, 20 out. 1960.

<sup>215</sup> Por detrás desse ato, porém, parece haver significados ainda maiores. Arriscamo-nos ensaiar que uma postura legislativa de tal envergadura, a princípio impensável para a ciência contemporânea e para outras áreas do conhecimento naquele contexto, guardava relações estreitas com a concepção de ciência doméstica e de um fazer feminino. Queremos dizer que dar o título que exige quatro anos de assiduidade e aprovação nas disciplinas a quem cursara apenas um ano de sua versão técnica parece-nos uma espécie de negligência. São exatamente as bases masculinas da ciência (física, matemática, química e biologia) que diferenciavam o curso técnico do curso superior.

Bachelor of Science, effective January 1, 1964, subject to approval of the change by University faculty.<sup>216</sup>

Isso aponta para a importância de se institucionalizar os saberes domésticos em um âmbito que seja de fato científico nos termos concebidos pelos dirigentes da instituição. Afastar o termo doméstico parecia ser condição *sine qua non* para a afirmação das “ciências da casa”, “da família”, “da nutrição”, “da habitação”, “do consumo”, enfim, como “verdadeiras ciências”. Esse fito espregueia também as ciências domésticas da UFV. Em artigo intitulado “Ciências domésticas, uma Escola moderna e muito bem equipada”, exaltava-se a Escola que sendo fundada na experiência e na tradição “de congêneres norte-americanas (...) atingiu sua maturidade na formação de economistas domésticas e pedagogos, elementos indispensáveis à realização das pretensões de desenvolvimento sociocultural do País”. Observe-se aí também o ideário pátrio marcante entre as ciências domésticas tidas como contributos indispensáveis ao progresso e desenvolvimento da nação.

Em 1979 o Departamento de Educação, instituto que derivou da antiga ESCD,<sup>217</sup> oferecia curso semanal de Filosofia da Ciência para seu corpo docente (!) com o tema “O critério de Demarcação entre Ciência e Não-Ciência”. O curso tinha o objetivo de

discutir e analisar a natureza do processo científico; despertar e/ou desenvolver um processo de reflexão que leve a estabelecer critérios de demarcação entre ciência e não-ciência; desenvolver a atitude científica; desenvolver o pensamento reflexivo e crítico sobre os fundamentos filosóficos da ciência.<sup>218</sup>

A preocupação em distinguir o que é e o que não é científico tornava premente a própria necessidade de estabelecer critérios de identidade para os saberes veiculados no âmbito das ciências domésticas e educacionais. No mesmo ano do curso de Filosofia da Ciência o DED promovia a *Semana de Economia Doméstica* a fim de discutir as áreas de

<sup>216</sup> *Stated Meeting of the Board of Trustees of the Purdue University. Approval of change in degree in home economics to Bachelor of Science.* Purdue University, 1963 (grifos nossos).

<sup>217</sup> “A história do Departamento de Educação e do curso de Pedagogia da UFV tem seus marcos iniciais na Escola Superior de Economia Doméstica, que em sua criação, em 1954, era composta pelos Departamentos de Nutrição, Vestuário, Decoração, Puericultura, Arte e Recreação, Educação, Psicologia e Sociologia. Foi no Departamento de Educação da Escola Superior de Economia Doméstica que o curso de Pedagogia foi criado e começou a funcionar em 1972 (...) Em 1978, a Escola Superior de Economia Doméstica é transformada em Departamento. O Departamento de Educação passa então a ter nova institucionalidade, se vinculando ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes criado também nesse mesmo ano”. Departamento de Educação. Apresentação. Breve Histórico. Disponível em: <http://www.dpe.ufv.br/>. Acesso em: 17/12/2014.

<sup>218</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, 13 jun. 1979, p. 4.

atuação da economista doméstica e o seu papel no setor frente ao Plano Nacional de Desenvolvimento em curso no país desde 1974. Ministradas pelas professoras Maria Lúcia Simonini, Esmeralda Tomaz Afonso, Nerina Aires Coelho Marques e Myriam de Oliveira Fernandes. O seminário discutiu Habitação, Desenvolvimento Humano, Relações Familiares e Desenvolvimento da Criança, Educação do Consumidor, Organização e Administração do Lar e Vestuário. Além dos trabalhos apresentados por área de afinidade pelas acadêmicas das escolas que participariam da semana, seriam também discutidos dois temas especificamente: “Atuação do Economista Doméstico no Mercado de Trabalho” e “Economistas Domésticas Portuguesas – Economia Doméstica em Portugal”. A matéria também aproveita para divulgar os cursos de “Aperfeiçoamento Social e Etiqueta” e “Pintura em Peças de Gesso, Metal e Vidro”.<sup>219</sup>

Vale notar neste momento que um elemento começa a tornar-se central na atenção das economistas domésticas do período: a família. Sendo uma base fundamental da própria consolidação dos saberes domésticos enquanto ciência, a noção de família começa a ser referência para as discussões na área. É como se todos os saberes de química à nutrição, habitação a consumo, confluíssem para a gestão da família, notada junto ao ambiente de seu entorno e no seio de sua lógica e integração mesmas. Assim os departamentos de Economia Doméstica começavam a funcionar como centros difusores de valores morais, envoltos a discursos científicos de gestão intrafamiliar. Isso fora da academia (a partir dos serviços de extensão), mas também dentro dela (a partir dos serviços de orientação estudantil, comuns entre as universidades e *colleges* dos Estados Unidos). Os *Advising Service for Sudents*, por exemplo, eram criados pelos departamentos de economia doméstica e prestavam apoio a estudantes com problemas de transferência, adaptação e quaisquer outras necessidades institucionais e/ou psicológicas. O *Family and Child Development Advising Center* da Universidade do Kansas afirmava através de uma matéria publicada no *Jornal of Home Economics* que sua função era levar a filosofia do departamento para a Universidade como um todo. Assim o espírito de cuidado com a criança e a família seria também direcionado aos estudantes. A ideia era oferecer-lhes suporte no seu espectro pessoal e profissional. Assim,

(...) the Advising Center conveys the department's philosophy to the university, the community, and, above all, the students. In the Department of Family and Child Development at Kansas State, we hope the Advising Center gives students the message that we care about their careers,

<sup>219</sup> UFV *Informa*, Imprensa Universitária, no. 591, 26 jul. 1979.

aspirations, and total development both as professionals and people. We think this is the only way to keep today's home economics students and attract tomorrow's.<sup>220</sup>

Vemos aí dispostas as questões relativas ao cuidado, de um modo geral, e ao cuidado psicológico, em particular, instâncias também aparentemente pressupostas a uma “natureza feminina”. No âmbito da ciência doméstica original exposta na vanguarda de Catherine Beecher vemos essas pressuposições, no entanto agora envoltas a uma concepção distinta que reserva às tarefas e aos compromissos femininos a importância de proposições científicas (veja-se capítulo 3). Um avanço portanto à primeira vista. Persiste, porém, a sutil ligação (naturalizante) da mulher aos compromissos com o cuidado emocional e a temperança. Joan Scott (2005, p. 15), entre outros autores contemporâneos, chama atenção para essa problemática mostrando como no interior do discurso político liberal a cidadania fora vetada às mulheres tantas vezes “(...) porque seus deveres domésticos e de cuidados com as crianças eram vistos como impedimentos à participação política” (veja-se capítulo 2). O discurso burguês, ecoado da França para outros países da Europa e além, entre os séculos XVIII e XIX, é apropriado pelas ciências domésticas talvez sob o fito de invertê-lo. Assim, a partir justamente dos fazeres domésticos, reservados à mulher por meio de um discurso androcêntrico, historicamente observável, propõe-se a sua inserção no mundo da ciência, da academia e do espaço público afinal, a partir justamente da cientificização de elementos que se lhe recaíam como naturais segundo uma pretensa ontologia sexista.

É o que vemos, por exemplo, nos casos das disciplinas “Desenvolvimento da Criança” e “Estudo da Família”. A professora titular dessas matérias, Myriam de Oliveira Fernandes, foi entrevistada pelo *UFV Informa* em 1979 e, como Maria Lúcia Simonini, redeu-nos um amplo material de análise sobre a relação das ciências domésticas da época com a família. A matéria apresenta um título provocador: “A família nunca esteve em crise”. Para Fernandes, os valores estavam em transformação, mas a célula básica da composição social mantinha-se intacta. Agonizava, porém, diante das mudanças observadas. Daí a importância capital da Economista Doméstica no sentido de dar o norte que as famílias precisavam para adaptarem-se às transformações. Não sendo o seu papel procurar explicações para as mudanças em si,

---

<sup>220</sup> AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION (AHEA). *Journal of home economics*. Coleção: Home Economics Archive: Research, Tradition, History.

Myriam apenas parte do suposto de que não existem valores estáticos, imutáveis. As mudanças é que dariam a falsa impressão de que a família estivesse se tornando obsoleta.<sup>221</sup>

A preocupação maior da profissional é a preparação de novas gerações. A Economista Doméstica estaria compelida a inserir-se neste contexto de mudanças a fim de readaptar as famílias, orientando-as, “(...) no sentido de proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento da criança” em meio às mudanças.<sup>222</sup> Uma dessas mudanças, que na fala da professora parece ser a mais proeminente, foi a saída da mulher do mundo doméstico “para disputar com os homens um lugar no mercado de trabalho”.<sup>223</sup> Isso ia requerer um conjunto de “ajustamentos” – para usar palavras do próprio artigo – na gestão da estrutura familiar, entre as quais destacam-se:

modificação de conceitos no processo de administração do lar, planejamento de atividades e coordenação de horários, aperfeiçoamento dos critérios de tempo e de recursos e uma série de outros fatores de ordem psicológica e emocional que, por sua vez, merecem uma atenção especial.<sup>224</sup>

Observe-se que se trata de uma síntese de tudo aquilo que posicionamos até aqui. Um discurso conciso amparado na ciência e gestão intrafamiliar combinadas ao cultivo de certos valores e ideais dentro de um contexto de “emancipação da mulher”, uma vez mais usando palavras do próprio artigo. Myriam salienta, ainda, que as alunas, já frequentando um espaço público – a universidade – espreitam o mercado de trabalho, agora imbuídas de um compromisso com as gerações. “Vivemos na era da tecnologia e, por esse motivo, qualquer função a ser exercida, seja no comércio ou na indústria, seja na escola ou no campo, exige um treinamento especial”.<sup>225</sup> Uma dessas funções é a gestão racional do desenvolvimento da criança, tanto no ambiente familiar como no escolar. Por isso, a disciplina de “Desenvolvimento da Criança” objetivava “dar aos estudantes noções da evolução e do desenvolvimento humanos, bem como prepará-los para o manejo e administração dos programas de atendimento”.<sup>226</sup>

---

<sup>221</sup> UFV Informa. n. 570, 02 mar. 1979, p. 4.

Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/periodicos/principal/visualizar/19/2>. Acesso em: 09/01/2015.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Idem.

A concepção central da professora é de que a criança deve ter um ambiente familiar bem estruturado para ingressar posteriormente no mundo escolar recebendo educação formal efetiva e eficaz. “Visamos a atender, principalmente, à criança *carente cultural* porque é justamente ela quem vai frequentar e desfrutar os programas governamentais” (grifos nossos).<sup>227</sup> Ela salienta que a meta de suas alunas deve ser as famílias de baixa renda que não possuem uma “ambiente de estímulo” para o devido desenvolvimento da criança. Democrática e dialógica, a professora Myriam garante que em suas aulas, as alunas

são levadas a formarem seus conceitos próprios de vivência (...) com plena liberdade de manifestação nos debates, pois, como explica ‘é muito perigoso dar normas. Não existe uma forma preestabelecida para o melhor estilo familiar, uma receita infalível para se viver bem em família’.<sup>228</sup>

Essa matriz orientadora, pautada no caráter idiossincrático das famílias concretas a serem atendidas pelas economistas domésticas, apesar de não dispensar modelos é claro, caracterizou toda uma tendência de pensamento, pesquisa e ação a partir dos anos 1970. Sua marca fundamental parece ter sido o congresso da ABEAS em 1974. Foi ali que se apontaram novos rumos para o curso e a profissão de economista doméstica. Basicamente, tratava-se de eleger um problema central, uma diretriz de ação e um preceito metodológico. O problema era a pobreza na América Latina o que tornava o continente “terreno fértil para atuação de economistas domésticos em projetos, programas e políticas governamentais de desenvolvimento social” (FARIAS, 2012, p. 20). Isso forçava a concentração de esforços mais em questões sociais que em questões técnicas, o que tornava as “ciências domésticas” cada vez mais “humanas”, por assim dizer. A diretriz de ação define então um objeto: a família. O preceito metodológico era o da “compreensão das especificidades”. Um método, pois, a indução. Cada universo particular mereceria um tipo de abordagem e atenção particulares capazes de fazer ver os elementos políticos, sociais e econômicos que envolviam cada realidade. Como resume Farias (2012, p. 20), “os palestrantes foram enfáticos ao afirmar que não era possível atingir o bem estar e a qualidade de vida sem conhecer a realidade das famílias”. E isso deveria ser feito com rigor investigativo e sensibilidade quanto às diferenças e particularidades, para “não cair no hábito de dar receitas” (ABEAS, 1974, p. 52).

---

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Idem.

Em consonância com tudo isso, Fernandes destaca que as disciplinas por ela ministradas na UFV à época (1979) fundam-se na observação participante das alunas através de estágios orientados, a partir dos quais se permitem notar diretamente o processo de crescimento, comportamento e desenvolvimento do pré-escolar. O Laboratório de Desenvolvimento Humano funcionava neste sentido “com aplicação de técnicas que [facilitassem] o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico-motor, intelectual, social e emocional”.<sup>229</sup>

No *V Congresso Nacional de Ciências Domésticas*, a professora Eleonora Cebotarev, do Departamento de Sociologia e Antropologia de *Guelph University*, Canadá, comunicou um *paper* intitulado “La Contribución de las Ciencias Domésticas a la Promoción Integral de la Familia”. Nessa comunicação Cebotarev salientava que o termo ciências domésticas era inapropriado. Para ela o que se comumente chamava “Ciências Domésticas” deveria ser notado mais precisamente

un conjunto de areas de conocimiento, nutridas por las ciencias físicas, biológicas y sociales, y las artes, que son *aplicados* al mejoramiento de las múltiples funciones que la familia cumple para con sus miembros directamente y em forma indirecta para con su comunidad.<sup>230</sup>

Segundo Cebotarev o que define as Ciências Domésticas é seu foco na família, a qual ela define como

unidad de organización social, con un reconocimiento de sus funciones propias, que no están bajo la jurisdicción directa de la comunidad”. Cebotarev salienta que “es esta característica que distingue las CD de otros programas que también tienen por objetivo el mejoramiento social”.<sup>231</sup>

Em meados dos anos 1980 a UFV firma convênio com *Guelph University*. Em 1988, Cebotarev, acompanhada da professora Carolina Acosta, de *Brandon University*, Canadá, chega a Viçosa para orientar os trabalhos de “aprimoramento do ensino de Economia

---

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> CEBOTAREV, E. A.. “La Contribución de las Ciencias Domésticas a la Promoción Integral de la Familia”. ANAIS DO V SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, Pelotas, RS, 1979, p. 17-29.

<sup>231</sup> Idem.



Doméstica para melhoria da qualidade de vida da mulher rural e sua família”.<sup>232</sup> A professora também daria um ciclo de palestras durante sua estadia

(...) desenvolvendo diversas atividades junto aos docentes e técnicos do DED, tais como orientar projetos, ministrar seminário de metodologia da pesquisa e assessorar na montagem de programas analíticos de disciplinas para o curso de pós-graduação em economia familiar, que tem início no próximo ano [1989].<sup>233</sup>

O projeto envolvia as Universidades de Viçosa, Caribe, Pelotas e Pernambuco, e, através dos convênios aí firmados (com renovações posteriores), o DED/UFV recebia os números anteriores da revista *Signs: Journal of Woman in Culture and Society* publicada por *University of Chicago Press*, mantendo, assim, os vínculos com sua origem estadunidense. A preocupação com a mulher e o comportamento feminino diante da sociedade contemporânea continua, ao que parece, a envolver os trabalhos acadêmicos e as discussões políticas das ciências domésticas àquela década.

Nas palavras da então chefe do Departamento de Economia Domestica, professora Nerina Aires Coelho Marques, o trabalho de convênios e assinaturas de revistas que coloquem em pauta discussões acadêmicas e políticas sobre a mulher e seu lugar e papel sociais situa-se na expectativa de “(...) atingir[se] as famílias, uma vez que *em nossa cultura a mulher é responsável* pela maior parte das *atividades familiares*”.<sup>234</sup> Aqui está um juízo emblemático, não isolado (como pudemos notar em outros diversos discursos nos capítulos precedentes, especialmente no capítulo 5) e repleto de um conteúdo que oculta acriticamente a possibilidade de se contestar o arbitrário cultural que o naturaliza. O capital simbólico aí presente prescinde de reflexão exatamente porque é internalizado e manifesta-se como organizador do mundo embora a partir de uma perspectiva sexista. É claro que outros juízos poderiam caminhar em direção contrária e não podemos deixar de notar o final dos anos 1980, quando aquelas palavras foram publicadas, como momento propício para se ouvir tais reações. O fato, porém, é que tomar decisões e sentir-se mais ou menos coagida por arbitrários culturais e discursos, bem como condições concretas da própria vida, não significaria necessariamente voltar-se contra instituições como o casamento e a maternidade

<sup>232</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, no. 1053, 26 maio, 1988, p. 3.

<sup>233</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, no. 1053, 26 maio, 1988, p. 3.

<sup>234</sup> *Idem*, grifos nossos.

ou contestar a feminilidade das tarefas domésticas tidas comumente como antinomias para a verdadeira emancipação da mulher por algumas radicais feministas do período.

As ciências domésticas também tinham uma agenda política. Uma plataforma que não se aproximava absolutamente daquela sustentada pelo feminismo da época, como é previsível. Mas disso inferir que se trata de um discurso de subserviência e condescendência à cultura androcêntrica que lhe impõe dominação é no mínimo impreciso. Não podemos deixar de considerar o que insistiu Bourdieu em *A Dominação Masculina* (2011) acerca do aparato simbólico de que se valem as sociedades machistas no controle e subordinação das mulheres. Cumpre, porém, perceber *as* mulheres concretas antes que *a* mulher categoria; notá-las na sua ação e criatividade, na sua capacidade estratégica, muitas vezes aleatória, inusitada e pessoal. Não autômatas, mas autônomas, “criando elas mesmas o movimento da história”, para lembrar Michele Perrot que epigrafa este capítulo.

Em 1974, no *Journal of Home Economics*, a então diretora de Relações Públicas da *American Home Economics Association – AHEA*, Mary Helen Jonley, publica um ensaio intitulado “Some Myths About Legislative Action”.<sup>235</sup> O texto trata da importância da ação dos chamados grupos de pressão muito comuns em meio à sociedade estadunidense. A autora enfatiza a importância da ação das economistas domésticas americanas na feitura das leis do país. No Brasil esta tendência também parece observar-se com efeito notável.

No *Seminário Sobre Novas Perspectivas das Ciências Domésticas*, a então deputada Dra. Dulce Salles Cunha Braga, mencionando sua estada nos Estados Unidos por convite da AHEA, confessa ter ficado incitada e estarecida. Incitada porque viu o quanto a opinião pública estadunidense – o “quarto poder” segundo alguns teóricos do Estado<sup>236</sup> – encontrava-se ligada às economistas domésticas e como era flagrante o seu efeito prático; estarecida, porém, com o que ao mesmo respeito assistia-se aqui no Brasil. Ela enfatiza que vinha lutando no plenário federal pela profissionalização da economia doméstica brasileira e salienta mais de uma vez a necessidade de melhorar a posição das Ciências Domésticas junto à sociedade brasileira. O ponto mais marcante de sua fala relaciona-se à combinação de quatro elementos: mulher, economia doméstica, família e opinião pública. Ela cita o ensaio de Jonley e exalta a ação das mulheres americanas reunidas em torno de grupos de pressão nos Estados Unidos.

---

<sup>235</sup> JONLEY, Mary Helen. *Some Myths About Legislative Action*. AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION (AHEA). *Journal of home economics*, V. 66, n. 1, jan. 1974. Coleção: Home Economics Archive: Research, Tradition, History. Disponível em: [hearth.library.cornell.edu/](http://hearth.library.cornell.edu/). Acesso em: 04/01/2015.

<sup>236</sup>

Comparando a AHEA à ABED (Associação Brasileira de Economistas Domésticos), e a democracia americana à brasileira, realidades que ela considera próximas e similares, a deputada dizia ser “(...) necessário que [houvesse] grupos de pressão para a formação da opinião pública com vista aos objetivos da entidade”<sup>237</sup> (ela se refere à ABED). Jonley teria apresentado algumas reservas com relação à atuação dos grupos de pressão nos Estados Unidos. Ela afirmava que as economistas domésticas deveriam manter certa compostura diante da sociedade (provavelmente porque acredita veicularem uma espécie de imagem de educadoras, referências, portanto, de ordem e organização). Daí conferir-se legitimidade a grupos de pressão que agissem dentro da ordem e “no bom sentido”, para usar suas palavras mesmas. Corroborando esse pensamento, e talvez investida da mesma perspicácia, Dulce Salles formula: Desde que envolvam *interesses legais e honestos*, os grupos de pressão compostos por membros da ABED são admissíveis, legítimos e bem-vindos.

Assim se infiltra a opinião pública, que mais cedo ou mais tarde sensibiliza representantes populares nos parlamentos, e estes, por sua vez, fazem pressão sobre o executivo. Dessa forma funciona a democracia. E até hoje não se descobriu melhor forma de governar uma nação do que a presença representativa do povo nas leis.<sup>238</sup>

Na composição dessa opinião pública atuante frente às questões legislativas, as economistas domésticas poderiam, pois, propor discussões (cientificamente fundamentadas e, portanto, legítimas e autorizadas segundo conhecimentos produzidos e institucionalizados em âmbito acadêmico) que levassem a ações afirmativas nos campos da família e do mercado de consumo. Assim,

*os economistas domésticos poderão ser defensores do consumidor e trabalhar por melhores condições de vida familiar, tanto no setor público como no privado (...) atuando as Ciências Domésticas tanto no ambiente da família como no público, haverá condições de se estabelecerem princípios legais de alcance a curto, médio e longo prazo.*<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> BRAGA, Dulce Salles Cunha. A opinião pública, os grupos de pressão e as Ciências Domésticas. In *Algumas estratégias para atingir os objetivos das Ciências Domésticas*. ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, Piracicaba, 1974, p. 78-80.

<sup>238</sup> *Idem.*

<sup>239</sup> *Idem.*

Dulce utiliza o tratamento *os* para “economistas *domésticos*” no masculino a fim de chegar ao caráter genérico da profissão uma vez que outros profissionais (homens) da extensão rural atuavam na área de desenvolvimento das comunidades e, muito provavelmente, por causa da atuação de homens no espectro da profissão. A autora encerra sua fala dizendo que, em sua opinião, “o papel *dos* economistas domésticos é fundamental para o engrandecimento do País”,<sup>240</sup> demonstrando aí novamente o ideal missionário e civilizador do discurso das ciências domésticas do qual falamos recorrentemente no capítulo anterior acerca da experiência brasileira, e no capítulo 3 sobre a sua matriz americana.

Mais tarde, em 1983, a UFV sediaria o *VII Congresso Brasileiro de Economia Doméstica*, promovido pela ABED em parceria com o DED, discutindo o tema “A Família e a Nova Economia Doméstica”. Uma vez mais coloca-se a questão da família como elemento central da reflexão em ciências domésticas naquele período. Participaram do evento cerca de 500 profissionais da área, entre professores e estudantes. Presidia a ABED à época a professora Maria Lúcia Simonini. Ela fez a abertura do certame passando a presidência dos trabalhos ao então reitor da UFV, professor Antônio Fagundes de Sousa. Em sua fala inicial, Simonini frisou: “devemos ter sempre em mente as mudanças que ocorrem no sistema econômico e os efeitos dessas mudanças no meio ambiente e na estrutura da família”.<sup>241</sup> Como se tratavam dos anos 1980 e o Brasil passava por graves instabilidades e crises principalmente monetárias e inflacionais, a professora ressaltava ainda: “o Economista Doméstico deve contribuir para a busca de soluções que as famílias *ora* enfrentam (grifo nosso)”.<sup>242</sup>

O curso superior em Economia Doméstica, iniciado em 1952, fazia, naquela ocasião, 31 anos. Simonini lembrou o pioneirismo da antiga UREMG neste particular, e chamou as mulheres que lhe ouviam à responsabilidade de sempre “avaliar e propor contribuições para a melhoria da qualidade de vida da família brasileira”.<sup>243</sup> Naquele ano estava em voga um amplo convênio entre a *Fundação Arthur Bernardes* (FUNARBE), vinculada à UFV, e a *Empresa de Desenvolvimento de Recursos Minerais* (CODEMIN S.A) que promovia a difusão e concretização desse ideal de melhoria da organização intrafamiliar. As professoras e pesquisadoras do DED assessoravam projeto nas áreas de desenvolvimento humano, vestuário e têxteis, economia familiar e habitação. A equipe local era formada pelas economistas

---

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, n. 800, 21 jul., 1983, p. 2.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, n. 800, 21 jul., 1983, p. 2.

domésticas Eliane Pereira Santiago (coordenadora) e Ednaura Casagrande e Joana D’Arc Dan e o objetivo central

(...) promover estudos das condições socioeconômicas das famílias residentes no conjunto habitacional construído para os operários da Empresa, em Niquelandia-GO, visando orientar programas de melhoria de qualidade de vida da população e o desenvolvimento da comunidade.<sup>244</sup>

Por qualidade de vida entendia-se o acesso à escola (visava-se à criação de uma escola local); acesso aos serviços de Correios e Telégrafos “para solucionar dificuldades encontradas no recebimento de correspondências”; acesso à coleta sistemática de lixo; melhoria da qualidade do sistema de TV da localidade; acesso à energia através de ações junto às Centrais Elétricas de Goiás. Além disso, o projeto previa aproximações com a SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública)

para colocação de um posto de atendimento no conjunto [habitacional] e verificar a possibilidade de fazer dedetização nas residências; com a concessionária de transportes, para viabilizar o aumento do número de veículos; com a Emater-GO, no sentido de conseguir sementes de hortaliças para incentivo de hortas caseiras, orientações técnicas e folhetos; além de vários outros contatos para solução dos problemas.<sup>245</sup>

A Dra. Eleonora Cebotarev, supracitada, que também participara da mesa diretora da solenidade de abertura do Congresso, proferiu a primeira de uma ampla série de conferências principais. Em sua preleção homônima ao título-tema do próprio evento, *A Família e a Nova Economia Doméstica*, a socióloga canadense discutiu as novas concepções de família que deveriam orientar os trabalhos da Economia Doméstica brasileira. Uma das conclusões neste sentido foi que

a Nova Economia Doméstica considerava a família não só como unidade consumidora, mas também como unidade produtora na transformação de bens e serviços em utilidade e bem-estar (...) além da importância dada à produção intrafamiliar, reconhece-se que o tempo dedicado à produção e ao consumo é elemento essencial à obtenção de uma qualidade de vida elevada.<sup>246</sup>

<sup>244</sup> UFV *Informa*, Imprensa Universitária, n. 792, 26 maio 1983, p. 4.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> UFV *Informa*, Imprensa Universitária, n. 801, 28 jul. 1983, p. 3.

Desde o início daquele ano, já se discutia a regulamentação da profissão de Economista Doméstico. Em sua fala de abertura do evento, o reitor Antônio Fagundes destacou a importância do profissional e reportou-se ao anteprojeto de lei que regulamentaria a profissão, considerando eventos como aquele de suma importância para a consolidação da Economia Doméstica brasileira. Um dos palestrantes convidados foi o Senador Carlos Alberto Chiarielli cuja conferência intitulada “Trabalho feminino no Brasil” contemplou centralmente o problema da regulamentação da profissão.

Chiarielli era relator do anteprojeto no Congresso Nacional e seus esforços neste sentido pareciam notáveis. Ele afirmou na ocasião de sua conferência que “no Brasil foi criada a ideia de que só se hierarquiza aquilo que está respaldado nos termos da lei”. Em outros países, ele continua, não se regulamenta profissões, de modo que a igualdade “se estabelece pela inexistência de legislação protetora e regulamentar”<sup>247</sup>. Uma espécie de formalização da existência de direito de atividades que já se desenvolvem de fato. Chiarielli exaltara a ação de Maria Lúcia Simonini à frente da ABED e, é claro, da própria associação que ele chamava a intensificar suas atividades para fim de “(...) abrir fronteiras regionais em favor da comunidade brasileira, [fazendo-a] mais consciente, [despertando] nela o sentido crítico, [fazendo] com que as pessoas sejam mais valorizadas, mais respeitadas e mais respeitáveis”.<sup>248</sup>

Em seguida falou o então deputado Euclides Scalco. Sua preleção sobre “O Papel do Economista Doméstico na Área de Saúde Popular” admitiu a Economia Doméstica “(...) como força complementar da atividade médica [já] que a sua formação curricular proporciona conhecimentos nas áreas de Enfermagem do Lar, Primeiros Socorros, Higiene, Saneamento Básico e Puericultura”.<sup>249</sup> Eloquente, o magistrado dirigiu-se às profissionais e estudantes ali presentes convidando-as a refletirem sobre o seu compromisso pátrio e sua profissão, buscando encontrar na ação “(...) o veículo para participar da grande cruzada de reconstrução nacional”.<sup>250</sup> Concluindo, Scalco chamou atenção para a luta forçosa de cada profissional na busca da regulamentação da profissão, “(...) não só para suas ambições e necessidades, mas

---

<sup>247</sup> *UFV Informa*, Imprensa Universitária, n. 800, 21 jul. 1983, p. 4.

<sup>248</sup> *Idem*.

<sup>249</sup> *Idem*.

<sup>250</sup> *Idem*.

sim com o espírito de ser um agente a serviço da comunidade, para torná-la sempre mais forte, para ser cada vez mais justa”.<sup>251</sup>

Apesar de vago à primeira vista, esse “ideal de justiça” pode ganhar maior sentido se alinhado à questão da “qualidade de vida das famílias”, o que, na fala do deputado, vincula-se também ao “desenvolvimento harmônico do homem, no seu ambiente psico-sócio-cultural (sic), proporcionando (...) a [sua] efetiva participação no seio da sociedade na qual vive”.<sup>252</sup> Vemos aí uma vez mais o ideal missionário e de compromisso pátrio das cientistas domésticas (com aptidões pressupostas à doação e ao cuidado) e o espírito extensionista e interventor que deveria emergir de sua atividade.

No projeto de criação do curso de Mestrado em Economia Familiar do Departamento de Economia Doméstica da UFV também se poderá verificar menções à questão da “qualidade de vida”, o que parece tornar-se premente no seio da economia doméstica dos anos 1980 e começo dos anos 1990. O texto salienta que “Experiências anteriores de criação do curso de pós-graduação lato sensu já [havia] sido feitas, todas resultando em irrefutável sucesso”.<sup>253</sup> Foi em 1968, ainda nos tempos da ESCD, que desenvolveu-se “a primeira pós-graduação em regime de tempo integral, sob a coordenação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), com a colaboração da FAO”. Era ainda premente a criação de um curso stricto sensu capaz enfim de consolidar a cientificidade da Economia Doméstica teórica e prática. O texto do projeto ainda justifica que um curso dessa envergadura seria capaz de

(...) abrir oportunidade de realização de pesquisas de interesse da área e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Sendo assim, no II, III e IV encontros de dirigentes de Cursos e Representantes de Classe de Economia Doméstica, realizados respectivamente na UFV, ESALQ e UFRRJ em 1982, 1984 e 1986... concluiu-se que todos deveriam envidar esforços para a criação do curso em questão, reiterando, ainda, ser a Universidade Federal de Viçosa, por suas particularidades já apontadas (...) a ideal para sediar o primeiro curso de pós-graduação em Economia Familiar da América Latina (grifos nossos).<sup>254</sup>

As sementes de uma Nova Economia Doméstica estavam lançadas senão na prática ao menos nos projetos. Os anos 1990 seriam de mais expansão do curso. Basicamente essa nova

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> *Projeto de estruturação do curso de Mestrado em Economia Familiar*. Trecho citado pela Profa. Dra. Simone Mafra em discurso proferido em 2006 por ocasião da comemoração dos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharelado em Ciências Domésticas da UREMGE. Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?area=historico>. Acesso em: 01/06/2015.

<sup>254</sup> Idem.

matriz responderia a uma larga revisão curricular e conceitual em que as disciplinas tivessem por objetivo primordial a atividade em função do Desenvolvimento Humano. Tudo parece confluir para isso. Reuniões técnicas periódicas deveriam ser realizadas pela ABED e por colegiados locais a fim de garantir “ênfase aos aspectos cruciais da profissão, tais como currículo, adaptação às novas necessidades das famílias e do mercado de trabalho, bem como a criação de laboratórios para que o estudante possa ligar teoria à prática”.<sup>255</sup> Além disso, os currículos deveriam seguir uma uniformidade básica e permitir particularidades em função das demandas apresentadas por cada região do país. O “currículo mínimo”, conforme se propôs, deveria ser definido a partir de uma reunião entre todas as escolas “sendo que cada uma deveria estudar com antecedência, as suas características e aspectos regionais, os quais [deveriam] ser considerados na elaboração do currículo pleno”.<sup>256</sup> As Ciências Domésticas repensavam-se, amadureciam-se, revisitavam e definiam, enfim, suas identidades.

Para a ESCD em particular, as décadas de 1970 e 1980 são, pois, o momento de sua apoteose mais propriamente acadêmica por assim dizer. Sua inteligibilidade reside nas evidências que encontramos na documentação apresentada e analisada até aqui. Este período tem importância basilar no todo do nosso trabalho porque é bem aí onde encontramos o esforço de consolidação e afirmação do espaço acadêmico feminino na Universidade Federal de Viçosa. Como vimos, a ESCD deu origem a uma série de outros cursos que seguiram trajetórias tipicamente, conquanto não exclusivamente, femininas. Aliás, de modo a aproximarmos-nos do próprio material teórico por nós apresentado na primeira parte do trabalho, salientamos que, mais que um novo “ambiente acadêmico feminino”, o que se criou na UFV com a consolidação institucional das ciências domésticas foi uma nova realidade social em movimento, um espaço de convivência de significados (muitas vezes opostos) colocados à prova na relação concreta travada entre pessoas, antes que gêneros ou corpos sexuais definidos.

A partir dessa perspectiva, portanto, é que partimos para o último momento deste trabalho. Perpassando novamente por suas estruturas em movimento, é hora de visitar o curso de Ciências Domésticas da UFV agora a partir de um espectro muito especial: a fala das personagens que o experimentaram.

Ouvimos exclusivamente mulheres que seguiram carreiras acadêmicas, envolvendo-se com a universidade e os expedientes científicos e docentes, estabelecendo-se

---

<sup>255</sup> *Idem.*

<sup>256</sup> *Idem.*



profissionalmente neste meio e chegando aí a se aposentarem. Os depoimentos reúnem memórias fragmentadas à primeira vista, mas sua coerência poderá ser notada na composição que as comunica. As palavras guardam sentidos e sentidos importantes, senão cruciais, para compreender um pouco do lugar histórico, social, cultural e político em que elas se inseriram. Nosso objetivo central é perceber como as economistas domésticas da UFV viveram os desafios de consolidar a ciência que aprendiam e veiculavam, e como, tratando questões como família, mulher, casamento e maternidade, por exemplo, elas enxergaram sua condição no seio de discursos e práticas sociais que se desenvolveram junto a papéis sociais, relações de gênero e de poder, especialmente a partir de ambientes tipicamente masculinos como o espaço acadêmico. Suas impressões sobre si mesmas, suas subjetividades e sua participação na consolidação de um campo científico em processo de legitimação compõem o foco central de nossa análise a partir daqui. Mulheres projetivas enfim, como sugere o título deste capítulo.

## **6.2 Entre memórias e juízos: as mulheres-acadêmicas da ESCD por elas mesmas, subjetivação e profissionalização**

Segundo Zélia Maria Biasoli-Alves em seu estudo “Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX” (2000, p. 235): “no final do século XIX e início do XX ‘a mulher é escolhida’, ao mesmo tempo em que é ‘comandada’. Moça com muitos pretendentes tinha os seus pais e irmãos para direcionarem (com brandura ou imposição) com quem deveria se casar”. Esse quadro implica um corolário em particular: à mulher seria dispensável qualquer competência técnica ou intelectual senão a que a conduzisse ao dever (mero) de se casar. Assim, mulher não precisaria, por exemplo, estudar, conclui uma vez mais Biasoli-Alves. A autora entrevistou mulheres e homens que viveram suas juventudes nos anos 1940, 50 e 60 para compreender como esses juízos acerca dos papéis e dos lugares sociais da mulher circulavam pelo senso comum.

Segundo os depoimentos por ela reunidos havia justificativas tanto para que uma menina não fosse para a escola como para que ela fosse tirada de lá. Conforme a fala de uma mulher de 80 anos ““O estudo muda a cabeça e faz a moça ficar sonhando bobagens””; um homem de 78 anos afirma que ““Mulher aprende a ler e escrever só pra ficar lendo romances e escrevendo bilhetes para o namorado”” e, por fim, uma mulher de 75 anos, diz ““Moça direita

não perde tempo com essas besteiras de ficar lendo romances, porque isto é ocasião de perdição” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 235).

Frágil, ingênua e incapaz, a mulher era, pois, também perversa porque poderia se influenciar por tudo aquilo que lhe desviasse do seu desígnio social. Daí a “(...) preocupação com o ‘futuro da moça’, que precisará ‘arranjar’ um marido (provedor) e que, para tal, terá as suas ‘virtudes’, todas, muito ‘olhadas’ e seriamente investigadas” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 235). Resoluto, um homem de 80 anos entrevistado por Biasoli-Alves esbraveja a propósito da necessidade de vigilância sobre a mulher: “As tentações, nunca se sabe, né, quando vão aparecer (...)” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 236).

As meninas eram criadas segundo um discurso de controle social, algo que garantisse a harmonia das alianças matrimoniais e a definição dos papéis sociais fundada ou não nos sexos. Uma homeostase (uma tendência ao equilíbrio social através da aliança matrimonial, da definição das “normalidades” sexuais e de seu controle através das alianças) conforme falaria Foucault (veja-se capítulo 2). As noções de papéis de gênero reservar-lhes-iam uma criação que as conduziam segundo balizas emocionais pautadas no remorso, na culpa e na ameaça de abandono e solidão. Biasoli-Alves mostra que os depoimentos caminham nessa direção especialmente ao tratar as meninas como referenciais de uma boa educação, sendo a medida de seu sucesso as prendas domésticas que se lhes autorizariam um bom partido para o casamento. “Eu sempre agradei quando fazia a coisa certa, eu dizia que ficava bonita, que agora sim era uma mocinha”, diz uma mulher de 80 anos; “(...) ‘nada me dava mais prazer do que, quando saía com eles [ela se refere aos pais], ouvir alguém elogiar e falar: nossa, que menina mais educada que você tem, é um primor esta sua filha””, diz uma entrevistada de 90 anos (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 235).

Por essa razão a educação feminina aprece voltada para a construção psíquica da dependência. Ela só é em relação a uma expectativa social que a elege como *meio* não fim. De tal sorte que, se o projeto se cumprisse, esperar-se-ia da mulher de boa índole e boa família habilidades ligadas à educação, ao cuidado e ao equilíbrio emocional que exigem o casamento e a maternidade. Assim, em casos mais extremos em que uma mulher conquistasse um diploma ou um emprego, ela deveria deixá-los se o dever do matrimônio a viesse impor os compromissos com a casa, os filhos e o marido. “Este comportamento ‘de renúncia’ por parte da mulher é valorizado; sendo dever dela ‘se dedicar aos seus’”; de modo que “espera[-se] dela competências que melhor promovam a educação dos filhos e a própria vida doméstica, que façam dela o suporte adequado para o sucesso profissional de seu esposo”.

A operação simbólica que reúne esses juízos de reclusão da mulher à vida privada deixa ver a concepção de universo doméstico e domesticidade da época. Porém essa história compõe-se também de elementos de ruptura e isso parece ocorrer tipicamente entre os anos 1960 e 1970 em diante. Uma mulher de 50 anos entrevistada por Biasoli-Alves (2000, p. 237) declara:

Aquilo que a minha mãe fazia comigo e com os meus irmãos, de forçar a gente a cumprimentar todo mundo, a ir à missa no domingo cedinho, eu não queria nunca para a minha filha... então eu fiz mesmo diferente!

Sobre o casamento para a filha, uma mulher de 48 anos declara que “seria bom se ela tivesse algo com que se virar porque, hoje em dia, ninguém sabe, é tudo tão incerto, nem o casamento garante”.

A julgar, todavia, pelas falas que ouvimos anteriormente através do trabalho de Biasoli-Alves, cumpre considerar que pelo menos até os anos 1950 circulavam ainda hegemônicos entre as sociedades de classe média urbana no Brasil os ideais de mulher dependente e submissa, indo talvez observar-se sua transformação justamente a partir dali. Entre as nossas entrevistadas, mulheres que viveram sua juventude nos anos 1950/60/70 e 80, veremos essas representações oscilarem. Os anos 1960 e, principalmente, as décadas posteriores parecem ter sido mesmo de inflexão. Dali em diante os juízos até então colocados sem criticismo começam a ser ponderados, contestados e transformados. Daí a “fragilidade” e a “necessidade de proteção”, que reserva à mulher o domínio dos sentimentos, da intimidade e dos cuidados com a prole enfim “(...) ganha outros contornos, fazendo dela um ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e realização de potencialidades”, conclui Biasoli-Alves (2000, p. 233).

Norbert Elias certa vez afirmou que a mais importante revolução experimentada pela sociedade ocidental em toda a sua história ocorrera no século XX porque foi bem aí que as mulheres conquistaram a possibilidade por fato e por direito de construírem uma identidade própria, sem a necessidade de se definir à sombra do pai ou do marido (ELIAS, 1990). Nas palavras de Badinter (1985, p. 333), lemos

na segunda metade do século XX, mulheres opuseram um desmentido irrecusável a essas definições da ‘natureza’ feminina. Provaram com suas

ações que não eram constitucionalmente “passivas” ou “masoquistas”, nem essencialmente “vaginais”. Na verdade, desde que entreabriram as portas de suas casas e invadiram as universidades, os tribunais, os hospitais ou os sindicatos, as mulheres mostraram que o ativismo, a independência e a ambição não eram apanágio dos homens.

Se pudermos fazer nossas as palavras de Badinter e Elias não teria oportunidade melhor para dispô-lo. E talvez esteja bem aí a complexidade do trabalho a que nos propomos. O campo científico, ou acadêmico para ser mais específico, seria um lugar privilegiado para o desenvolvimento da mulher em meio público (e em meio a homens), o que poderia ao cabo desautorizar o discurso de inferioridade que se lhes reservava. Como afirmava Margaret Rossiter, *Home Economics* “(...) was the only field where a woman scientist could hope to be a full professor, department, chairman, or even a dean in the 1920s or 1930s” (*apud* MATTHEWS, 1987).

Esse é o ponto. Se olharmos pelo espectro que possa generalizar a educação superior para mulheres, podemos dizer que talvez tenha sido a academia, a ciência, o estudo superior enfim um dos componentes centrais da abertura de portas que levaram à extensão dos seus direitos políticos não só no reconhecimento dos códigos jurídicos, mas também dos juízos mesmo sociais que estão aí implicados. É claro que estamos falando de um tipo específico de mulher que frequenta um universo restrito que é a universidade, mas, a julgar pelos elementos que envolvem essa trama, podemos supor que, qualitativamente, trata-se de um caso exemplar.

As “moças da ESCD”, como eram conhecidas no seu tempo de estudante, tiveram que lidar com aqueles estigmas que transversalizaram suas conquistas na trajetória acadêmica que escolheram (veja-se capítulo 5). Para essa parte final do trabalho, entrevistamos seis economistas domésticas que se formaram bacharéis nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, seguindo carreiras acadêmicas. Elas contaram espontaneamente um pouco de sua trajetória pessoal, relataram acontecimentos acadêmicos curiosos e importantes e definiram algumas concepções técnicas do curso.

O primeiro assunto que abordamos com as entrevistadas foi o da relação da Economia Doméstica que praticaram com os pressupostos da *Home Economics* estadunidense. As entrevistadas *Um*, *Três* e *Quatro*,<sup>257</sup> cuja entrevista foi feita em conjunto, responderam:

nos meus tempos de estudante, minha convivência com os pressupostos da *American Home Economics* e com a própria cultura americana se deu de maneira tranquila, visto que o corpo docente da então Escola Superior de Ciências Domésticas era constituído por professores americanos e brasileiros que *vinham adaptando* as disciplinas oferecidas no curso à realidade brasileira. Entretanto, vale ressaltar que nessa época poucas pessoas foram treinadas em nível de pós-graduação em áreas específicas da Economia Doméstica. Faziam cursos de curta duração que não capacitavam a fazer uma *análise crítica* para que pudessem ir além das técnicas aprendidas (grifos nossos).

Essa queixa das entrevistadas será uma das mais importantes questões abordadas por elas mais adiante. Pelo que se pode notar, a *home economics*, conquanto seja indiscutivelmente reverenciada por elas, traz consigo uma espécie de necessidade de superação. Não se trata de superar os pressupostos das ciências domésticas em si, mas o nível técnico que a acompanhara até o Brasil. As primeiras profissionais americanas a chegarem ao Brasil para o desenvolvimento do ESCD, a exemplo da própria Miss Dickson, primeira entre elas, eram técnicas e não bacharéis. Essa, portanto, será a crítica levantada pelas primeiras bacharéis da UREMGE. A *Entrevistada Um*, mais antiga entre nossas entrevistadas, tece algumas palavras mais sobre essa questão:

com o passar do tempo, o corpo docente [jovens formadas como ela que pertenceu a primeira turma de bacharelado] foi investindo em treinamento em nível de mestrado e doutorado. Isto contribuiu para o desenvolvimento do senso crítico dos professores e estudantes particularmente em relação às diferenças culturais e socioeconômicas entre o Brasil e os Estados Unidos – berço da *Home Economics*.

Anita Dickson como as demais técnicas americanas nunca aprenderam o português de modo a se comunicar com fluidez com as estudantes. Com os professores (homens), elas o faziam na língua inglesa. Segundo contou-nos a *Entrevistada Dois*,

---

<sup>257</sup> A fim de manter o anonimato das entrevistadas, nós simplesmente as numeramos em ordem crescente de acordo com a antiguidade de sua atuação no âmbito acadêmico. Assim a *Entrevistada Um* é a mais antiga e a *Entrevistada Seis* a mais jovem entre elas.

Ela [Dickson] nos deu aula apenas um semestre (...) escrevia algumas coisas no quadro em língua portuguesa, mas muitas vezes não havia nexos nem sentido, então não entendíamos quase nada do curso por ela ministrado (...) quando redarguíamos sobre alguma palavra escrita no quadro de modo errôneo ou sem sentido, a professora insistia dizendo que já havia checado com o professor e era aquilo mesmo.

Como vimos no capítulo 5, Dickson trabalhou diretamente na extensão rural, o que mostra a íntima ligação do curso de ciências domésticas com a proposta dos *land-grant college* americanos dos tempos da marcha para o oeste: extensão rural, ensino, pois, pragmático, com foco na execução, técnica apenas, não crítica nem teoria reflexiva.

“Tinha também o comportamento das esposas dos técnicos americanos que era muito diferente”, lembra a *Entrevistada Dois*. Ela conta-nos sobre a convivência com as mulheres americanas que vieram residir à Vila Gianetti, um conjunto habitacional construído à entrada do *campus* universitário de modo a receber os profissionais estrangeiros e suas famílias. Na Vila também residiam alguns professores brasileiros. “Quando convidavam a gente para jantar na casa deles, víamos muita coisa já preparada, [algo] que a gente estranhava [pois era] tudo enlatado”. A *Entrevistada Dois* observa que as mulheres traziam tudo de fora do país, crianças pequenas levavam doces de casa para os aniversários e nem a água elas consumiam de fontes brasileiras;

elas tinham uma dispensa enorme e para nós era tudo novidade porque era tudo pronto, comida enlatada que vinha dos EUA; até água elas recebiam de lá dos EUA, não bebiam a água daqui; e elas tentavam se comunicar em português, mas muito mal. As casas eram todas teladas para combater mosquitos; e outra coisa curiosa é que as crianças quando iam para os aniversários já levavam os doces delas que as mães enviavam. O café da manhã delas era muito diferente do nosso, enquanto comíamos café com leite e pão com manteiga, elas serviam de frutas, ovos [e] às vezes uma carne. No almoço também não havia arroz com feijão; era uma massa, uma proteína, dentro do esquema de nutrição né (sic). A verdura refogada que era um hábito da gente elas não admitiam, era salada mesmo porque o cozinhar fazia perder as vitaminas.

Observe-se o hábito de pensar as refeições e o seu preparo segundo suas qualidades nutricionais. Esse era um ponto repetidamente enfatizado pelas entrevistadas acerca dos hábitos diferentes, porém louváveis, das “americanas”, como elas se referem às esposas dos professores estrangeiros, bem como às professoras estrangeiras que tiveram. Essa característica preocupação com as questões nutricionais é uma das bases da *home economics* e

o seria também da economia doméstica brasileira. “Nós fazíamos estágio na casa delas”, diz a *Entrevistada Dois*. Segundo nos conta, elas apenas impunham seus hábitos como corretos e indiscutíveis, não deixando abertura a discussão, opinião e adaptação às particularidades locais. Seu comportamento era tão unívoco e austero que uma delas inclusive tinha o hábito de mudar os nomes das alunas estagiárias, talvez também de modo a facilitar sua memória e pronúncia.

Não queriam receber nenhum retorno da gente, nem saber o que achávamos do que aprendíamos com elas. Tratavam a gente muito mal. Eu não sei, mas aquelas americanas pareciam ser todas temperamentais. Havia uma inclusive muito rígida que havia vivido uma guerra, se não me engano. Eu sentia que *era tudo muito imposto; então a gente saía muito do que elas falavam*; Elas nunca aprenderam o português, então nossas relações com a língua eram ruins. Sabíamos um pouco o inglês porque acabávamos aprendendo com uma americana que veio para trabalhar com nutrição no refeitório. Era curioso porque trocavam nossos nomes propositalmente; eu não podia ter o meu nome em português, ela me chamava de Kathy (*Entrevistada Dois*, grifos nossos).

Podemos perceber na frase que destacamos – “então a gente saía muito do que elas falavam” – que as estudantes brasileiras permitiam-se alguma intervenção inventiva por sua própria conta aos conhecimentos que recebiam das “americanas”. O início talvez de um processo maior de reflexão das brasileiras acerca da “doutrina” que ora recebiam.

A fala de nossas personagens, apesar de bem inscrita e contextualizada, não é capaz de mostrar-nos a dimensão mais ampla desse entrechoque cultural, tampouco os caminhos que tomaram as possíveis reações das alunas neste particular. Não sendo o nosso foco central (nem único) aqui, essa questão serve-nos ao menos à percepção da existência de um caminho tortuoso que parece ter feito com que as mulheres inicialmente compreendessem valores novos e, adiante, perpetrassem trajetórias autônomas, por assim dizer, que as levassem à reflexão sobre a sua própria realidade, objeto, enfim, de sua intervenção.

A segunda questão por nós levantada durante as entrevistas foi a relação do casamento e dos “compromissos sociais da mulher” com a carreira acadêmica que escolheram. A mais pioneira entre elas, a quem chamaremos daqui em diante *Entrevistada Um*, foi um dos mais importantes nomes da Economia Doméstica no Brasil nas décadas de sua atuação como professora (finais de 1960 e início de 1990). Ela afirma com enfática que, apesar das dificuldades enfrentadas, sua trajetória acadêmica a faz sentir “realizada como mulher”, e talvez mais precisamente como *pessoa* e como *profissional*. Lembra seu tempo de liderança

na fundação da ABED e os anos imediatamente anteriores à criação da *Revista Brasileira de Economia Doméstica* (OIKOS) – também com seu envolvimento determinante – como um período de trabalho árduo e importante para a consolidação do espaço acadêmico da Economia Doméstica na UFV. Ela nunca se casou e não teve filhos, sua vida foi dedicada à academia, e, segundo contou-nos, sua imagem feminina nunca lhe causou estorvo entre os homens, dentro e fora da universidade; para o seu juízo, ao que parece, o trabalho que realizava ofuscava essa possibilidade: “Eu trabalhava muito e isso me ajudou” (*Entrevistada Um*).

A *Entrevistada Quatro* também nunca foi casada e não teve filhos; dedicou-se à carreira acadêmica intensamente, sendo professora entre os anos 1980 e 2010. Ela cursou mestrado na Universidade de Ohio nos anos 1980. Quando a perguntamos se considerava o casamento um fator limitador para a carreira acadêmica, ou se, ao contrário, ser solteira era um facilitador, ela ponderou assim:

O único ponto que eu vejo é esse: existe uma limitação porque na hora de escolher um lugar para ir para o treinamento [mestrado ou doutorado ela se refere] a profissional tinha que acompanhar o marido. Porém, nos Estados Unidos tive tanto professoras (e professores) solteiras como casadas; profissionalmente, todo mundo bem colocado, todo mundo bem sucedido. E aqui dentro da Universidade eu nunca senti assim tipo “você é solteira” então você é diferenciada. Mas é um fator limitante o casamento e muita gente não fez mestrado porque acompanhava o marido que foi para uma cidade onde não havia escolha para ela.

A *Entrevistada Três* também tece algumas considerações dizendo:

Não acho que haja uma tipificação necessária [mulher casada, mulher solteira], mas é claro que o casamento é um limitador. Eu vi e presenciei isso aqui no DED. Colegas não podiam sair para mestrado e doutorado, eu, como não era casada, podia ir para onde eu quisesse. Fui para os EUA.

Ela fez mestrado na Universidade de Purdue, de onde saíram as técnicas que fundaram o curso na antiga UREMG, conforme falamos nos capítulos 4 e 5. Sua atuação, segundo comenta, foi muito profissional a todo o tempo, e sua preocupação maior com a academia não teria deixando frestas para relações de força que reduzissem sua pessoa à referência imprecisa de solteira ou casada.



O marido escolhia o que era melhor para ele, a universidade na área dele era melhor, a mulher não, ela apenas o acompanhava, escolhia em sua função. Havia uma força para que as pessoas não fizessem no Brasil, fizessem nos EUA. Porque achava que ia fazer um mestrado melhor, porque no Brasil, em ED, não existia, então fazer no exterior significava fazer em ED pura (*Entrevistada Dois*).

Mais incisiva que as duas anteriores a *Entrevistada Um*, a quem nos voltamos novamente depois de ouvir o que disseram suas interlocutoras, ligou essa questão do casamento e da versatilidade ou não para cursar mestrado e doutorado, cada vez mais necessários para o sucesso e a expansão do curso, a uma onda de desfalques que o DED apresenta diante de um momento em que as professoras dedicavam-se mais ao marido e à família do que à profissão. Falando do casamento, ela observa:

[Casou-se?] e a ED como é que fica? Qual a responsabilidade para com a profissão? Se seguiu esse caminho, tudo bem, mas eu acho que faltou um aspecto que não falta para o homem. Porque ele vai fazer, e volta e [vai onde é melhor para ele, intervém a *Entrevistada Três*] faz a pesquisa e vem e desenvolve; e nós ficamos à mercê do homem porque ele impõe a sua força (sic).[Eu não sou] contra o casamento, não, não é nada disso. Mas ao invés de nossas professoras irem para os EUA, ou para Inglaterra (que tem um curso forte de ED) ou para a França, e *desbravar* lá, e *trazer* para aqui toda a *formação teórica e científica* que estávamos precisando, elas não foram, não trouxeram (grifos nossos).

As palavras falam por si sós e dispensam pois comentários. Nossos grifos ao final desse argumento nos levam a outra grande e última questão: a da necessidade de *desbravar* áreas internacionais a fim de manter viva a chama da ED original, dando-lhe, aliás, fundamentação teórica e científica. A pioneira tem uma leitura que é realmente formidável de se perceber: o curso de ED, nos tempos da antiga ESCD, entre os anos 1950 e 1960, apresentava caráter eminentemente técnico. Nós o pudemos notar no documento, acima referido, que comprova a concessão do título de bacharéis em Ciências Domésticas às profissionais técnicas formadas em curso de um ano devido à necessidade de compor o corpo docente do curso de bacharelado. Segundo a *Entrevistada Dois*, “aquelas pessoas formavam em um ano foram aceitas pela lei para serem professoras com o título de bacharéis porque havia carência de docentes.” Ela lembra ainda que,

essas pessoas [que formavam no curso técnico] condenavam a Economia Doméstica [porque focavam apenas a execução e não a concepção crítica que a ciência exigia, supomos] e nós que fomos formando depois [no curso de bacharelado] não concordávamos com as ideias delas”.

A professora insere neste momento de sua fala a figura do Pe. Mendes, um dos fundadores do curso e seu professor (homem) pioneiro, com vimos no capítulo 5. Segundo ela, “Padre Mendes encontrou na ED um terreno bom para ele dominar. Muitas mulheres que os pais não aceitavam que fizessem um curso fora, na ED podiam estudar”. Afinal era um curso para mulheres *aprenderem a serem prendadas* e, com um padre à frente, tínhamos uma espécie de receita infalível para o juízo dos pais protetores e, porque não dizer, machistas. Neste sentido ainda, a *Entrevistada Seis* lembra que Arthur Bernardes, por exemplo, “dizia que a mulher na universidade ia destruir a família”, de sorte que foi preciso criar na antiga ESAV, o Mês Feminino (1933), evento que serviu como um ensaio para a criação da ESCD em 1948. Segundo conta-os criticamente

o mês feminino foi um momento importante e serviu como um ensaio. [A mensagem fundamental do evento era:] ‘as mulheres podiam ir para a universidade sim, porque *iriam estar sob os cuidados de um Padre* [ela enfatiza]; não era para concorrer com os homens não, era só pra aprender a cuidar da casa (*Entrevistada Seis*, grifos nossos).

Careceríamos de pesquisas mais precisas para chegar a conclusões seguras neste particular, mas podemos supor, a título de conjectura, juntando as falas das professoras com os documentos que avaliamos (especialmente os relatórios de Miss Dickson no capítulo 5), que aquelas mulheres que vieram fazer o curso técnico acabaram por perpetuar por um tempo o estigma da inferiorização das ciências domésticas em relação ao curso superior de ciências agrárias. Como falou-nos a *Entrevistada Dois*:

Como aceitar o doméstico como ciência, né? Então o curso teve muita dificuldade. Pe. Mendes era advogado e nossa diretora era pacata e mais tímida, e ele então dominou a ED. Ele era professor, por sinal muito bom; ele tinha muitas conexões, tinha sido vice-prefeito; ele realmente conseguiu muita coisa para o curso e a sua imagem chegava a ofuscar a da própria diretora da época; ele comandou a ESCD por muito tempo. [E acho que ele] prejudicou porque era mais conservador e tinha ao lado dele a diretora da

antiga ESCD. As pessoas que queriam uma ED mais científica não tinham espaço.<sup>258</sup>

Observe-se que a professora reconhece a importância do Padre, mas, ao que parece, ele mesmo considerava as mulheres como limitadas na sua posição, por isso era preciso um rótulo que lhe prestassem uma identidade e uma missão que elas admitissem como sua.<sup>259</sup> Ao falar de Mendes e dos tempos das ciências domésticas no seu nível técnico, a professora chama mais uma vez a atenção à lei que dava às técnicas o título de bacharéis. Uma negligência desdenhosa à primeira vista, mas talvez justificável pela carência de profissionais à época.

A *Entrevistada Três* esclarece que nos anos 1950 e 1960, e “até início dos anos 1970, o DED liberava suas profissionais para licença temporária apenas para acompanhar o marido porque até então só graduação que era exigida”. Inclusive o universo da técnica que dominava a ED na sua origem ainda estava presente entre as atividades fundamentais do DED. Na década posterior (1970), porém, inicia-se um processo de cobrança para com as profissionais que ingressassem na carreira docente a partir de então no sentido de cursar mestrado e doutorado em instituições pioneiras, de preferência nas matrizes estadunidenses da *home economics*. A *Entrevistada Três* conta-nos que com ela foi exatamente assim. No mesmo ano em que ingressou no corpo docente do DED (1975) a primeira coisa que lhe foi dito: “você tem que fazer treinamento nessa área específica porque aqui não tem”. “E a gente tinha que sair”, ela conclui. A *Entrevistada Um* completa dizendo “foi a época em que tivemos os estudos mais fortes para a Economia Doméstica propriamente dita”.

Nos anos 1970 tivemos condição de nos libertar da técnica; começou então o pensamento crítico da situação; podíamos ver o que poderia ser feito com a Economia Doméstica para melhorar a parte científica (*Entrevistada Um*).

---

<sup>258</sup> Como já apontamos em nota no capítulo 5, Mendes foi professor da ESCD e chefe do departamento de metodologia científica da ESCD entre 1955 a 1968 e seu ingresso na UREMG se deu anos antes com a fundação da Capela de São Tomás de Aquino no *campus* universitário. Era também advogado conhecido na cidade e tinha sido vice-prefeito além de compor, entre 1965 e 1969, o Conselho Universitário da UREMG, o que talvez justifique a fala da *Entrevistada Dois* acerca das qualidades de articulação do padre para benefícios a serem trazidos à Escola Superior de Ciências Domésticas.

<sup>259</sup> Não temos, todavia, pesquisa suficiente para ligar a figura de Pe. Mendes, muito respeitável na Instituição, como ouvimos nas entrevistas e lemos na documentação, para ligá-lo às ciências domésticas no seu nível técnico apenas. Nossa inferência neste ponto é apenas uma menção à fala da professora ora entrevistada.

Acerca do mesmo período, considera a *Entrevistada Dois*: “Foi na década de 1970 que muitas professoras saíram para pós-graduação, mesmo que não em áreas específicas de ED, muitas saíram para fazer cursos na Economia Rural e na Extensão Rural”. Essa fala nos levou a querer inferir uma divergência de juízos entre as pioneiras, o que colocaria em xeque a nossa hipótese sobre a vasta produção e expansão da ED, nas décadas de 1970 e 1980, a partir de seus temas mesmos, seus objetos mais fidedignos, como vimos na documentação trabalhada na primeira parte deste capítulo. Mas, ao ligar as falas das duas mais pioneiras, entrevistadas *Um* e *Dois*, percebemos que não era esse o caso.

Quando lembra que muitos dos cursos foram feitos pelas professoras do DED em departamentos como o de Economia Rural (DER), a *Entrevistada Dois* nos leva a pensar que isso seria um disparate, uma vez que estariam buscando cursos fora da área da ED. Mas definitivamente não. A ED nasceu em meio à extensão rural, como vimos no capítulo 4, por isso não se tratava de área paralela, mas correlata. A própria *Entrevistada Um*, mais diretamente crítica da dispersão das profissionais da ED para outras áreas, cursou mestrado na linha de Extensão Rural do DER. Assim, ela resolve a questão:

Podemos buscar em outras áreas [conhecimentos que somem], por exemplo, eu fiz mestrado na Extensão Rural, e busquei base na engenharia e na arquitetura, *mas trazia isso para a Economia Doméstica*, inclusive levava de volta para outras áreas como arquitetura (...) eu tinha estudantes de arquitetura que nunca tinham ouvido falar nas técnicas de espaço que só tinham na ED. Eu dei embasamento para esses estudantes, uma percepção que eles não teriam; uma formação da ED (*Entrevistada Um*).

A *Entrevistada Dois*, que se mostra mais maleável com relação aos cursos de mestrado e doutorado realizados por economistas domésticas em outras áreas do conhecimento e outros departamentos da instituição, registra com aprovação os casos de professoras que foram para departamentos como o de Engenharia de Alimentos ou de Biologia. Ela inclusive salienta que essas professoras ficaram nesses departamentos, continuando lá suas carreiras acadêmicas. Na sua concepção isso era bom porque as economistas domésticas expendiam o curso, levando-o de alguma forma para essas outras áreas da Universidade. Segundo ela, “nos anos 1970, foram feitos grandes programas por aqui mesmo [ela se refere à UFV] e todo mundo se saiu bem, apesar de haver resistência por parte de algumas profissionais do DED”.

Como vemos, há formas distintas de pensar que revelam aproximações e divergências, mas, de uma maneira geral, as seis entrevistadas concordam que as décadas de 1970 e 1980 tenham sido de grande repercussão da Economia Doméstica da UFV dentro e fora da Instituição. Quando perguntamos sobre a presença das professoras estrangeiras – algo perene durante toda a trajetória do curso, porém bem mais observável entre os anos 1970 e 1990 – elas foram também unânimes e resolutas quanto à importância dos intercâmbios e descrevem o período como áureo para o curso. As mais jovens não tenham olhar tão austero, mas as pioneiras entendem a presença das intelectuais estrangeiras, como Eleonor Cebotarev, Carolina Acosta (ambas supracitadas) e Linda Nelson,<sup>260</sup> como o grande momento da ED, algo que não se repetiu depois com tal intensidade e foco.

De uma maneira geral, as professoras entrevistadas parecem corroborar tudo aquilo que observamos nos jornais e noutros documentos que exploramos acima. Cumpre, todavia, notar que essa postura de entusiasmo, especialmente notável na fala das mais pioneiras, traz consigo um sentimento de frustração para com os anos posteriores. A queixa é simples à primeira vista: depois de uma série de conquistas da Economia Doméstica no sentido de sua expansão e consolidação mesmas como saber acadêmico e científico nos anos 1970 e 1980, haveria nos anos 1990 um esvaziamento de identidade original do curso devido à excessiva diversificação das jovens professoras engajadas em cursos de mestrado e doutorado em áreas tão distintas que teriam pouco ou nada a contribuir com a Economia Doméstica propriamente. Vejamos o que diz a respeito a *Entrevistada Um*:

Aquele tempo era crucial [ela se refere à virada década de 1980 para 1990 e os anos adiante]. *Tratava-se de acreditar na economia doméstica. Os antigos que deram o fôlego e que ainda restaram no departamento entre os anos 1990 e 2000 eram minoria. As novas profissionais usufruíram de uma base pioneira da economia doméstica para fazer cursos de mestrado e doutorado em áreas diferentes, que, apesar de ter ligações com a economia doméstica, não a desenvolvia* (grifos nossos).

Observe-se a queixa fundamental da professora. Era preciso dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido nos anos 1980 para manter a autonomia da ED diante das áreas transversais pelas quais o curso necessariamente passava. Como ela enfatiza,

---

<sup>260</sup> “Ela era americana, mas trabalhou muito tempo na Costa Rica. Eu a conheci através de meu cunhado [também professor da UFV à época (anos 1970)], ele trouxe um livro dela em espanhol, nós depois o traduzimos para o português. Linda Nelson, era o nome dela, uma importante professora que veio para Viçosa”, considera a Entrevistada Dois.

tratava-se de “acreditar na economia doméstica”. Essa fala deve ser entendida como reveladora de um momento em que a ED estivesse passando por dúvidas sobre a sua identidade, o que devia ter razões óbvias na própria expansão e diversificação do curso, de sorte que, para permitir a continuidade de seu crescimento enquanto campo autônomo e relevante em si mesmo, deveria buscar nexos com suas origens e propostas tradicionais. Uma vez mais nas palavras da *Entrevistada Um*:

Não desmereço os cursos nem quem fez o mestrado e doutorado nessas outras áreas. Mas não tem base, não tem estrutura (...) não tem uma formação científica bastante que justificasse. Não é economia doméstica.

A *Entrevistada Seis* cujo perfil é exatamente esse que aí é criticado, apresenta naturalmente uma visão bem distinta dessa. Para ela,

nos anos 1990, a economia doméstica deixava de ser técnica e passava a abordar a crítica reflexiva. Quando eu fiz mestrado, na área de vestuário, eu tive aulas com professoras nas áreas de ciências sociais, e isso me despertou para outro olhar: eu percebi que vestuário era muito mais simbólico do que utilitário. Então fiz doutorado em Antropologia.

Observe-se que enquanto para as *Entrevistadas Um, Três e Quatro* os 1990 representam um momento crítico e de declínio das concepções originais do curso, para a *Entrevistada Seis* o mesmo período compreende um tempo de emancipação dos ideais das economistas domésticas e a sua inclinação para uma visão crítica da domesticidade: “O curso era pra reificar mesmo o lugar doméstico. Os professores que foram para as ciências sociais, antropologia e sociologia é que trouxeram esse viés crítico social” (*Entrevistada Seis*).

Talvez pudéssemos concluir que as mais pioneiras compartilhassem dessa visão e as mais jovens, por motivos óbvios, defendessem posição contrária. Essa conclusão, porém, não parece sustentar-se. A *Entrevistada Dois*, professora aposentada, pioneira, cuja carreira docente iniciou-se nos anos 1960, afirma que, quando de seu tempo de chefia no DED, finais dos anos 1980, ou seja, justamente naquele contexto de inflexões, havia professoras interessadas em fazer mestrado e doutorado em outras áreas e até ministrar disciplinas em outros departamentos. Segundo conta-nos, de sua parte ela permitia e não via problemas no desejo de expansão das professoras. Porém, ela foi mais de uma vez cobrada, quando não repreendida, pelas colegas, que viam como absurdo e imprudente permitir que o capital

humano do DED deixasse se dissipar para outras áreas, servindo-as do cabedal teórico que era necessário internamente. Conforme suas palavras: “o pessoal vinha e reclamava comigo e eu achava que não tinha nada demais, se não atrapalhasse as atividades do departamento” (*Entrevistada Dois*). Na época (anos 1970) ela, e outras, mas não todas as docentes do DED, tinham interesse em articular-se com outros departamentos da Universidade.

As professoras que procuravam expandir sua prática para outras áreas e departamentos da Instituição eram comumente aquelas que realizaram os cursos de mestrado e doutorado em outras áreas – como engenharia de produção, sociologia e antropologia – de que fala a *Entrevistada Um* acima. A postura de certa forma mais receptiva à expansão diversificada da Economia Doméstica no período apresentada pela *Entrevistada Dois*, então na chefia do DED, força-nos a perceber esse processo em sua complexidade. As falas divergem em suas posições sobre a mesma questão, de modo que aquilo que poderia parecer elementar torna-se enigmático. Por que algumas professoras queriam sair do DED? Ou, ampliando a questão, por que elas não aceitavam o que tipicamente era sugerido, senão incitado, pelo conselho departamental: admitir-se em cursos de mestrado e/ou doutorado nos EUA? A esse respeito a *Entrevistada Dois* nos dá duas pistas.

Primeiramente ela nos conta que já nos anos 1980, e principalmente nos anos 1990, não havia bolsas de pós-graduação no exterior com as facilidades de antes.<sup>261</sup> Além disso, muitas professoras haviam se casado e pretendiam ter filhos, portanto precisavam acompanhar os maridos ou permanecer em Viçosa onde podiam ter maiores facilidades. Até aqui nada muito distante do que ouvimos acima nas falas das entrevistadas *Um*, *Três* e *Quatro* acerca da relação entre as *escolhas pessoais* das mulheres e suas *vidas profissionais*. Ela, contudo, ressalta, em segundo lugar, que havia uma espécie de desejo de sair do DED para buscar campos mais respeitáveis do que o da ED. Aqui chegamos a um problema central de nossa discussão: o doméstico desprestigiado e pejorativo que rondou a trajetória do curso e de nossas intelectuais desde os seus tempos de alunas.

“A expressão ‘doméstico’ no nome do curso sempre atrapalhou muito”, diz a *Entrevistada Dois*. “Em todo congresso que eu participei se discutia sobre isso, mas nada era decidido; todo mundo sentia que atrapalhava, às veze se falava: vamos colocar ‘familiar’ [ao invés de doméstico]”. Como vimos nos zines estudantis dos anos 1950, *A Paineira* e *O*

---

<sup>261</sup> Inclusive, como lembrou-nos a *Entrevistada Três*, no início da década de 1980, período de sua saída para mestrado em Ohio University, nos Estados Unidos, o governo brasileiro passou a restringir os cursos no exterior com bolsa dos órgãos de fomento para o nível de doutorado somente, o mestrado não era mais permitido.

*Bonde*, as mulheres não eram mesmo aceitas como estudantes à altura dos estudantes homens, tanto que elas as chacoteavam amiúde. Com o tempo, porém, segundo a *Entrevistada Dois*, vincada em sua própria experiência acadêmica, as mulheres foram sendo aceitas, contribuindo marcadamente para isso os cursos de pós-graduação que iam concluindo. “Eles [os homens da universidade] passavam a respeitar a gente; as *pessoas, não o curso*” (grifos nossos), ela conclui.

As seis entrevistadas deixam claro que não se incomodam com o nome, mas reconhecem o estigma que ele se tornou para o curso em matéria de reconhecimento acadêmico e social. Elas esclarecem que a ciência doméstica – ou o conjunto que ela implica e reúne – não se restringe ao lugar doméstico em si, ou seja, a casa. Seu foco fundamental é a família e não necessariamente o ambiente privado de sua organização, mas sua concepção e sua participação social. Assim esclarece a *Entrevistada Três*:

Economia doméstica não trabalha com a família diretamente [ou somente] no ambiente da casa, mas nas atividades que dão apoio à família em seu nível social. Por exemplo, restaurantes que vão servir refeições àqueles que, tendo família e pertencendo a uma, não podem adquirir aquele benefício diretamente da família, são foco de trabalho das economistas domésticas.

Aqui entra a importância da atividade de pesquisa na área de nutrição, por exemplo, algo muito notado entre as entrevistadas, principalmente as pioneiras. Elas afirmam que a nutrição foi campo de vastas pesquisas e desenvolvimento das economistas domésticas no início dos anos 1980 nos Estados Unidos. Afeitas à aproximação com as origens estadunidenses do curso, elas fizeram, com exceção da *Entrevistada Um*, mestrado e/ou doutorado nas universidades norte-americanas, como Ohio, Purdue e Cornell, centros de excelência em *Home Economics* reconhecidos mundialmente.

A área de nutrição mostrou-se a mais imponente entre as demais, sendo a primeira tese brasileira neste campo especificamente defendida no âmbito da ESCD/UREMG ainda nos anos 1960. O Departamento de Nutrição e Saúde (DNS) foi criado em 1975 sendo decisão do conselho departamental do DED. A *Entrevistada Dois* nos conta que, a fim de defender a ED, ela votou contra. A área de nutrição foi a que mais rendeu aproximações com as ciências agrárias de uma maneira geral – basta lembrar as pesquisas com produtos transgênicos ou a preparação dos alimentos para o consumo, solicitadas às economistas domésticas pelos professores das áreas de biologia e agronomia, como vimos na primeira parte deste capítulo –



e a que mais se relacionava a trabalhos envolvendo estatística e bioquímica dos alimentos, além de ter uma importância industrial e uma forte ligação com as origens estadunidenses.

A *Entrevistada Quatro* nos explica que, quando esteve em Ohio para cursar mestrado, o seu orientador chegou a dizer que a mudança do nome do curso parecia mesmo importante. Como vimos acima, algo similar era compartilhado pela *Federal College of (Technical) Education Umunze*, na Nigéria. A ideia é fundamentalmente a mesma: o termo “doméstico” desautoriza uma atividade que se queira científica por definição e exercício. É como se a domesticidade fosse exatamente o inverso do rigor da cientificidade, por assim dizer. Algo naturalmente insustentável entre os acadêmicos da área, mas imperante para o reconhecimento social e mesmo acadêmico (em outras áreas) da matéria.

Assim “eu entrei na *Home Economics* e saí na *Human Ecology*”, conta a *Entrevistada Quatro* ao falar de seu curso de mestrado na Universidade de Ohio nos Estados Unidos. A *Entrevistada Um* a interpela, lembrando que, a partir de então, quando se passou a chamar alguns programas pelo nome de Ecologia Humana, sempre se colocava abaixo uma referência do tipo “ecologia humana”, antiga “economia doméstica”. “O estigma é social e acadêmico. A mudança do nome pretende ganhar mais espaço e foi positiva lá em Ohio, pelo que ouvi do meu supervisor, para atrair mais estudantes, inclusive homens; isso aqui e nos EUA” (*Entrevistada Quatro*).

“Na Universidade de *Purdue*, onde cursei mestrado, nos anos 1970, o nome mudou para Ciência da Família e do Consumidor”, conta-nos a *Entrevistada Três*. A *Entrevistada Quatro* tal como a *Entrevistada Dois* lembra ainda que durante toda sua carreira acadêmica na UFV essa conversa sobre a necessidade de mudança de nome do curso vinha à tona. Ela salienta: “entrei aqui ouvindo isso e saí ouvindo o mesmo”.

Fato é que o curso nunca mudou de nome. A *Entrevistada Seis*, que pertence a um grupo muito entusiasta do afastamento do “estigma do doméstico” do título do curso, observa que quando do processo de aprovação do doutorado, o qual ela encabeçara, tentou-se com veemência fazer aprovar um programa com um nome que não tivesse o termo “doméstico”. A proposta era *Doutorado em Família e Sociedade*, mas os professores do conselho de pós-graduação, segundo contou-nos a professora, não aceitavam o nome porque achavam algo inadequado para um programa de doutorado.

Ela então aceitou que ficasse *Doutorado em Economia Doméstica com ênfase em Família e Sociedade*. “Depois tive que enfrentar a crítica interna, porque aí duas professoras

falaram assim: você tinha que ter insistido, representado nossa posição, falado que se não fosse *Família e Sociedade* você não queria” (*Entrevistada Seis*). A professora conta que não tinha mais energia para aquilo, estava esgotada. “É muito estressante carregar esse fardo do doméstico (...) lembro-me das risadas debochadas de um professor do conselho de pós-graduação”. Na época,

muitas pessoas entravam no curso porque não tinham nota para entrar em outro curso; e o curso já nasceu estigmatizado; eu fui fazer curso de doutorado em antropologia e tinha que explicar o que é ED sempre que falávamos sobre o assunto, ninguém sabia.

O estigma da domesticidade, e a sua associação à mulher e aos fazeres domésticos, tem validade social, mas é falacioso quando contrastado com as características mesmas do curso. Como vimos, diversos convênios nas áreas de economia e habitação foram firmados nos anos 1980. A própria *Entrevistada Seis* nos mostra que a economia doméstica obteve financiamentos vultosos nas áreas de planejamento habitacional, que envolve estudo de planta baixa e alguns conhecimentos na área de desenvolvimento urbano. Além disso, na montagem de *layout* de restaurantes e na linha de produção de fábricas de alimentos como a Chocolates Garoto<sup>®</sup> entre outras. Ela diz que no seu tempo de estudante era muito comum ver anúncios de vaga específica para Economia Doméstica. A *Entrevistada Cinco* acrescenta que cabe tranquilamente ao economista doméstico atividades na área de ergonomia do trabalho, além de análise da anatomia e adequação de brinquedos. Na indústria especializada, a economista doméstica é importante na hora de pensar o produto não enquanto *mercado*, mas enquanto *uso*. Trata-se de estudar o contato do brinquedo com a criança e todas as questões que ele pode envolver, desde questões de segurança até anatomia e desenvolvimento, uma visibilidade minuciosa conforme podemos supor. A *Entrevistada Dois* chama ainda a nossa atenção para as atividades na indústria de eletrodomésticos. Ele lembra que empresas como a Arno<sup>®</sup> enviavam produtos para o DED a fim de obter pareceres das professoras no sentido de sua utilidade e adequação.

A *Entrevistada Seis* salienta que o grande fator propulsor da estigmatização da domesticidade está na economia clássica e na crítica da economia política:

o que me convence mais é essa base da economia capitalista, e como dela trata Marx; a separação da indústria como algo que acontece em meio

público e o doméstico como algo privado; eu acho que [esse estigma] está ligado à *invisibilidade do doméstico*. O trabalho, por exemplo, de lavar escada que está no limiar do público e do privado, era feito de madrugada para que ninguém visse [ela cita o artigo de Anne McClintock, *O couro imperial*].<sup>262</sup> (...) A família, enquanto fornecedora de mão de obra e unidade consumidora torna inegável o ambiente doméstico como instância de socialização, de consumo, de produção e de reprodução, mas não tem *valor de mercado*. A indústria cresceu e a ciência cresceu junto no seu esteio; enquanto isso o doméstico ficou recluso e insignificante. É como se o doméstico todo mundo sabe fazer. Assim [quando você ousa trazer o doméstico para a ciência ou a ciência para o doméstico], há uma repulsa imediata (grifos nossos).

“Isso [a domesticidade] tem um peso grande entre nós por causa do nosso passado escravista (...) nos Estados Unidos e no Canadá, a palavra não tem um peso tão grande porque lá eles executam tarefas domésticas”, diz a *Entrevistada Dois*. Ela lembra seus tempos de estagiária na casa das mulheres de professores e técnicos americanos que vinham como colaboradores da UREMG à época. “É justamente por executarem tarefas domésticas que eles valorizam o ‘ganhar tempo em casa’, ‘administrar as contas’, a comida, a cozinha (...) aqui não, porque tem a empregada doméstica”, conclui a professora (*Entrevistada Dois*).

Toda essa questão do “estigma do doméstico” nos pareceu relativamente fácil de explicar. A Economia Doméstica é algo muito diferente do que pode supor o senso comum. Os estudos que desenvolvem e os currículos que implicam o curso – entre eles, química, biologia, arquitetura, economia, administração e humanidades – o tornam um conjunto de saberes interligados com foco na família. Portanto, para quem conhece de perto o curso e suas qualidades, não há maiores problemas no termo doméstico, de modo que a pejora que ele possa carregar explica-se pelo estigma antes social da domesticidade.

O curso de ED, como já observamos, é de uma amplitude formidável. A grade curricular compreende saberes das áreas de ciências naturais, matemáticas, administração, economia, arquitetura e humanidades. Mas, ao que pudemos notar, para alguns homens do curso de Agronomia, a universidade não era um lugar para mulheres e as tarefas domésticas não tinham validade científica. Ou, no máximo, poderia sê-lo, mas dentro de limites claros. Como nos fala a *Entrevistada Dois*:

Tínhamos aula de química e cálculo, por exemplo, com a agronomia. Eles gostavam da gente para namorar; mas aceitar a gente como igual nunca; nós

---

<sup>262</sup> MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade*. Cad. Pagu [online]. 2003, n.20, pp. 7-85.

éramos *mulheres, inferiores*; mas como a gente estava fazendo Economia Doméstica, um curso superior, eles aceitavam até certo ponto. Aceitavam porque a gente era jovem, tive três ou quatro namorados na minha turma; tínhamos aula juntos, sentávamos juntos. Então era uma aceitação assim: como mulher, namorada, mas como profissional mesmo, de discutir, nada (grifos da entrevistada).

A mesma professora salienta que foi convidada por um de seus professores (homens) para cursar mestrado tão logo se formara. “Era o primeiro ano da pós-graduação em Economia Rural [1960]. Eu tive maior problema, eu era única mulher no meio dos homens. E eu *Economista Doméstica*, imagina!” (grifos da entrevistada). Sua recepção não foi das melhores. Como ela mesma salientou acima, sua presença podia sugerir nos alunos aproximações causais, mas nunca um tratamento social de igualdade de condições mesmo intelectuais. Ela continua:

O primeiro trabalho que eu fiz, eu tirei A. Aí vieram uns três colegas e me pediram para ler meu trabalho porque achavam que o professor tivesse me favorecido porque eu era mulher. Então tinha muito esse pensamento machista, que tem até hoje. Tínhamos 22 anos de idade.

Neste momento da conversa com a *Entrevistada Dois*, perguntamos sobre sua atuação ante esse quadro de machismo tão patente no seu cotidiano ao que nos pôde parecer. Perguntamos sobre os zines estudantis e se havia algum envolvimento direto de sua parte. Ela então respondeu: “Eu cheguei a colaborar um pouquinho n’A *Paineira*. Mas a gente muito jovem ficava louca pra ver *O Bonde* sair para saber se falavam de nós, sobre as festas”. Então, procurando alargar um tanto mais nossa questão central, perguntamos se ela (e suas colegas) tinha algum conhecimento acerca do feminismo. Ela então comentou:

Chegavam algumas leituras feministas para nós. Nada muito consistente, mas a gente lia textos que mostravam que algumas mulheres nos EUA faziam alguns movimentos, e quem é que comandava. Então a gente não aceitava muito bem os comportamentos machistas.

A *Entrevistada Um* diz nunca ter se sentido “discriminada por sua condição de mulher (...). Eu não acho uma sina, eu sou mulher (...) Fui vice-diretora do Centro de Ciências

Humanas<sup>263</sup> e fui muito homenageada”. Ela conta também que certa vez a propuseram que deixasse a vice-direção para assumir a chefia do DED, mas não aceitou. “Eu queria estar no CCH para ajudar a ED e foi nesse período que firmamos muitos convênios”, ela salienta.

Como podemos notar, em parte, ela legitima seu lugar acadêmico pelo tralho árduo e sério que executa. Mais austera, a *Entrevistada Dois* revelou-nos enfática: “Eu nunca fui tratada como igual. Mas eles começaram a me aceitar como colega, para discutir técnicas”. Ela lembra, por exemplo, seus tempos de trabalhos realizados na Extensão Rural quando o fazia lado a lado com homens, sendo ela amiúde a única mulher: “Eles ficavam me vigiando [quando saíamos para a extensão rural],<sup>264</sup> eu não podia fazer o que eles faziam [em matéria de bebida, sexo] (...)”. Vemos aí um comportamento de acastelamento da mulher, o que não deixa de ser um tratamento de discriminação na medida em que elege alguns comportamentos que seriam a ela inadequados. Os homens então imprimem vigilância aos passos da colega e a acautelam-se dela envoltos a uma atmosfera de proteção aparentemente inócua, porém simbolicamente agressiva.

Quando perguntamos sobre as formas estigmatizadas com as quais os estudantes homens as atacavam nos zines estudantis, conforme pudemos observar no capítulo anterior, obtivemos respostas similares. Assim disse *Entrevistada Três*: “Na minha época era mais uma brincadeira, nunca me atingiu, sempre brinquei com isso: eram as pica-couve (ED), os pica-fumo (Agronomia) e os pica-pau (Engenharia Florestal)”. A *Entrevistada Dois* neste particular também disse algo similar. Para ela esses estigmas eram fruto de “uma dificuldade equivalente na Agronomia, os chamados ‘pica-fumo’. Talvez um estigma ligado ao campo num Brasil que se urbanizava não mais tão lentamente [ela se refere aos anos 1970]”. A *Entrevistada Quatro* salienta, porém, que o termo pica-couve era mais pejorativo e perdurou por mais tempo entre a comunidade acadêmica, chegando a tempos bem recentes.

Perguntamos, por fim, sobre a questão do feminismo e se a Economia Doméstica discute questões de gênero, mostrando, pois, ter uma agenda política. As entrevistadas *Um*, *Três* e *Quatro* respondem:

a Economia Doméstica contribui para essas discussões. A Economia Doméstica tem desenvolvido pesquisas buscando entender essas mudanças

<sup>263</sup> Instância administrativa que, vigente na UFV até os dias atuais, encampa os Departamentos de Economia Doméstica, Letras e Artes, Dança, Geografia, Comunicação Social, Ciências Sociais, Economia, Administração, Pedagogia, Direito e História.

<sup>264</sup> As equipes de trabalho do ACAR eram compostas de homens e mulheres (veja-se capítulo 5).

principalmente em relação ao papel da mulher na família e na sociedade. Compõem o currículo do curso disciplinas que tratam especificamente da temática “Família” e as discussões sobre gênero estão presentes em vários conteúdos abordados. Observa-se mudanças nos valores socioculturais, mudanças essas evidenciadas pelo aumento de nascimentos fora do casamento, pelo enfraquecimento dos laços matrimoniais e pelo número de famílias chefiadas por mulheres.

Para a *Entrevistada Seis* a Economia Doméstica não discute gênero. O curso não focaria nessa discussão tal como deveria. Ela conta que poucas disciplinas o propõem e, quando o fazem, não promovem uma reflexão crítica acerca da condição feminina e das relações de poder que nela estão implicadas. Para as entrevistadas Um, Três e Quatro, porém, além de discutir gênero neste esteio das mudanças dos “arranjos familiares” e dos novos papéis da mulher na família, a ED tem uma agenda política “que direciona a atuação no exercício profissional e nas mudanças curriculares que são consequência das mudanças na sociedade”. Elas salientam que “essas questões são discutidas em congressos, disciplinas e outros eventos profissionais”.

Ao final de sua fala, a *Entrevistada Dois* afirma que no seu tempo já ouvia alguma coisa sobre o movimento feminista nos EUA principalmente, mas que não lia nem se envolvia com as discussões mais diretamente. Todavia, independentemente das teses e da atuação do feminismo à época, ela não se sentia indefesa diante das maneiras de se comportar dos homens a seu propósito.

A gente ouvia falar que as americanas estavam conquistando direitos nos Estados Unidos; estavam promovendo movimentos importantes. Não líamos muito sobre o assunto, mas tínhamos essa noção. E acho que se trata de posição pessoal também. Eu não aceitava ser destrutada por ser mulher (*Entrevistada Dois*).

Sob um olhar mais resoluto, a *Entrevistada Seis* nega que a ED tenha uma agenda política. Para ela feminismo e ED assumem direções opostas, “porque enquanto o feminismo contestava [a condição da mulher], a ED reificava o lugar submisso da mulher e sua ligação necessária ao ambiente doméstico”. Não se pode negar, contudo, que ela própria o conclui a partir de sua trajetória mesma e da sua subjetivação enquanto pessoa e profissional no meio acadêmico das ciências domésticas. Assim, a nosso ver, ela, que ainda atua como professora do DED, representa um tipo de profissional que aprendeu a contestar discursos sociais a partir da própria doutrina que recebera. Ela vê como emancipadora a sua decisão de cursar

doutorado em áreas diferentes da ED pura, algo tão criticado por algumas pioneiras, como vimos acima. Assim conclui:

Depois que algumas, como eu, fizeram cursos de mestrado e doutorado em ciências sociais e antropologia, essa discussão de gênero começou a ser feita. Segundo algumas feministas a última trincheira que falta para a mulher realmente se livrar dos estigmas da feminilidade submissa é desligar sua imagem do doméstico [ela cita o trabalho de Bila Sorj].

Joana Maria Pedro em um recente trabalho salientou que a palavra feminismo tem sido utilizada de modo distinto pelas pessoas e que seu significado muitas vezes tem representado algo como aceitar e defender novas configurações sociais de inserção e relação da mulher com o homem, com a casa, o casamento, a família e o mercado de trabalho. Assim, a autora mostra que a simples indignação diante da discriminação prévia da mulher em certas funções no trabalho, diante da violência sexual da qual ela ainda é a principal vítima, diante da não-liberdade feminina para com seu corpo entre outras indignações, podem ser sintomáticos de uma postura feminista. Assim, homens e mulheres que defendem que “a mulher é capaz de constituir família ao mesmo tempo que investe na profissão e mantém um relacionamento equilibrado e satisfatório com o parceiro” (PEDRO, 2012, p. 256) são feministas na medida de sua postura de ruptura com padrões de comportamento e concepção social que agridem a plena realização das pessoas independentemente do sexo, ou do gênero, se preferirmos.

O que contou-nos a *Entrevistada Cinco* aproxima-se sensivelmente dessa fala de Pedro. Ela estava no corpo docente do Departamento de Economia Doméstica havia pouco. Era início dos anos 1990. Estava casada e teria filhos como já havia decidido; solicitou licença para cursar mestrado em uma universidade do sul do país para onde ia seu marido cursar doutorado. Seu pedido levado ao Conselho Departamental, foi posto, a princípio, sem truculência, mas com energia, sob pressões do grupo de professoras ligadas ao *pioneirismo da origem*, segundo nos conta. Sob condição de ela aceitar cursar as universidades norte-americanas onde residiam os pressupostos fundadores da *home economics*, o conselho mostrava-se resistente ao pedido. O desafio parecia ser, portanto, duplo e, a um só tempo, institucional e interpessoal. Institucional porque era preciso fazer entender que a Economia Doméstica brasileira haveria de criar, então, sua própria identidade e, talvez sem esquecer suas origens anglo-saxãs, desenvolver-se a partir de demandas mais particulares e concretas, observáveis no país. Algo que, se repararmos, estava em franca consonância com o que se defendera nos eventos da ABED durante os anos 1980. Interpessoal porque implicava fazer

com que as professoras do conselho departamental – maioria notadamente solteira, mestres e/ou doutoras que adquiriram seus títulos nas universidades estrangeiras – compreendessem e acatassem o fato de uma jovem professora (ex-aluna) perpetrar sua decisão profissional à luz de escolhas pessoais como ser mãe e acompanhar o marido.

A decisão da *Entrevistada Cinco* foi convicta e ela chegou a dizer-nos que deixou saber ao conselho que “se quisessem demiti-la aquela era a hora”, sua escolha era definitiva. A *Entrevistada Dois*, pioneira, de uma geração bem anterior, declara que em matéria de produção acadêmica não há diferença entre as casadas e não casadas, “depende do indivíduo, ela diz, porque a pessoa que mais trabalhava na ED e produzia pesquisa e era dinâmica, era casada e tinha cinco filhos (...) e tinha gente que não era casada e não produzia nada; e existem homens que também são assim”. Como afirma Pedro (2012, p. 256), “até meados do século XX, aquelas que queriam se dedicar a uma profissão, por exemplo, eram levadas a acreditar que deveriam abdicar do casamento e da maternidade. Hoje, o pensamento é outro”.

O caso da *Entrevistada Cinco* mostra-nos que as antigas dificuldades eram ainda possíveis e visíveis, mas o indivíduo, por mais que sofresse a força dos antigos estigmas, tinha espaços de atuação e lugar social para suas decisões e estratégias particulares. Como colocamos no capítulo 1, acreditamos que o que propõem Bourdieu e Elias, por exemplo, ilustra-se exemplarmente com histórias como essa sobre a qual nos debruçamos: mulheres que adquirem *habitus* acadêmicos e que se valem da mesma semântica, a partir da qual são levadas a posições talvez desfavoráveis, para então colocarem suas escolhas e estratégias pessoais à prova em situações sociais complexas. É claro que a transparência da fala da *Entrevistada Cinco* nos avisa sobre a já circulação e aceitação em parte (pela comunidade acadêmica e pela própria sociedade, como nos esforçamos para mostrar no capítulo 2) de novas concepções sobre a mulher, a família e o matrimônio com relação ao mercado de trabalho, em geral, e a produção acadêmica, em particular. Mas, de qualquer forma, observar essa dinâmica pareceu-nos fundamental para chegar à dimensão de *processo* da trajetória dessas mulheres, considerando seu movimento por caminhos possíveis.



## CONCLUSÃO

*Somos obrigados a admitir que, quanto maior é o desenvolvimento intelectual das mulheres, mais elas procuram desempenhar funções tradicionalmente qualificadas de masculinas. Será fácil responder-nos que são apenas 'reivindicadoras', cuja 'natureza' foi deformada na infância por uma evolução psicológica infeliz, ou por uma imobilização patológica na fase pré-edipiana. Essas explicações já não nos podem satisfazer.*

Élisabeth Badinter

A epígrafe remete-nos, como numa catarse, às nossas primeiras questões. O que é ser mulher enfim? E, ainda, o que é ser homem? Por que o desenvolvimento intelectual levaria as mulheres a tenderem a se voltar para atividades tradicionalmente qualificadas como masculinas? Esses questionamentos sempre nos remeterão às discussões mais árduas que fizemos nos capítulos iniciais deste trabalho. Diante delas, havemos, porém, de compreender uma em particular: não há como pressupor naturezas quando se fala em sociedade e cultura humanas. A cultura é antes fruto do que se *pensa* e se *cria* no mundo e sobre ele, senão a partir dele. Como escreve Schopenhauer (2001, p. 3), “por mais maciço e imenso que seja este mundo, sua existência depende, em qualquer momento, apenas de um fio único e delgadíssimo: a consciência em que aparece”. Se levarmos esse raciocínio as suas implicações coletivas havemos de admitir que a natureza de que se fala é antes a cultura que se cria. Assim, a realidade – socialmente em movimento e sedimentada nas relações concretas, mas também através de imagens e discursos – só pode ser apreendida e experimentada, percebida e transformada no âmbito da linguagem e da cultura que lhe conferem densidade e coerência.

Por isso não havemos de pressupor uma “natureza humana”, nem uma “natureza feminina” ou “masculina”. Todo e qualquer juízo que o pretender será, antes, uma expressão da linguagem – que é cultura – e, portanto, só terá sentido na consciência coletiva que a conhece e representa. Essa consciência não é, por isso, falsa ou falha; sua materialidade está no nexos que cria entre os sujeitos sociais que dela compartilham e nela se transformam. É desta forma que se organiza o mundo em sociedade, é assim que se constroem signos e significados capazes de dar sentido a um propósito de vida coletiva.

O conceito de gênero ajuda-nos a percebê-lo analiticamente porque permite relativizar e historicizar as maneiras como se concebem homens e mulheres no interior das relações de

poder em que se estabelecem os seus papéis sociais. No estudo que empreendemos, pudemos observar que estigmas criados no âmbito retórico acerca da mulher persistiram no tempo e chegaram às concepções dos próprios criadores da ESCD nos anos 1940. Vimos que o universo doméstico, ou mais especialmente a família, tornaram-se objeto de investigação e intervenção científicas, mas a natureza ainda serviria de norte para definir papéis sociais reservando à mulher comumente as tarefas e responsabilidades domésticas. A própria coeducação (ensino superior para homens e mulheres) nos EUA e no Brasil sinaliza nessa direção e revela um olhar sexista, ou antes, sexuado sobre o mundo, algo não muito distante das concepções de Rousseau, como observado no capítulo 2.

No capítulo 3, vimos que a “missão pátria” da mulher americana a define e a identifica em um lugar social de responsabilidades com a nação mostrando-se patente no discurso de criação dos *land-grant colleges*. Na virada do século, e daí até os anos 1920, ao consolidar-se a *home economics* na *Progressive Era*, as tarefas domésticas passam por novos conceitos de gestão, mas não deixam de ser notadas como fazeres femininos. Ao chegar ao Brasil, esses juízos têm tônica no mínimo similar. As alunas brasileiras no contato com as professoras estadunidenses tiveram de se debater com esses conceitos e a própria cultura brasileira da época – conforme pudemos observar nas análises de Bassanezi sobre as revistas femininas (capítulo 2) – veiculava essas concepções.

A fundação da ESCD já se dá envolta a sentidos simbólicos marcantes, conforme vimos na operação de enxertia proposta por Miss Anitta Dickson. Os discursos de cooperação internacional (ou antes, de hegemonia) de Truman e os projetos oficiais do governo de Minas Gerais para o desenvolvimento rural não problematizam, é claro, o lugar social da mulher e só parecem aceitá-la (ou chamá-la) ao ambiente universitário investidos de um ideal de civilização missionária e dever pátrio de desenvolvimento das famílias.

A noção de missão que evocamos no título deste trabalho é ambivalente. Por um lado, ela remete ao fato de as propostas de criação do curso de ciências domésticas serem fruto de um projeto de difusão de valores aparentemente precisos acerca do desenvolvimento da vida rural, cabendo às profissionais extensionistas a tarefa de fazê-lo cumprir-se junto às famílias camponesas dos interiores de Minas Gerais. Essa “missão” aparece inicialmente como um conjunto de expedientes a serem cumpridos conforme saberes pragmáticos ensinados às alunas do curso técnico e às primeiras turmas do bacharelado. O extensionismo dos *land-grant colleges* estava aí presente e suas matrizes fundamentais informavam a ação daquelas garotas orientadas por Miss Dickson. Neste período também a presença de Padre Mendes,

professor do Departamento de Metodologia da ESCD, é marcante e sua concepção sobre a mulher e seu desígnio no âmbito do curso fica patente em sua fala e na fala de uma de nossas entrevistadas, a *Entrevistada Dois*, que foi aluna e professora durante o período de atuação de Mendes. Naquele mesmo período, anos 1950, a encarregada do subsetor de Educação Doméstica do Departamento de Ensino Profissionalizante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, professora Celina de Moraes Passos, como vimos, fala em “deveres domésticos” combinando-os às noções de progresso nacional e ensaia liberdades, como “conquistar diplomas”, então ainda negadas à mulher.

Adiante, nos anos 1960, e mais precisamente nas duas décadas seguintes, as ciências domésticas da antiga UREMG, então federalizada e tornada UFV (1969), voltam-se mais para si mesmas e para o espaço acadêmico em que se expandiam e desenvolviam. As professoras, ex-alunas do curso de bacharelado, assumem então a missão, ou, neste particular, a tarefa, o ímpeto de “reinventar” as ciências domésticas dando-lhe uma identidade nova e original a partir por vezes de suas matrizes estadunidenses. Como observamos no capítulo 6, especialmente na parte em que deixamos falar nossas personagens, dois grupos pelos menos parecem ter se formado, e, em que pese suas semelhanças, polarizado suas práticas e posturas acadêmicas de modo que seu posicionamento decidiria sobre o futuro do curso. O que temos adiante deverá ser matéria de outras investigações.

O período dos anos 1970/80 é especial porque permitiu o desenvolvimento de uma nova figura feminina no espaço acadêmico da nascente UFV. Se fôssemos propor uma tipologia daquelas mulheres conforme a natureza de sua atuação e de seu envolvimento com as propostas curriculares da “*home economics* brasileira” encontraríamos duas categorias relativamente distintas. Primeiramente, a garota que, graduando-se no curso técnico em Administração do Lar, atuaria diretamente no campo por via dos programas de extensão como os da ACAR, levando padrões de desenvolvimento familiar, métodos de puericultura, nutrição, saúde da família, higienização e cuidados domésticos até as comunidades rurais do Estado de Minas Gerais. “Missionárias” naquele primeiro sentido que propusemos, e depositárias de uma proposta, enfim, de desenvolvimento e de vida em sociedade. Algo muito pautado nos ensinamentos de sua matriz estadunidense trazida inicialmente por Miss Dickson. Por outro lado, a recém-graduada no curso superior de Ciências Domésticas que, continuando os trabalhos das extensionistas, assume de modo pioneiro a linha de frente de um novo ofício: a consolidação da imagem feminina junto à comunidade acadêmica (masculina) e o desenvolvimento da credibilidade do “doméstico cientificizado” ou, se vale o trocadilho, da

“domestificação da ciência” no ambiente universitário. A primeira, mais ligada ao campo e à atividade prática propriamente dita, se coloca no corpo-a-corpo com a realidade rural que espreitava o seu currículo (veja-se capítulo 5); a segunda, mais ligada ao ambiente institucional, se dedica à atividade de produção do saber científico, orientando alunas, fazendo mestrado e doutorado, publicando e, é claro, dando continuidade ao trabalho de extensão, porém, agora, voltado também para a vida urbana. Uma mulher mais acadêmica enfim.<sup>265</sup>

Assim, ainda que em meio às suas diferenças, essas profissionais consolidaram o campo acadêmico da pesquisa e da produção científicas da economia doméstica, combinando-as ao caráter extensionista das origens, porém deslocando progressivamente o foco de suas atividades para a extensão urbana. Observe-se, por exemplo, os convênios para o desenvolvimento do segmento de habitação e organização intrafamiliar (como o FUNARBE-CODEMIN/AS, de 1980) e os programas de educação do consumidor (como o que se firmou com a Prefeitura de Belo Horizonte nos anos 1970), trabalhados no capítulo 6.

Não queremos com isso definitivamente dizer que aquelas mulheres apenas absorveram intenções de um projeto que se criou para inseri-las a sociedade conforme os papéis que se lhes reservaram discursos acerca de sua natureza pressuposta e seus compromissos pátrios. A expressão *missão* aqui tem caráter crítico e nós a utilizamos para colocar em relevo a um só tempo a forma como se concebeu a mulher no ambiente novo de sua presença e atuação e aquilo que ela realmente fez da realidade em que se circunscrevera.

As entrevistas com as professoras, além de nos clarear algumas questões com as quais nos debatemos através da documentação trabalhada, colocou-nos duas problemáticas importantes de se considerar a fim de propor uma conclusão que conecte a trajetória delas com a do próprio curso, a saber: *a)* a questão da domesticidade e o estigma que ela carrega; e *b)* a polarização do DED nos anos 1990 que levaria ao colapso do curso. A primeira questão nós a contemplamos aqui. A segunda abre-nos outras possibilidades de pesquisa já que o nosso recorte encerra-se na entrada da década de 1990, em parte exatamente por causa das inflexões que o curso sofreria, como explicamos na introdução e no capítulo 6.

A tentativa de legitimar o curso e dar-lhe uma identidade que pudesse ser associada e reconhecida enquanto prática científica foi constante. Na fala das atuais profissionais, um dos

---

<sup>265</sup> Não queremos com isso dizer que todas as mulheres teriam essa direção. É óbvio que diversas profissionais seguiriam carreira de extensionistas, outras iriam se casar e talvez nem usassem os conhecimentos que receberam senão para si mesmas. Outras ainda podiam voltar para suas cidades de origem indo trabalhar em outro ramo completamente diferente. O que queremos notar é a mulher que fica no ambiente acadêmico e que faz carreira neste espaço. Essas serão inclusive nossas entrevistadas ainda neste capítulo.

mais imponentes motes da legitimação do curso nos anos 1970 e 1980 era ligá-lo ao bem estar e do desenvolvimento do nível de vida das famílias. A própria professora Simone Mafra, em um discurso proferido por ocasião dos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV (e da América Latina), 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS – e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica <sup>266</sup> lembra e cita um trecho do projeto de criação do curso de mestrado em Economia Familiar do DED/UFV: “A necessidade desta criação se faz premente (...) para abrir oportunidade de realização de pesquisas de interesse da área, melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”. <sup>267</sup>

O curso de mestrado foi criado em 1992 e esse apelo que faz o projeto de sua criação parece ser compartilhado por outras realidades que, embora pareçam distantes, aproximam-se dessa mesma ideia central. Ozioma Azubuike do *Department of Home Economics* do *Federal College of (Technical) Education Umunze, Anambra State*, Nigéria, afirma em artigo de 2012 que a economia doméstica define-se enfim por um conjunto de saberes interdisciplinares voltados ao bem-estar de indivíduos, famílias e da sociedade como um todo:

(...) Home economics is built upon many discipline (...) is a dynamic and evolving profession. This is because it focuses on the *welfare of individuals, families* and the *society*. The various Home economics related occupation makes provision of knowledge and skill to be diversified in the field of the study (UZUBUIKE, 2012, p. 39, grifos nossos).

Note-se que o mesmo discurso aparece no Brasil dos anos 1970, no *V Seminário Nacional de Ciências Domésticas*, principalmente a partir da fala de Eleonor Cebotarev, socióloga canadense, e nos anos 1980 e 1990 pelo que notamos nas falas das professoras entrevistadas. A tônica é também a natureza desafiadora da ampliação do espectro de ação dos saberes domésticos. E sua justificativa central é a promoção do bem-estar. De volta a Mafra:

<sup>266</sup> Segundo FARIAS, 2012 “(...) em 1985, o Pró-Reitor Acadêmico Prof. Clibas Vieira nomeou, pelo Ato 10/85/ PAC, as professoras Nerina Aires Coelho Marques, Fernanda Fontes Braga, Neuza Maria da Silva, Sonia Coelho de Alvarenga e Lúcia Maria Maffia, para, sob a presidência da primeira, montarem o processo de criação do Curso de Pós-Graduação em Economia Familiar. Em 1991, o Vice-Reitor em exercício da Pró-Reitoria Acadêmica, Prof. Renato Mauro Brandi, alterando o Ato 10/85/ PAC, indicou as professoras Maria Lúcia Simonini, Nerina Aires Coelho Marques, Maria das Dores Saraiva de Loreto, para, sob a presidência da primeira, procederem aos trabalhos de criação do Mestrado em Economia Familiar”. A aprovação aconteceria em 1992.

<sup>267</sup> Discurso da Prof.<sup>a</sup> Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.

“mais uma vez, a Universidade colocou desafios a seu crescimento, sobretudo ao crescimento da pesquisa nas Ciências Humanas em seu campus”.<sup>268</sup>

Contrastam com esses discursos de conquistas, as repetidas tentativas de diminuir e desautorizar as ciências domésticas ou os fazeres domésticos como matéria de ciência. Maria de Fátima Lopes, em uma de suas entrevistas com as pioneiras da ESCD, logrou ouvir uma observação de primeira monta neste sentido da sedimentação de uma cultura da desqualificação da escola de ciências domésticas pelos próprios alunos. A ex-aluna entrevistada conta à autora de *O Sorriso da Paineira* que, em meados dos anos 1990 (!), ao encontrar com um ex-aluno da antiga UREMG com quem mantinha algum contato, ouviria algo mais ou menos assim: e, então, diga-me como anda aquela “fábrica de Amélias” (LOPES, 1995). O grande argumento de quem porventura quisesse desqualificar os saberes da economia doméstica fundava-se ainda naquele predicativo que vimos nas matérias de *O Bonde* no capítulo 5. Na edição 169 de 1956, por exemplo, podiam-se ler juízos irônicos em cuja tônica a mulher aparece como incapaz de prover meios que complementassem a renda do marido, senão “criando galinhas”.<sup>269</sup> Os estigmas então parecem ter persistido.

A operação simbólica observável nesses juízos fundamenta-se na mesma lógica: desautorizar os saberes das ciências domésticas, negando-lhes o estatuto de verdadeira ciência, a partir de sua aproximação com a mulher e a domesticidade que se lhe coloca subjacente. Ao que as professoras responderiam com o esforço repetitivo de mostrar a utilidade de seu saber a fim de legitimar sua importância e existência. Elas procuravam apresentar os cursos como o de *Arranjo Floral e Decoração* (veja-se capítulo 6) no escopo das propostas regulares do DED, o que poderia autorizar a ideia de que o trabalho envolve técnicas, metodologias de execução, conhecimentos prévios de uma tradição oriental (o Ikebana), rigor teórico, noções de organização, estética, equilíbrio, simetria e pertinência com relação a espaços e circunstâncias sociais específicas. Elementos, enfim, constituintes de um saber científico, como se esforçava para afirmar.<sup>270</sup>

O arbitrário cultural que constrói o sujeito feminino vale-se de certas características envoltas ao universo androcêntrico em que fora engendrado revestindo-se de uma espécie

<sup>268</sup> Discurso da Prof.<sup>a</sup> Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.

<sup>269</sup> O BONDE, ano 10, nº 169, 1956, p. 2.

<sup>270</sup> Além disso, é óbvio, os conhecimentos adquiridos no curso como este preparam para o mercado, na exata medida em que capacitam as meninas para o serviço de decoração de festas e outros eventos.

intricada de “retórica da naturalização”. Suas evidências podem ser observadas em instâncias concretas, como o próprio corpo da mulher. As pernas e os braços cruzados, as costas retas, subir as escadas sem olhar os pés, a barriga enxuta, a cintura apertada, todo esse aparato simbólico baliza a mulher entre a virtude e a desonra, o puro e o impuro. As práticas e os movimentos femininos tornam-se, a um só tempo, depositários e afirmadores dos elementos simbólicos que se lhes imprimem uma base. Para Bourdieu, essa operação acontece segundo práticas sociais concretas e o seu resultado maior é a reafirmação da imagética masculina desenvolvida a propósito da mulher e da mítica feminina que deve acompanhá-la.

O fato é que mesmo as representações mais consistentes são relativizadas a depender das circunstâncias históricas em que são veiculadas no seio de relações sociais concretas. Dessa maneira, nossas personagens não se deixariam intimidar por essas categorias estigmatizadoras mas, a um só tempo, haveriam de concebê-las e saber como rechaçá-las. O que uma mulher acadêmica, praticando uma ciência cujo objeto são os fazeres que lhe foram reservados historicamente numa aura de resignação e inferioridade, causa ao ganhar e dividir espaços de produção científica com homens é colocar à prova toda essa pretensa hipótese da natureza feminina. Por essa razão Badinter é incisiva na passagem com a qual epigrafamos esta conclusão: “Essas explicações já não nos podem satisfazer”. A passagem é mais ampla e merece ser reproduzida na íntegra:

Na verdade, desde que entreabriram as portas de suas casas e invadiram as universidades, os tribunais, os hospitais ou os sindicatos, as mulheres mostraram que o ativismo, a independência e a ambição não eram apanágio dos homens. E quem pode afirmar seriamente que essas mulheres, chefes de Estado ou líderes de partidos, cirurgiãs, engenheiras, juízas ou empresárias não passam de homossexuais reprimidas? (...) Será fácil responder-nos que são apenas ‘reivindicadoras’, cuja ‘natureza’ foi deformada na infância por uma evolução psicológica infeliz, ou por uma imobilização patológica na fase pré-ediapiana. Essas explicações já não nos podem satisfazer. Que vale um conceito de natureza que muda ao sabor da cultura e das educações? *Que restará desse ‘eterno feminino’ freudiano, quando amanhã todas as mulheres tiverem acesso, assim como os homens, ao saber e ao poder? O ‘gênero’ feminino será declarado invertido, em sua toxicidade? Ou continuaremos a proclamar que as mulheres são menos justas, menos sociáveis, menos criativas do que seus parceiros masculinos?* (BADINTER, 1985, p. 334).

Os anos 1970 e 1980 não permitiriam mais que se aceitassem as conquistas sociais das mulheres como fruto da ação de “reivindicadoras” que desviaram do que seria a “verdadeira mulher”. Parece que as conquistas femininas, não no campo do feminismo apenas, mas no das

relações sociais de um modo geral, geraram – e ainda geram – uma espécie de desconforto simbólico, uma dificuldade de se rearranjar conceitos e sentidos, mudar pontos de vista, reconsiderar paradigmas de organização social. Foi assim, por exemplo, que os alunos (homens) da antiga ESAV reagiram à chegada das alunas da ESCD, como vimos nas páginas dos zines estudantis, *O Bonde* e *A Paineira*. Foi assim que se impôs a necessidade dos discursos de criação e consolidação do curso de ciências domésticas os quais funcionariam como justificadores e legitimadores enfim num processo social que desafiava uma ordem então estabelecida a partir da ideia de que ciência era para homens e que o espaço doméstico e a domesticidade não eram dignos de estatutos científicos no espaço acadêmico.

Quando Bourdieu (2011, p. 43-44) diz que “simbolicamente voltadas à resignação e à discrição, as mulheres só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar”, ele imprime, a nosso ver, um poder muito extraordinário e geral aos símbolos. Não podemos admitir que esses rótulos sejam sustentáveis sem embargo. Recentemente Margareth Rago afirmou que os rótulos que criamos revelam a insegurança de um modelo de organização do mundo; é por isso que o transgênero, ou mesmo a mulher (ou o homem) em lugar que não é tipicamente o seu assustam tanto. No caso específico do transgênero, a autora avalia: “Ele foge às etiquetas com as quais estávamos acostumados a distribuir e identificar as pessoas. O natural não é ser homem ou mulher”.

Casos concretos nos levam a observar a complexidade da realidade e sua necessária ponderação. O que de maior valor pode haver no trabalho historiográfico é o material empírico e o embate com a realidade, especialmente quando se tem o privilégio de juntar fontes escritas com orais. Isso, a nosso ver, permite estudos de caso que permitem vislumbrar escalas de análise que furtam ao pesquisador certezas conclusivas pondo à prova modelos teóricos.

Assim quando vemos as professoras afirmarem que tinham que explicar recorrentemente o que no que consistia a ED a fim de justificar o seu lugar num curso de mestrado e/ou doutorado numa área como Economia ou Antropologia (capítulo 6, fala da *Entrevistada Seis*), somos levados a concluir com Bourdieu que se tratasse da “internalização da dominação pelo dominado”. No entanto, elas, por isso mesmo, não estariam se posicionando ativamente diante de estigmas sociais com os quais elas tiveram de lidar e negociar para, a partir deles, alçar condições que elas julgassem melhores? E, quando flagramos as jovens graduandas valendo-se das palavras de Celina Passos para esbravejar a plenos pulmões que “o tempo das mocinhas românticas que sabiam tocar piano ou cantar com



muita graça (...) foi substituído pelo da garota desenvolta que conquista diplomas” (capítulo 5, p. 188), ou quando a *Entrevistada Um* menciona o respeito que adquiriu nos tempos de sua atuação acadêmica a partir do trabalho denso que desenvolvia, poderíamos concluir que sua emancipação estava atrelada ao fato de performatizarem papeis masculinos (para usar a expressão de Butler vista no capítulo 1)?

Isso nos levaria às teses psicanalíticas criticadas por Badinter e, se o admitíssemos desavisadamente, talvez incorrêssemos na errônea inferência de que a qualificação das mulheres as levaria a um pretensão “mundo dos homens”. Conforme acreditamos, a mais palpável propriedade dos discursos e das ações que inferiorizam a mulher não está necessariamente nela, mas nas práticas que tradicionalmente ela desenvolveu – nomeadamente as tarefas domésticas. Práticas socialmente consagradas como femininas ou masculinas são antes *práticas* e só depois *femininas ou masculinas*. Além disso, os fazeres são mais ou menos valorizados conforme circunstâncias e sentidos social e historicamente localizados, de modo que não se tratam de sexos cuja natureza inferior ou superior se adequem a uma ou a outra atividade, mas de práticas assumidas por pessoas não relativizáveis pelos corpos sexuais ou pelo gênero pelo qual se apresentam socialmente.

Isso naturalmente não acabou. Esses discursos estão por toda parte e informam ações e juízos a todo o tempo. Nós restringimos nossa análise aqui a mulheres acadêmicas, portanto encontramos pessoas que se inserem em um ambiente onde, em boa parte, estão vencidas demandas materiais mais determinantes, e onde circulam práticas e representações de resistência a padrões sedimentados tradicionalmente em circunstâncias de dominação incontestes. Não achamos que neste microcosmo que estudamos possa caber sem reservas um juízo como o de Bourdieu (2011, p. 42) em que as mulheres “estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada”. Vemos, por outro lado, mulheres ativas perseguindo verdades e caminhos diversos, negociando lugares sociais e subjetivações em meio a significados, que, em movimento, compõem realidades que elas próprias engendraram.

Não podemos negar a tradicional ausência de reflexões sobre “gênero” e “dominação masculina” entre as economistas domésticas, conforme falou-nos a *Entrevistada Seis* e a própria documentação com a qual trabalhamos. Isso, que pode pressupor a subordinação consentida e acrítica da mulher a rótulos sociais reafirmados e reforçados pela *American home economics* e pelas ciências domésticas da UFV, não nos parece um processo tão obvio assim. Por não contestar elementos apontados pela crítica feminista como excludentes, a ED poderia

ser notada como uma ação reforçadora da sua condição desfavorável e subserviente no seio da cultura androcêntrica que a assimila. Algo mais uma vez estreitado com a internalização da subordinação pelo próprio subordinado, como sugere Bourdieu. A *Entrevistada Seis*, ao contar-nos sobre a suas experiências pessoais quando de seu tempo no doutorado, deu mostras do que estamos tentando dizer. Ela, que cursou doutorado em antropologia, lembra que toda vez que a perguntavam sobre suas origens acadêmicas, tinha que esforçar-se por justificar a existência de um curso de economia doméstica e levava um tempo até conseguir neutralizar os estigmas que sobrevinham quase que naturalmente no olhar de quem a ouvia. Naquele momento ela própria assimilara a crítica social que se lhe caía e tentava afastá-la a fim mesmo de fazer notar alguma importância nos saberes que, por outro lado, lhe dera os títulos de bacharel e mestre em Economia Doméstica e, que, por isso mesmo, eram exatamente o material simbólico e protocolar que a permitia estar ali e negociar seu lugar junto aos juízos que, por suposto, a deveriam de antemão ter excluído. Aí reside toda a complexidade da questão.

A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas. Esse é o ponto. Foucault (1988, p. 180) escreve que “(...) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Da mesma forma, aquelas mulheres tiveram que viver uma condição e um discurso, como notamos na Introdução desta tese. Os discursos de identidade que lhes quiseram imprimir as falas pioneiras de Padre Mendes, da subsecretária Celina Passos e do então reitor Joaquim Fernandes Braga são o *projeto* de mulher cujos juízos estavam sedimentados socialmente naquilo que se esperaria das graduandas. As concepções observadas nos jornais e nos relatórios das profissionais da Economia Doméstica também não deixam de veiculá-lo (veja-se capítulos 2 e 5). A grande questão, porém, é que, através dessa mesma semântica pretendida pelos discursos acerca dos papéis sociais numa perspectiva sexista, as professoras e alunas impuseram sua presença e sua autonomia no espaço acadêmico da UFV. Subjetivaram-se, é claro, em meio a estigmas com os quais tiveram de lidar e a partir dos quais superaram-se a si mesmas. Diferentes contextos e circunstâncias históricas mostram

mulheres que digladiaram com discursos e condições, ao mesmo tempo em que os utilizaram e/ou vivenciaram conforme estratégias e escolhas pessoais.

Assim, a trajetória daquelas mulheres não envolve homens de um lado e mulheres de outro num conflito dual e maniqueísta em que elas tivessem de neutralizar enfim a ação dominadora, senão excludente, de discursos e práticas androcêntricas. Na verdade, conforme pudemos notar, elas não redarguíram sistematicamente uma “condição da mulher” veiculada pelos saberes domésticos simplesmente. Suas escolhas e as cricunstâncias históricas em que se colocaram permitiram divergências em suas próprias posições e trajetórias. Dirigir jipe, calçar botas e abrir fronteiras para uma “missão civilizadora”, depois presidir mesas diretoras, alçar chefia departamental, criar periódicos científicos, organizar e participar de conferências, estabelecer convênios, mestrar-se, doutorar-se e conquistar a academia enfim, conforme insistimos e categorizamos no capítulo 5. Assim, as “mulheres de campo” que se dedicaram à extensão rural colocando-se diretamente entre os homens, deram lugar às “mulheres acadêmicas”, que, uma vez vinculadas a outro tipo de espaço social, performatizariam outro tipo de profissional.

A história da ESCD e do DED, bem como das mulheres que por lá passaram (e especialmente das que lá permaneceram, seguindo carreiras acadêmicas), a sua atuação e a sua saga não são fluxo natural de uma realidade, mas uma experiência de permanências e rupturas. Uma série de conquistas e conflitos pessoais e profissionais por cujos grilhões se colocaram valores, estratégias, discursos e condições em constante movimento. Não queremos absolutamente defender a pretensa conclusão de que aquelas mulheres tiveram sucesso pleno na sua vida acadêmica, nem tampouco que o seu discurso tenha sido libertário. Nem há que se notar *um* discurso entre elas; há divergências em suas falas, há escolhas pessoais, como pudemos observar. Mas definitivamente não podemos deixar de notar que o caminho das ciências domésticas representou um campo largo de possibilidades para experiências importantes – e, a princípio, improváveis – para mulheres cujas trajetórias estão repletas do que elas mesmas entendem como verdadeiras conquistas.

\*

No ano de 2015 ficou decidido que não se ofereceria mais vagas para o curso de ED na UFV. A decisão por sua extinção acompanha-se do projeto de sua substituição pelo curso

de Serviço Social. Essa história começa nos anos 1990 bem onde paramos a nossa investigação. O paradoxo é notável: justo no momento em que passa pelo auge de sua consolidação e afirmação acadêmica e institucional – ganhando programas de mestrado e o doutorado próprios e expandindo-se como referência nacional na área, coordenando o mais importante periódico brasileiro na área, a Revista OIKOS – o curso passa por um processo de esvaziamento de sua identidade e de seu reconhecimento, levando à decisão pelo seu encerramento por parte do próprio conselho departamental. Assim a primeira escola de ciências domésticas do Brasil e todas as suas conquistas caminhariam para o seu colapso. Ou, na visão de algumas, chegava enfim o ocaso de um tempo de opressão de um curso sério que carregava o estigma de uma nomenclatura cujo capital simbólico vinha repleto de inferioridade e inadequação ao universo de seu fito e atuação: o da ciência e da universidade.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, James Truslow. (1931). *The Epic of America*, Little, Brown, and Co. 1931.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio & Edunb, 1993.
- ALMEIDA, Suely S., SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- ANTÚNEZ, M. Reflexiones acerca de lo que la mujer representa para el deporte y el verdadero significado del deporte para la mujer. *Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital*, Buenos Aires, v.7, n.42, 2001. Disponível em: <[www.efdeportes.com/efd42/mujer.htm](http://www.efdeportes.com/efd42/mujer.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2003.
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Vincenzo Cocco. – São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- AZUBUIKE, Ozioma C. “Societal and Gender Issues in the Study of Home Economics Education in Nigerian Tertiary Institutions”. *Journal of Educational and Social Research*, Vol. 2, Nov., n. 10, 2012, p. 38-47.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado. O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova
- BARBIERI, Teresita. *Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica*. SOS Corpo, Recife: 1992.
- BASSANEZI, C. “Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 1, p. 111-148, 1993.
- BASSANEZI, C.. “Mulheres nos anos dourados”. In: DEL PRIORE, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: Ed. Unesp, 1997. p. 607-639.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967; e BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.
- BEECHER, Catherine. *Woman’s Profession as Mother and Educator, with Views in Opposition to Woman Suffrage, “An Address to the Christian Women of America” 1872*.
- BIASOLI-ALVES1, Zélia Maria Mendes. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, pp. 233-239*.
- BOLLIG, Ben A.F. *Perlongher, poetics and transvestism*. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 12 (1), 2003, pp. 55-69.
- BORDENAVE, Juan Diaz. *Proposta de um novo Rumo Profissional para as Ciências Doméstica*. IICA. Piracicaba, 1974.
- BORGES, José Marcondes; Sabioni, Gustavo Soares; Magalhães, Gilson Faria Potsch. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 2ª.ed. Viçosa. MG. Editora UFV, 2006.
- BOURDIEU, P. “A dominação masculina revisitada”. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papius, 1998.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003b.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, P.. “O campo científico”. In: Pierre Bourdieu: *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. *Cad. CEDES vol.23 no. 61 Campinas Dec. 2003*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003006100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003006100008&script=sci_arttext). Acesso em: 30/12/15.
- BRIZUELA, Natalia. “‘Uma mulher, mulher’ ou O exílio permanente”. In: SÜSSEKIND, Flora *et. al.* (orgs). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas da escrita*. Rio de Janeiro: 7letras: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003, p. 181-193.
- BRUMBERG, Joan Jacobs. *The Body Project: an Intimate History of American Girls*. New York: Random House, 1997.

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Transgêneros, exílios. In: SÛSSEKIND, Flora *et. al.* (orgs). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas da escrita*. Rio de Janeiro: 7letras: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003, pp. 211-215.
- CAPDEVILLE, Guy. *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*. Viçosa, MG: Imprensa Universitária, UFV, 1991. (BN).
- CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. As observações kantianas sobre o belo sexo. 2002, p. 53.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOMSKY, Noam. *Segredos, mentiras e democracia*. Tradução Alberigo Loutron.
- CIXOUS, Hélène. *Contes de la différence sexuelle*. In: NEGRON, Mara (org.) *Leituras de la Différence Sexuelle*. Paris: Des Femmes, 1990.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A produção científico-tecnológica para agropecuária da ESAV à UREM: conteúdos e significados*. Tese: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Viçosa, 1992.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As Classes "Perigosas"*. In: HISTÓRIA VIVA, GRANDES TEMAS: IMPÉRIO BRITÂNICO. Nº 16. São Paulo: Duetto. 2008.
- COHN, Gabriel (org). *Max Weber*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- COMETTI, Ellen Scopel. A extensão na escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926-1948. 2005. Juiz de Fora, 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2005. Orientador(a): Dalva Carolina de Menezes Yazbeck.
- COMETTI, Ellen Scopel; VITÓRIA, Eliane Leandro da; RIBEIRO, Maria das Graças M.. *A Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Excelência Acadêmica ou Utilitarismo?* Capturado em 16 fev. 2004. Online. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1607.htm>
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção *Os pensadores*).
- COSTA, Ana Paula; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Ser Professora, Ser Mulher: um estudo sobre concepções de Gênero e sexualidade para um Grupo de Alunas de Pedagogia*. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 475-489, maio-agosto, 2011.
- COSTA, J. A construção cultural da diferença dos sexos. *Sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3 -8, 1995.
- CRESPO, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa, Difel, 1990.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.
- CUSTÓDIO, Pedro Padro. *A misoginia na idade média: bruxaria, alguns aspectos religiosos e sociais*. Acta Científica, Engenheiro Coelho, v. 21, n. 3, p. 21-31, set/dez 2012.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil* Côlonia. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunb, 1993.
- DELPHY, Christine. Patriarcat (Théories du) In: HIRATA, Helena et alii. (org.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.
- DIAS, José Luciano de Mattos. "Os Engenheiros do Brasil". In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DUBY, G. *Idade Média: idade dos homens, do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929). Dissertação
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*, Paris, Fayard, 1990.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- FARIAS, Rita de Cássia Pereira. “20 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica: marcos de uma trajetória”. In: TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. SILVA, Lucíola Lourenço. *Trajectoria do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica no Período de 2007 a 2012*. DED: Viçosa, 2012, p. 15-26.
- FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Coords.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979-1981. (BCOC) Informações Básicas. *Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária e Zootecnia*. Capturado em 03 jan. 2005. Online. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/revistas/abmvz/paboutj.htm>.
- LOPES, Fátima. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em universidade rural*. Rio de Janeiro, 1995. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1995. (PPGAS)
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunb, 1993.
- FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. “Gênero e exclusão social”. *Trabalhos para discussão*, n. 113/2001, agosto, 2001.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. In: STREY, Marlene Neves et al. *Construções e perspectivas em gênero*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. Poder e saber. In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b, p. 224-240. (Coleção Ditos e escritos IV).
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Fronteira, 1985.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GERHARD, Ute. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito diferente de Olympe de Gouges. In: BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania*. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995.
- GOLDANI, A. M. “Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol 19, n.1, jan/jun 2002. São Paulo.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. (História &... reflexões, 9).
- GONÇALVES, E. Pensando o gênero como categoria de análise. In: AMARAL, A. et al. (Orgs.). *Estudos de gênero*. [S.l.]: Universidade Católica de Goiás, 1998. p.41-60.
- GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record,
- GROPPO, Antônio Luís. *Tocqueville, o associativismo e alguns apontamentos sobre o terceiro setor*. *Rev. Filos.*, Aurora, Curitiba, v. 20, n. 26, p. 55-74, jan./jun. 2008.
- GROSSI, Mirian Pilar e PEDRO, Joana Maria (orgs). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Ed. Mulheres, Florianópolis: 1998.
- HABER, Samuel. *Efficiency and Uplift: Scientific Management in the Progressive Era, 1890-1920*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1964.
- HARVESON, Mae Elizabeth. *Catharine Esther Beecher, pioneer educator*. Philadelphia, 1932. In: <http://hearth.library.cornell.edu/>
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- HUNT, Lynn. *The French Revolution and Human Rights: a Brief Documentary History*. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 1996.
- IRIGARAY, Luce. *Ce Sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit, 1977.
- JODELET, D. *Les représentations sociales*. Paris, PUF, 1994.
- JOUTARD, Philippe. “Desafios à história oral do século XXI”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz e FGV/CPDOC, 2000, p.31-45.

- JOUTARD, Philippe. “História Oral: Balço da Metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 43-62.
- LAQUEUR, Thomas. *La construcción Del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Cátedra, 1994.
- LEITE, Miriam Moreira. (ORG). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- LEMONS, Carolina Teles. Equidade de gênero: Uma questão de justiça social e de combate à violência – Idéias religiosas como ângulo de análise. In: Revista Mandrágora, ano 7, n. 7/8, 2001/2002. São Bernardo do Campo: UMESE.
- LERNER, Gerda. *The Majority Finds Its Past: Placing Women in History*. University of North Carolina Press, 2005.
- Lichtenstein, Heinz. *Identity and Sexuality : yhe dilemma of human identity*. New York: Jeason Aronson, 1977.
- LIMA, Antônio Luiz de *et al.* *UFV 70 Anos: a trajetória da Escola de Viçosa*. UFFV; Impr. Univ., 1996. p. 23.
- LIMA, Marcelo Pereira. *Gênero, poder e cultura jurídica: um ensaio historiográfico*. Biblos, Rio Grande, 21, p. 133-153, 2007.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores).
- LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em Universidade Rural*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991.
- MACHIAVELLI, Nicolo. *Maquiavel: O Príncipe, escritos políticos*. 5 ed., tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1991, Coleção Os Pensadores.
- MATOS, Auxiliadora Aparecida de; LOPES, Maria de Fátima. *Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher*. Rev. Estud. Fem. vol.16 no. 1 Florianópolis Jan./Apr. 2008.
- McMILLAN, James. *France and Women: gender, society and politics*. New York: Routledge, 2002.
- MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. *cadernos pagu* (31), jul.-dez., 2008:553-564.
- MESQUITA, Z. *Evangelizar e Civilizar – Cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: UNIMEP, 2001.
- MICHELET, J. *A feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MONTEIRO, Marko. *Revistas masculinas e pluralização da masculinidade nos anos 60 e 90*. Campinas: Unicamp, Tese de Mestrado, 2002.
- NELSON, Dana. “Woman in public”. In: BAUER, Dale & GOULD, Philip. *The Cambridge Companion to Nineteenth-Century American Women’s Writing*. Cambridge University Press, 2001, p. 38-68.
- NICHOLSON, L. *Interpretando o gênero*. Estudos Feministas, Florianópolis, v.8. n.2/200, p.9-41, 2000.
- OLIVEIRA, N. A. S. *Representações de beleza feminina na imprensa: uma leitura a partir das páginas de o cruzeiro, Cláudia e Nova (1960/1970)* In: FUNCK, S. B.;
- OVESEY, L; PERSON, E. “Gender Identity and Sexual Psychopathology in Men: A Psychodynamic Analysis of Homosexuality, Transsexualism, and Transvestism”. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 1, 53-72, 1973. Disponível em: <http://search.proquest.com/openview/33d840e08321dc14d748c1cdf75abca9/1?pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 19/09/2011.
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: mudanças socioculturais: evolução histórica e tendências*. Viçosa, MG: Ed. Viçosa, UFFV, 1990. (BN).
- PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. Paz e Terra, São Paulo: 1993.
- PEDRO, Joana M. ” Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.



- PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PERSON, Ethel Specttor. “No girar da roda: uma reflexão no centenário dos Três Ensaios de Freud sobre a Teoria da Sexualidade”. In: SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE (org.). *Psicanálise e sexualidade: tributo ao centenário de Três ensaios sobre uma Teoria da Sexualidade 1905-2005*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2005.
- PRIORE, Mary del. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUEIROZ, Renato da Silva e OTTA, Emma - “A beleza em foco: condicionantes culturais e psicobiológicos na definição da estética corporal”. In: *O Corpo do Brasileiro: Estudos de Beleza e Estética*, Renato da Silva Queiroz Org., São Paulo, Senac, 2000.
- RACIOPPI, Vicente de Andrade. “A obra educacional da Escola Superior de Agricultura de Viçosa e a debellação da crise”. *O Campo*, Rio de Janeiro, p.31-32, out. 1932. (BMANG)
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Maria das Graças M. e COMETTI, Ellen S. *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: um Land Grant College no Brasil? Relatório final, apresentado à UFV, referente ao PIBIC/CNPq – ago/2000 a jul/2001*. Viçosa, julho de 2001.
- RIBEIRO, Maria das Graças. Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969). *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS*, v. 13, n. 25, p. 52-65, jan.-jun./2007.
- RICKS, Joel Edward. The Utah State Agricultural College: A History of Fifty Years: 1888-1938. *Joel Ricks Collection*. Paper 12, 1938. Disponível em: [http://digitalcommons.usu.edu/joel\\_ricks/12](http://digitalcommons.usu.edu/joel_ricks/12). Acesso em: 28/12/2015.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da Educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.
- RODRIGUES, J. Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ROSEMBERG, F. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 19-57.
- ROSENTHAL, Marcelo. *Gramática para concursos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ROSS, Nathaniel. “On the significance of Infantile Sexuality” On Sexuality: Psychoanalytic Observations, T. Byram Karasu and C. Socarides, eds. New York: International Universities Press, 1979.
- RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Os desencontros e paradoxos de logos e Sofia: um conflito antropológico ou gineo-simbólico?*, 2002, p. 148.
- SALOMON, Marlon. “A propósito da história das mulheres e do gênero”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 135-143, maio-agosto, 2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SANTOS, T. C. *De Dona Letícia a Carmen da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher*: In: FIGUEIRA, S. (org.) Uma nova família/ o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 83-98.
- SANTOS, Tiago Nicodemos Enes dos. “A ESAV o modelo de educação agrícola brasileiro em princípios do século XX”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. V, ano 3, n.º 1, Abril de 2008, pp. 144-150.
- SARAIVA, Ana Isabel. Da Grécia a Cronenberg ou por que existem as mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 329-349, maio-agosto/2011.
- SARTI, C.; MORAES, M. Q. *Aí a porca torce o rabo*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. Vértice, São Paulo: 1990.
- SCHOPENHAUER. Arthur. *O Mundo como Vontade e Representação*. São Paulo: Contraponto. 2001.

- SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. “Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada”. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 395-417, jul/dez 2011.
- SCOTT, J. W.. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002 [Trad.: Élvio Antônio Funck].
- SCOTT, J.. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.
- SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril, 2005.
- SCOTT, Joan W. *Gender and the Politics of History*. New York: *Columbia University Press*, 1988.
- SCOTT, Joan W.. *Preface a gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas/SP, 1994.
- SILVA, Fabricio Valentim da. *Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)*. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- SILVA, Valter Cardoso da; CARVALHO, Marília Gomes de. “Gênero e violência: uma aproximação dos discursos sobre a mulher no mundo da criminalidade”. *Cadernos de gênero e tecnologia* Nº: 07 Ano: 02 jul/ago/set/2006.
- SIQUEIRA, Tatiana Lima. “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”. *Ártemis*, vol. 8, jun. 2008, p. 110-117.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SOUZA, J. e ÖELZE (orgs.). (1998). *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB.
- SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNIK, Jorge Dorfman. *A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil*. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007.
- SOUZA, Maria Lúcia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes; Mme Durecher e sua época*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) – USP.
- STOLLER, R. (1975). *The transsexual experiment*. Londres: The Hogarth Press.
- STOLLER, R. La difficile conquête de la masculinité. In : Caïn, J. (Org.). *L'identification, l'autre c'est moi*. Paris: Tchou Editores, 1978.
- STOLLER, Robert. *Sexual Excitement: Dynamics of Erotic Life*. New York: Pantheon, 1979.
- SÜSSEKIND, Flora et. al. (orgs). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas da escrita*. Rio de Janeiro: 7letras: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.
- SWAIN, T. N.. “Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas ‘femininas’”. *História: Questões e Debates*, Curitiba: UFPR, n. 34 (Gênero e História), p. 20-45, jan./jun. 2001.
- SWAIN, Tania Navarro. "A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário". *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 (*Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Número organizado por Tânia Navarro Swain), p. 47-85, 2000.
- TAVARES, José Nilo. *Educação e imperialismo no Brasil*. *Educação & Sociedade*, n. 7, p. 5-52, 1980.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 210 p.
- THORNE, Alison Comish. *Visible and Invisible Women in Land-Grant Colleges, 1890-1940*. USU Faculty Honor Lectures, 1985.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- TOCQUEVILLE, Aléxis. *Um perfil de Norteamérica*. México: Fondo de Cultura, 1997.
- VASCONCELOS, Maria Drosila. “Bourdieu e a herança sociológica”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, Abril/2002
- VIANA, Alexandre Martins. *A Atualidade Teórica de Norbert Elias para as Ciências Sociais*. Espaço Acadêmico, no. 49, jun. 2005.

- VITÓRIA, Eliane Leandro da; COMETTI, Ellen Scopel. *A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: a questão da departamentalização*. Capturado em 13 fev. 2004. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1719.htm>
- VOLTAIRE, 1694-1778 (pseud.) François Marie Arouet. *Candido ou o otimismo*. Trad. Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- WEBER, Max. *Política como vocação*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WIDHOLZER, N. R. (org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Ed. Mulheres /Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 121- 146.
- WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ZAGARRI, Rosemeire. “The postcolonial culture of early American women’s writing”.. In: BAUER, Dale & GOULD, Philip. *The Cambridge Companion to Nineteenth-Century American Women’s Writing*. Cambridge University Press, 2001, p. 19-37.

## FONTES

- MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 8ª sessão ordinária da 8ª legislatura no anno de 1921. [Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1921].
- MENSAGENS dos Presidentes de Província (1830-1930). Obtido via base de dados PROJETO DE IMAGEM DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN-AMERICAN MICROFILM PROJECT. Capturado em 01 mar. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>
- MENSAGEM apresentada por Fernando de Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Gerais. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930). Obtido via base de dados PROJETO DE IMAGEM DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN-AMERICAN MICROFILM PROJECT. Capturado em 10 mai. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>
- MENSAGEM apresentada por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado de Minas Gerais. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1927. Mensagens dos Presidentes de Província(1830-1930).Obtido via base de dados PROJETO DE IMAGEM DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN-AMERICAN MICROFILM PROJECT. Capturado em 13 fev. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>
- MENSAGEM apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e Lida na Abertura da 4ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura. Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930.
- MENSAGENS dos Presidentes de Província (1830-1930). Obtido via base de dados PROJETO DE IMAGEM DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN-AMERICAN MICROFILM PROJECT. Capturado em 10 mai. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl.edu/content/pindex.htm>
- MINAS GERAIS. Lei nº 272, de 13 de novembro de 1948. In: Diário Oficial. Novembro 1948. Belo Horizonte: [s.n.], [1948]. (BN)
- RESUMO histórico. Síntese histórica da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Capturado em 01 mar. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.ufv.br>
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. UFV 70: a trajetória da Escola de Viçosa. Viçosa, MG: Ed. Imprensa Universitária, 1996. (BN)
- UNIVERSIDADE Federal de Viçosa: Informes Acadêmicos. Viçosa, MG: Ed. Viçosa, UFV, 1983.
- UFV 70 anos. A trajetória da Escola de Viçosa. Capturado em 16 fev. 2004. Online. Disponível: <http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/TeCer/Educa%C3%A3o/C3%A3o/Ufv/ufv0001.html>